



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PAULO BENÍCIO VICENTE

TERRITÓRIO CANAVIEIRO DO VALE DO MAMANGUAPE: Exploração, acumulação e
resistência camponesa

João Pessoa

2024

PAULO BENÍCIO VICENTE

TERRITÓRIO CANAVIEIRO DO VALE DO MAMANGUAPE: Exploração, acumulação e
resistência camponesa

Relatório de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito
para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Targino Moreira

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Linha de Pesquisa: Cidade e Campo: espaço e trabalho

João Pessoa

2024

**" TERRITÓRIO CANAVIEIRO DO VALE DO MAMANGUAPE: exploração,
acumulação e resistência camponesa”**

por

Paulo Benício Vicente

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-graduação
em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito total para obtenção do grau de Mestre
em Geografia.**

Área de concentração: Território, trabalho e Ambiente.

Aprovado por:

Prof. Dr. Ivan Targino Moreira

Orientador

Prof.^a Dr.^a Maria Franco Garcia

Examinadora interna

Prof.^a Dr.^a Rejane Gomes Carvalho

Examinadora externa

Universidade Federal da Paraíba

Centro de Ciências Exatas e da Natureza

Programa de Pós-graduação em Geografia

Cursos de Mestrado e Doutorado em Geografia

Agosto/2024.



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO ALUNO PAULO BENÍCIO VICENTE, CANDIDATO AO TÍTULO DE MESTRE EM GEOGRAFIA, NA ÁREA DE TERRITÓRIO, TRABALHO E AMBIENTE.

1 Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de Agosto de 2024 (dois mil e vinte e
2 quatro), às 14:00 (quatorze) horas, na plataforma Google Meet, reuniram-se, em
3 caráter de solenidade pública, os membros da comissão designada para avaliar **Paulo**
4 **Benício Vicente**, candidato ao grau de mestre em Geografia, na área de **Território,**
5 **Trabalho e Ambiente**. Foram componentes da banca examinadora os Professores Ivan
6 Targino Moreira (orientador) – Doutor em Economia; Maria Franco Garcia
7 (examinadora interna) – Doutora em Geografia; e Rejane Gomes Carvalho
8 (examinadora externa) – Doutora em Sociologia do Trabalho; sendo os três integrantes
9 do corpo docente da UFPB. Dando início aos trabalhos, o Presidente da banca, Prof.
10 Ivan Targino Moreira, após declarar os objetivos da reunião, apresentou o candidato
11 **Paulo Benício Vicente**, a quem concedeu a palavra para que defendesse, oral e
12 sucintamente, sobre o tema apresentado, intitulado: **“TERRITÓRIO CANAVIEIRO DO**
13 **VALE DO MAMANGUAPE: exploração, acumulação e resistência camponesa”**.
14 Após discorrer sobre o referido tema, o candidato foi arguido pelos examinadores, na
15 forma regimental. Ato contínuo, passou a comissão em caráter secreto, a proceder à
16 avaliação e julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito **Aprovado**.
17 Face à aprovação, declarou o Presidente achar-se o avaliado legalmente habilitada a
18 receber o Grau de mestre em Geografia, cabendo à Universidade Federal da Paraíba,
19 providências, como de direito, à expedição do Diploma a que o mesmo fez jus. Nada
20 mais havendo a tratar, foi lavrada a Ata, que segue assinada e aprovada pela
21 Comissão Examinadora.

22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40

Documento assinado digitalmente
 **IVAN TARGINO MOREIRA**
Data: 19/09/2024 17:23:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ivan Targino Moreira
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **MARIA FRANCO GARCIA**
Data: 02/09/2024 17:06:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.ª Dr.ª Maria Franco Garcia
Examinadora interna

Documento assinado digitalmente
 **REJANE GOMES CARVALHO**
Data: 31/08/2024 05:45:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.ª Dr.ª Rejane Gomes Carvalho
Examinadora externa

V632t Vicente, Paulo Benício.

Território Canavieiro do Vale do Mamanguape :
exploração, acumulação e resistência camponesa / Paulo
Benício Vicente. - João Pessoa, 2024.

195 f. : il.

Orientação: Ivan Targino Moreira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Território canavieiro. 2. Exploração - Vale do
Mamanguape. 3. Dinâmica da acumulação - Vale do
Mamanguape. 4. Resistência camponesa. I. Moreira, Ivan
Targino. II. Título.

UFPB/BC

CDU 911.374(043)

A Benício Vicente (in memoriam), meu pai,
agricultor, pelo orgulho que tinha da classe a qual
pertenceu e me inspirou a estudar a nossa realidade
do campo. Dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus

Aos Potiguara pela acolhida e colaboração com os relatos.

Aos trabalhadores rurais.

Aos Camponeses assentados.

Aos descendentes das ligas camponesas.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mamanguape, todas essas pessoas e instituições que colaboraram fornecendo dados, informações que foram fundamentais para dar consistência a esse trabalho.

Ao Professor Ivan Targino, pela orientação.

Ao Professor Antônio Alberto Pereiro (Toninho), que sempre me estimulou a desenvolver essa pesquisa.

Ao Gepeduci (Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo e Indígena), que foi um importante espaço de debate e discussão sobre a realidade do Vale do Mamanguape, me deu muito suporte na vida acadêmica.

Aos colegas de turma, sempre muito solidários nos momentos de dificuldades.

Aos professores do curso.

A todos e todas, muito obrigado!

LISTA DE ABREVIATURAS SIGLAS

- AESA – Agência Executiva de Gestão das Águas
- Agican – Agroindústria Camaratuba
- APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
- Atlas Brasil – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil
- CAR – Cadastro Ambiental Rural
- CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
- CIMI – Conselho Indigenista Missionário
- CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
- Conab – Companhia Nacional de abastecimento
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CTRT – Companhia de Tecidos Rio Tinto
- EPIs – Equipamentos de Proteção Individual
- Fetag-PB – Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba
- Funai – Fundação Nacional dos Povos Indígenas
- Gepeduci – Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo e Indígena
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MEB – Movimento de Educação de Base
- OPIP – Organização dos Professores Indígenas Potiguara
- PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
- PIC Rio Tinto – Projeto Integrado de Colonização Rio Tinto
- PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- Proálcool – Programa Nacional do Alcool
- Prolind – Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas
- Proterra – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
- RCLE – Registro de Consentimento Livre Esclarecido
- SIG – Sistema de Informações Geográficas
- SPI – Serviço de Proteção ao Índio
- STRM – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mamanguape

Sudema – Superintendência de administração do Meio Ambiente

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCVM – Território Canavieiro do Vale do Mamanguape

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UNE – União Nacional dos Estudantes

Unica – União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-Distribuição dos povos indígenas no Brasil	35
---	----

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1-Desvio do leito do Rio Mamanguape pela Usina Monte Alegre para captação de água	69
Imagem 2-Cultivo da cana em encosta	69
Imagem 3-Caminhada em defesa das águas do Rio Curralinho.....	70
Imagem 4-Foto aérea da Fábrica de tecidos Rio Tinto	111
Imagem 5-Palacete da família Lundgren	112
Imagem 6-Ato indígena na Secretaria de Educação do Estado da Paraíba reivindicando valorização da Educação Escolar Indígena	126
Imagem 7-Formatura indígena 2023	127
Imagem 8-Caminhada dos camponeses de Sapé na luta contra o cambão	142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-Trabalhadores rurais da usina Monte Alegre, safra 2023/2024-local de morada	51
Gráfico 2-Evolução da produção de automóveis segundo o tipo de combustível utilizado 1960/2020	64
Gráfico 3-Licenciamento de novos veículos segundo o combustível usado no período de 1960/2020.	65

LISTA DE MAPAS

Mapa 1-Território Canavieiro do Vale do Mamanguape.....	25
Mapa 2-Propriedade da Usina Monte alegre (2023).....	45
Mapa 3-Usinas da Paraíba	46
Mapa 4-Cidade de Mamanguape: Nível de renda por setores censitários.....	50
Mapa 5-Uso e ocupação do solo no território canavieiro do Vale do Mamanguape	67
Mapa 6-Pontos de captação de água nas bacias do Mamanguape e Mirirí	68
Mapa 7-Terras indígenas: Aldeias Potiguara	75
Mapa 8-Ligas Camponesas da Paraíba	140
Mapa 9-TCVM-Assentamentos.....	153

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-TCVM : Distribuição percentual da população segundo situação domiciliar (1970/2010)	19
Tabela 2-IDH do Território Canavieiro do Vale do Mamanguape	49
Tabela 3-Perfil dos trabalhadores rurais entrevistados.....	54
Tabela 4-Trabalhador rural: carga horária e forma de contrato	55
Tabela 5-Nível de renda do trabalhador rural da Usina Monte Alegre e sus percepção de adequação ..	57
Tabela 6-Tabela de preço para o corte da cana	59
Tabela 7-Território Canavieiro dos Vale do Mamanguape: Produção de cana-de-açúcar	63
Tabela 8-Emprego e renda dos trabalhadores da agropecuária no município de Mamanguape-2018/2022	63
Tabela 9-TCVM: Número e área dos estabelecimentos explorados por ocupantes (1970–2017)	78
Tabela 10-TCVM: Número e área dos estabelecimentos explorados por arrendatários (1970–2017)..	81

Tabela 11- TCVM: Número e área dos estabelecimentos explorados por assentados sem titulação definitiva (2006–2017).....	83
Tabela 12- Território Canavieiro do Vale do Mamanguape: Estrutura fundiária em 2017	84
Tabela 13-Índices básicos de classificação dos imóveis rurais	86
Tabela 14-TCVM: Estrutura fundiária segundo dados do Incra -2018	87
Tabela 15-TCVM: Número de estabelecimentos com pessoal ocupado por grupo de área total e tipologia do estabelecimento (2017).....	89
Tabela 16-Número de pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por grupo de áreas e tipologia dos estabelecimentos (2017)	90
Tabela 17-TCVM: área dos assentamentos, número de famílias assentadas e ano de criação	91

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a formação do Território Canavieiro do Vale do Mamanguape, identificando a dinâmica da exploração, da acumulação e da resistência camponesa. Os objetivos específicos consistem em: descrever o processo de expansão e acumulação capitalista no Vale do Mamanguape-PB; analisar as contradições do capitalismo no campo e seus efeitos na produção do Território Canavieiro do Vale do Mamanguape; analisar a resistência camponesa diante das relações capitalistas no mesmo território, evidenciando os avanços e as limitações. Trata-se de um estudo de caso de abordagem qualitativa. Os sujeitos da investigação são trabalhadores rurais das usinas e destilarias da região que residem nos bairros periféricos da cidade de Mamanguape; agricultores remanescentes das Ligas Camponesas e, ainda, agricultores assentados da Reforma Agrária, lideranças de movimentos sociais e sindicais do campo e lideranças indígenas. Os procedimentos metodológicos incluem a pesquisa bibliográfica, a coleta de informações estatísticas em sites do IBGE, do INCRA, além da pesquisa de campo. Os principais conceitos que compõem o arcabouço teórico são: a) a noção de território enquanto local de disputa de interesses e de poder, conforme a abordagem de Souza (2000), Moreira e Targino (2007); b) produção capitalista e seu processo de exploração e acumulação com base na teoria geral da acumulação de Marx (1968) e de seus principais seguidores no tocante à permanência/extinção do campesinato (Lenin, Kautsky e Luxemburgo); c) resistência camponesa que tem como suporte teórico as contribuições de Chayanov (1976), Wolf (1970) e Scott (1985). O recorte espacial e temporal foi definido levando em consideração que a área em estudo se constituiu como território canavieiro desde a colonização, mantendo-se até o momento com a mesma base produtiva do latifúndio e da monocultura da cana e sem promover o desenvolvimento social e econômico dos trabalhadores, tendo como centralidade a exploração do trabalho como forma de acumulação de capital. O campesinato está presente nesse espaço desde o período colonial até os dias de hoje e tem mostrado resistência de luta pela sua preservação. Diante desse contexto houve momentos de resistência camponesa ao avanço das relações capitalistas de produção. Espera-se como resultado uma caracterização desse espaço como um território do capital e de resistência camponesa.

Palavras-chave: território canavieiro; exploração; acumulação; resistência camponesa.

ABSTRACT

The present work has the general objective of analyzing the formation of the sugarcane territory of the Mamanguape Valley, identifying the dynamics of exploitation, accumulation and peasant resistance. The specific objectives consist of: describing the process of expansion and capitalist accumulation in the countryside in the Mamanguape Valley-PB; analyzing the contradictions of capitalism in the countryside and its effects on the production of the sugarcane territory of the Mamanguape Valley; analyzing the peasant resistance to the advance of capitalist relations in this territory, highlighting the advances and limitations. This is a case study with a qualitative approach. The subjects of the investigation are rural workers from the sugar plants and distilleries in the region who live in the peripheral neighborhoods of the city of Mamanguape; farmers remaining from the Peasant Leagues, and, still, settled workers from the Agrarian Reform, leaders of social movements and unions in the countryside and indigenous leaders. The methodological procedures include bibliographic research, collection of statistical information from IBGE and INCRA websites, as well as field research. The main concepts that make up the theoretical framework of this research are: a) the notion of territory as a place of dispute of interests and power, based on the approach of Souza (2000), Moreira and Targino (2007); b) capitalist production and its process of exploitation and accumulation based on the general theory of accumulation by Marx (1968) and his main followers regarding the permanence/extinction of the peasantry (Lenin, Kautsky and Luxembourg); c) peasant resistance that has as theoretical support the contributions of Chayanov (1976), Wolf (1970) and Scott (1985). The spatial and temporal clipping was defined taking into account that the area under study has been constituted as a sugarcane territory since colonization, maintaining until now with the same productive base of the latifundium and sugarcane monoculture and without promoting the social and economic development of workers, and which has as its centrality the exploitation of labor as a form of capital accumulation. The peasantry has been present in this space since the colonial period until the present day and has shown resistance in the struggle for its preservation. Given this context, there were moments of peasant resistance to the advance of capitalist relations of production in the countryside. As a result, a characterization of this space as a territory of capital and peasant resistance is expected.

Keywords: Sugarcane territory; exploration; accumulation; peasant resistance

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1. PERCURSO TEÓRICO E METODOLÓGICO	15
1.1 Percurso teórico	15
1.1.1 Território	15
1.1.2 Produção capitalista e exploração do trabalho	16
1.1.3 Campesinato: extinção ou recriação	18
1.1.4 Resistência camponesa	22
1.2 Percurso metodológico	24
1.2.1 Instrumento para coleta de dados.....	26
1.2.2 Local das entrevistas.....	28
1.2.3 População e amostra	28
1.2.4 Procedimento para a coleta de dados	29
1.2.5 Análise dos dados.....	30
1.2.6 Atuação ética do pesquisador	30
CAPÍTULO 2. PROCESSO DE FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO TERRITÓRIO CANAVIEIRO DO VALE DO MAMANGUAPE: DE UM TERRITÓRIO DE COOPERAÇÃO A UM TERRITÓRIO DE EXPLORAÇÃO	33
2.1 Território organizado com base na cooperação	33
2.2 Território organizado com base na exploração	39
2.2.1 Conhecendo a realidade à luz dos dados.....	53
2.2.2 A pauta ambiental e a desfaçatez do capital.....	66
CAPÍTULO 3. ORIGEM E DIMENSÃO DO CAMPESINATO NO TERRITÓRIO CANAVIEIRO DO VALE DO MAMANGUAPE	72
3.1 Contextualização do camponês nas fazendas da Paraíba e do Vale do Mamanguape	73
3.1.1 O trabalho para o autoconsumo do indígena.....	73
3.1.2 A posse da terra para instalação de currais e produção familiar de alimentos.....	75
3.1.3 A escravidão e a produção de alimentos	78
3.1.4 O sistema de morada	79
3.1.5 O sistema de arrendamento.....	81
3.1.6 A pequena propriedade camponesa	82
3.2 Perfil da produção camponesa no Território Canavieiro do Vale do Mamanguape	83
CAPÍTULO 4. A RESISTÊNCIA INDÍGENA NO TERRITÓRIO CANAVIEIRO DO VALE DO MAMANGUAPE: DAS GUERRAS DA CONQUISTA À LUTA PELA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS	97
4.1 Resistência indígena Potiguara	97
4.1.1 Quem é o Potiguara	99

4.1.2 A Colonização e a resistência indígena Potiguara	100
4.1.3 A independência do Brasil, o loteamento das terras e a resistência Potiguara	107
4.1.4 O SPI e a resistência Potiguara	109
4.1.5 A CTRT, as usinas e a resistência Potiguara.....	110
4.1.6 A resistência Potiguara e a luta pela demarcação	115
4.1.7 A tese do marco temporal e a resistência indígena	120
4.1.8 A resistência Potiguara e a educação escolar indígena	122
4.1.9 Estratégias de resistência dos indígenas para permanecerem na terra	128
CAPÍTULO 5. A RESISTÊNCIA CAMPONESA NO TERRITÓRIO CANAVIEIRO DO VALE DO MAMANGUAPE: DAS LIGAS CAMPONESAS AOS ASSENTAMENTOS RURAIS.....	132
5.1 A Liga Camponesa de Mamanguape: formação, conquistas e repressão.....	132
5.1.1 Avanços e conquistas da Liga Camponesa	139
5.1.2 Repressão à luta camponesa	143
5.2 O PIC Rio Tinto: política agrária para subsidiar o capital.....	147
5.3 A luta por reforma agrária e os projetos de assentamentos instalados	149
5.3.1 Assentamento Paulo Gomes	153
5.3.2 Assentamento Manoel Bento.....	156
5.3.3 Assentamento Fazenda Cuité.....	157
5.4 Estratégias de resistência dos camponeses para permanecerem na terra	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
5. REFERÊNCIAS	166
APÊNDICE A.....	177
Roteiros das entrevistas	177
APÊNDICE B	182
REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (RCLE)	182
APÊNDICE C.....	186
Cartas de anuência.....	186
APÊNDICE D.....	189
Documentos	189

1.INTRODUÇÃO

O litoral norte da Paraíba começou a ser explorado economicamente desde os primórdios da colonização, com a ocupação estrangeira no século XVI, motivada pela cobiça das potências europeias da época na exploração econômica dos recursos naturais. Desde então teve sua economia marcada por “três ciclos econômicos [...] o do pau-brasil, o da criação de gado e o da agricultura canavieira” (Andrade, 1997, p. 25).

A economia atrelada à monocultura da cana-de-açúcar, ao longo de cinco séculos, mantém a região com baixo desenvolvimento econômico e social, sem perspectiva de promoção do desenvolvimento humano e da melhoria de vida dos trabalhadores, cuja degradação está na essência do capital.

Segundo Alves (2005, p. 72), essa é uma característica intrínseca do “processo de desenvolvimento e reprodução do capitalismo em escala local, que no seu avanço vai tecendo e redefinindo as relações econômicas e sociais de marginalização e segregação de uma boa parte da sociedade”.

A cultura da cana-de-açúcar, introduzida nesse espaço, no contexto da economia colonial, atendeu aos interesses comerciais da coroa portuguesa e do capital mercantil que se consolidava. Estabeleceu-se na estrutura dos engenhos, com base na relação de trabalho escravo, e depois se diversificou com a figura do morador de condição e do arrendatário e, posteriormente, com o surgimento das usinas, do trabalhador assalariado. A exploração do trabalho em suas formas diversas possibilitou a acumulação do capital necessária à geração de lucro através do processo produtivo, requerendo em determinados momentos a sua modernização ante a concorrência intercapitalista.

Com a modernização da produção açucareira, a cultura da cana avança sobre vastas áreas, impactando os ecossistemas com desmatamento, assoreamento dos rios, contaminação dos lençóis freáticos por agrotóxicos, apropriação privada da água, intensificando a exploração da força de trabalho e desalojando a população camponesa para as áreas periféricas das cidades. O trabalhador agora está livre do jugo do proprietário, mas subjugado às leis do capital, à produção e extração da mais valia, e do gerenciamento/controlado sobre o trabalho.

As condições objetivas marcadas pela exacerbação da exploração dos camponeses fizeram surgir movimentos de resistência a esse modelo, como a organização das Ligas Camponesas, a sindicalização dos trabalhadores rurais e os assentamentos rurais.

A hipótese dessa pesquisa consiste na percepção empírica de que o Vale do Mamanguape se constitui como um território de produção de riqueza econômica materializada na economia

canavieira, baseada no modelo de exploração capitalista, cuja dinâmica de produção, de um lado, concentra terra e riqueza e, de outro lado, produz condições materiais de pobreza, desigualdade e degradação ambiental, e que o campesinato apresenta diferentes forma de resistência.

Essa dinâmica, em dados momentos históricos, promoveu o aprofundamento da degradação das condições de vida dos trabalhadores, suscitando a organização e a luta dos trabalhadores do campo por melhores condições de vida, de trabalho e de luta pela terra. A luta camponesa e os assentamentos rurais têm-se constituído como resistência e alternativas ao capital.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a formação do território canavieiro do Vale do Mamanguape, identificando a dinâmica da subordinação desse espaço à exploração do capital e a resistência camponesa em oposição a esse processo. Como mediação a tal objetivo geral foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) descrever o processo de expansão e acumulação capitalista no campo no Vale do Mamanguape-PB; b) Analisar as principais contradições do capitalismo no campo e seus efeitos na produção do território canavieiro do Vale do Mamanguape; c) Analisar o processo de resistência camponesa e indígena ao avanço das relações capitalistas no território canavieiro do Vale do Mamanguape, evidenciando os avanços e limitações.

Para elucidar sobre o processo de construção do território canavieiro do Vale do Mamanguape a partir do desenvolvimento das relações de produção capitalista no campo e o processo de resistência camponesa no território, elaboramos a seguinte questão: Como a dominação do capital no campo definiu a produção canavieira engendrando a díade pobreza/riqueza e como a produção camponesa resiste a essa dominação no Vale do Mamanguape?

Além desta introdução, o estudo compreende mais cinco capítulos: o primeiro trata do percurso teórico e metodológico; o segundo aborda a formação e a evolução do Território Canavieiro do Vale do Mamanguape: um território de exploração; o terceiro discute a origem e a dimensão do campesinato no Território Canavieiro do Vale do Mamanguape; o quarto analisa a resistência dos indígenas Potiguara ao avanço do capital; o quinto estuda as formas de resistência do campesinato desde as Ligas Camponesas à instalação dos Projetos de Assentamento. Por último estão apresentadas as considerações finais da pesquisa.

CAPÍTULO 1. PERCURSO TEÓRICO E METODOLÓGICO

Estudar esse tema tem relevância social e acadêmica, com vista a necessidade de compreender a reprodução capitalista no campo do Vale do Mamanguape e suas contradições. Há séculos, ela produz riqueza, mas foi incapaz de conduzir a sociedade local a um desenvolvimento que garanta dignidade à classe trabalhadora. Por outro lado, há a necessidade de contextualizar a trajetória da organização dos movimentos sociais do campo pela melhoria da qualidade de vida e de luta pela terra, a partir do surgimento das ligas camponesas e posteriormente dos assentamentos rurais.

Os principais conceitos que compõem o arcabouço teórico desta pesquisa são: a) a noção de território enquanto local de disputa de interesses e de poder; b) a produção capitalista e seu processo de exploração e acumulação com base na teoria geral da acumulação de Marx (1968); c) a resistência camponesa que tem como suporte teórico as contribuições de Chayanov (1976), Wolf (1970) e Scott (1985).

1.1 Percurso teórico

A exposição da fundamentação teórica concentra-se nas quatro categorias analíticas consideradas fundamentais para a pesquisa, a saber: território; produção capitalista e exploração do trabalho; campesinato; e resistência camponesa.

1.1.1 Território

O território, como conceito científico, surgiu originalmente nas ciências naturais “para designar a área de influência e de domínio de um determinado grupo de espécie animal ou vegetal” (Moreira, 2007, p.3). Segundo Souza (2000), o território como conceito da ciência geográfica foi formulado pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel como sendo o espaço físico, o qual é denominado de “solo” e é apropriado pelo Estado.

Assim, o desenvolvimento do Estado depende diretamente da capacidade de apropriação e gestão dessa porção do espaço. Para Souza (2000), o território, na concepção de Ratzel, caracteriza-se como espaço vital, naturalizado, a base do Estado Nacional. O seu caráter político consiste na ocupação e na identidade dos ocupantes com o espaço concreto, e a interação social se dá através da identidade coletiva com a nação através do amor à pátria. Essa é uma abordagem que por muito tempo permeia as pesquisas geográficas. Porém, a territorialidade do Estado Nação não é a sua única interpretação.

Outras maneiras de abordagem do território, de forma crítica e abrangente, desvinculadas da abordagem hegemônica do Estado Nação, enfatizam o território “como um campo de forças, uma teia de relações sociais” (Souza, 2000, p. 86). Nesse sentido, o território consiste em “um espaço definido por e a partir de relações de poder” (Souza, 2000, p. 78), que se constitui em diferentes escalas, tanto espacial quanto temporal. Na escala temporal, o território pode constituir-se num período curto ou se prolongar por um período longo, como anos ou séculos. O autor considera ainda que os “territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica” (Souza, 2000, p.81).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o território da cana assumiu no Vale do Mamanguape o caráter permanente, de modo que há séculos vem configurando o espaço local. O poder que estabeleceu esse território está articulado numa escala mais ampla de poder do capital internacional. Esta é uma característica da economia brasileira, “está internacionalizada, e que isso é uma característica ímpar do capitalismo: ter nascido contendo virtualmente a sua mundialização” (Oliveira, 2001, p.22).

Para fundamentar conceitualmente a pesquisa, trabalharemos o território em duas perspectivas: o território canavieiro do Vale do Mamanguape que se constituiu a partir da invasão europeia e se mantém até hoje como determinante das condições materiais de existência da sociedade, e o território de resistência dos camponeses e das lutas de enfrentamento ao poder destrutivo do capital.

1.1.2 Produção capitalista e exploração do trabalho

A partir do conceito de acumulação primitiva em Marx e da contribuição de Rosa Luxemburgo que destaca a importância dos “mercados externos” para o processo de acumulação capitalista, Harvey (2005) propõe utilizar o conceito de acumulação por espoliação. Para ele o capital tem uma necessidade continuada de incorporar a sua valorização, seja em setores de produção não capitalista, seja em territórios que não estão sob seu domínio.

O capitalismo com seu sistema de exploração exclui o trabalhador de ter acesso ao produto do seu trabalho, constituindo um ciclo interminável de produção de valor que Marx (2006. p. 186) denomina D-M-D, “fórmula geral do capital”. A exclusão do trabalhador dos ganhos do capital tem como resultado uma sociedade empobrecida, que não tem capacidade de consumir no mesmo ritmo em que as mercadorias são produzidas, prejudicando o processo de acumulação e criando um problema de fechamento do ciclo que Harvey (2005, p. 116) denomina de “sobreacumulação ou subconsumo”. Na Europa, esse ciclo já não mais se realizava: de um lado, os mercados já não eram suficientes para consumir a produção da

indústria europeia; de outro, as unidades produtivas não produziam os insumos necessários ao funcionamento.

Para resolver esse problema e possibilitar que o ciclo de acumulação se realize, a solução foi a acumulação do capital por meio do imperialismo, ou seja, promover a expansão geográfica da produção capitalista através da política colonial, com a finalidade de criar “demanda tanto de bens de investimento como de bens de consumo” (Harvey, 2005, p. 117).

A relação de produção capitalista no contexto imperialista não significa transformar todo o mundo em espaços de produção capitalista, em todas as suas características, mas criar uma relação entre o capitalismo e os territórios não capitalistas e mantê-los nessa condição a fim de garantir a manutenção do lucro e da sobrevivência da própria acumulação. De acordo com Harvey:

(...) logo, o acesso a insumos mais baratos é tão importante quanto o acesso a mercados em ampliação na manutenção de oportunidades lucrativas. A implicação é que os territórios não-capitalistas deveriam ser forçados não só a abrir-se ao comércio (o que poderia ser útil), mas também a permitir que o capital invista em empreendimentos lucrativos usando força de trabalho e matérias-primas mais baratas, terra de baixo custo e assim por diante (Harvey, 2005, p. 117).

Embora ainda não se possa falar de um processo de acumulação tipicamente capitalista, a economia colonial canavieira, desenvolvida nos territórios subalternos aos domínios do capital imperialista, não tinha até aquele momento procedido à separação efetiva do trabalhador do meio de produção que é a terra, pois, mesmo não sendo dono, os trabalhadores faziam usufruto desta para produção de bens necessário a sua sobrevivência e da sua família. Antes havia o estímulo à ocupação da terra por trabalhadores que pudessem produzir e compensar o proprietário com a renda da terra. Esse processo possibilitou uma acumulação que viria a ser a base da produção capitalista no campo e cumpria uma tarefa da dinâmica da produção capitalista em processo de mundialização.

Vale ressaltar que essa é uma situação momentânea e estratégica do capital que, segundo (Harvey, 2005, p.118), “na ausência de fortes correntes de mudança tecnológica poupadora de trabalho, requer o aumento da força de trabalho”. Para atender o aumento das demandas do mercado do açúcar e expandir os cultivos e a produção só foi possível com a mobilização da força de trabalho barata, sob relações diversas, não necessariamente capitalistas, como já mencionadas, até o momento que for conveniente.

Em algum momento o capital “pode usar seus poderes de mudança tecnológica e investimento para induzir ao desemprego” (Harvey, 2005, p.118), e assim, no momento oportuno promover a separação definitiva dos trabalhadores dos meios de produção e instituir a relação tipicamente capitalista no ciclo de acumulação.

Por ser o capitalismo um sistema produtor de crises, pois a acumulação resulta da exclusão dos trabalhadores dos ganhos do capital, comprometendo o processo de realização da mais valia, ele precisa constantemente de algo "fora de si mesmo" para estabilizar-se (Harvey, 2005). Esse "fora de si" corresponde a tudo que necessariamente não foi criado pelo capital e não faz parte originalmente da lógica da acumulação, mas são potencialidades que podem ser aprisionadas pelo capital e usadas como meios para a realização da acumulação capitalista, como a terra, a água, a força de trabalho, o ar, o sol.

No sistema capitalista colonial, impulsionado pela expansão territorial do capital a partir da Europa, as colônias transformaram-se em territórios de exploração, incorporando no ciclo de acumulação formas não capitalistas de produção. Mas o desenvolvimento das forças produtivas nas colônias em um dado momento levou a cabo a missão de expropriação e separação dos trabalhadores dos meios de produção.

Ora, em todos esses casos, o capitalismo requer efetivamente algo "fora de si mesmo" para acumular, mas, neste último, ele expulsa de fato trabalhadores do sistema num dado ponto do tempo a fim de tê-los à mão para propósitos de acumulação num período posterior do tempo (Harvey, 2005, p.118).

Embora no sistema capitalista a exploração do trabalho se dê através da produção da mais valia a partir do trabalho não pago e a sua apropriação pelo capital no circuito da comercialização, no sistema capitalista colonial a exploração do trabalho se dava pela ultra-exploração do trabalho escravo ou pela apropriação do sobretrabalho das unidades camponesas familiares.

1.1.3 Campesinato: extinção ou recriação

Atualmente, o Vale do Mamanguape possui a maior parte da sua população residindo na área urbana. De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, em relação à situação do domicílio, 64,4% da população do território em análise residiam na cidade. Isso se deve ao processo de modernização que se constituiu na base econômica do território, com a política de fomento do governo ao agronegócio da cana de açúcar para dar sustentação ao Proálcool, tendo como consequência o esvaziamento da sua área rural.

Ao analisar o processo de evolução da variável situação do domicílio, no período entre 1970 e 2010, constatamos que houve uma redução constante do percentual da população rural em relação à população total. É possível estabelecer que o impacto da política do Programa Nacional do Alcool fomentou o avanço das relações capitalistas, modernizou o processo de produção no campo e produziu a urbanização do território, empurrando para a cidade grande o quantitativo da população camponesa, de modo que, no ano de 2010, a porcentagem da

população residente na cidade passou a representar quase o dobro do percentual do levantamento do ano de 1970.

Assim podemos afirmar que o capital cumpre nesse período a sua tarefa de promover o desemprego, separando o trabalhador do meio de produção, extirpando o camponês da terra e empurrando-o para a cidade, para assim criar um contingente populacional vulnerável à exploração do trabalho, o que Marx denomina de exército industrial de reserva.

Tabela 1-TCVM¹ : Distribuição percentual da população segundo situação domiciliar (1970/2010)

Situação do domicílio	ANO				
	1970	1980	1991	2000	2010
Urbana	33,55	47,67	56,58	64,17	64,4
Rural	66,45	52,33	43,42	35,83	35,6

Fonte: IBGE. Adaptado pelo autor (2024).

Mesmo diante de um contexto de crescimento permanente da lavoura comercial, a maior parte da história econômica desse território é marcada pela presença forte do campesinato, seja enquanto morador de condição, de arrendatário ou de pequeno proprietário, todas essas categorias de trabalhadores que produzem o sustento em regime de trabalho de base familiar.

Wolf (1970, p. 16) conceitua o camponês como sendo “cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante constituído pelos que governam”. Apesar do objetivo principal da produção camponesa ser o suprimento dos bens alimentares da família, ou a reposição das energias gastas no processo de trabalho, a produção de excedente acontece quando a produção de alimentos supera a quantidade de calorias necessárias à reposição do “desgaste de energia que o homem despende em seu rendimento diário de trabalho” (Wolf, 1970, p. 17).

O camponês utiliza esse excedente para a troca por bens que não são produzidos por ele e aí, nesse processo de troca, ocorre a exploração do camponês por parte de grupos que não participam do processo de produção. O autor, ainda, considera esse processo – a separação entre os que cultivam e os que governam – como sendo o marco da civilização.

Além da reposição calórica, para o camponês se manter fisiologicamente, isto é, manter a sua reprodução física, é imprescindível produzir para além das necessidades alimentares da família. É preciso que do trabalho também seja extraído o necessário para a manutenção do estabelecimento produtivo, o que o autor considera não como excedente, mas como “fundo de manutenção”.

¹ Território Canavieiro do Vale do Mamanguape

Ainda com relação à produção de excedente, o camponês é submetido à obrigação de produzir excedentes sociais compostos pelo “fundo cerimonial” que corresponde às despesas com as cerimônias sociais, religiosas e segurança, e o “fundo de aluguel”, que corresponde às despesas para pagamento de exigências alheias ao trabalho do camponês, geralmente pelo uso da terra que pode ser pago em trabalho, em produto ou em dinheiro.

As pressões exercidas sobre o camponês, consubstanciadas no fundo de manutenção, no fundo cerimonial e no fundo de aluguel e, ainda, na exploração na relação comercial do camponês no mercado de produtos, têm uma tendência a aumentar a exploração, exigindo cada vez maior taxa de excedente, o que força o camponês a buscar, progressivamente, outras fontes de recursos para o seu sustento, como o assalariamento.

Na sociedade civilizada em que ocorre a divisão de classes em detentores do poder e classe trabalhadora, as relações sociais são complexas, de modo que a exploração do trabalho do camponês ocorre tanto nas relações de troca, quanto nas relações de poder entre a classe camponesa e a classe dominante em que parte da riqueza produzida pelo camponês é transferida em favor das classes que não trabalham. Nesse sistema complexo, o camponês trabalha para o seu sustento e para o sustento da estrutura social em que uma classe se mantém da subtração de parte da riqueza produzida por outra classe, no caso em análise, dos camponeses.

Chayanov (1976) tipifica o camponês como sendo o trabalhador que gere a sua unidade produtiva com a força de trabalho familiar. O rendimento do trabalho corresponde ao produto obtido pelo conjunto da exploração familiar no período de um ano, deduzidos os devidos custos de produção no mesmo período. Esse produto do trabalho compõe o esforço da família e, portanto, é indivisível por não existir o componente salário e, conseqüentemente, o lucro.

O grau de exploração do trabalhador camponês geralmente é elevado porque tem que produzir para o sustento da família e para o atendimento das demandas externas, conforme já mencionado anteriormente. Segundo Kautsky (1968), o trabalhador camponês é submetido a um alto grau de exploração. Ele afirma que nenhuma outra classe é tão explorada como a do camponês, e que esse grau de dedicação ao trabalho não se resume ao trabalhador individual, mas se estende a toda a família, inclusive às crianças. Um fator importante que contribui para esse nível elevado é a fusão lar e lavoura:

o camponês não se condena individualmente apenas a este trabalho forçado. Condena também a sua família. Na agricultura, lar e lavoura estão intimamente fundidos. Por conseguinte, as forças de trabalho menos resistentes, as crianças estão sempre sujeitas à exploração (Kautsky, 1968. p.123).

Mesmo diante de tal situação, o camponês insiste em se manter cultivando a sua terra e tirar dela o sustento da família. Para justificar o contentamento com que o camponês se dedica

ao trabalho na terra, Kautsky se refere a John Stuart Mill, citando um autor inglês que afirmava: "Trabalham com ardor de manhã a tarde, porque têm a consciência de que labutam para si mesmos" (Mill *apud* Kautsky, 1968, p. 136).

O fato de o produto do trabalho ser o objetivo do camponês, permite definir o camponês como trabalhador autônomo. Nesse sistema, vale a pena o emprego de todas as forças para produzir, porque o resultado do trabalho será parcialmente controlado pela família. Embora tenha que dispensar parte do produto do trabalho para pagamento das obrigações sociais como impostos e foro pelo uso da terra é confortante ao camponês saber que o que ele retira de sua renda para arcar com essas obrigações foi subtraída do produto total do seu trabalho e que esse produto resulta do grau de esforço empregado na produção.

Diferente do trabalho assalariado que está sujeito a decisões externas e o grau de esforço dispendido no processo produtivo não fará diferença na renda final que cabe ao trabalhador, ou seja, um maior dispêndio de trabalho no regime de assalariamento leva ao incremento do rendimento do organizador da produção, porque a relação de trabalho não é regulada pela necessidade do trabalhador e sim por um contrato de trabalho que atende às exigências do mercado. Nesse sentido, o trabalho camponês conforta o produtor não apenas pelo grau de rendimento que lhe confere a produção, mas também pelo grau de autonomia de sua própria existência.

Sobre as origens do campesinato, Wolf (1970) destaca que estão relacionadas com a origem do Estado, ou seja, foi a partir do estabelecimento do Estado que o produtor camponês foi submetido às regras criadas pela classe dominante para regulamentar as sociedades. O camponês se submete a essas regras impostas pelos detentores do poder. Situando esse contexto no tempo e no espaço, o autor considera que os registros mais remotos sobre a transição do modo de produção primitivo ao campesinato tenham ocorrido no Sudeste da Ásia por volta de 9000 a. C., no México por volta de 7000 a. C., tendo como primeiras atividades a domesticação de animais e o cultivo da terra para a produção de alimentos. Na América Central, o campesinato surgiu "por volta de 1000 A.C" (Wolf, 1970, p. 26).

Por essa definição podemos afirmar que o campesinato no Brasil teve sua origem a partir das invasões europeias nos territórios da América do Sul, especificamente com a invasão portuguesa e a apropriação de todo o território do que hoje é o Brasil. Ao estabelecer a propriedade jurídica do espaço que há milhares de anos era ocupado por diferentes povos primitivos, que viviam livremente nos seus territórios de forma natural sem ter que seguir regras de uma classe que não fazia parte do seu grupo, o Estado português impõe as regras da sociedade civilizada portuguesa, primeiramente em relação à terra, apropriando-se do principal

bem de sobrevivência dos povos originários, para depois desenvolver a exploração dos recursos naturais e dos seres vivos, humanos ou não, visando à geração e apropriação de riquezas.

1.1.4 Resistência camponesa

A produção camponesa representa um segmento produtivo que tem uma lógica própria de funcionamento que não a capitalista, como destaca Chayanov. Para esse autor, a lógica interna de unidade camponesa é movida pelo balanço entre consumo e trabalho. “O grau de auto-exploração é determinado por um equilíbrio específico entre a satisfação da procura familiar e a fadiga devida ao trabalho” (Chayanov, 1976, p. 482). Nesse sentido, o que determina a produção é a necessidade do consumo e não do lucro. Quanto maior a necessidade da família, maior será o grau de autoexploração da família para prover os bens necessários ao atendimento dessas necessidades. O autor considera ainda que:

(...) enquanto a fadiga devida ao trabalho é subjectivamente considerada como menor do que a intensidade das necessidades para cuja satisfação se suporta o trabalho, a família que trabalha sem o concurso de assalariados tem toda a razão em prosseguir a sua actividade económica (Chayanov, 1976, p. 483).

Enquanto unidade de consumo, deve atender às necessidades de reprodução de sua força de trabalho, isto é, deve produzir bens e serviços que atendam às necessidades do consumo familiar (alimentação, educação, saúde, vestimentas, moradia). Enquanto unidade de produção, ela se utiliza da força de trabalho da família para produzir aqueles bens que necessita, isto é, a utilização da força de trabalho da família implica em desgaste e fadiga da mesma. Portanto, a dinâmica interna da unidade camponesa é presidida por esses dois elementos: consumo e fadiga do trabalho. É exatamente esse balanço entre consumo e trabalho que possibilita a sobrevivência da produção camponesa nas sociedades capitalistas.

A unidade camponesa, no entanto, está integrada a uma organização social mais ampla do que ela. Wolf (1970) lembra que nas formações sociais capitalistas, a unidade camponesa está envolvida pela lógica mercantil que preside essas formações sociais.

Existe, portanto, uma tensão permanente entre a dinâmica produtiva camponesa e as pressões exercidas sobre ela pelas estruturas mercantis. Nesse sentido, Scott (1985) lança o conceito de resistência camponesa como mecanismo de garantir a sua sobrevivência mesmo nas sociedades capitalistas que a envolvem. Segundo Menezes (2002), Scott propõe uma análise focada nas formas cotidianas de resistência que se diferenciam da resistência formal organizada por movimentos sociais, sindicatos ou partidos, mas consiste em uma resistência em que “as práticas requerem pouca ou nenhuma coordenação, são informais, ocultas” (Menezes, 2002, p.33).

Isso não significa que o movimento social coletivamente organizado não tenha importância, como forma de resistência. Menezes (2002) reafirma que o mesmo autor considera que “tanto as práticas cotidianas quanto as dos movimentos sociais são consideradas por Scott como forma de resistência” (Menezes, 2002, p.33), porém o autor privilegia as práticas cotidianas por considerá-las predominantes nas lutas camponesas contra as classes dominantes.

Essa forma de resistência consiste na luta que se desenvolve a partir da exploração suportada pelo campesinato. Scott se propõe a compreender as relações de dominação a partir das interações sociais cotidianas entre as classes dominantes e as subalternas, e são expressas em atos como: “fazer ‘corpo mole’, dissimulação, condescendência, furto, surrupio, simulação, fuga, fantasia, difamação, maledicência, incêndio culposo” (Menezes, 2002, p.33).

Scott (1992) considera que a relação entre as classes antagônicas no espaço público não passa de dissimulações e que a “dissimulação dos fracos diante do poder não deve surpreender-nos. É omnipresente” (Scott, 1992. p. 27). Essa forma de relacionamento consiste em uma tática das classes dominadas diante de quem tem poder e “poderá um dia estar em condições de nos prejudicar ou auxiliar de alguma maneira” (Scott, 1992. p. 28).

Nesse sentido, as classes dominadas agem dessa forma “por prudência, medo e desejo de cair nas boas graças dos mais fortes” (Scott, 1992. p. 28), e que isso ocorre em face da subordinação sistemática de uma classe sob o poder de outra. Quanto à relação entre as classes dominantes e dominadas, Scott (1992) denomina de “discurso público” quando ocorre nos espaços públicos, onde as formalidades são determinadas pelas regras sociais impostas por quem detém o poder.

Já nos espaços privados, cada classe assume sua essência e o antagonismo predomina nas discussões e na consideração à classe oposta, o que o autor denomina de “discurso oculto”, em que cada grupo externa seu sentimento verdadeiro em relação ao oponente. Esses sentimentos geralmente são carregados de ódio, desprezo, desconfiança e revolta contra a outra classe.

Essas formas de resistência geralmente têm caráter individual, sem coordenação ou planejamento, mas em determinados momentos podem assumir contorno de luta revolucionária. A exteriorização dos sentimentos e emoções dos indivíduos pertencentes às classes dominadas, nos espaços seguros de liberdades desses sujeitos, denominada como “transcrições ocultas” (Menezes, 2002, p.42), fora dos espaços de discussões formais controlados pela classe dominante, pode construir um sentimento de revolta coletiva e conduzir ao patamar de identidade de classe. Assim, as transcrições ocultas transcendem seus limites e as reivindicações assumem o caráter de confronto direto na escala da “transcrição pública” (Menezes, 2002, p.41).

Essa ascensão na mobilização ocorre tanto de forma subjetiva quanto objetiva, decorrente do aumento da revolta das classes oprimidas.

Ainda sobre a resistência camponesa, no que se refere ao campesinato brasileiro, Oliveira (2001) destaca que o avanço da relação capitalista de produção no campo tem como consequência um processo contínuo de expropriação da terra dos camponeses. O trabalhador sem-terra que pretende manter sua condição de camponês, “procura abrir acesso à terra através do pagamento pelo seu uso” (Oliveira, 2001, p. 62). Esse pagamento pode se dar de várias formas, através de parceria, arrendamento, transferindo aos proprietários a renda da terra em produtos, em dinheiro ou em trabalho.

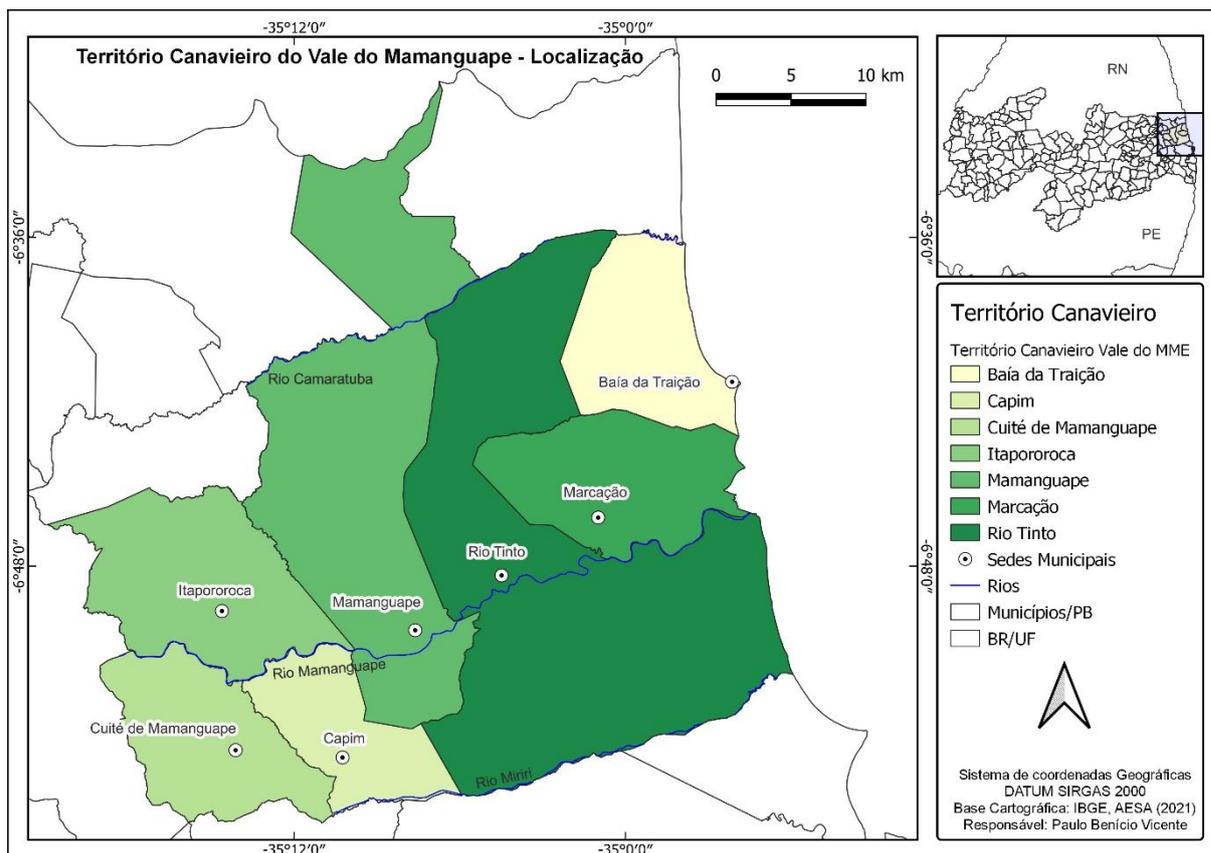
Mas há os que se opõem ao pagamento da renda da terra e buscam o acesso abrindo posse. O autor destaca ainda que no Brasil tem tido um aumento do número de posseiros por décadas seguidas, desde 1960 a 1985, e que estes, bem como os indígenas “têm demonstrado uma vitalidade de expansão que constitui concretamente a prática da traição às leis do capital” (Oliveira, 2001, p. 62). Nesse sentido, a luta camponesa no Brasil se constitui como uma luta anticapitalista contra a concentração da terra, e ocorre de forma articulada pelos movimentos sociais do campo em todo o território brasileiro.

1.2 Percurso metodológico

O Litoral Norte da Paraíba que compõe o que no passado era a freguesia de Mamanguape é formado por doze municípios. A economia canavieira está presente em todo o território e as condições materiais dos trabalhadores são determinadas pelo poder econômico de várias usinas que atuam não só no Vale do Mamanguape, mas em toda a Zona da Mata paraibana.

No entanto, para a realização da pesquisa, privilegiamos o recorte territorial a partir dos seguintes critérios: a) municípios que se localizam no baixo curso do Rio Mamanguape; b) municípios que têm como principal atividade econômica a cultura da cana, mas a agricultura camponesa persiste; c) área de influência da usina de produção de açúcar e álcool do baixo Vale do Mamanguape (Usina Monte Alegre); e d) onde é possível identificar movimento de resistência camponesa e de luta pela terra. Com base nesses critérios, definimos como território de análise o espaço composto pelos municípios de Mamanguape, Rio Tinto, Capim, Cuité de Mamanguape, Itapororoca, Marcação e Baía da traição, o qual denominamos de “Território Canavieiro do Vale do Mamanguape”, representado no Mapa 1.

Mapa 1-Território Canavieiro do Vale do Mamanguape



Fonte: Base cartográfica do IBGE e AESA (2021). Adaptado pelo autor (2024).

Os sujeitos da pesquisa são agricultores e/ou descendentes de lideranças remanescentes das Ligas Camponesas, trabalhadores rurais da Usina Monte Alegre residentes em bairros periféricos da cidade de Mamanguape, lideranças de movimentos sociais e sindicais do campo, trabalhadores assentados da Reforma Agrária e indígenas Potiguara das Aldeias Forte e Três Rios, localizadas nos municípios de Baía da Traição e Marcação, respectivamente.

A escolha desses sujeitos se justifica por serem categorias afetadas diretamente pela exploração do trabalho em diversas relações e que vivenciaram ou vivenciam a realidade determinada pelo avanço das relações de produção capitalista no campo no território canavieiro do Vale do Mamanguape.

Como recorte temporal, apesar de uma abordagem histórica do processo de desenvolvimento econômico desse território, privilegamos analisar os dados a partir da expansão dos canaviais sobre os territórios camponeses e indígenas, e, conseqüentemente, o aprofundamento do processo de exploração da massa trabalhadora e o despertar da luta contra as forças opressoras da expansão capitalista no campo, tendo como recorte o período entre 1960, que marca a ascensão do movimento de massa camponesa como expressão da luta contra as

relações de exploração do trabalho e a expulsão dos camponeses da terra, e o momento atual, em que o modo capitalista predomina no campo na sua forma mais moderna, e os mecanismos de exploração permanecem caracterizando o território como um espaço de produção capitalista e de produção de mais valia.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos, consiste em uma pesquisa exploratória, que visa “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (Gil, 2002, p. 41). Em relação aos procedimentos, o trabalho consiste em um estudo de caso, que, segundo Gil (2002, p. 54), “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento” (Gil, 2002, p. 54).

As principais fontes para levantamento de dados são os censos agropecuário e demográfico do IBGE, de onde foram coletadas as informações sobre a população e a força de trabalho ocupada na exploração da cana de açúcar e nas unidades familiares (nível de ocupação, rendimento, condições de habitação, etc.), assim como o Atlas Brasil (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil), o qual fornece informações sobre o desenvolvimento humano (níveis de educação, rendimento, expectativa de vida, índice de GINI, etc.) nos mais diferentes recortes territoriais. Esses dados têm como finalidade a contextualização do território e a fundamentação da amostra em relação aos sujeitos pesquisados.

Tais informações foram complementadas com entrevistas com os sujeitos mencionados e ainda através de consultas a documentos de órgãos oficiais e de entidades não governamentais como sindicatos e movimentos sociais, museus, memoriais e igrejas.

As falas dos sujeitos, assim como as citações diretas das referências consultadas, foram transcritas respeitando a grafia original das fontes.

1.2.1 Instrumento para coleta de dados

Com relação ao instrumento, além das fontes mencionadas, utilizamos a entrevista semiestruturada composta por uma primeira parte que tem como finalidade a obtenção de informações sociodemográficas para identificação dos sujeitos, tais como: idade, escolaridade, profissão, endereço e contato telefônico. E uma segunda parte com as perguntas para a coleta de dados. Destaca-se a importância da entrevista, pois através dela “o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais” (Cruz Neto, 2002, p. 57). Além da entrevista, o levantamento de informações foi feito através de conversas informais com os sujeitos mencionados, e ainda observação *in loco* para registro fotográfico. Além das fontes citadas,

foram realizadas visitas e consultas a sites, documentários, vídeos e registros fotográficos nos espaços que preservam registros sobre os temas abordados.

Para alcançarmos o primeiro objetivo específico foi feita uma revisão da literatura acerca da produção capitalista no campo, analisando as particularidades do processo de expansão e acumulação do capitalismo global e seus impactos no território do Vale do Mamanguape.

Para o segundo objetivo específico, elencamos como instrumentos a base de dados dos censos agropecuários do IBGE e do Atlas Brasil (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil) a fim de realizar um levantamento sobre a estrutura agrária, a produção agrícola, a exploração da força de trabalho e as condições materiais da vida dos trabalhadores.

Além da base de dados dos órgãos mencionados, tem-se a atividade de campo a fim de levantar dados sobre a realidade material dos trabalhadores rurais da usina Monte Alegre através da realização de entrevista semiestruturada com esses trabalhadores (canavieiros) que residem na cidade de Mamanguape, e assim verificar a relação das condições de vida desses sujeitos com a situação de exploração a que são submetidos.

Os trabalhadores canavieiros residentes na cidade de Mamanguape são contratados por quatro usinas, sendo duas localizadas no território em estudo: a Monte Alegre (localizada em Mamanguape) e a D'Pádua (localizada no município de Rio Tinto à margem direita do Rio Camaratuba), e duas localizadas no município de Santa Rita, nos limites com o município de Mamanguape e Rio tinto: a Mirirí e a Japungu,

Essas usinas exercem grande influência econômica no território em análise, sobretudo na cidade de Mamanguape. Seja por possuírem grande parte de suas propriedades no território, seja pela facilidade de recrutamento de trabalhadores, principalmente em Mamanguape, devido a alguns fatores como: proximidade da cidade com os locais de trabalho; falta de oportunidade de trabalho na cidade; e grande quantidade de trabalhadores disponíveis, compondo um exército de reserva propenso a ser explorado pelas empresas que se submetem aos trabalhos pesados no campo e são remunerados com baixos salários.

Para alcançarmos o terceiro objetivo específico, utilizamos como instrumento a entrevista com agricultores remanescentes das ligas camponesas², sendo uma agricultora, contemporânea do movimento, residente na comunidade de Itapecirica, contemplada com um lote da reforma agrária do PIC Rio Tinto, dois agricultores remanescentes do movimento da Liga Camponesa

² Em virtude do tempo decorrido, são poucos os sobreviventes daquele momento. Até agora foram identificadas cinco pessoas. Essas entrevistas complementam as informações colhidas durante o desenvolvimento do TCC realizado na UEPB (Vicente, 2003).

e residentes na localidade de Mirirí onde ocorreram núcleos das Ligas Camponesas, e uma descendente (filha) do presidente da Liga Camponesa de Mamanguape, residente atualmente na cidade de Mamanguape.

Realizamos também a entrevista com indígenas Potiguara da Aldeia Forte localizada no município de Baía da Traição, e da aldeia Três Rios no município de Marcação, a fim de contextualizar a resistência indígena pela preservação do território e oposição ao capital. Como se trata de uma pesquisa de caráter qualitativo não foi delimitado um número de entrevistas, mas adotou-se o critério da saturação³.

Ainda relacionado ao terceiro objetivo, realizamos entrevistas com agricultores dos assentamentos da reforma agrária para analisarmos a resistência camponesa no momento atual do desenvolvimento do capitalismo no campo.

1.2.2 Local das entrevistas

Com relação ao local das entrevistas, elas foram agendadas em local e horário acessíveis para o entrevistado, em comum acordo, num ambiente adequado para que os participantes da pesquisa se sentissem seguros e livres para responderem as perguntas, de modo que não se sentissem constrangidos no repasse das informações necessárias, a fim de alcançarmos os objetivos da pesquisa. As entrevistas foram realizadas nos locais escolhidos pelos participantes, possibilitando aos mesmos a segurança e a liberdade de fala.

A abordagem e a entrevista dos sujeitos camponeses e indígenas foram realizadas nos locais de morada. Referente aos trabalhadores da usina, a abordagem foi nos pontos de espera do transporte para o trabalho porque nesses locais foi identificada, através de sondagem, uma maior concentração desses trabalhadores fora da interferência dos empregadores, e as entrevistas foram agendadas no momento da abordagem e realizadas em suas residências.

1.2.3 População e amostra

Os participantes da pesquisa são: lideranças remanescentes ou descendentes das lideranças do movimento da Liga Camponesa de Mamanguape, que vivenciaram ou que têm conhecimento sobre a organização da Liga Camponesa de Mamanguape; lideranças e agricultores dos assentamentos presentes no território em análise, que conhecem a história da

³ O critério da saturação estabelece que o número de entrevistas deve ser estabelecido pelo pesquisador ao verificar que as informações colhidas estão sendo repetitivas, sem acrescentar novas informações (Minayo, 2017; PIRES, 2008).

luta pela terra e da resistência camponesa, assim como a organização do assentamento; trabalhadores rurais assalariados da usina Monte Alegre que desenvolvem trabalho no campo, seja no cultivo ou colheita da cana-de-açúcar; e indígenas Potiguara residentes nas Aldeias Forte e Três Rios, localizadas nos municípios de Baía da Traição/PB e Marcação/PB, respectivamente, que conhecem sobre a resistência indígena Potiguara. A abordagem e a coleta de dados necessários à pesquisa aconteceram de acordo com a disponibilidade dos sujeitos.

A amostra foi diferenciada para cada categoria de sujeito. Com as lideranças e descendentes das lideranças das ligas, foram entrevistadas cinco pessoas e mais duas entrevistas complementares de outra pesquisa, conforme mencionado no tópico 1.2.1. Devido ao decurso do tempo em que ocorreu o movimento, tivemos dificuldade na identificação de pessoas residentes no território com conhecimento para responder a entrevista e elucidar os questionamentos. Com as lideranças dos assentamentos, foi entrevistada uma liderança de cada um dos três assentamentos presentes no território, e com os agricultores assentados, foram entrevistados três agricultores, sendo um de cada assentamento. Já com os indígenas, foram realizadas três entrevistas, e com os trabalhadores da usina Monte Alegre, trabalhamos com uma amostra de 3% de um universo de 322 cortadores de cana na safra 2023/2024, sendo realizadas dez entrevistas. No total, obtivemos vinte e seis entrevistas com todos os sujeitos.

1.2.4 Procedimento para a coleta de dados

Os procedimentos para a coleta de dados foram os seguintes: o contato com os participantes foi feito por abordagem do pesquisador através de convite para responder a pesquisa, não havendo qualquer imposição para participar. Os contatos e identificação dos sujeitos foram coletados conforme os que se disponibilizavam de forma voluntária a responder a pesquisa. Nesse primeiro contato, mediante o aceite do sujeito, o pesquisador coletou o contato telefônico e de aplicativo de mensagens, e por esses meios foi feito o agendamento das entrevistas.

No ato da entrevista, os participantes foram esclarecidos pelo pesquisador sobre o modelo de entrevista, os objetivos gerais e específicos da pesquisa, os riscos e benefícios, a garantia do sigilo das informações fornecidas, o compromisso de assegurar o anonimato, bem como o direito de suspender a participação na pesquisa a qualquer momento.

Também foram avisados que as entrevistas seriam gravadas a fim de proporcionar os registros das falas na íntegra para posterior transcrição, e após a transcrição os áudios seriam apagados porque esses não seriam objetos de análise. O início das entrevistas deu-se após a

assinatura do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) e os entrevistados receberam uma cópia assinada pelo pesquisador, conforme modelo constante no apêndice A.

1.2.5 Análise dos dados

As entrevistas foram transcritas na íntegra e depois tabuladas para organização dos dados coletados e para verificação da necessidade ou não de novas entrevistas. A análise dos dados coletados nas entrevistas foi feita pelo método da hermenêutica dialética, que consiste na “explicação e interpretação de um pensamento” (Minayo, 1992. p. 219) e busca dar sentido a comunicação entre os seres humanos num determinado grupo social, conforme sua interpretação dos acontecimentos históricos. “Ela se distingue do saber técnico que quer fazer da compreensão de um conjunto de regras disciplinadoras do discurso” (Minayo, 1992. p. 223). A interpretação deve ser baseada no contexto do espaço de vivências do sujeito e se apoia na realidade dos fatos em que os sujeitos estão inseridos, e tanto o pesquisador como o sujeito devem ter a compreensão desse contexto.

Numa sociedade marcada pela desigualdade consubstanciada na estratificação social em que uma classe se sobrepõe a outra, a fala do sujeito traduz a representatividade da classe à qual ele pertence e nesse sentido não deve haver imparcialidade na análise dos dados. Como a análise tem por finalidade responder ao problema da pesquisa, para que a resposta seja coerente com o que a pesquisa propõe, ao analisar a relação capital e trabalho em que a classe trabalhadora é impactada pelo domínio do capital, portanto, a interpretação deve ser a partir do olhar da classe trabalhadora que é subordinada ao poder do capital.

1.2.6 Atuação ética do pesquisador

- I. O projeto de pesquisa foi submetido a um Comitê de Ética em Pesquisas, atendendo ao preceituado nas Resoluções 466/12 e 510/16, ambas do Conselho Nacional de Saúde, que disciplinam as pesquisas envolvendo seres humanos, e à Resolução CNS nº 304 de 2000 que disciplina a pesquisa com população indígena. Os dados foram divulgados junto ao órgão da Funai e ao povo indígena Potiguara, assim como à coordenação do curso de Mestrado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal da Paraíba. O projeto foi aprovado pelo CEP, com número do Parecer: 6.460.325, e pelo Conep, com número do Parecer: 6.635.724
- II. Só após o encaminhamento e a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa, considerando-se os aspectos éticos em pesquisa envolvendo seres humanos recomendados pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012),

pela Resolução CNS nº 510 de 2016 (normatiza a pesquisa em Ciências humanas e Sociais), e pela Resolução CNS nº 304 de 2000 (Pesquisa com População Indígena), as entrevistas foram realizadas. Cada participante foi informado previamente sobre os objetivos da pesquisa, e só após a sua autorização e assinatura do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) é que a entrevista pôde ser realizada.

- III. Em cumprimento aos requisitos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, da Resolução CNS nº 510 de 2016 (Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais) e da Resolução CNS nº 304 de 2000 (Pesquisa com População Indígena), a pesquisa só foi realizada após a anuência das instituições que representam os sujeitos participantes. Para os agricultores assentados, a anuência da associação do assentamento. Para os trabalhadores da usina Monte Alegre, a anuência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mamanguape. E para os indígenas Potiguara, a anuência do Cacique Geral, do cacique da Aldeia e da Funai, cuja autorização está disponível no apêndice.
- IV. Anuência Caciques: conforme preconiza a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, a Resolução CNS nº 510 de 2016 (Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais), e a Resolução CNS nº 304 de 2000 (Pesquisa com População Indígena), especificados nos itens I, II e III.
- V. Conforme a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil e suas complementares, além da Resolução nº 304/2000, que trata de pesquisa com populações indígenas, e da Portaria nº 177/PRES/2006 da Funai em seu Art. 6º, que trata sobre o uso de som e imagem de população indígena, os nomes dos sujeitos serão mantidos em sigilo, a fim de evitar a identificação dos participantes, assim como represália ou repreensão a suas falas. Nesse sentido, as falas dos sujeitos serão identificadas por códigos para cada categoria, seguindo a ordem alfabética dos nomes, conforme segue:
- Para os três participantes indígenas serão utilizados os códigos I-1, I-2 e I-3;
 - Para os três participantes assentados serão utilizados os códigos A-1, A-2 e A-3;
 - Para as lideranças de assentamentos serão utilizados os códigos LA-1, LA-2 e LA-3;
 - Para os remanescentes ou descendentes das Ligas Camponesas serão utilizados os códigos LC-1, LC-2, LC-3, LC-4, LC-5, LC-6 e LC-7;

- Para os trabalhadores rurais, serão utilizados os códigos TR-1, TR-2, TR-3, TR-4, TR-5, TR-6, TR-7, TR-8, TR-9 e TR-10.

CAPÍTULO 2. PROCESSO DE FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO TERRITÓRIO CANAVIEIRO DO VALE DO MAMANGUAPE: DE UM TERRITÓRIO DE COOPERAÇÃO A UM TERRITÓRIO DE EXPLORAÇÃO

Antes da colonização portuguesa, o atual Território Canavieiro do Vale do Mamanguape era habitado por povos indígenas, cuja organização social e produtiva era comandada fundamentalmente pela cooperação a partir da produção de valores de uso que garantiam a sua reprodução social e material. Com a invasão dos europeus (franceses, portugueses e holandeses) a estrutura organizativa pré-existente é substituída por uma organização social comandada pela busca da lucratividade com base na produção de valores de troca. A seguir são discutidas essas duas formas de organização.

2.1 Território organizado com base na cooperação

No Brasil, os povos primitivos habitavam todo o território, distribuídos em grupos, conforme o tronco linguístico. Segundo Ribeiro (2000), no litoral predominavam os povos de língua Tupi e somavam entre um e dois milhões de habitantes. As tribos se dispersavam por todo o litoral brasileiro, mas também nos vales férteis de muitos rios da costa, através dos quais se deu a sua entrada para as áreas interioranas.

Viviam da coleta, do cultivo, da caça e da pesca, dos recursos disponíveis nas florestas, mas haviam desenvolvido principalmente a domesticação de plantas como a mandioca que, apesar de venenosa, conheciam técnicas de separação do veneno e torná-la comestível. A agricultura assegurava a esses povos a sua sobrevivência, e a floresta, o espaço sagrado, o ambiente que garantia o sustento de suas práticas agrícolas e culturais.

À medida que os grupos tribais cresciam, eles se dividiam e muitas vezes se tornavam rivais e, dessa forma, fragmentavam-se e não havia entre os primitivos brasileiros uma unidade organizativa, uma organização política, vivendo cada um conforme as necessidades imediatas, sem um regramento social que unificasse os diferentes grupos.

Ao abordar sobre a expansão e a distribuição do povo indígena pelo Brasil, especificamente os povos de língua Tupi, entre eles, o Potiguara, Palitot (2005) afirma que:

sua expansão dava-se não pela conquista territorial por parte de um grupo fortemente organizado e centralizado, mas, pelo constante fracionamento de seus grupos locais num processo de crescimento populacional e constantes guerras que dominavam a vida social desses povos (Palitot, 2005. p. 15).

A chegada do invasor causou impactos diversos na vida dos povos primitivos. Tomaram-lhe as terras, derrubaram as matas e trouxeram doenças, violência e morte. Mas, sobretudo,

houve o impacto social, pois o futuro apresentado aos povos primitivos, com o modo de vida civilizado, é a negação de sua existência, a negação da vida como dádiva sagrada concedida pelos deuses (Ribeiro, 2000). Para o povo civilizado, o sentido da vida era o trabalho com a finalidade de obtenção de lucro e acúmulo de riquezas.

O indígena vivia da forma mais natural, sem a necessidade de dedicação da vida exclusivamente ao trabalho, à produção de bens além do que necessitava, nem de destruição da natureza. “A organização econômica e social tinha como objetivo a produção de valores de uso, isto é, a produção de bens e serviços que garantissem as condições necessárias de sobrevivência dos indivíduos e da sociedade” (Targino, 2014).

À medida que os portugueses intensificavam suas atividades, subordinando o espaço de vida à lógica de exploração mercantil, a relação entre os indígenas e o invasor, que inicialmente era amistosa, ia se configurando numa relação de oposição. Enquanto os indígenas mantinham uma relação de harmonia e de cuidado com a terra, os invasores estabeleceram uma relação de sobreposição, domínio, exploração e destruição.

Causava estranheza aos povos primitivos a ambição dos portugueses, a sua relação com a natureza, a ganância de se apropriar, de tomar para si os recursos que a natureza fornecera de graça, ver suas matas sendo destruídas para serem comercializadas ou queimadas nas fornalhas, ou ainda, transformadas em caixas para embalar produtos para serem levados para além-mar para saciar a fome interminável de acumular riquezas.

Aos olhos dos indígenas, os oriundos do mar oceano pareciam aflitos demais. Por que se afanavam tanto aos seus fazimentos? Por que acumulavam tudo, gostando mais de tomar e reter do que de dar, intercambiar? Sua sofreguidão seria inverossímil se não fosse tão visível no empenho de juntar toras de pau vermelho, como se estivessem condenados, para sobreviver, a alcançá-las incansavelmente? Temiam eles, acaso, que as florestas fossem acabar e, com elas, as aves e as caças? Que os rios e o mar fossem secar, matando os peixes todos? (Ribeiro, 2000, p. 45, 46).

No plano das relações políticas e de poder, o objetivo do projeto colonial era o domínio econômico das novas terras para produzir e abastecer o comércio ultramarino com bens produzidos no mundo tropical. Certamente, nesse novo mundo, criar mercado para os bens produzidos no mundo civilizado era o que motivava os portugueses e outras nações europeias a se aventurarem para além dos oceanos na busca de novos espaços para investirem suas economias acumuladas em atividades praticadas no velho mundo como a exploração da terra, do trabalho e da comercialização de bens. Era vital ao sistema dar vazão ao saturado mercado europeu e tornar seus capitais mais rentáveis (Harvey, 2005).

Nesse processo, Portugal, Espanha, França e Holanda assumiram a vanguarda na investida pela descoberta e domínio de novas terras por possuírem acúmulo de capital capaz de

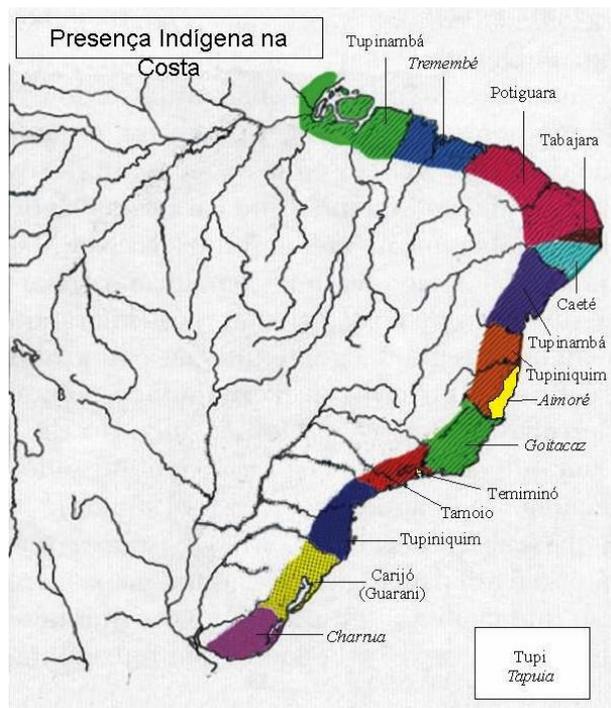
financiar o investimento nas empresas coloniais, avançados sistemas de navegação, assim como poder de controle dos territórios através do uso das armas.

Suas ciências eram um esforço de concatenar com um saber a experiência que se ia acumulando. E sobretudo, fazer praticar esse conhecimento para descobrir qualquer terra achável, a fim de a todo o mundo estruturar num mundo só, regido pela Europa. Tudo isso com o fim de carrear para lá toda a riqueza saqueável e, depois, todo o produto da capacidade de produção de povos conscritos (Ribeiro, 2000, p. 38, 39).

Dessa forma, ocupando territórios, dominando e recrutando os povos por onde iam instalando suas bases de dominação, as potências europeias investiam seus capitais. A partir da exploração da terra, dos recursos naturais e do trabalho, escravizando índios e negros, seus capitais se multiplicaram e conferiram mais poder a essas potências, criando assim um círculo acumulativo até que todo o mundo tivesse dominado por essa estrutura de poder do capital centralizado na Europa.

A Paraíba, segundo Herckman (1886), em descrição da capitania no período em que a Holanda dominou a costa nordestina, inclusive as terras paraibanas, era habitada pelos Potiguaras, depois foi ocupada pelos franceses, portugueses e holandeses. Palitot (2020) e Targino (2014) afirmam que os Potiguara ocupavam toda a costa da Paraíba, do Rio Grande do Norte e parte do Ceará (Ver Figura 1).

Figura 1-Distribuição dos povos indígenas no Brasil



Fonte: Dicionário Ilustrado Tupi Guarani

Na Paraíba, sua concentração era maior principalmente no Vale do Mamanguape e a sua entrada para o interior se estendeu até a Serra da Copaoba, região de transição entre as terras baixas do litoral e o planalto da Borborema localizada a cerca de 100 km do mar, atualmente denominada de Serra da Raiz. Ainda Salvador (1975), Gonçalves (2007) e Anônimo (2006) afirmam que a presença dos Potiguara na costa nordestina se estendia desde a Paraíba até o Maranhão, por cerca de 600 léguas de terra.

A presença francesa na costa paraibana antes dos portugueses teve a finalidade mais específica de extração da madeira para abastecer a sua rede comercial e não de controle territorial. A relação deles com os Potiguara foi uma relação amistosa. Embora houvesse o interesse comercial, a relação parecia respeitosa do ponto de vista de preservação do espaço de vida dos povos primitivos.

Os primeiros desta língua se chamão Potyguaras, senhores da Parahyba, trinta léguas de Pernambuco, senhores do melhor pau do Brasil e grandes amigos dos franceses, e com eles contarão até agora, casando com eles suas filhas” (Cardim, 1583–1590, p. 101, *apud* Palitot, 2020, p. 24).

Ainda sobre os nossos povos primitivos, “A Parahyba era habitada, ao tempo do seu descobrimento, por diversas tribus pertencentes a duas raças indigenas distinctas: tupy e cariry” (Joffily, 1892. p.21). Os povos de língua Tupy que habitavam a faixa litorânea paraibana se dividiam em dois grupos identitários: os Tabajara, e os Potiguara. Segundo Almeida (1966) e Salvador (1975), os Tabajara são oriundos do sertão de Pernambuco, do Vale do São Francisco; após conflitos com os colonizadores portugueses, migraram para a Paraíba e se estabeleceram à margem direita do rio Paraíba, ocupando o litoral sul até os limites com Pernambuco. Referindo-se aos Potiguara, Joffily (1892) afirma: “Era uma das tribus mais populosas da raça tupy; e uma das que mais salientárão-se nesses difíceis tempos em que o Brazil dava os primeiros passos na vida civilizada” (Joffily, 1892, p.22).

De acordo com Patitot (2020), as invasões europeias eram motivadas por interesses “práticos e ideológicos”. Os primeiros eram de natureza mercantil com a finalidade de descoberta e domínio dos territórios e a garantia de sua exploração econômica. Os segundos tinham como finalidade a expansão da religião católica e a sustentação da estrutura socioeconômica colonial.

A política de controle territorial planejada por Portugal foi implementada com uma estrutura de guerra para eliminar qualquer obstáculo a sua execução. O objetivo não era apenas de extração, mas de ocupação, dominação e controle do território. Era tirar dos habitantes originais a legitimidade de usufruto da terra e de qualquer bem existente sobre ela. A religião serviu de instrumento ideológico de dominação e aprisionamento dos nativos aos interesses

econômicos dos estrangeiros, sob o argumento de salvação das almas dos selvagens. Todas as expedições de entrada nos territórios primitivos eram conduzidas, tendo na vanguarda um militar de alta patente e uma liderança religiosa, principalmente padres, de ordens religiosas, como jesuítas, franciscanos, beneditinos e carmelitas. Nesse sentido, podemos afirmar que a civilização do Brasil se impôs sob o comando da cruz e da espada.

Para concretizar o projeto colonial de modo a atender os interesses mencionados acima, o processo civilizatório do Brasil se estruturou em três níveis de poder, de modo a garantir a dominação e a exploração do território, sendo eles: ideológico, econômico e político-jurídico. O nível ideológico se concretizou nas missões religiosas de conversão dos primitivos aos princípios da igreja católica; o econômico, nos investimentos pelos capitais privados e da coroa portuguesa que financiaram os empreendimentos coloniais; o nível político-jurídico, através da formação de uma elite política imposta pela coroa, mas principalmente composta pelos desbravadores que ao empenhar seus recursos financeiros e dedicar sua vida às conquistas territoriais se intitulavam senhores das terras e de tudo que sobre ela existia. Nesse nível, a estrutura político-administrativa garantiu aos invasores a expropriação das terras.

Ao capital não interessava a vida natural praticada pelos índios. Era preciso implantar a todo custo o projeto de expansão e da lógica capitalista em qualquer lugar que ainda tivesse fora dessa lógica. Nesse sentido, Salvador (1975), referindo-se ao gentio brasileiro e a sua língua Tupy, afirma que as letras f, l e r não pertenciam ao seu universo fonético, substituindo-as por “d”. Por conseguinte, ao não pronunciarem as palavras fé, lei e rei, eles “também carecem de fé, de lei e de rei” (Salvador, 1975, p. 78), ou seja, desconheciam os três elementos que juntos compunham a superestrutura colonial. Estaria aí o desafio do processo civilizatório: induzir, seja pela ideologia da fé ou pela força da lei e do rei, o indígena a se submeter ao projeto colonial português que materializou no novo mundo as demandas de expansão do capital.

No que se refere ao território organizado com base na cooperação, os primitivos do Brasil usavam coletivamente todos os bens disponíveis, tanto os naturais quanto os oriundos do seu trabalho (a terra, a caça, a pesca, a casa). Salvador (1975) descreve como o gentio se organizava nas aldeias e como eram as relações de produção e de consumo. Sem a avidez pela acumulação e pelo lucro, eles se limitam a contar apenas até o que é possível com os dedos das mãos, partilhando tudo o que tem ou o que venha a ter com o fruto do seu trabalho. “As casas são tão compridas que moram em cada uma setenta ou oitenta casais” (Salvador, 1975, p. 79). Não é diferente a partilha do que se consegue com o trabalho.

ao qual convida primeiro qualquer dos outros quando vem de caçar ou de pescar, partindo com ele daquilo que traz, e logo vai também repartindo pelos mais, sem lhe

ficar mais que quanto então jante ou ceie, por mais grande que fosse a cambada do pescado ou da caça (Salvador, 1975, p. 79).

Ainda sobre esse desapego ao acúmulo de bens, não significa que os indígenas não tinham interesse em possuí-los. Pelo contrário, “são menos cobiçosos, sendo em extremo mais apetitosos que todas as outras nações do mundo; e por isso tudo o que vêem nos brancos desejam, esperam e querem que lhes dêem; em lho dando, o dão logo aos outros” (Anônimo, 2006, p. 24). O fato de tudo quererem denota serem muito afeiçoados a novidades, e sabiam que todas as novidades seriam benéficas para as práticas culturais, e tudo que possuíam logo era disponibilizado para o uso coletivo em benefício do desenvolvimento cultural do grupo.

Essa relação de solidariedade não se restringia apenas aos do seu grupo, mas a qualquer um, mesmo estranho, que lhe fosse cordial, até mesmo com os portugueses que no primeiro contato lhes ofereciam muitos mimos e eram tidos como “senhores de todas as coisas boas que trazem à terra [...] como são machados, foices, anzóis, facas, tesouras, espelhos, pentes e roupas” (Salvador, 1975, p. 79). Esses apetrechos eram muito úteis, substituindo os instrumentos rudimentares de pedra ou de espinho nas tarefas de caça, de pesca, de plantio e de colheita, e até mesmo nos cuidados e embelezamento do corpo, o que facilitava os afazeres: “agora fazem suas lavouras e todas as mais coisas com muito descanso” (Salvador, 1975, p. 79), sobrando-lhes mais tempo para a vida social, comunitária e cultural.

Essa cordialidade só era quebrada ao se estabelecer nessa relação qualquer tipo de malícia ou de traição, o que suscitava no gentio o sentimento de ódio imperdoável. As benesses ofertadas pelos portugueses aos primitivos tinham como pano de fundo equipá-los para a exploração de sua força de trabalho. Ao perceber o desapego do gentio ao lucro e a forma com que se dava ao trabalho, iniciaram-se as buscas por mão de obra indígena para fazer prosperar a empresa colonial.

Os contingentes de índios para serem explorados eram recrutados através das entradas para os sertões, com aparatos de persuasão e de guerra pelas forças militares e lideranças religiosas. O objetivo dessas entradas era arrebanhar o maior número possível de indivíduos para se prestarem ao trabalho. “Quando não queriam por paz e por vontade, os traziam por guerra e por força” (Salvador, 1975, p. 180).

Sem o trabalho, o negócio da empresa colonial não prosperaria. Se não houvesse a adesão do índio ao trabalho pela sua espontânea vontade, haveria de ser pela força. A partir do estabelecimento da relação de exploração, da captura e de tornar o índio cativo para o trabalho, o português se tornou inimigo de guerra, principalmente na capitania da Paraíba, onde, segundo autor anônimo (2006), na obra “História da Conquista da Paraíba” que reproduz a vivência do

autor nas expedições para a conquista, ocorreu a maior guerra do Brasil nos tempos da conquista. Tema que abordaremos com maior detalhe no capítulo quatro, em que discutimos a resistência indígena.

No tópico a seguir, abordamos como se estabeleceu o território com base na exploração, a partir da expansão dos domínios coloniais e da evolução das relações de trabalho até a efetivação da relação tipicamente capitalista no campo sobre o território canavieiro do Vale do Mamanguape.

2.2 Território organizado com base na exploração

O processo de ocupação da Zona da Mata Norte da Paraíba foi marcado ao longo do tempo por disputas de interesses e de poder entre diferentes grupos e classes sociais. Essa porção do estado da Paraíba foi, inicialmente, ocupada pelos indígenas Potiguara⁴, cujos descendentes ainda hoje ocupam vários núcleos habitacionais, e depois invadidos por comerciantes e exploradores europeus. Conforme Almeida (1966), no início da colonização, os conflitos entre portugueses e franceses se deram pelo controle da extração do pau Brasil, colocando os Potiguara ao lado dos franceses. Posteriormente, entre portugueses e Potiguara pela posse e domínio sobre as terras.

Com a conquista da Paraíba no ano de 1585, os portugueses efetivaram o seu domínio e instituíram o território de exploração, iniciando seu povoamento com a doação de terras aos desbravadores para a exploração das atividades econômicas. No primeiro momento, a pecuária predominou como principal atividade econômica no Vale do Mamanguape. Conforme Herckman (1886), o vale do Rio Mamanguape, assim como dos seus afluentes, entre o final do século XVI e início do século XVII, estava todo tomado por “currais”.

A criação de gado na bacia do Mamanguape e de outros rios já demonstrava uma organização espacial da produção na capitania da Paraíba e cumpria um papel de abastecimento de alimentos e de força motriz para os engenhos instalados na bacia do Rio Paraíba, que nesse período já contava com mais de uma dezena de engenhos. Ainda sobre a ocupação econômica do território do Vale do Mamanguape, até o fim do século XVIII, Andrade afirma: “A cultura da cana era feita na várzea quaternária, em proporções ínfimas, de tal forma que em 1774

⁴ Segundo Jofilly, “Os potiguaras tinham como limite meridional do extenso território que dominavam toda a margem esquerda do Parayba, ocupando, portanto, metade do litoral do dito estado e dahi se estendendo sem solução de continuidade até a Ibiapaba.” (1892, p. 22).

existiam aí apenas quatro engenhos ao lado de setenta e cinco fazendas” (Andrade, 1997, p. 28).

Em “Synópsis das sesmarias da Capitania da Parahyba”, Joffily (1893) faz um levantamento dos requerimentos de posse de terra no período entre 1613 e 1815. Na freguesia de Mamanguape, nesse período, o autor registra 17 pedidos de posse por pessoas influentes que já ocupavam terras ou tinham intenção de ocupá-las. Todos os pedidos eram fundamentados na justificativa de que o pretense proprietário tinha necessidade das terras para acomodar ou desenvolver a criação de gado. A localização geográfica de todos os pedidos era margeando os rios, como o Mamanguape, e o Camaratuba e seus afluentes, o que demonstra que os rios do norte da Paraíba tinham como principal atividade a pecuária e que esses rios constituíram rotas de entradas dos colonizadores para o interior.

A presença holandesa na região Nordeste do Brasil, na primeira metade do século XVII, implanta os princípios da produção capitalista no campo com a fusão entre o capital mercantil e o capital produtivo. Os holandeses monopolizavam o comércio ultramarino de escravos e de qualquer outra mercadoria que fosse possível comercializar.

A companhia devia com isso obter grande lucro, uma vez que o escravo era comprado na África a preços módicos—de 12 a 75 libras em Guiné, e de 38 a 55 florins na Angola—e vendidos no Recife a preços elevados—de 200 a 300 florins por peça comum; quando os negros eram fortes e sadios davam às vezes 600 a 800 florins (Andrade, 1998, p.71).

Ao se referir ao uso da força de trabalho escrava, Costa (1996, p. 48) afirma que “havia interesse da Coroa tanto por causa da produção do açúcar, como pelo lucro que obtinha com a venda dos escravos. Maior fonte de riqueza da época”.

Os lucros oriundos da atividade comercial de escravo e de açúcar passaram a financiar as lutas travadas pelos holandeses contra os portugueses para a conquista da costa nordestina e paraibana e a aquisição dos engenhos e da terra. Essa estratégia inseria a produção do açúcar como elemento da produção de riqueza pela companhia comercial, estruturando as bases do que viria a ser o capitalismo no campo, viabilizando a posterior transformação do Vale do Mamanguape como um território canavieiro.

Esse processo de mundialização se deu de forma conflituosa, seja por resistência dos povos originários em preservar seus territórios de vivências, seja por disputa entre as potências pela territorialização do capital pelo mundo. Na primeira metade do século XVII, os holandeses empreenderam lutas pela conquista de espaços para reprodução do seu capital.

Foram várias as batalhas entre Holanda e Portugal/Espanha⁵ pelo controle do território. Nessas lutas, o holandês procurava o controle da estrutura produtiva, apropriando-se inclusive de alguns engenhos e currais de gado pela mediação da Companhia das Índias Ocidentais. Essa companhia realizava comércio de toda monta, de tudo o que fosse possível obter grandes lucros, desde o comércio de escravos a produtos manufaturados. A Companhia dominava as rotas comerciais entre a Europa e a África, onde tivesse alguém disposto a adquirir e a vender algum tipo de produto.

Certamente, o lucro das atividades comerciais, principalmente de açúcar e de escravos, serviu para financiar e incrementar o cultivo da cana, assim como o aprimoramento da fabricação do açúcar.

Ao vencerem as batalhas contra os portugueses/espanhóis, os holandeses procuraram se apropriar de parte da estrutura produtiva dos engenhos, bem como da comercialização do açúcar. Esse processo iniciou-se em Pernambuco, de onde os holandeses passaram a expandir seus domínios e a gerenciar alguns engenhos antes construídos pelos portugueses. Andrade (1998), ao se referir à conquista holandesa no Nordeste, afirma que “logo após a conquista se fizeram senhores-de-engenho, lavradores de cana e até proprietários de currais” (Andrade, 1998, p. 67).

A partir de Recife, os holandeses expandiram seus domínios para outras áreas do Nordeste e em pouco tempo “era grande o número de engenhos (23) adquiridos à Companhia das Índias Ocidentais pelos holandeses” (Andrade, 1998, p. 70), sendo dois deles no Norte da Paraíba, o “Camaratuba e o Mirirí, situados nas bacias dos rios de mesmo nome” (Andrade, 1997, p. 26).

Esse processo ocorreu em praticamente todos os espaços apropriados pela Holanda. A atuação comercial da Holanda através da Companhia das Índias Ocidentais proporcionou a fusão do capital comercial com o capital produtivo e impulsionou o investimento desses capitais no campo do Nordeste. O capital acumulado com o tráfico negreiro possibilitou aos holandeses empreendimentos no ramo do açúcar, com a aquisição e modernização de engenhos e de fazendas.

Na Paraíba, o processo foi semelhante, particularmente no vale do Baixo Paraíba, que já tinha seu espaço praticamente territorializado pelos engenhos. Esses, assim como a terra, tornaram-se objetos cobiçados pelos novos invasores.

⁵ Com a unificação dos reinos da Espanha e Portugal entre 1580 e 1640, as disputas entre Holanda e Espanha foram transpostas também para o Brasil.

Em descrição sobre a ocupação econômica do vale do Rio Paraíba, Herckman (1886) aborda a distribuição dos engenhos às margens desse curso fluvial e se refere ao engenho Barreiras, situado nas proximidades do bairro do Varadouro, em João Pessoa, nos seguintes termos:

O dono deste engenho era um tal de Domingos Carneiro, mas como antes da conquista elle partio para Portugal, declarou-se confiscado o seu engenho para a companhia e o Supremo Conselho o vendeu para um mercador de Amsterdam, chamado Josias Marshal, que é presentemente o seu dono (Herckman, 1886, p. 250).

Esse autor também faz referência desse processo em relação a outros engenhos:

Este engenho Inobi, que presentemente também se chama Amstel, bem como o do meio Middelourgo, e o de baiyo La Rasiere, tinham d'antes por dono a Ambrosio Fernandes Brandaton (Brandão), e depois lhe passou aos seus herdeiros até a epocha da conquista desta Capitania; porque, tendo então fugido os seus proprietários, ficaram pertencendo estes três engenhos com suas terras à privilegiada Companhia das Indias Ocidentais, que vendeu a um negociante de Amsterdam chamado Isaac de Rasiere, que é agora seu senhor possuidor (...) O outro engenho, chamado S. Felipe e Jacob, pertenceu a Manoel Caresma (Quaresma?) Carnero (Carneiro?), que também retirou-se por ocasião da rendição desta Capitania, e por isso o engenho passou para a companhia que o vendeu a um mercador de Amsterdam, chamado Daniel de Haem, e este o vendeu a Jorge Homem Pinto, que presentemente o possui como senhor dos dous engenhos do Tiberý (Herckman, 1886, p. 250, 251, 252).

No Vale do Mamanguape, a dinâmica da ocupação não se diferenciava do que ocorria em toda a costa nordestina. A riqueza produzida pelo comércio escravagista alimentava uma rede comercial lucrativa, e tinha o Porto de Salema como rota de distribuição de escravos na Região. Os escravos “Eram vendidos no Porto de Recife e embarcados para Mamanguape como para qualquer outro lugar” (Costa, 1996, p 53).

Dada a importância do açúcar na economia colonial, a cultura canavieira se expandiu progressivamente por todo o baixo vale do Rio Mamanguape. As condições de solo e clima favoráveis, a introdução de novas variedades de cana e o investimento de capital pelos holandeses possibilitaram a introdução de novas tecnologias ao processo produtivo do açúcar.

Com o passar do tempo, o aumento da demanda externa pelo açúcar brasileiro incrementou o cultivo da cana e os engenhos foram sendo disseminados, ocupando os vales dos rios e riachos que compõem a bacia do Mamanguape. A ocupação holandesa capitalizou o setor canavieiro, estimulou a produção de açúcar e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos engenhos de modo que:

No valle do rio até umas nove leguas acima de sua foz existem muitos engenhos de assucar, sendo todo esse espaço regado por numerosas ribeiras ou riachos, cujos nomes indigenas, hoje na maior parte perdidos, são: Itaberaba, Caruábucema, Guaratauy, Tatuy-nambuca, Nanay, Cuandú, Itapecirica, Omari-pitanga, Ipooça, Macuranaguaba, Tarapuima, Aiy, Jaraguá, Orupema, Tuijarú-guereguaba, Caramby, Cibamby, Ibitirapua, Caraguatá, Maracujá, Itacuarurú, etc. (Joffily, 1892, p. 177, 178).

Esse movimento de conquista e de domínio das terras pelos holandeses impulsionou empreendimentos na construção de engenhos nos vales do Mamanguape e do Camaratuba. Segundo Andrade (1997), os primeiros engenhos da freguesia de Mamanguape foram o Mirirí e o Camaratuba em função da conquista holandesa a partir de 1635. A fim de evitar a ocupação e controle desse território pelos holandeses, Costa (1986) afirma que houve o estímulo por parte dos portugueses para que famílias e senhores de engenhos de Pernambuco migrassem para os vales do Mamanguape e do Camaratuba para investir seus capitais, mantendo dessa forma o controle do território sob as orientações do projeto português de colonização.

No início das invasões europeias nas terras do Vale do Mamanguape, predominou a atividade de extração predatória da madeira pelos franceses. Em seguida, veio a introdução da pecuária e da agricultura praticadas pelos indígenas e pelas famílias agricultoras. De acordo com Andrade (1997), a cana tornou-se predominante no baixo Vale do Mamanguape a partir do século XIX com o processo de modernização das práticas de cultivo, assim como das instalações dos engenhos, principalmente com o surgimento do engenho a vapor.

Esse processo levou a um crescimento no número de engenhos no século XIX, de modo que “só no município de Mamanguape havia mais de 40 engenhos” (Andrade, 1997, p. 29). Posteriormente, em paralelo ao cultivo da cana, crescia também o cultivo do algodão, inclusive nas terras dos engenhos, influenciado pela demanda da indústria têxtil inglesa. A ampliação das culturas destinadas ao mercado, como a cana e o algodão, demandava também incremento da força de trabalho para realizar as mais diversas tarefas nas fazendas e nos engenhos. Para suprir essa demanda, num contexto de preço elevado do escravo e de dificuldade de submissão do índio ao trabalho pesado, o meio de tornar as fazendas e os engenhos produtivos foi a utilização da força de trabalho dos moradores.

A concorrência, elemento impulsionador do capitalismo, demarcou a produção açucareira do Nordeste na segunda metade do século XVII. Segundo Andrade (1998), o açúcar produzido nas Antilhas passou a concorrer com melhores condições de preço e qualidade com o açúcar brasileiro. Os engenhos tradicionais do Nordeste não atendiam mais às demandas, tanto quantitativa quanto qualitativa do mercado.

Transformações importantes ocorreram tanto no campo como na indústria do açúcar a partir da segunda metade do século XVIII decorrentes de um processo de mudança na base técnica, como o emprego de novas técnicas de cultivo com o uso do arado, a irrigação, a introdução de novas variedades de cana, mas principalmente a criação do engenho a vapor com maior capacidade de produção, assim como de melhoria da qualidade do açúcar, a fim de competir no mercado europeu com o açúcar produzido nas Antilhas.

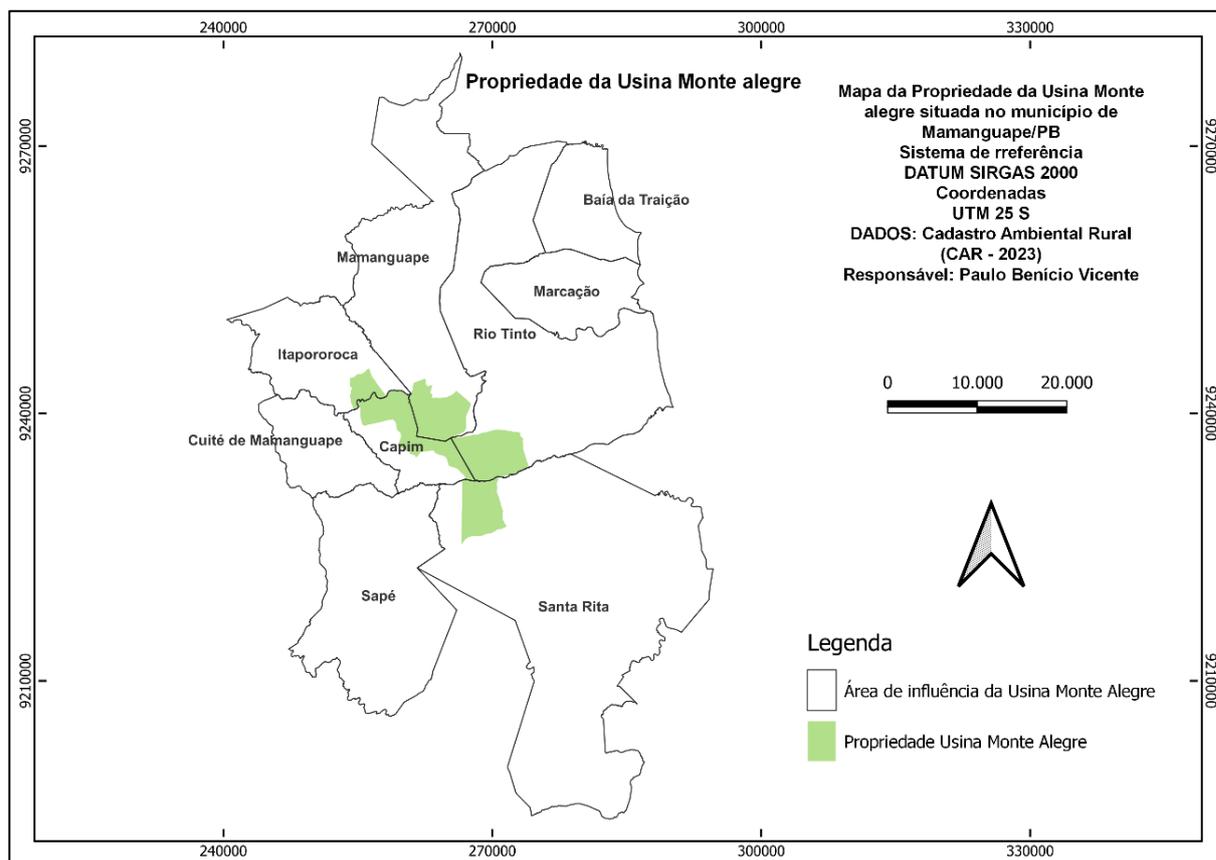
Na segunda metade do século XIX, o setor canavieiro foi compelido a um processo contínuo de aperfeiçoamento do qual surgiram os engenhos centrais e, logo depois, as usinas, que incorporaram os antigos engenhos aos seus domínios. “Essas pressões – a própria acumulação e a concorrência obrigam o capital à busca incessante de elevação de excedente que extrai do trabalho” (Sawaya, 2006, p. 47). Com o advento da usina, a relação do morador e do arrendatário, acessória durante o regime escravagista, tornou-se essencial à acumulação do capital (Heredia, 1979; Melo, 1875; Andrade, 1998).

Os engenhos centrais, por uma série de fatores, não progrediram, mas os antigos engenhos, cujos proprietários possuíam maior capital, investiram nas suas instalações, transformando-os em usinas. Dessa forma, a partir do final do século XIX, primeiramente em Pernambuco, a usina passou a competir com os engenhos, deixando esses em desvantagem, pois a usina, com o emprego de maquinário moderno produzindo em quantidade e qualidade superior ao engenho e com menor custo, fez com que o engenho passasse de produtor de açúcar a fornecedor de cana para as usinas. Essa modernização do setor concentrou cada vez mais a produção do açúcar. As novas demandas do mercado fizeram sucumbir os antigos engenhos ao domínio das usinas. Na Paraíba, apenas um engenho central foi criado, o Engenho São João (Moreira; Targino, 1997). Só no início do século XX foi que se instalaram as primeiras usinas.

No Vale do Mamanguape essas mudanças só se fizeram sentir no início da década de 1940. Com efeito, em 1940, na propriedade do antigo engenho Guarita, no baixo vale do Rio Mamanguape, foi construída a Usina Monte Alegre por Manuel Fernandes de Lima e seus irmãos. A usina expandiu seu domínio para o oeste entre os vales do Mamanguape e do Mirirí, adquirindo terras de muitos engenhos, e permanece em atividade até hoje, sendo uma das usinas de maior produção de açúcar da Paraíba.

O processo de concentração da propriedade fundiária no Nordeste e no Brasil foi intensificado com o Proálcool (Moreira e Targino, 1997). O mesmo ocorreu no Vale do Mamanguape, onde os principais engenhos, como o Linhares, Almécega e Leitão, situados na margem direita do Rio Mamanguape e a oeste da usina Monte Alegre, foram incorporados por ela, que estendeu seus domínios para além do município de origem. Atualmente, abrange áreas dos municípios vizinhos de Itapororoca, Rio Tinto, Santa Rita e Capim (ver Mapa 2)

Mapa 2-Propriedade da Usina Monte alegre (2023)



Fonte: Dados extraídos do CAR (2023). Adaptado pelo autor (2024).

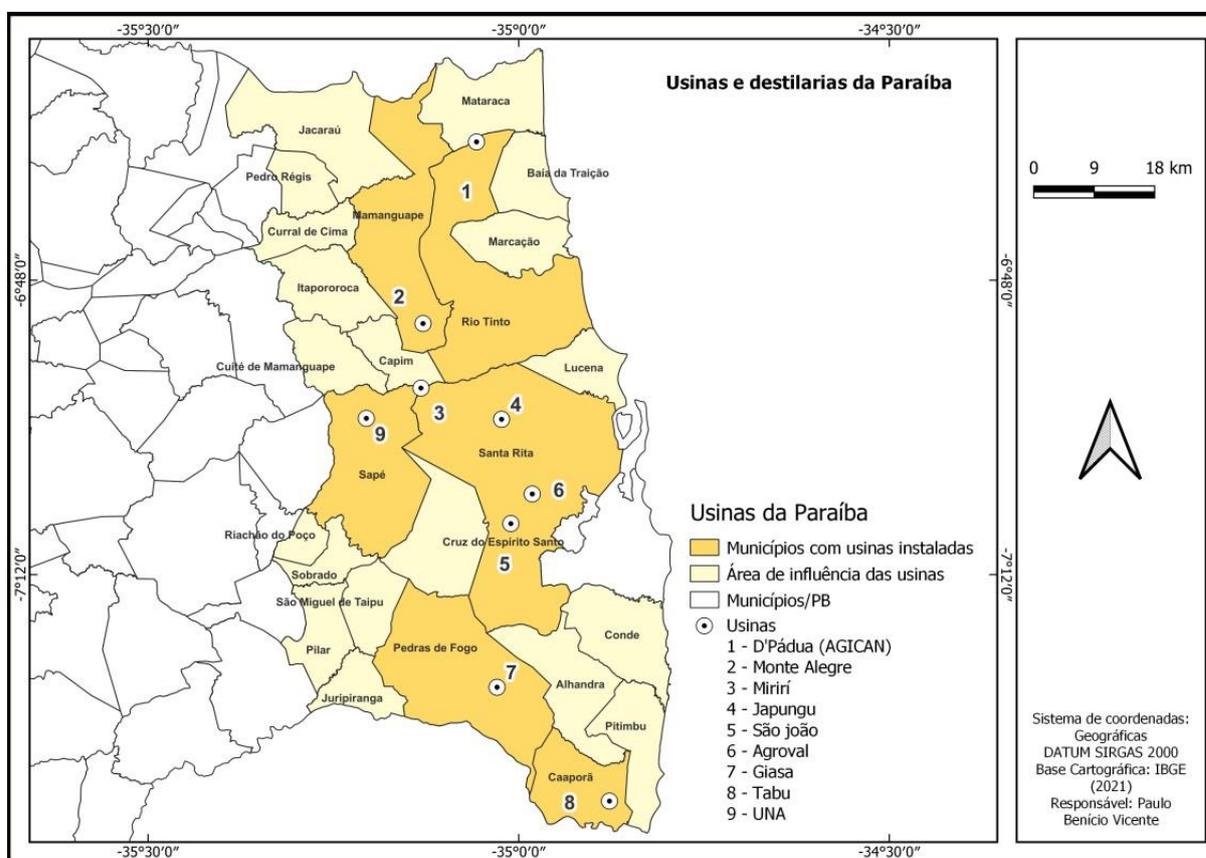
Segundo o CAR (2023), a propriedade na qual a usina está instalada compõe uma área contínua de 14.238,382 hectares, fora os estabelecimentos não contíguos espalhados por toda a região do litoral norte da Paraíba.

Além da Monte Alegre, o rio Mamanguape em seu alto curso, na região do Brejo Paraibano, já abrigou as usinas Tanques (criada em 1926 por Agnaldo Veloso Borges, no município de Alagoa Grande), Santa Maria (fundada em 1932 por Francisco P. de Mello e adquirida em 1952 por Solon Lins no município de Areia) e São Francisco (criada em 1948 em Pirpirituba), todas essas extintas.

O processo de modernização da cultura da cana no Brasil sofre novo impacto com a crise do petróleo de 1973. A elevação do preço internacional do petróleo levou o país a adotar uma política de substituição da gasolina por álcool, consubstanciada na criação do PROÁLCOOL. Segundo Targino e Moreira (1992), o estímulo dado pelo programa para a expansão canavieira criou pressões de toda ordem sobre os trabalhadores e produziu mudanças profundas na relação de trabalho no campo.

Desse modo, na região que compreende a antiga freguesia de Mamanguape (litoral norte da Paraíba), a produção de açúcar dos 40 engenhos existentes no final do século XIX foi concentrada em quatro unidades industriais sucroalcooleiras a saber: Monte Alegre, Japungu, Miriri e D’Pádua (ver Mapa 3).

Mapa 3-Usinas da Paraíba



Fonte: Base cartográfica IBGE (2021). Adaptado pelo autor (2024).

A terra, agora, precisava estar disponível à ganância do capital, de modo que não houvesse barreira à expansão da cultura da cana para novas áreas. Os moradores foram forçados a se retirar das terras e deixar o espaço livre para o avanço da cana. Desse modo, as relações de trabalho dos sistemas moradia e arrendamento tornaram-se prescindíveis ao representar um empecilho à acumulação capitalista.

A nova conjuntura passou a demandar o trabalhador “livre”, desvinculado totalmente do meio de produção que é a terra, despossuído de qualquer meio que lhe garantisse alguma renda. Possuidor apenas da força de trabalho, será explorado pelo capitalista empresarial em sua plenitude, potencializando a extração da mais-valia.

As terras de lavouras foram transformadas em terras de cana-de-açúcar. Como ocorrera na Inglaterra, quando o aperfeiçoamento da manufatura da lã provocou mudanças no campo:

“A velha nobreza fôra devorada pelas guerras feudais. A nova era um produto de seu tempo, e para ela, o dinheiro era o poder dos poderes. Sua preocupação por isso era transformar as terras de lavouras em pastagens” (Marx, 1968, p. 833).

O processo contínuo de modernização da economia canavieira produziu mudanças na organização do espaço agrário, assim como nas relações de trabalho, expandindo o assalariamento, mas sem romper abruptamente com as relações de trabalho herdadas do contexto dos engenhos. Esse processo foi gradativo e desigual, mas com momentos de agudização e de conflitos.

Conforme a conjuntura, um tipo ou outro de relação de trabalho se intensificava. Nos momentos de ascensão do setor, o assalariamento se expandia suprimindo as outras formas. Nesse contexto, o capitalismo se consolida no campo com a “proletarização da massa camponesa” (Andrade, 1998, p. 116), marcado pela expulsão de camponeses da terra. A relação de trabalho assume um caráter tipicamente capitalista.

Com a criação do PROÁLCOOL⁶, na década de 1970, “ocorreram mudanças nas relações sociais de produção, na intensidade da dominação da cana sobre o uso de recursos e na base técnica da produção” (Moreira e Targino, 2011, p. 149). Esse programa significou nova forma de produção alicerçada em dois elementos fundamentais à produção capitalista no campo: “a exploração da força de trabalho rural e a concentração da propriedade fundiária” (Moreira e Targino, 2011, p. 149).

A estrutura produtiva do Território Canavieiro do Vale do Mamanguape sofreu profundas transformações, seja nas formas do uso do solo com o avanço dos canaviais na cobertura florestal, seja na ampliação do seu parque sucroalcooleiro. Nesse último aspecto, os recursos do PROÁLCOOL foram utilizados na instalação da destilaria anexa da Monte Alegre, bem como na implantação das destilarias da Japungu, Mirirí e Agroval. Embora essas três últimas tivessem suas instalações industriais no município de Santa Rita, os seus canaviais estenderam-se para os municípios integrantes do território do Vale do Mamanguape, ora em estudo, bem como absorvem muitos trabalhadores da região.

Os impactos do Proálcool foram sentidos também na estrutura fundiária do território, contribuindo para solidificar/ampliar o processo de concentração da propriedade da terra. Com efeito, os dados do censo agropecuário de 2017 apontam uma forte concentração da terra no território. Sobre a estrutura fundiária, numa breve análise dos dados constatamos que o território

⁶ Programa Nacional do Álcool–Programa governamental de incentivo ao uso de álcool como combustível nos automóveis. Foi criado com a finalidade de evitar o aumento da dependência externa ao petróleo.

em análise, composto pelos municípios de Itapororoca, Mamanguape, Rio Tinto, Marcação, Baía da traição, Capim e Cuité de Mamanguape, possui 5.197 estabelecimentos, e abrange uma área de 96.715,1 hectares. A maioria dos estabelecimentos (93,30%) se concentra nos grupos de área menores do que 50 hectares, especificamente 4.849 estabelecimentos. A área ocupada por esse grupo é de apenas 15.719,3 hectares, ou 16,25% da área total (IBGE, 2017).

Os grupos de área de 50 a menos de mil hectares congregam 112 estabelecimentos, ou 2,15% do total e abrangem uma área de 17.937 hectares, correspondentes a 18,54% da área total. Por último, nos grupos de área acima de 1.000 hectares, são apenas 13 estabelecimentos, que representam apenas 0,25% dos estabelecimentos e concentram uma área de 31.285 hectares, equivalentes a 32,34% do total da área de todos os estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2017). O equivalente ao dobro da área dos estabelecimentos com até 50 hectares, os quais são mais de quatro mil.

Um fato importante a ser observado é que por uma questão metodológica do censo, no grupo de área que possui um número de até três estabelecimentos, a informação sobre a área é inibida, para evitar a identificação do informante. Nesse sentido, as informações inibidas ocorrem principalmente sobre os grupos de estabelecimentos com as maiores áreas.

Portanto, as informações sobre a área de 38 estabelecimentos foram inibidas, porém, subtraindo os valores explícitos, do valor da área total, é possível concluir que os estabelecimentos com informações inibidas concentram uma área de 31.790,25 hectares, ou 32,87% da área total principalmente para os estabelecimentos com grandes áreas. Essa metodologia esconde uma realidade de concentração da terra visto que a área dos estabelecimentos com informações inibidas corresponde praticamente ao mesmo percentual do grupo de área de 1.000 a mais de 10.000 hectares que estão com informações explícitas.

Ao somar o percentual das informações expostas para o grupo de área de 1.000 a mais de 10.000 com as informações inibidas chegamos ao percentual de 65,21% de áreas concentradas principalmente nos estabelecimentos acima de 1.000 hectares. Para se ter uma ideia quão densa é a concentração, o único estabelecimento com área de mais de 10.000 hectares localizado no município de Mamanguape concentra área semelhante a todos os 4.706 estabelecimentos com menos de 20 hectares de área, e os 5 estabelecimentos do grupo entre 2.500 a menos de 10.000 ha com área identificada no município de Rio Tinto concentram área semelhante a 4.942 estabelecimentos com menos de 500 ha de área.

Segundo Andrade (1998), a industrialização da produção do açúcar, que implicou no avanço das relações de trabalho capitalista, aprofundou o empobrecimento da população, pois

o novo sistema remunera mal seus trabalhadores e não respeita integralmente os direitos trabalhistas.

Nesse contexto, o Território Canavieiro do Vale do Mamanguape reproduz as condições materiais do modo de produção econômico vigente, o capitalismo, tendo em sua essência o baixo desenvolvimento social como condição para a continuidade do processo de reprodução e valorização do capital.

O espaço, enquanto produto das necessidades de acumulação, sofre as diferenciações decorrentes desse processo. Pode-se mesmo afirmar que a cada forma assumida pelo processo de acumulação, corresponde uma forma regionalmente diferenciada de organização espacial (Moreira e Targino, 2011, p. 148).

Conforme o Atlas Brasil, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do território é considerado baixo. Apesar de ter tido uma evolução na série entre 1991 e 2010, o nível de desenvolvimento humano do território continua muito abaixo do índice brasileiro e do paraíba, o que demonstra que a economia canavieira não está promovendo o desenvolvimento social desse território.

Tabela 2-IDH do Território Canavieiro do Vale do Mamanguape

Territorialidade	1991	2000	2010
Brasil	0,493	0,612	0,727
Paraíba	0,382	0,506	0,658
Território	0,267	0,382	0,557

Fonte: Atlas Brasil (2024).

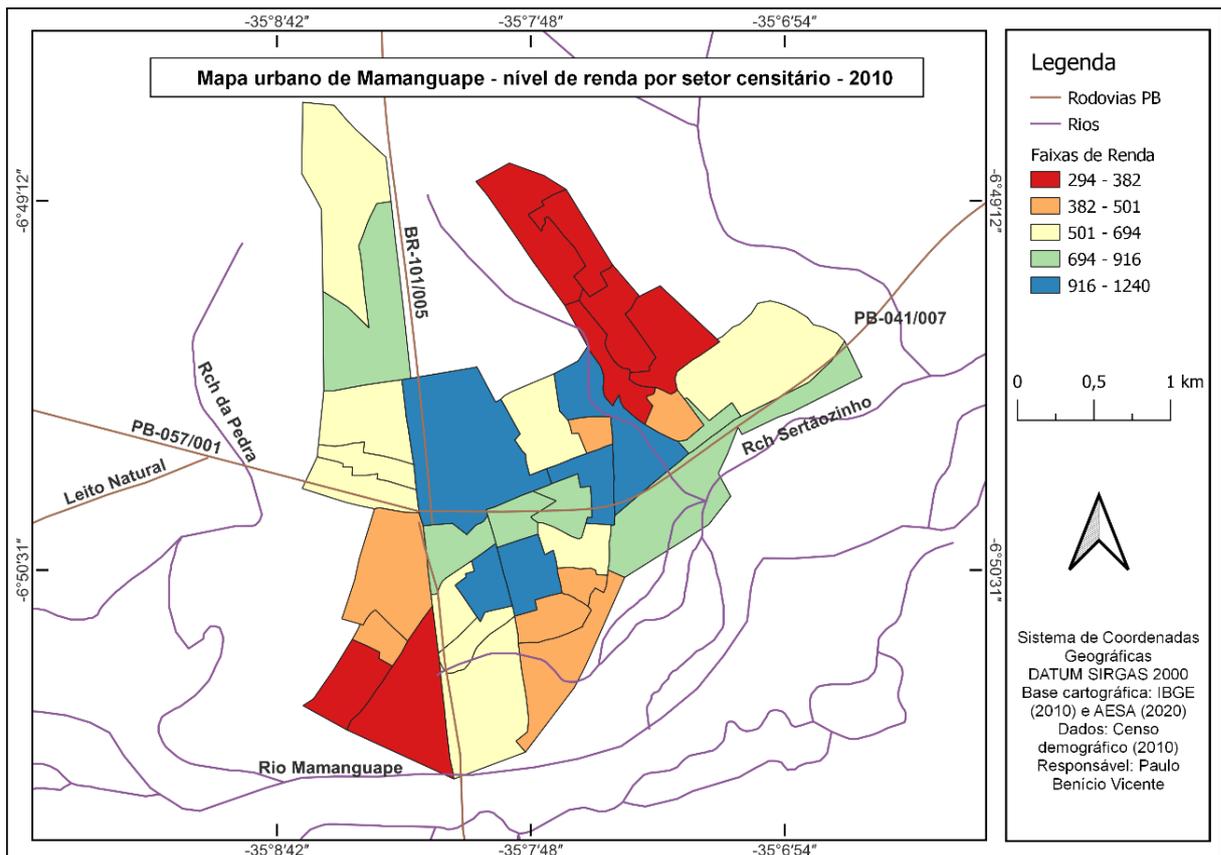
O avanço do capital no campo empurrou para vilas, povoados e periferias urbanas um grande contingente da população rural, passando a compor o exército de reserva necessário à produção da mais-valia. Em Mamanguape essa realidade é bem explícita nos bairros periféricos como Aerial, Gurgurí, Piçarreira, Alto do Cemitério e Sertãozinho. Eles concentram a população empobrecida, com forte presença de famílias egressas do campo e de trabalhadores canavieiros que trabalham no cultivo e na colheita da cana nas usinas.

Essas informações são confirmadas ao analisarmos os dados do cadastro dos trabalhadores canavieiros filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mamanguape, residentes na cidade de Mamanguape e os do censo demográfico do ano de 2010.

Com o levantamento dos trabalhadores filiados ao sindicato rural de Mamanguape foi possível contabilizar todos os sujeitos que trabalharam como cortadores de cana nas safras 2022/2023 e 2023/2024 que residem em Mamanguape, e a partir dessas informações identificar se existe uma relação entre o local de morada dos canavieiros e os bairros mencionados no levantamento.

A cidade de Mamanguape não possui uma base cartográfica oficial da divisão do seu espaço urbano por bairro, portanto a base cartográfica do IBGE não dispõe dessa malha territorial. Apesar da ausência desse recurso, fizemos o levantamento com base nos setores censitários, considerando o valor do “rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (com e sem rendimento)” (IBGE, 2010), e elaboramos o mapa urbano da cidade de Mamanguape com base nos dados de renda da população por esses setores.

Mapa 4-Cidade de Mamanguape: Nível de renda por setores censitários



Fonte: Censo Demográfico de 2010. Adaptado pelo autor (2024).

Classificamos em quatro faixas de renda média mensal, conforme os rendimentos identificados pelo censo, com a menor faixa de renda média mensal variando entre R\$ 294,00 e R\$ 382,00 e a faixa de renda média mais alta variando entre R\$ 916,00 e R\$ 1.240,00.

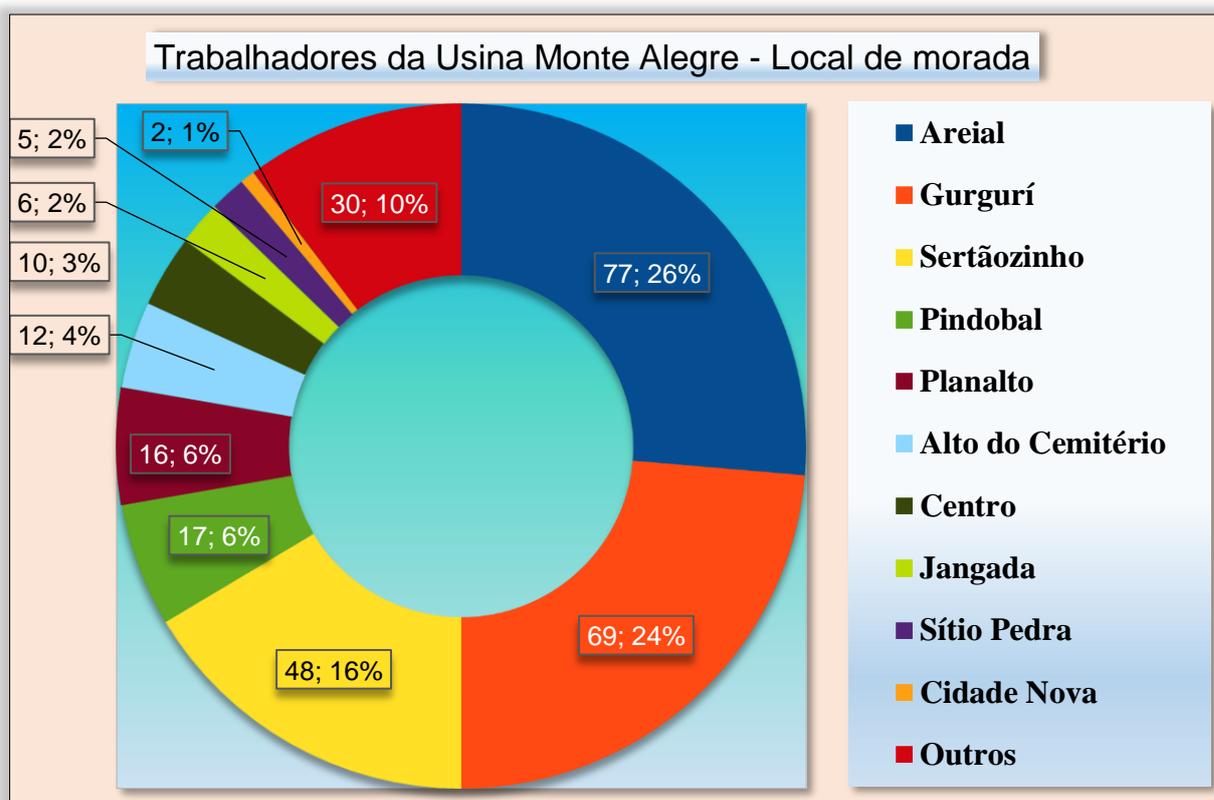
Considerando que o valor do salário-mínimo em 2010 (ano de realização do censo) era R\$ 510,00, a realidade mostrada no mapa revela que o rendimento médio das famílias da maioria dos bairros da cidade estava muito abaixo de um salário-mínimo e se distribuiu principalmente nos bairros em que residem a maioria dos trabalhadores rurais contratados pelas

usinas. A população com rendimento igual ou superior a um salário-mínimo está distribuída basicamente em dois bairros da cidade, Centro e Campo.

Analisando a distribuição espacial da população segundo as faixas de renda, conseguimos identificar que a população com os menores rendimentos está distribuída nos bairros periféricos, que no mapa aparecem na cor vermelha, sendo justamente os bairros do Areial e de Sertãozinho. Nos bairros do Gurgurí, Piçarreira, Cidade Nova e Planalto concentra-se a população com renda intermediária, e nos bairros do Centro e do Campo estão as pessoas com os rendimentos mais elevados.

A partir da base de dados do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mamanguape, fizemos o levantamento do local de morada dos trabalhadores rurais que trabalham na usina Monte Alegre e residentes na cidade de Mamanguape. Dos 321 trabalhadores da safra 2023/2024, identificamos o local de morada de 292 trabalhadores. De acordo com os dados, constatamos que nos três maiores bairros da cidade que também possuem as condições de vida mais precárias – Areial, Gurgurí e Sertãozinho – residem 66% desses trabalhadores, sendo 26% no bairro do Areial, 24% no bairro do Gurgurí e 16% no bairro sertãozinho, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1-Trabalhadores rurais da usina Monte Alegre, safra 2023/2024-local de morada



Fonte: STRM. Adaptado pelo autor (2024).

Ao confrontar os dados do censo 2010 que traz a distribuição da população conforme o rendimento médio mensal e do local de morada dos cortadores de cana da usina Monte Alegre, constatamos que os trabalhadores canavieiros moram nos bairros periféricos onde as condições de infraestrutura são precárias. Nesses bairros falta estrutura básica como moradia digna, água encanada, rede de esgoto e pavimentação, bem como é deficiente ou inexistente a estrutura física de suporte às políticas públicas de saúde, educação, segurança, cultura e lazer.

Com isso podemos inferir que os trabalhadores da principal fonte de riqueza municipal, a cultura canavieira, não conseguem com a renda do seu trabalho galgar uma vida digna, sendo para isso que serve o trabalho.

Significa que esses trabalhadores estão submetidos a um grau elevado de exploração, que os impede de ter acesso à riqueza produzida pelo trabalho e aos bens necessários para que eles se reproduzam com condições mínimas de vida. É inconsistente argumentar que a economia canavieira não tem potencial para promover o desenvolvimento social, e que essa seria uma atribuição da indústria, pois essa é a atividade econômica mais antiga do Brasil. Podemos afirmar que a primeira indústria do Brasil foi a indústria açucareira, e que desde o seu princípio foi controlada por uma elite agrária escravocrata e latifundiária que enriqueceu à custa da exploração do trabalho e não permitiu a ascensão da classe trabalhadora para níveis culturais mais elevados de modo a reivindicar o aumento do seu quinhão nesse processo produtivo.

Porque para o capital no estágio ao qual avançou, em que seu poder não é mais representado apenas na pessoa do empresário, mas na estrutura abstrata e insensível de um sistema, não importa o trabalhador, o que importa é o trabalho; não importa se o sujeito tem onde morar, se tem o que comer, se tem saúde, se está com condições de criar a prole, porque o capital não contrata trabalhador, e sim trabalho, mediante um contrato que o metamorfoseia em mercadoria comercializada entre quem tem dinheiro para comprar e quem tem a mercadoria para vender.

Passamos agora à análise dos dados coletados nas entrevistas com os trabalhadores rurais da usina Monte Alegre, residentes em Mamanguape. O objetivo da análise é identificar o grau de exploração dos trabalhadores rurais que, expropriados da sua condição de camponês, exercem a função de cortador de cana na referida empresa e as consequências dessa exploração na vida dos trabalhadores. Foram realizadas dez entrevistas, sendo todos os trabalhadores cadastrados na empresa como trabalhador rural, e que no período da safra exercem a função de cortador de cana.

2.2.1 Conhecendo a realidade à luz dos dados

Antes de iniciar de fato a análise, vale abrir um parêntese sobre a experiência de como ocorreu o trabalho de campo com os cortadores de cana.

Dos dez entrevistados, oito residem no bairro do Areial e dois residem no bairro do Gurgurí. Apesar da tentativa de selecionar número igual de trabalhadores dos dois bairros, os trabalhadores residentes no bairro do Gurgurí tiveram muita resistência em participar da pesquisa, talvez por ser o bairro de residência do pesquisador, e ser conhecido pelos participantes.

No momento da abordagem desses trabalhadores, no ponto do ônibus que os leva para a usina, o pesquisador ao se apresentar e expor os objetivos da pesquisa convidou-os para participar de entrevistas. Houve uma recusa generalizada. Alegaram falta de tempo e demonstraram estranheza. Consultaram por meio de cochichos reciprocamente e, por fim, afirmaram que “só participamos se tiver a autorização de Dona Cecília, chefe da usina, fale com ela”.

A experiência do primeiro contato com os cortadores de cana me despertou um sentimento de frustração. Perguntei-me como pode o trabalhador não ter tempo para outra coisa que não seja o trabalho? Alguns trabalhadores afirmaram que não tinham tempo nem para ir à igreja. Mas, depois de certa reflexão, compreendi que na condição de mercadoria, a força de trabalho pertence ao capital e, sendo assim, ele exerce o poder de silenciar o trabalhador e fazer com que viva exclusivamente a seu serviço. O mecanismo para isso é o baixo salário pago ao trabalhador, fazendo com que ele dedique cada vez mais tempo ao trabalho para poder obter uma renda mínima que lhe proporcione pelo menos o que comer.

Sem outra alternativa de renda, pois a economia canavieira monopoliza a economia da região, os trabalhadores se submetem a tal situação de exploração e dessa forma o capital não compra apenas a força de trabalho, mas cala a voz do trabalhador, impossibilita que o trabalhador professe sua fé, que tenha acesso a qualquer oportunidade de lazer, cultura e educação. O capital desumaniza e molda mentes para pensar apenas no trabalho, na sobrevivência, determinando sua condição de subordinado, não por opção, mas por dominação.

Voltando agora para a análise, estruturamos um roteiro a partir de cinco categorias identificadas nas falas dos sujeitos conforme segue: a) **identificação** dos trabalhadores; b) **o trabalho**; c) **renda do trabalho**; d) **proteção ao trabalhador**; e) trabalhador como **sujeito** diante do capital.

No tocante à abordagem, a primeira categoria refere-se aos aspectos socioculturais dos trabalhadores; na segunda categoria pesquisamos os aspectos relacionados ao trabalho como rotina de trabalho, carga horária, tipo de contrato e quantidade de trabalho; na terceira categoria analisamos a renda do trabalho e a qualidade de vida do trabalhador em consequência dessa renda; na quarta categoria abordamos os direitos trabalhistas e a relação empregador/empregado; e, por fim, na quinta categoria analisamos o trabalhador como sujeito diante do capital.

Tabela 3-Perfil dos trabalhadores rurais entrevistados

Sujeito/código	sexo	Idade	Estado civil	Escolaridade	Profissão
TR-1	M	38	Solteiro	Fund. incompleto	Trabalhador rural
TR-2	M	39	Casado	Fund. completo	Trabalhador rural
TR-3	M	47	Solteiro	Médio Completo	Trabalhador rural
TR-4	M	47	Casado	Nunca estudou	Trabalhador rural
TR-5	M	42	Casado	Fund. incompleto	Trabalhador rural
TR-6	M	55	Casado	Fund. incompleto	Trabalhador rural
TR-7	M	39	Divorciado	Fund. incompleto	Trabalhador rural
TR-8	M	60	Solteiro	Analfabeto	Trabalhador rural
TR-9	M	43	Casado	Fund. incompleto	Trabalhador rural
TR-10	M	46	Solteiro	Fund. incompleto	Trabalhador rural

Fonte: Pesquisa de campo (2024).

Todos os trabalhadores entrevistados são homens com idade entre 38 e 60 anos. Dentro desse intervalo de idade, analisando por faixa etária, 50% concentram-se na faixa etária dos 40 anos, 30% estão na faixa etária dos 30 anos, 10% na faixa etária dos 50 anos, e na faixa etária dos 60 anos também estão 10% dos trabalhadores entrevistados. Na amostra não consta nenhum trabalhador entre 18 e 38 anos, o que denota que o ramo não é atraente para a juventude. Alguns fatores como grau de exploração associado à baixa remuneração ceifam qualquer possibilidade de progressão profissional e cultural do trabalhador.

Com relação ao estado civil, a maioria (50%) se declarou como casados, 40% solteiros e 10% divorciados. Mas todos os entrevistados, mesmo sendo solteiros ou divorciados, declararam possuir cônjuge e filhos, ou seja, todos são chefes de família.

Com relação à educação formal, os canavieiros, no geral, possuem escolaridade baixa. Dos dez entrevistados, um afirmou que nunca estudou, porém, sabe assinar o nome, um se declarou analfabeto, seis afirmaram possuir apenas o ensino fundamental incompleto, representando 60% da amostra, apenas um trabalhador informou possuir ensino fundamental completo e um com ensino médio completo. Fica evidente que o mercado de trabalho da economia canvieira explora os trabalhadores com baixa qualificação porque o trabalho no

campo, seja para o cultivo ou corte da cana, não exige do trabalhador braçal altos níveis de conhecimento técnico ou intelectual.

É importante observar que o setor cria um ciclo vicioso no que se refere à escolaridade. Por não necessitar de trabalhador com alta qualificação, também não qualifica seus trabalhadores. Devido à jornada de trabalho exaustiva, dificilmente um canavieiro consegue progredir nos estudos. Os que têm um grau de escolaridade mais alto (ensino fundamental ou médio completo) conseguiram chegar a esse grau antes de ingressar no mercado de trabalho. Como mencionaram no momento da abordagem para a entrevista, os trabalhadores sequer têm tempo de ir à igreja. O ato de ir à igreja é considerado um dever sagrado do cristão. Quando o trabalhador deixa de cumprir com um dever sagrado, qualquer outra necessidade já não faz sentido em sua vida.

Com relação à profissão, todos os trabalhadores possuem registro em carteira como trabalhador rural, porém, durante o ano, os trabalhadores que têm contrato permanente assumem funções diferentes segundo as demandas de cada fase do processo produtivo, como plantio, tratos culturais e colheita.

Analisamos agora os dados referentes à segunda categoria, relacionada ao trabalho. A Tabela 4 apresenta os dados sobre a carga horária e o contrato de trabalho.

Tabela 4-Trabalhador rural: carga horária e forma de contrato

Sujeito/código	Carga horária	Contrato
TR-1	8h	permanente
TR-2	8h	temporário
TR-3	8h	permanente
TR-4	12h	temporário
TR-5	12h	permanente
TR-6	8h	temporário
TR-7	8h	temporário
TR-8	4h	permanente
TR-9	8h	temporário
TR-10	9h	temporário

Fonte: pesquisa de campo (2024).

Apesar de o contrato de trabalho ser regido pela Consolidação das Leis Trabalhista, que estabelece uma jornada de trabalho de 8 horas diárias, muitos trabalhadores extrapolam essa jornada porque, na verdade, o trabalho é realizado por produção. Perguntado sobre a jornada de trabalho, 60% responderam que trabalham 8 horas por dia, 10% responderam que trabalham 4 horas, 10% trabalham 9 horas e 20% trabalham 12 horas por dia. Ao afirmar que exercem carga

horária de 8 horas, os trabalhadores o fazem com base no contrato e o que está registrado na carteira de trabalho, mas, na prática, a jornada é sempre maior.

Ao se considerar o tempo de deslocamento do trabalhador, ao sair de sua casa até o retorno, a jornada chega a ter 12 horas. Todos os trabalhadores afirmaram que saem de casa entre 3h30 e 4h da manhã e nunca retornam antes das 14h. Nessa jornada eles conseguem cortar, dependendo do tipo de cana, entre 8 e 15 toneladas por dia. “Rapaz, se for numa cana boa, 10, 12, se for numa cana mais fraca, é 8, 9, se for uma cana boa, até 10, 12, 15, nós corta. Isso aí depende da cana” (TR-3, relato cedido ao autor em dez. 2023).

O trabalho por produção é um mecanismo que o empresário tem para potencializar a produtividade sem que o trabalhador seja remunerado por todo o trabalho que realiza, aumentando assim a taxa de mais-valia extraída do trabalho. Segundo Marx (1968), o salário por peça se mede “pela quantidade de produtos em que o trabalho se materializa num dado espaço de tempo, diminuindo, portanto, o tempo de trabalho empregado em cada peça” (Marx, 1968, p. 638–639). No sistema de trabalho por produção, o próprio trabalhador tem o interesse de intensificar o ritmo de trabalho e também aumentar a sua jornada a fim de obter um rendimento maior na quinzena e conseqüentemente no fim do mês.

Dessa forma, o valor produzido pelo trabalho no sistema por produção é superior ao valor do que é produzido por tempo, porque no trabalho pago por produção a intensidade do trabalho é elevada. Isto é, o trabalhador produz maior quantidade de mercadoria por tempo trabalhado, ampliando a mais-valia relativa obtida pelo seu empregador.

Com relação ao contrato de trabalho, 40% responderam que o contrato é permanente e 60% afirmaram que é temporário, ou seja, a maioria dos trabalhadores são dispensados quando a usina para a moagem. Nesse período, vivem de trabalhos alternativos conhecidos como “bico”, ou do seguro desemprego, quando é possível, porque dependendo do tempo que dura a safra muitos trabalhadores dispensados da empresa não têm direito de receber o benefício. As atividades de “bico” mais citadas pelos entrevistados foram serviço de pedreiro e comércio ambulante, conforme relatos a seguir.

“Faz uns 3 anos pra cá, que eu, quando saio da usina, eu vou vender nas portas, vender acerola. Vendo acerola, vendo é, maracujá, macaxeira (TR-4, relato cedido ao autor em jan. 2024).

“Aí eu, quando, no ano que eu tenho seguro, eu tendo ou não tendo eu fico fazendo alguns bicos pela rua, de pedreiro” (TR-6, relato cedido ao autor em já. 2024).

Com a reforma trabalhista em 2017 poucos trabalhadores canavieiros têm direito ao seguro desemprego visto que, para ter acesso ao benefício, o trabalhador precisa cumprir alguns

critérios, dependendo de quantas vezes o trabalhador requereu o benefício. Ou seja, na primeira solicitação o trabalhador só tem direito se tiver recebido salário por pelo menos 12 meses anterior à demissão, na segunda solicitação é necessária uma carência de 9 meses, e na terceira, de 6 meses. Portanto, pelo trabalho temporário de no máximo 8 meses, dificilmente eles cumprem esse critério.

Analisamos agora os dados sobre a renda. A Tabela 5 mostra o rendimento mensal dos trabalhadores da Usina Monte Alegre na função de cortador de cana na safra 2023/2024, assim como as condições de vida proporcionada pela renda do trabalho.

Tabela 5-Nível de renda do trabalhador rural da Usina Monte Alegre e sus percepção de adequação

Sujeito/código	Renda	Supre as necessidades		Renda adequada ao trabalho	
		sim	não	sim	não
TR-1	3.000,00		x		x
TR-2	2.000,00		x		x
TR-3	2.300,00		x		x
TR-4	2.600,00		x		x
TR-5	3.000,00		x		x
TR-6	2.900,00		x	x	
TR-7	2.600,00		x		x
TR-8	3.000,00		x		x
TR-9	3.750,00		x		x
TR-10	2.600,00	x		x	

Fonte: Pesquisa de campo (2024)

Perguntado sobre qual o rendimento mensal de cada trabalhador, o resultado mostra uma disparidade significativa de rendimento entre trabalhadores que realizam a mesma função. Isso é uma característica do pagamento por produção, que varia “conforme a habilidade, a força, a energia, a persistência de cada trabalhador individual” (Marx, 1968, p. 641). Desse modo, o trabalhador com maior produtividade consegue obter um rendimento na casa dos R\$ 3.000,00, por mês, o que só foi alcançado por 40% dos entrevistados, enquanto a maioria não consegue um rendimento que ultrapasse a casa dos R\$ 2.000,00 por mês.

Mas para conseguir um rendimento mais elevado do trabalho no corte de cana é necessário um esforço para além das capacidades físicas o que muitas vezes acarreta uma série de problemas de saúde ao trabalhador. “Agora não é todas pessoas que tem aquela capacidade de chegar a esse limite, né?” (TR-9, relato cedido ao autor em dez. 2023). Outro trabalhador relata o grau de esforço para conseguir uma renda que possibilite pelo menos uma alimentação melhor para a família.

É um trabalho muito esforçado. Tem dia que chega em casa, o cabra chega muito cansado de tanto sol quente, muito esforço naquela cana, né? Todo mundo sabe como

é o trabalho de o sol, trabalhar o dia todinho. Só Deus sabe de tudo, da vida da gente, né? Sofrimento da gente numa palha de cana daquela o dia todim, batendo com um facão daquele pra conseguir o pão (TR-5, relato cedido ao autor em jan. 2024).

Perguntado se essa renda é suficiente para suprir as necessidades da família, apenas um trabalhador afirmou que sim, e 90% afirmaram que não é suficiente. O que ganha só é suficiente para atender as necessidades de alimentação da família. “Trabalhando só pela comida mesmo, pela boia, o que dá” (TR-5, relato cedido ao autor em jan. 2024). Ainda sobre a renda, se o rendimento obtido com o trabalho é adequado à quantidade de trabalho realizada, novamente, apenas um trabalhador afirmou que sim, e 90% da amostra reconhecem que existe uma sub-remuneração pelo trabalho realizado.

Era pra pagar o dobro, que a gente merece mais do que isso. O trabalho da gente é muito forçado. Ele tira o dobro né, no trabalho da gente. Ele paga bem dizer, nem a metade, não é, nem um terço, não é. Paga menos, menos mesmo. A gente trabalha bem dizer, bem dizer, de graça (TR-5, relato cedido ao autor em dez. 2023).

O trabalhador TR-8 corrobora com o relato anterior de que o preço pago não corresponde ao esforço realizado pelo trabalhador “porque serviço de corte de cana é um serviço pesado, e é para o cabra ganhar dinheiro, mas a gente não tá ganhando. Sei não” (TR-8, relato cedido ao autor em dez. 2023).

Outro aspecto importante a considerar no trabalho por produção é que o esforço contínuo de todos os trabalhadores produz sempre uma quantidade elevada. Eleva a média da produção. Nesse sentido, o empresário estabelece uma média elevada da produção sem elevar a média salarial na mesma proporção, fazendo com que os trabalhadores tenham sua renda estacionada por longos períodos, por safras seguidas. A renda do trabalhador fica estacionada, ampliando seguidamente a acumulação do capital, conforme relato a seguir:

Porque faz muitos anos que eu ganho mil reais, mil e cem, mil e duzentos, faz mais de dez anos, num passa disso. E ela, e ela, pergunte a ela se a usina não está evoluindo, crescendo, crescendo, crescendo, é galpão e mais galpão” (TR-3, relato cedido ao autor em dez.2023).

A estagnação da renda do cortador de cana também foi revelada pelo trabalhador TR-5 ao afirmar que “os home tá acabando com a vida, bem dizer acabando com a vida da gente que tá pagando... de primeiro a gente ganhava até um dinheiro, agora a gente tá ganhando mais nada não” (TR-5, relato cedido ao autor em jan. 2024).

Esse mecanismo é um planejamento estratégico do capital para manter sua reprodução em escala ampliada através da ampliação da taxa de mais-valia e, conseqüentemente, transformando essa mais-valia em novo capital para manter um ciclo contínuo de exploração. A cada ciclo esse capital ganha robusteza para potencializar seus lucros.

Conforme a convenção coletiva dos trabalhadores rurais da Paraíba, a definição do preço do trabalho do cortador de cana tem como referência a “tonelada cortada em sete linhas” (Fetag, 2024, p.1-2). Na própria convenção existe um mecanismo de estímulo ao trabalho por produção, ao definir o preço da tonelada segundo o tipo de cana e a produtividade, conforme Tabela 6 a seguir. Também na convenção é definido o valor referencial líquido da tonelada de cana no mercado. Em 2024 esse valor foi estabelecido em R\$ 113,13 e serve de referência para o adicional CONSECANA-PB⁷ que é pago ao cortador sempre que o valor líquido da tonelada sofre reajuste. Porém, esse adicional só é pago até o limite de R\$ 2,97 por tonelada, ou seja, quando houver variação do valor da tonelada superior a esse limite o trabalhador não receberá mais do que isso, e quando houver redução o valor do adicional será reduzido (ver Tabela 6).

Tabela 6-Tabela de preço para o corte da cana

Tipo da cana	Preço do corte
Cana esteirada com produtividade de até 70 toneladas por hectare.	R\$ 11,539 por tonelada de cana
Cana esteirada com produtividade maior que 70 toneladas por hectare.	R\$ 12,173 por tonelada de cana
Cana cortada e arrumada em molhos ou em molhões	R\$ 0,25 adicional por tonelada e molhos R\$ 0,55 adicional por tonelada e molhões
Cana deitada e enraizada	Haverá prévio entendimento e acordo entre empregador e empregado sobre o preço de corte por tonelada.

Fonte: FETAG. Adaptado pelo autor (2024).

O preço de referência de pagamento ao cortador por tonelada de cana cortada na convenção, para a safra 2023/2024, é de R\$ 11,539 por tonelada com produtividade de até 70 toneladas por hectares, e de R\$ 12,173 por tonelada para produtividade acima de 70 toneladas por hectares e aí não tem limite. Diante da possibilidade de ter uma renda maior, o trabalhador é impelido a intensificar o ritmo de trabalho e conseguir o máximo de produção e com isso produzir mercadoria a um custo cada vez mais baixo, em benefício do capital.

Além dos mecanismos mencionados que fazem parte da estrutura do capital no sentido de rebaixamento da remuneração do trabalho, outras formas de extrair excedente do trabalho,

⁷ Uma espécie de participação do trabalhador no lucro mediante a valorização do preço da cana no mercado. Quando a tonelada de cana sofre reajuste é pago um adicional por tonelada cortada, porém existe um teto de R\$ 2,97. Segundo o STRM, essa é uma política de valorização do trabalho do cortador de cana **exclusiva** da Paraíba.

agora fora do limite da ética e da legalidade, são relatadas pelos trabalhadores. Todos os trabalhadores relataram receber um preço muito baixo pela tonelada de cana cortada, e afirmam não receber o preço definido na convenção.

Rapaz, o que tem que mudar muitas coisas assim, o preço de cana, tem que modificar, que a gente corta uma cana de R\$ 11,75. Aí tem outro preço de R\$ 12,00. Aí tem um preço numa cana mais ruim de R\$ 15,00, mas só que a gente produz mais uma coisinha, eles não bota o preço que é adequado (TR-9, relato cedido ao autor em dez. 2023).

Teve uma reunião um dia desse, eles falaram que cana de fornecedor ia pagar de R\$ 13,00, eles falaram que cana de vargem ia pagar de R\$ 15,00, e quando a gente cai numa cana dessa que a gente produz, ele vai diminui o preço, eles não paga o preço que foi combinado. Combina uma coisa e faz outra (TR-4, relato cedido ao autor em dez. 2023).

Além do preço não ser justo pelo trabalho realizado, todos também relataram que há fraude na medição da produção.

A produção é contratada usando como medida a unidade de massa, a tonelada, mas a medição é feita utilizando a unidade de volume. Todos os trabalhadores questionaram o método de medida da quantidade de cana cortada por dia de cada trabalhador e afirmaram com muita convicção de que a quantidade de cana medida nunca corresponde à quantidade de cana cortada. A afirmativa decorre do fato de que a cana cortada nunca é pesada e sim medida por compasso.

À medida que os cortadores vão “levando o oito”, vão deixando a cana esteirada ao solo. O fiscal de campo mede com um compasso uma amostra e generaliza essa amostra para toda a produção do trabalhador em cada oito. Dessa forma é calculada a produção mensal, gerando muita insatisfação dos trabalhadores por terem a percepção de que a medição da produção não está sendo justa.

Ele pega um compasso de 2 metros, aí mede 4 metros, um quadradozinho, é, duas carreiras de cana, aí faz aquela base. **[É uma suposição?]** É uma suposição, exatamente. Aquilo ali, ele faz uma média, aquilo ali pode, às vezes, na frente dá mais, ou pode dar menos (TR-9, relato cedido ao autor em dez. 2023).

Tem vez que é 10 compasso por tonelada, cana que dá 12, tem cana que dá 10, tem cana que dá 7, 5. **[Você acha correta essa forma de medição?]** É nada, aquilo ali ele não bota, não bota o tanto que a gente corta não, só bota menos. Não é por peso nada. (TR-5, relato cedido ao autor em jan. 2024).

Aqui é no compasso, é um compasso. É raro a gente ver pesando cana, é raro. **[O senhor acha que essa pesagem, eles podem fazer alguma coisa pra desviar o peso correto?]** Só faz pra isso, só faz pra isso. Pra que o trabalhador, ele saia prejudicado. Isso daí, é reunião, mais reunião que tem nas usinas, quem vai é os monitor, é o chefe, e quando vem parece que ele já vem, eles parece que já são ensinado, para aquilo ali, é (TR-4, relato cedido ao autor em dez. 2023).

Além da forma inadequada de medição da produção, muitos trabalhadores afirmaram que no ano de 2024 o adicional do Consecana não está sendo repassado aos cortadores, o que foi confirmado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

O CONSECANA, a gente ia receber, que tava dois real e pouco e a gente ia receber além da tonelada, e a gente ia ter o valor da tonelada e depois ainda ia ter mais dois reais e pouco em cima do valor da tonelada. E quando começa a moagem, esse dinheiro se some, esse dinheiro desaparece, evapora, e os trabalhador, um reclama pra um lado, outro reclama pra outro, e ele some, ele lá, ele desaparece, ele num dá a cara, é. (TR-4, relato cedido ao autor em dez. 2023).

Os trabalhadores com contrato permanente, quando termina a safra, continuam em outras funções no cultivo de cana e tratos culturais, denominado de “apontamento”. Nessas funções o salário é pago por tempo e ocorre uma queda brusca nos rendimentos mensais dos trabalhadores. Um trabalhador mais produtivo, que no corte da cana consegue obter uma renda acima de três mil reais, no apontamento o máximo de renda que consegue obter é dois mil reais: “Já no apontamento, tem mês da gente tirar dois mil, menos de dois mil, cai bastante” (TR-1, relato cedido ao autor em dez. 2023). “Mais pouco ainda né, no apontamento é menor ainda. Dá uns R\$ 1.500,00” (TR-5, relato cedido ao autor em jan. 2024).

Todos os mecanismos de extração de mais-valia fazem com que o trabalhador permaneça num ciclo de exploração premente, o que impede que as suas necessidades sejam atendidas pela renda do trabalho. Possibilita no máximo condições precárias de moradia e alimentação. Todos os trabalhadores cortadores de cana entrevistados possuem casa própria, mas são geralmente casas muito pequenas e localizadas em bairros periféricos como já constado. Além dessas necessidades primárias, o cortador de cana não tem acesso à cultura, ao esporte e ao lazer, causando indignação ao trabalhador:

você não passa do... se você não abrir o olho nem um chinelo você tem no final do ano. Você não passa de um carro velho se você brincar você num compra um carro velho desse aí não, compra não. Você não ter uma alimentação, você vê, sua filha dizer assim “pai, eu quero uma pizza, pai eu quero um carrim”, e você dizer assim, “minha filha, tome”, você dizer assim e não poder dar! por todo o trabalho que você faz? Você tá entendendo? Tu não tem que ter um transporte pra pegar tua família no final de semana, levar numa praia, num rio, você não tem que ter não? Você não merece não? (TR-3, relato cedido ao autor em dez. 2023).

Enquanto isso ele vê a empresa crescendo constantemente. Nos últimos cinco anos houve uma ampliação significativa do parque industrial da empresa, assim como a expansão do cultivo da cana, intensificação do uso da tecnologia como técnicas modernas de irrigação, aquisição de máquinas, construção de grandes reservatórios de água e canais de irrigação, o que vem proporcionando recorde constante de produtividade e produção de açúcar e álcool. “Agora ela produz muito, não sei quantos milhões de saca de açúcar, batendo recorde e mais recorde, recorde e mais recorde, você sabe aí que você vê” (TR-3, relato cedido ao autor em dez. 2023).

Na quarta categoria, analisamos a proteção do trabalhador no que se refere à saúde e à prevenção de riscos, aos direitos trabalhistas e previdenciários. Esse ponto é o que teve maior reconhecimento dos trabalhadores, todos afirmaram que a empresa cumpre com as obrigações

trabalhistas e previdenciárias, que atua na prevenção de acidentes e de riscos à saúde do trabalhador com o fornecimento de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e orientação sobre o uso desses equipamentos.

Mesmo assim os riscos não são eliminados totalmente e alguns acidentes têm sido recorrentes. Os principais são: acidentes no transporte, exposição excessiva ao sol, corte e machucados com a lâmina do facão, acidentes no olho com talos da folha da cana que penetra por baixo dos óculos, aspiração de muita fuligem pelo fato de trabalhar com cana queimada, e risco de contaminação por esgoto quando o corte da cana ocorre nas áreas próximas à cidade em terrenos encharcados com esgoto urbano.

Por fim, analisamos a última categoria que diz respeito ao trabalhador como sujeito diante do capital. Nesse aspecto, todos os trabalhadores são sindicalizados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mamanguape, porém exercem pouco protagonismo no enfrentamento às pressões impostas pelo capital. A maioria avaliou o sindicato de forma negativa, apontando como principal falha a ausência do sindicato nos locais de trabalho e pouca firmeza nas negociações. Apenas três trabalhadores reconheceram a importância do sindicato, por exemplo, na conquista do Consecana–PB, uma conquista exclusiva dos canavieiros da Paraíba que corresponde ao adicional mediante a valorização do preço da tonelada de cana no mercado, porém essa conquista está se perdendo e o sindicato não está conseguindo se impor diante do poder do capital conforme a fala a seguir.

O sindicato, até agora, na minha visão corre atrás, da melhora do trabalhador, mas nem sempre ele pode fazer muita coisa que é fraco né, pra isso? mas eles brigam, lutam. Brigaram pelo Consecana que, até saiu, o ano trazado foi bem, depois disseram que deu uma baixa aí. Mas foi eles que correram atrás também né (TR-1, relato cedido ao autor em dez. 2023).

Sobre o poder da representação dos trabalhadores diante do capital, o TR-9 afirma que “o sindicato chega, é, conversa, mas só que é aquele diálogo, sabe como é que é, né? O sindicato ainda é pequeno pra disputar com pessoal grande né. São ricos, pode mais, pode fazer tudo o que quer né” (TR-9, relato cedido ao autor em dez. 2023).

Sobre a produção da economia canavieira no Território Canavieiro do Vale do Mamanguape, os dados do período 2018–2022 mostram uma tendência de crescimento do setor em todos os aspectos produtivos, como área plantada e área colhida, quantidade de cana produzida e rendimento médio da produção por hectare, mas, sobretudo, em relação ao valor total da produção de cana no mercado.

O que chama a atenção nesses dados é a forte valorização da cana entre 2018 e 2022. O valor da produção da cana sofreu uma variação positiva de 157,24% em cinco anos, passando

de mais de 105 milhões de reais em 2018 para mais de 271 milhões de reais em 2022, conforme tabela 7.

As demais variáveis como área plantada, área colhida, quantidade produzida e rendimento médio da produção também tiveram crescimento no período analisado, embora em menor proporção, mas demonstra que a cultura da cana está em expansão no território.

Tabela 7-Território Canavieiro dos Vale do Mamanguape: Produção de cana-de-açúcar

Variável	Produção de cana-de-açúcar/ano				
	2018	2019	2020	2021	2022
Área plantada (ha)	27.750	26.600	26.610	28.260	28.210
Área colhida (ha)	27.750	26.600	26.610	28.260	28.210
Quantidade produzida (Ton)	1.413.500	1.411.550	1.456.500	1.591.500	1.573.250
Rend. Médio produção (Kg/ha)	52.142,86	51.857,14	53.571,43	54.285,71	53.571,43
Valor da produção (Mil Reais)	105.433	112.924	134.650	239.430	271.218

Fonte: IBGE-Produção Agrícola Municipal. Adaptado pelo autor (2024)

Já o salário médio dos trabalhadores formais ocupados na cultura da cana-de-açúcar no município de Mamanguape, nesse mesmo recorte temporal, sofreu valorização de apenas 9,51% no período de cinco anos, passando de R\$ 1.165,76 em 2018 para R\$ 1.276,74 em 2022, conforme demonstrado na Tabela 8. Ou seja, a valorização do trabalho não acompanhou o mesmo ritmo do aumento da produção, havendo uma redução do salário médio de acordo com a mesma tabela.

Tabela 8-Emprego e renda dos trabalhadores da agropecuária no município de Mamanguape-2018/2022

Ano	Admitidos	Desligados	Saldo	Estoque	Salário médio
2018	446	468	-22		1.165,76
2019	415	398	17	1.016	1.196,69
2020	318	378	-60	1.037	1.206,32
2021	446	474	-28	1.270	1.357,78
2022	416	400	16	1.182	1.276,74

Fonte: CAGED/RAIS. Adaptado pelo autor (2024)

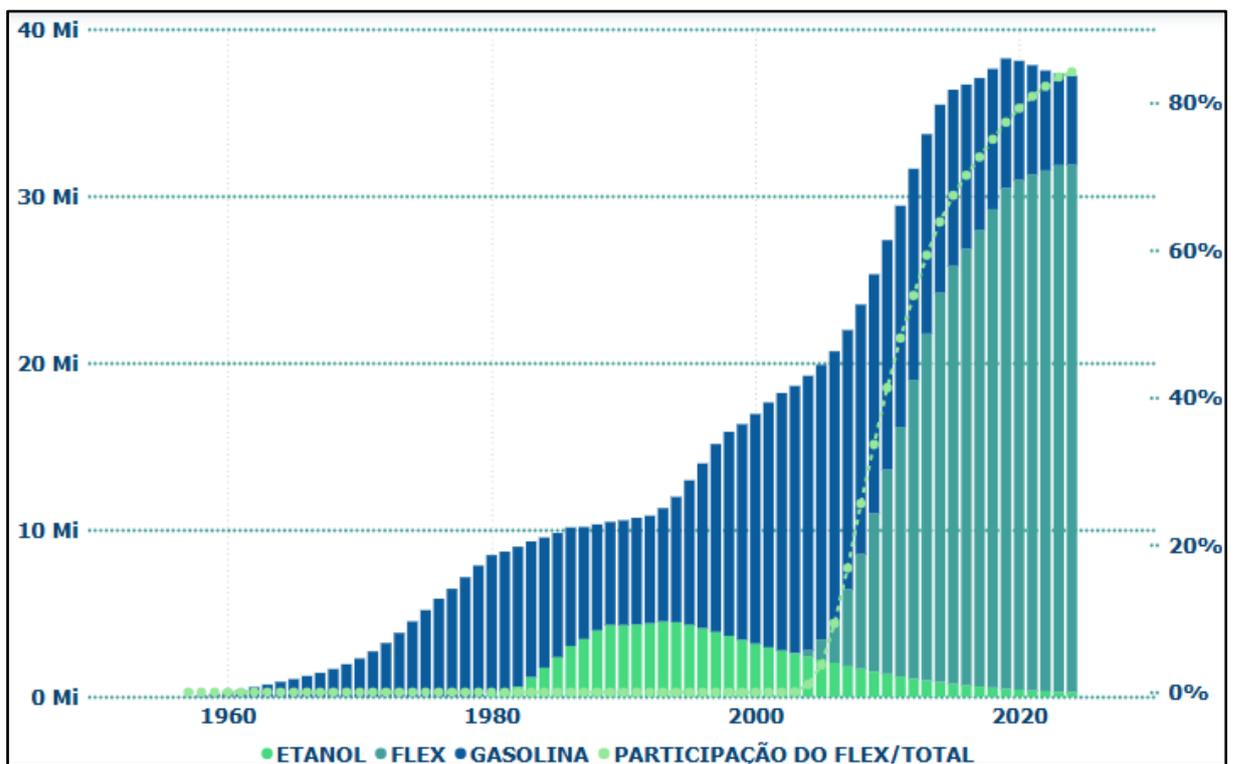
Com base nos dados, constatamos que o trabalhador não está exagerando ao afirmar que faz muitos anos que ganha o mesmo, ou até que ganha menos. Nem mesmo diante da valorização da cana no mercado, o acordado em convenção coletiva, como o pagamento do CONSECANA, é cumprido pela empresa. Os dados confirmam uma tendência de estagnação do preço do salário e uma redução relativa mediante o aumento do valor produzido pelo capital.

Dessa forma o capital cumpre o seu papel, produz uma sociedade desigual em que uma elite que controla os bens de produção se apropria das riquezas enquanto a massa de

trabalhadores que produz a riqueza através de sua força de trabalho é excluída dos ganhos do trabalho. Nesse sentido, o capital materializado na cultura da cana produziu um território de pobreza e marginalização.

O bom desempenho da usina reflete o crescimento da demanda pelo etanol a partir da ampliação da frota de automóveis movidos por esse combustível, como pode ser visualizado no Gráfico 2 que mostra a evolução da frota de veículos movidos a gasolina, a etanol e os veículos flex no período 1960 a 2020. A linha pontilhada mostra a participação da frota flex em relação ao total.

Gráfico 2-Evolução da produção de automóveis segundo o tipo de combustível utilizado 1960/2020



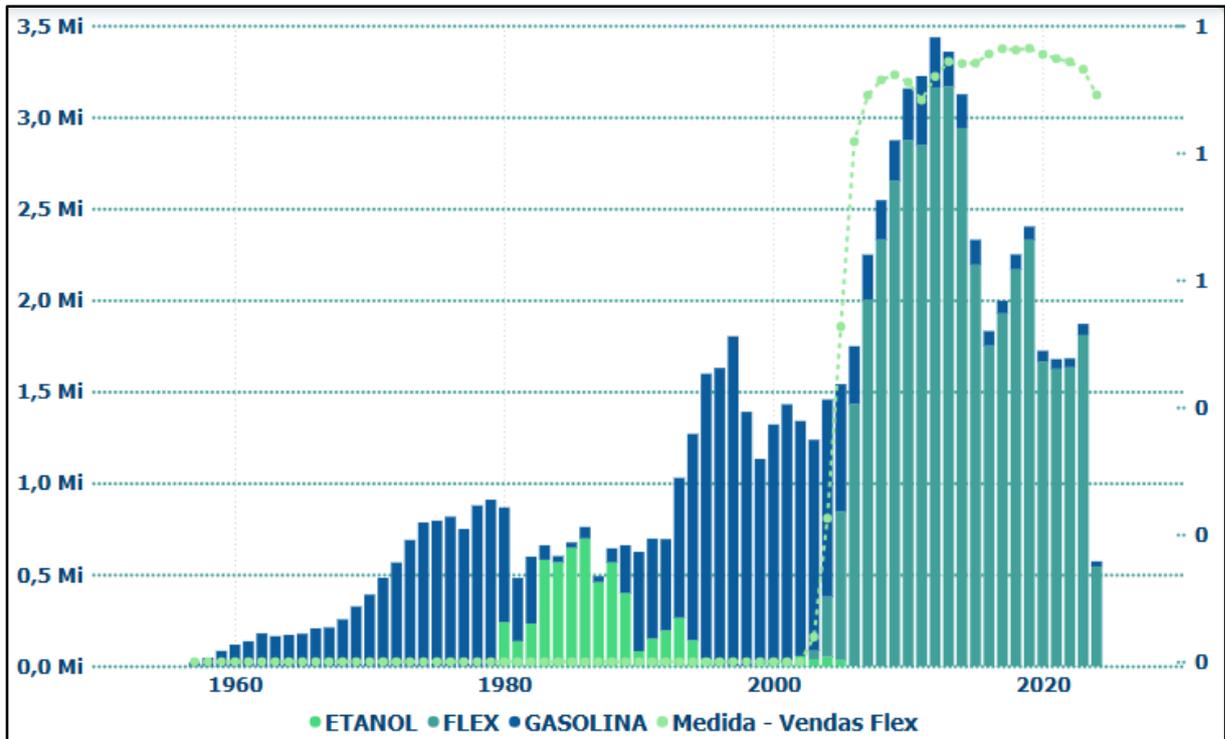
Fonte: ÚNICA data. Adaptado pelo autor (2024).

Com efeito, esse crescimento reflete o aumento da demanda gerada pela indústria automobilística a partir do início dos anos 2000 com a produção de carros flex que passaram a usar produtos derivados da cana, principalmente o etanol. Essa estratégia vem sendo difundida como o produto que “vai salvar o planeta do aquecimento global”. Isso tem beneficiado principalmente a indústria sucroalcooleira que incorpora à sua plataforma produtiva a geração de energia sendo chamada agora de indústria de alimentos e de bioenergia.

O Gráfico 3 mostra os novos licenciamentos de veículos automotores no período de 1960-2020, com forte crescimento no início dos anos 2000 e predomínio de venda dos carros flex a

partir de 2005. A média de venda de carros flex está representada pela linha pontilhada, demonstrando que houve um salto nas vendas desse tipo de automóvel. Como vimos, todos os elementos econômicos ligados à cultura da cana vêm numa escalada de crescimento constante, menos o salário dos trabalhadores que estagnou, o que pode ser constatado pelos dados estatísticos e pela fala dos trabalhadores.

Gráfico 3-Licenciamento de novos veículos segundo o combustível usado no período de 1960/2020



Fonte: UNICAdata. Adaptado pelo autor (2024).

No mais, restam a indignação e a esperança de um dia o trabalhador poder desfrutar dos bens necessários para uma vida digna, poder usufruir dos frutos do trabalho, e viver sem ter que dedicar toda a sua vida ao trabalho e pelo trabalho deixar de viver. A indignação é o passo inicial para a rebeldia, e a esperança, a energia para a mobilização em busca da justiça social.

Nesse espaço canavieiro, a produção capitalista produziu um território marcado pela pobreza, pelo baixo nível de desenvolvimento social e pela degradação ambiental. A economia se manteve subordinada a um único setor, o sucroalcooleiro, com a produção industrial concentrada nas usinas. Não houve diversificação econômica capaz de promover a qualificação da força de trabalho e a elevação dos salários e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

2.2.2 A pauta ambiental e a desfaçatez do capital

*Combustível considerado “limpo”, etanol vira aposta das montadoras no Brasil.*⁸
Manchete do jornal a União 09/07/2017

Notícias como essas são cada vez mais frequentes em todos os meios de comunicação do Brasil, assim como a veiculação de propagandas financiadas pelas corporações que representam os produtores de etanol, como a UNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia). Ultimamente ela veicula a campanha “vai de Etanol, é bom pra você, é bom pro carro, é bom pro Brasil, é bom pro planeta” (UNICA, 2024), escondendo a essência da mobilização do setor pela defesa da pauta ambiental porque a chamada transição ecológica da forma como está sendo conduzida é antes de tudo um bom negócio para o capital.

De fato, é necessária a transição para um modelo de desenvolvimento sustentável. O uso do combustível fóssil não é mais admissível pelos impactos degradantes ao ambiente, como o aquecimento da atmosfera provocado pelos gases gerados pela queima desses combustíveis, levando o clima a um desequilíbrio sem precedentes. O fato é que o debate sobre a produção da “energia limpa” no que se refere ao etanol se restringe ao consumo, não aprofunda para o processo de produção, que em sua essência carrega relações tão degradantes como as outras fontes de energia.

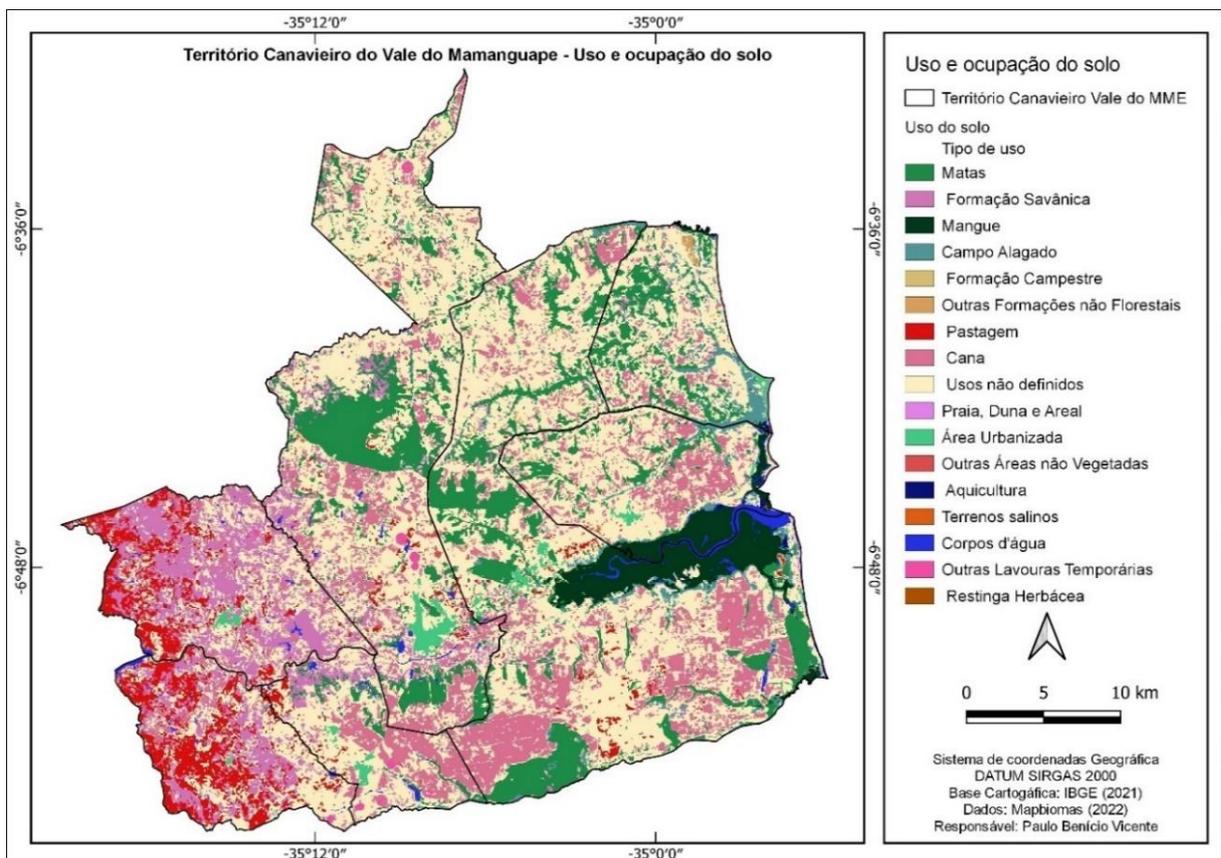
O etanol produzido no Brasil, principalmente no Nordeste, traz em si a marca da degradação ambiental como o desmatamento, a poluição do ar e das águas por agrotóxicos e por queimadas, o assoreamento dos rios, a apropriação privada das águas e a superexploração da força de trabalho dos canavieiros. O etanol difundido como energia limpa traz em seu DNA a sujeira da degradação e da exploração.

Segundo Tavares (2023), a Mata Atlântica, cobertura vegetal original da Zona da Mata paraibana, foi quase extinta. Atualmente no estado da Paraíba só restam 9% dessa vegetação. Os espaços de mata foram substituídos pelos cultivos de cana-de-açúcar, principalmente nas áreas litorâneas onde estão situadas todas as usinas da Paraíba. No território canavieiro do Vale do Mamanguape o desmatamento é uma realidade. Poucos resquícios de mata nativa restam apenas nas encostas íngremes dos córregos afluentes dos rios Mamanguape e Mirirí.

⁸ CAMPO, Lucas. Combustível considerado “limpo”, etanol vira aposta das montadoras no Brasil. **A União**, João Pessoa, p. 1-1, 8 jul. 2017. Disponível em: https://auniaio.pb.gov.br/noticias/caderno_diversidade/combustivel-considerado-limpo-etanol-vira-aposta-das-montadoras-no-br. Acesso em: 23 maio 2023.

O Mapa 5 mostra o uso e a cobertura do solo do território em análise. Podemos perceber que a mata ocupa pequenas porções dispersas nos vales e encostas dos rios principais, e uma maior porção nas áreas de reservas. A área ocupada por cana apresentada no mapa, na realidade, é muito maior. Nas atividades de campo percebemos que as áreas que aparecem como “usos não definidos”, na verdade, são cultivos de cana. Essa distorção na informação ocorre porque a imagem de satélite foi capturada no período da seca, a fim de evitar a presença de nuvens, só que nesse período a cana está cortada e o que aparece é o solo exposto, ou coberto por palhas secas ou queimadas, sendo identificada pelo aplicativo de SIG (Sistema de Informações Geográficas) como usos não definidos.

Mapa 5- Uso e ocupação do solo no território canavieiro do Vale do Mamanguape

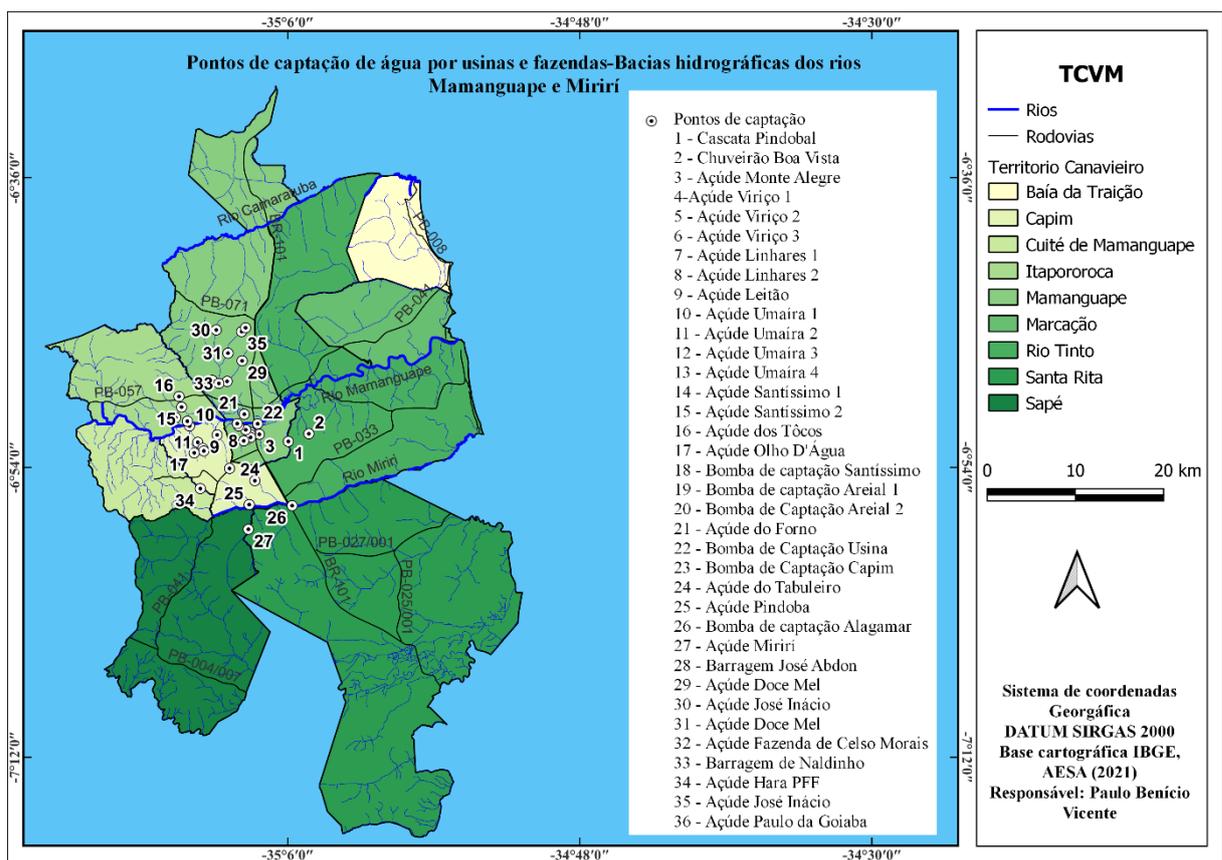


Fonte: Base cartográfica do IBGE (2021), dados do MAPBIOMAS (2024). Adaptado pelo autor (2024).

Além do desmatamento, todos os anos as usinas lançam muito agrotóxico tanto mediante aplicação no solo como pulverização da aérea. No distrito de Olho D'Água, localizado no município de Capim, que fica encravado no meio do canavial, sempre a partir do mês de julho a população sofre com a pulverização de agrotóxicos por avião da Usina Monte Alegre, aumentando as queixas de problemas de saúde.

Outro problema sério gerado pelo cultivo da cana no território em análise é a apropriação privada da água, tanto pelas usinas quanto por fazendeiros produtores de cana. No trabalho de campo, tivemos a oportunidade de percorrer todo o baixo Vale do Mamanguape e mapear os pontos de captação de água. Pudemos constatar que todos os córregos ou vertentes que antes desaguavam no rio Mamanguape, hoje têm um barramento ou uma grande bomba de captação de água para abastecer o parque industrial da usina ou para atender a demanda de irrigação dos canaviais das usinas e fazendas produtoras de cana. Como mostra o Mapa 6, identificamos 36 pontos de captação de água nas bacias do Mamanguape e do Mirirí.

Mapa 6-Pontos de captação de água nas bacias do Mamanguape e Mirirí



Fonte: Dados cartográficos IBGE (2021), dados AESA (2021). Adaptado pelo autor (2024).

Não satisfeita com a captação de água dos córregos e riachos que abasteciam o rio, a usina ainda desvia o pouco de água que resta para a lateral do seu leito onde instalou bombas de captação, secando totalmente a sua vazão abaixo dessas bombas. O rio Mamanguape que em seu baixo vale era perene agora está secando totalmente quase todos os anos. As Fotos 1 e 2 registram o desvio do leito do rio pela usina para captação de água e o cultivo de canas em encosta desmatada. Além da apropriação privada da água, as usinas se utilizam de práticas rudimentares como o desmatamento de encostas para o plantio de cana.

Imagem 1-Desvio do leito do Rio Mamanguape pela Usina Monte Alegre para captação de água



Fonte: Acervo pessoal do autor (2024)

Imagem 2-Cultivo da cana em encosta



Fonte: Acervo pessoal do autor (2024)

O barramento das águas das nascentes do rio Curralinho, afluente do Mamanguape, por fazendeiros vem provocando o secamento desse rio. Desde o ano de 1992 já ocorreram três episódios de seca, em que o segundo aconteceu no ano de 2013, e o terceiro no ano de 2021, sendo esse último o mais grave pois, em seu médio e baixo vale, ficou mais de 100 dias sem água, deixando as populações de pequenos agricultores familiares das comunidades de Curralinho, Itapecerica e Palmeiras sem água para o abastecimento dos animais e para o cultivo de suas lavouras. Isso deu origem a uma grande mobilização das populações afetadas pela seca do rio.

O Ministério Público de Mamanguape foi acionado pelos moradores das comunidades afetadas na crise de 2013. Na ocasião foi assinado um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) através de processo, obrigando os fazendeiros a abrirem as comportas das barragens e permitirem vazão para abastecer as comunidades, mas grande parte dos fazendeiros não cumpriram o termo e ainda construíram novas barragens, agravando a crise em 2021. Dessa vez as comunidades mobilizaram lideranças comunitárias e políticas, denunciaram as irregularidades nos órgãos ambientais, organizaram uma caminhada que percorreu as comunidades, e novamente acionaram o Ministério Público que multou os fazendeiros que não cumpriram o acordo. Só então houve a liberação da água e o rio voltou a ter vazão.

Imagem 3-Caminhada em defesa das águas do Rio Curralinho



Fonte: Lindolfo (2021)

O ambiente onde o capital atua sofre mudanças profundas que impactam de forma diversa na dinâmica natural, social e econômica. A transição que mantém em sua base produtiva a destruição dos recursos naturais e que explora exaustivamente os trabalhadores e os excluem dos bens produzidos pelo trabalho não é de fato ecológica. Não podemos tratar os trabalhadores como algo separado do ambiente.

Fazer a transição energética pensando apenas no ar, nas águas e nas matas, sem se indignar com um trabalhador submetido a uma jornada de 12 horas diária e sem proporcionar a esse trabalhador as condições de uma vida digna com moradia, alimentação, saúde e educação de qualidade é um movimento que tem como motivação principal o potencial de valorização do capital sobre a pauta ecológica.

As pessoas são elementos centrais da cadeia ambiental. O impacto ambiental produzido pelo capital é global e afeta a vida das pessoas. A transição para um novo modelo só será de fato ecológica se tratarmos o ambiente numa perspectiva holística e não de forma fragmentada, considerando o ambiente como meio, depósito, algo separado de nós.

O processo de formação do Território Canavieiro do Vale do Mamanguape teve sua origem no período colonial, comandada pelo poder do capital internacional disseminado a partir da Europa, no século XVI, motivados pelos interesses da acumulação do capital, de um lado, tendo como resultado a marginalização crescente da massa dos trabalhadores. No período mais recente, essa dinâmica implicou na expropriação do campesinato e na sua transformação em trabalhadores assalariados submetidos a um empobrecimento crescente e degradação cada vez maior das suas condições de vida. Diante dessa dinâmica, o campesinato tenta resistir à sua expropriação e eliminação, utilizando-se de diferentes mecanismos e estratégias, como será visto nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO 3. ORIGEM E DIMENSÃO DO CAMPESINATO NO TERRITÓRIO CANAVIEIRO DO VALE DO MAMANGUAPE

Algumas considerações iniciais são necessárias para compreender as especificidades de como se deu a acumulação primitiva na economia colonial canavieira. A acumulação primitiva, no seu sentido original, significou a dissociação do trabalhador dos meios de produção. No caso dos trabalhadores do campo, a separação desses da terra. Era preciso que o trabalhador fosse expropriado de qualquer bem que lhe possibilitasse a extração de outros bens que garantissem a sua sobrevivência, deixando-o possuidor apenas da sua força de trabalho para ser vendida aos proprietários, recebendo em troca o salário. O processo de expropriação da massa de trabalhadores no nascimento do capitalismo se deu de forma violenta, “foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade” (Marx, 1968, p. 830).

Por que na economia colonial canavieira, ao invés da expropriação, houve a integração do trabalhador à terra, na figura do morador e arrendatário? Como vimos, a ocupação da terra por trabalhadores foi estimulada e a relação não capitalista predominou durante um longo período desse processo como base para posterior implantação das relações tipicamente capitalistas.

Na lógica capitalista de produção, o setor canavieiro trilhou o curso “natural” do capital: a) acumulação primitiva, que para Marx (1968, Liv. 1, p. 830) é o processo que dissocia o trabalhador dos meios de produção; b) concentração do capital, que através do aumento da produtividade incrementa a exploração do trabalho e amplia a criação da mais-valia; c) e centralização, que corresponde ao controle que o capital assume sobre o processo de valorização do próprio capital e conduz à monopolização.

A produção capitalista canavieira no Vale do Mamanguape, análoga ao que se procedeu em todo o Nordeste brasileiro, implantou sua base organizativa nas relações de trabalho definida por Oliveira (2001) e Moreira e Targino (2011) como “não tipicamente capitalista”, mas que compunha a base de acumulação primitiva do capital.

E assim o capital cumpre a sua contradição principal: “para seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo” (Oliveira, 2001, p. 18). O autor afirma ainda que essa é uma especificidade do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, que junto ao crescimento da força de trabalho assalariado, crescem as “relações de trabalho não capitalistas como, por exemplo, parceria, o trabalho familiar camponês, etc.” (Oliveira, 2001, p. 18).

3.1 Contextualização do camponês nas fazendas da Paraíba e do Vale do Mamanguape

Do início do processo de colonização até a metade do século XVII a presença camponesa no Vale do Mamanguape era forte, com o cultivo de lavouras e a criação de animais. Analisando como se deu o desenvolvimento do campesinato no território canavieiro de todo o Nordeste e, especificamente, no Vale do Mamanguape, podemos identificar diferentes formas de sua inserção no processo socioeconômico da região, enumeradas a seguir: o trabalho para o autoconsumo do indígena, a posse da terra para instalação de currais e produção de alimentos, a escravidão e a produção de alimentos, o sistema de morada, o sistema de arrendamento, e a pequena propriedade camponesa, a seguir explanadas.

3.1.1 O trabalho para o autoconsumo do indígena

O indígena potiguar, embora a rigor não possa ser classificado como camponês no período inicial da colonização, está aqui sendo incluído nessa categoria porque exemplifica o processo de transição de uma sociedade comunista primitiva para o sistema imposto pela economia colonial, denominado com propriedade por Gorender (1988) como escravismo colonial.

Ele passou por todo tipo de pressões oriundas da disputa territorial entre franceses, portugueses e holandeses, mas resistiu e assegurou a sua permanência no território original e nele se mantém até hoje praticando a agricultura e fazendo uso coletivo da terra, uma vez que a terra não foi transformada em mercadoria. Foi preservado o uso coletivo por todas as famílias residentes nas aldeias, como um bem sagrado. Mantendo, também, a guarda dos recursos naturais indispensáveis à vida, como a mata e os rios.

Os indígenas Potiguara, segundo a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI, 2023), estão distribuídos em 37 aldeias, vivendo em três terras indígenas nos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, que juntas totalizam 33.757 hectares (ver Mapa 3). Segundo o último censo demográfico do IBGE (2022), as três terras possuem uma população indígena de 19.046 pessoas.

A terra indígena potiguara que se estende pelos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto possui 10.960 indígenas, a terra potiguara Monte-Mor possui 7.639 indígenas distribuídos nos municípios de Rio Tinto e Marcação, e a terra Jacaré de São domingos que se estende pelos municípios de Marcação e Rio Tinto, possui 445 indígenas.

Com relação à população indígena por município no território canavieiro do Vale do Mamanguape, Marcação e Baía da Traição estão entre os dez municípios do Brasil com maior quantidade relativa de pessoas indígenas.

Marcação e Baía da Traição aparecem na sexta e sétima colocação respectivamente. Em Marcação, a população residente é de 8.999 pessoas, das quais 7.926 indígenas. No município, a proporção de pessoas indígenas na população residente é de 88,08%. Na Baía da Traição, a proporção de pessoas indígenas (7.992) na população residente (9.224) é de 86,64% (Paraíba, 2023).

Preservam ainda muitos aspectos da cultura ancestral como a coleta, a caça e a pesca, mas “o Potiguara tinha uma agricultura bastante desenvolvida” (Moonen e Maia, 1992, p. 113), pratica a agricultura com o cultivo de frutas, legumes e verduras, raízes como a mandioca, transformando-a em farinha e beiju, batata, feijão, jerimum e inhame. A produção agrícola tem como principal finalidade a alimentação das famílias e a comercialização do excedente nas feiras da região.

A organização da produção se dá em diferentes espaços produtivos como os “quintais ou terreiros, os sítios, os roçados, o mato e o mangue” (Palitot, 2005, p. VI), de modo que em cada espaço é desenvolvida uma atividade produtiva diferente.

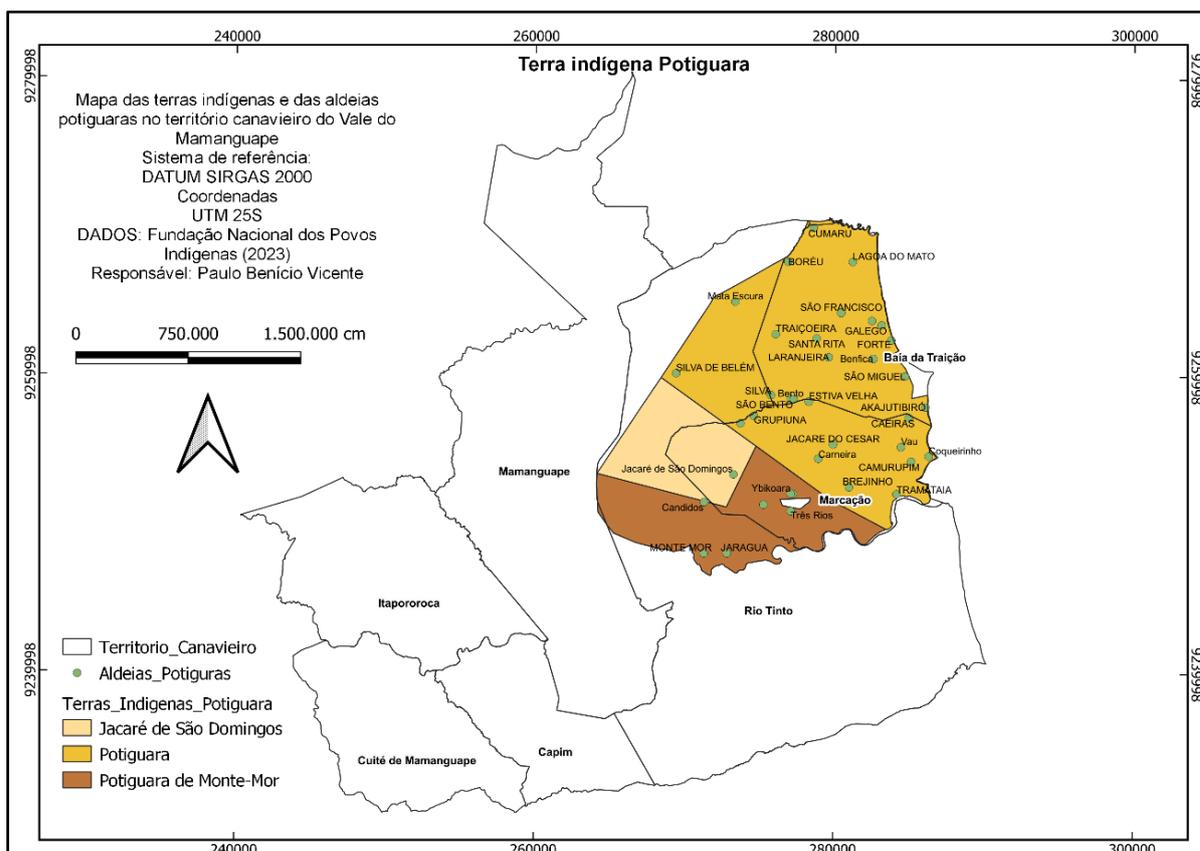
Nos quintais ou terreiros, espaços mais próximos da residência, são praticadas as atividades de criação de pequenos animais como galinhas que podem ser cuidados pelos membros da família que também cuidam da casa, assim como o cultivo de fruteiras e plantas medicinais. Os sítios abrangem áreas mais amplas no entorno da casa e geralmente os sítios de uma residência se confundem com os da casa de parentes e constituem espaços de produção coletiva do mesmo grupo, cultivados, principalmente, com fruteiras.

Os roçados são os espaços produtivos em campo aberto, são os locais onde se produz a base alimentar da família, assim como os excedentes para a comercialização. Os principais cultivos do roçado são a mandioca, a batata, o inhame, o milho, e também algumas espécies de frutas como o mamão e a banana. O roçado é geralmente o espaço produtivo restrito de cada família. Segundo Moonen e Maia (1992), os roçados são plantados em dois ambientes diferentes conforme as condições do tempo, ou seja, no inverno (período chuvoso) se coloca o roçado no tabuleiro, e no verão (estiagem) os roçados são cultivados nos terrenos baixos e úmidos próximos aos rios, denominados de paul.

As famílias retiram do mato os recursos naturais como a madeira para a construção de casas e produção de carvão, e a lenha para uso como combustível no fogo a lenha da cozinha das residências. No mato também se pratica a caça e a coleta de frutas como a mangaba e o caju.

O mangue tem importância fundamental para o indígena, pois lá se pratica a pesca do peixe, do marisco, do aratu, e atualmente se encontra a atividade de criação de camarão em viveiros, que já não é exclusividade dos índios, mas de grandes produtores comerciais. Enquanto os outros espaços são de uso mais restritos de cada família, o mato e o mangue são espaços de uso coletivo de toda a população das aldeias.

Mapa 7-Terras indígenas: Aldeias Potiguara



Fonte: Dados extraídos da FUNAI (2023). Adaptado pelo autor (2024).

Essa área indígena tem sido objeto de disputa por parte das usinas e destilarias, de fazendeiros, e da Companhia de Tecidos Rio Tinto, que se instalaram na área (conforme demonstraremos no capítulo 4), tendo em vista a expansão canavieira. Apesar da terra ter sido demarcada ainda na década de 1990, sofreu uma longa contenda jurídica. Só agora há a promessa da homologação das terras demarcadas pela atual gestão do Governo Lula. Os indígenas residentes na área desenvolvem uma agropecuária familiar.

3.1.2 A posse da terra para instalação de currais e produção familiar de alimentos

Conforme já visto anteriormente, a exploração econômica do Vale do Mamanguape se deu já no início da colonização europeia, primeiramente pelos franceses com a atividade

extrativa da madeira e, posteriormente, com a ocupação portuguesa a partir de 1585 com a instalação de currais distribuídos pelas margens tanto do rio principal, o Mamanguape, como dos seus afluentes.

O posseiro esteve presente nesse espaço desde o início da colonização, conforme se depreende do relatório de Elias Herckman (1886). Embora não tendo condição de requerer uma sesmaria, homens brancos foram se estabelecendo nas áreas não propícias ao cultivo da cana, tanto ao sul quanto ao norte da cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves. No caso de nosso interesse, na porção norte, foram instalados vários currais que além de se dedicarem à criação de animais para provimentos dos trabalhos nos engenhos, também se dedicavam ao cultivo de alimentos para subsistência.

Na primeira metade do século XVII, todo o vale desse rio até as proximidades da encosta oriental do planalto da Borborema já estava tomado por esses currais. Eles pertenciam principalmente a famílias do colonizador português que tinha como objetivo a ocupação e a garantia do domínio territorial, mas também o fornecimento animal para força motriz dos engenhos, e alimentos para as regiões produtoras de açúcar dos engenhos localizados na bacia do rio Paraíba.

Embora no Vale do Mamanguape ainda não houvesse o domínio do cultivo da cana, essa cultura já se expandia no Vale do Paraíba com a instalação de vários engenhos. Os currais presentes no Vale do Mamanguape não estavam dissociados do cultivo da cana. Segundo Joffily (1892), esses currais mantinham dependência dos engenhos e estavam articulados à dinâmica da produção açucareira.

Da segunda metade do século XVII até a segunda metade do século XVIII, entre momentos de crise e de prosperidade conforme a conjuntura de mercado do açúcar, a cultura canavieira expandia-se ou estacionava, ocorrendo o inverso com as áreas ocupadas por posseiros para a produção animal e vegetal, tendo em vista o autoconsumo e o atendimento das necessidades dos engenhos e dos núcleos urbanos iniciais (Wanderley, 1978).

A cultura da cana ganhou expressão, de modo que o seu cultivo passou a ocupar as várzeas de solos férteis de todos os rios litorâneos do Nordeste, inclusive do Rio Mamanguape e de seus afluentes. Enquanto as áreas de solos mais arenosos dos tabuleiros eram dedicadas à criação de animais destinados à produção de leite, carne, assim como ao trabalho de transporte da cana.

Junto aos currais fixavam-se também as famílias cultivadoras de alimentos e ainda os indígenas Potiguara, que representavam a maioria da população, e que viviam do cultivo da terra, da caça e da pesca.

Nesse contexto de exploração das terras da capitania para a produção econômica, já percebemos uma organização espacial da produção. Os engenhos produtores de açúcar foram instalados preferencialmente na bacia do rio Paraíba, enquanto o Rio Mamanguape foi aproveitado majoritariamente com as instalações de currais e de roçados. Mesmo nos espaços onde a cana já havia se expandido, não se pode considerá-la como cultura exclusiva. No espaço do engenho a cultura roceira também se fazia presente pelos moradores dos engenhos. A presença dos camponeses estava disseminada por todo o território da capitania.

Em razão da abundância e fertilidade dos bosques desta capitania, moram nella muitos roceiros, e produtores de farinha e cultores de arroz, milho e outros fructos da terra; pois ahi se diz, como um ditado, que onde a madeira e o bosque crescem bem, igualmente vingará bem a mandioca, isto é, a raiz que se faz a farinha (Herckman, 1886, p. 273).

O autor acrescenta ainda que além da mandioca, que era o principal cultivo dos camponeses, pois a farinha constituía o principal alimento da população, cultivava-se o arroz, o milho utilizado para alimentar os animais e os escravos, a fava, e uma variedade de frutas como laranjas, coco, banana, goiaba, maracujá, caju, batata, melão, abóbora, melancia e abacaxi.

Além do cultivo de legumes, cereais e frutas, os camponeses desenvolveram também, desde o início, a criação de animais tanto para o consumo como para o trabalho na agricultura. “Porquanto Mamanguape, Camaratuba e Mirerey, Mombaba e Gramama produzem bois, carneiros, cabras, porcos e outros quejandos animaes, em quantidade superior àquela de que necessita a Capitania para si mesma” (Herckman, 1886, p. 275).

Na segunda metade do século XVII, a freguesia de Mamanguape era a segunda maior em termos de população e uma das mais rentáveis em termos econômicos, cujos rendimentos eram oriundos dos contratos de arremates para a produção. Em resumo, a contabilidade da economia paraibana da época mostra que “Mamanguape tem: uma igreja; oito capellas; uma villa; quatro engenhos; setenta e cinco fazendas; mil tresentos e trese fogos; quatro mil quatro centos noventa e oito pessoas” (Joffily, 1892, p. 242). E mesmo não tendo o Vale do Mamanguape grande número de engenhos, os rendimentos da produção de açúcar ocupavam posição de destaque, ficando em média em quarta posição em arrecadação desse produto em relação às outras freguesias da província.

Dessa forma pode-se apreender que no nascimento da economia colonial dirigida por interesses econômicos estranhos aos povos primitivos que ocupavam a costa brasileira e paraibana, no Vale do Mamanguape nasceu um campesinato subordinado à grande produção

econômica articulada para atender as demandas do mercado internacional conduzido pelas potências europeias.

O sistema de posse ainda persiste no Vale do Mamanguape, embora declinante. Os dados dos censos agropecuários realizados a partir de 1970 informam a magnitude desse contingente, ainda que usando a denominação de ocupante⁹, conforme descreve a Tabela 9:

Tabela 9-TCVM: Número e área dos estabelecimentos explorados por ocupantes (1970–2017)

Anos	Número de Estabelecimentos	Área (ha)
1970	2.448	11.491
1975	3.998	8.400
1980	2.689	11.611
1985	3.121	5.805
1995	760	2.751
2006	910	2.020
2017	156	253

Fonte: IBGE–Censos Agropecuários (1970/2017).

Como se pode observar, até 1980 era expressivo o número de estabelecimentos explorados sob a forma de ocupação. A partir de então esse número declina de forma sistemática e persistente, decorrente do impacto do Programa Nacional do Alcool sobre esse território.

3.1.3 A escravidão e a produção de alimentos

Durante o período colonial a relação social de produção dominante foi o escravagismo. A mão de obra escrava foi essencial para fazer funcionar os engenhos tanto na produção da cana quanto na sua transformação em açúcar. Surgiu, então, o problema de alimentar a escravaria. Para tanto foi necessário dinamizar a produção de alimentos nos engenhos, utilizando a força de trabalho escrava.

Desse modo, pode-se entender que o trabalhador escravizado também assumiu de alguma forma uma feição de camponês uma vez que, a partir do domínio holandês (Nunes, 2019), estes recebiam uma porção de terra na qual eram obrigados a trabalhar com sua família nos dias santos para produzir lavouras para suprir a família com alimentos, de modo que “constituíram a

⁹ O IBGE define ocupante como a pessoa que “explora terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário) nada pagando o Produtor pelo seu uso”

pequena lavoura feita por escravos e moradores para o autoabastecimento e a venda da sobra...” (Andrade, 1998, p. 92).

Esse sistema desonerava o senhor de engenho no fornecimento de alimentos para o alto número de escravos que mantinha sob sua propriedade. A produção de alimentos, particularmente da mandioca, por parte dos escravos era fundamental para o sistema escravista, dada a insuficiência da oferta de alimentos na economia colonial, uma vez que toda a estrutura produtiva estava voltada para a produção da cana-de-açúcar. A esse respeito, Cabral escreve:

Por outro lado, mesmo em conjunturas normais, a existência de lavoura de subsistência na propriedade do engenho representava uma necessidade estrutural. Não existindo uma lavoura alimentar bem desenvolvida fora do Engenho, suprir as necessidades básicas dos escravos com mantimentos comprados num mercado interno incipiente ou no mercado externo, significava monetarizar a reprodução da força-de-trabalho escrava e fazê-la a altos custos” (Cabral, 1987, p. 27/28).

Esse era um problema tão sério que foi objeto de preocupação da coroa portuguesa, obrigando os senhores de engenho a utilizarem a mão de obra escrava para a produção de mandioca (Moreira e Targino, 1997), repetindo, praticamente, a medida tomada por Nassau.

3.1.4 O sistema de morada

Outra modalidade de campesinato do Vale do Mamanguape, que embora presente durante todo o período colonial só se estendeu com muita força após a abolição da escravatura até o surgimento das usinas, é o morador de condição. Os senhores de engenhos da Paraíba, menos afortunados do que os de Pernambuco, tinham dificuldades de aquisição de escravo porque o preço era alto. Para suprir a necessidade de mão de obra, os fazendeiros estimulavam a ocupação de porção de suas terras por moradores, permitindo a estes levantar uma moradia, geralmente de pau-a-pique, coberta de palha, e a abrir um roçado. A permissão para a moradia e para o roçado do morador era sempre nos terrenos menos férteis, principalmente nos tabuleiros. Nas terras da fazenda da usina Monte Alegre, a partir dessa designação, alguns núcleos populacionais cresceram nos tabuleiros. Os principais eram, Almécega, Linhares, Santíssimo, Olho d’Água do Serrão e vila de Capim.

Em contrapartida, além do aluguel da terra, o morador era obrigado a “dar dois ou três dias de trabalho semanal por baixo preço, ou gratuito, ao senhor de engenho” (Andrade, 1998, p. 96). Essa prática era conhecida entre os trabalhadores agricultores como “cambão”. Esse agricultor morava na terra da fazenda e com sua família trabalhava para produzir o seu alimento. No entorno da moradia plantava um roçado com lavouras destinadas ao sustento da família, mas tinha a obrigação de executar trabalho pago ou de graça para o proprietário das terras.

Geralmente são obrigados a dar 5 dias de trabalho por semana na entre-safra, intensificados para 6 ou 7 dias durante a safra. Geralmente o trabalho é pago por tarefa. [...] Em condições semelhantes vivem os trabalhadores dos engenhos que não foram ainda totalmente absorvidos pela usina. Em alguns deles ainda se usa a chamada “obrigação” pela qual o trabalhador dá um dia de serviço gratuito ao proprietário para poder explorar um trecho de terras (Andrade, 1997, p.53).

Para ter direito a uma moradia e a um pedaço de terra para plantar era submetido a uma relação de subordinação ao proprietário, pagando de forma diversa pelo aluguel da terra. Esse pagamento, dependendo das circunstâncias, poderia ser em dinheiro, em produto ou em trabalho, podendo ser uma única forma ou a combinação de mais de uma, mas, segundo Andrade, a forma predominante de aluguel da terra era “sempre em gênero e chamada geralmente de foro” (Andrade, 1998, p. 73). Nesse sistema havia a exploração da força de trabalho de toda a família, pois manter a família e mais a renda extra para o pagamento do aluguel da terra exigia esforço extra porque a necessidade da família nesse caso era aumentada pelas exigências do fazendeiro.

Ocupar as terras da fazenda com grande número de moradores tornou-se uma alternativa tanto ao alto custo do escravo quanto ao pagamento de trabalhadores livres no contexto de ascensão do movimento abolicionista. A categoria “moradores de condição” (Andrade, 1998, p. 96) passou a constituir grande parte dos trabalhadores do campo na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX. Ainda sobre essa relação de trabalho não capitalista, Oliveira afirma que ela:

(...) poupa ao capitalista investimentos em mão-de-obra. Ao mesmo tempo ele recebe parte do fruto do trabalho desses parceiros e camponeses, que converte em dinheiro. Assim realizam a metamorfose da renda da terra em capital (Oliveira, 2001, p. 18).

Esse processo, num primeiro momento, confere ao sistema a acumulação de capital necessária para, numa etapa posterior do desenvolvimento capitalista, estabelecer o trabalho assalariado, de modo que a relação não capitalista foi o artifício para a acumulação capitalista no campo.

Segundo Lemos (1996), a realidade da população camponesa do Nordeste era de muita pobreza, fome, analfabetismo, vivia endividada pela sujeição imposta pelos proprietários de comprar alimentos e outros bens nos barracões das fazendas. A concentração da terra cresceu ao passo da expansão dos canaviais, dificultando o acesso dos camponeses à terra, inviabilizando qualquer possibilidade de ascensão dos camponeses em decorrência daquilo que eles sabiam fazer, cultivar a terra.

3.1.5 O sistema de arrendamento

A quinta categoria é o arrendatário que consiste na pessoa do agricultor que não tem terra, mora na cidade ou em algum povoado próximo à fazenda e aluga parte das terras das fazendas para o cultivo de lavouras, tanto para o consumo da família como para a comercialização. No final da colheita, paga o aluguel da terra, que também pode ser em dinheiro ou em produto. Essa categoria esteve presente durante todos os contextos, desde o período colonial até os dias atuais.

Esse sistema teve origem no engenho e se estendeu ao longo do tempo, sendo presente ainda em algumas propriedades do Vale do Mamanguape, embora em pequena dimensão. As terras arrendadas estavam localizadas principalmente nos tabuleiros, pois até a implantação do Proálcool essas áreas não eram propícias ao cultivo da cana. Com esse programa foi possível expandir o cultivo da cana nos tabuleiros (Moreira e Targino, 1997) de modo que os camponeses foram expulsos das terras. Atualmente a presença dessa categoria se restringe aos contornos da cana com arrendamento de terras dos médios proprietários (ver Tabela 10).

Tabela 10-TCVM: Número e área dos estabelecimentos explorados por arrendatários (1970–2017)

Anos	Número de Estabelecimentos	Área (ha)
1970	1.487	2.446
1975	1.875	2.623
1980	1.230	2.196
1985	972	2.846
1995	972	2.846
2006	180	1.737
2017	103	14.066

Fonte: IBGE-Censos Agropecuários (1970/2017).

Conforme os dados mostrados na Tabela 10, até 1995 era expressivo o número de estabelecimentos explorados sob a forma de arrendamento. Os dados de 2017 destoam dos apresentados nos anos anteriores, refletindo, possivelmente, uma realidade nova no Vale do Mamanguape: haveria uma mudança qualitativa no tipo de arrendamento. Não se trata mais do antigo arrendatário de caráter familiar, mas do arrendatário capitalista. O tamanho dos estabelecimentos arrendados dá sustentação a essa percepção: de uma área média entre 1 e 2 hectares nos anos anteriores, e em 2017 a área média dos arrendamentos é de 136 hectares.

Os antigos foreiros se dedicavam à produção de lavouras como o “algodão, a agave e culturas de subsistência: o milho, a mandioca e, sobretudo, a fava” (Andrade, 1997, p. 38). O cultivo de lavouras era praticado por pessoas sem-terra que moravam nos vários povoados próximos aos engenhos.

3.1.6 A pequena propriedade camponesa

A sexta categoria diz respeito aos pequenos proprietários. Ela é composta pelos agricultores que são proprietários de pequenos lotes e produzem em regime familiar o alimento para o autossustento. Quando há excedente, este é comercializado, e a renda adquirida com a venda da produção é utilizada para aquisição dos bens que não produzem na terra. Essa categoria se expandiu com o avanço da organização das lutas camponesas e a conquista da terra com o processo de desapropriação de alguns latifúndios.

O sistema da propriedade familiar de base camponesa ganhou nova configuração com a Lei n. 601 de 1850 (a chamada Lei das Terras) ao transformar as posses que existiam até então em propriedade privada. Por outro lado, ao subordinar o acesso à terra pelos mecanismos de compra e venda, limitou efetivamente o acesso à população pobre que não dispunha de recursos para efetivar a compra da mesma. Mecanismo que Martins (1979) caracterizou como o cativo da terra.

O aumento do número desse tipo de propriedade foi incrementado através do sistema de divisão da propriedade por herança. Como as famílias camponesas eram numerosas, a morte do chefe da família implicou no fracionamento da pequena propriedade, agravando a questão fundiária pelo aumento expressivo dos minifúndios. Em muitos casos, o fracionamento é de tal monta que a terra passou a ser, praticamente, um lugar de morada, pois o seu tamanho não permite a sua exploração.

Nas últimas décadas, outro fator interveniente tem sido a política agrária levada a cabo por diferentes governos, desde a instalação do Projeto Integrado de Colonização de Rio Tinto (PIC-Rio Tinto) na década de 1970, até a criação de Projetos de Assentamento para fins de reforma agrária. Os últimos censos agropecuários trazem informações sobre o número de beneficiários da política agrária).

Os dados demonstram um crescimento significativo tanto do número quanto da área total dos estabelecimentos explorados por assentados da reforma agrária, porém, diante da estrutura concentrada da terra, a política de reforma agrária no território ainda não foi suficiente para modificar o cenário de concentração e de atendimento da demanda dos trabalhadores que necessitam de terra para trabalhar. (ver Tabela 11).

Tabela 11- TCVM: Número e área dos estabelecimentos explorados por assentados sem titulação definitiva (2006–2017).

Anos	Número de Estabelecimentos	Área (ha)
2006	176	615
2017	736	2.802

Fonte: IBGE–Censos Agropecuários (2006/2017).

Entre o Censo de 2006 e o de 2017 houve um acréscimo de mais de 300% no número, assim como na área dos estabelecimentos explorados por assentados sem titulação definitiva, o que demonstra a resistência dos camponeses do Território na luta por um pedaço de chão para cultivar e produzir alimentos, e com resiliência preservando a identidade camponesa no território canavieiro do Vale do Mamanguape

3.2 Perfil da produção camponesa no Território Canavieiro do Vale do Mamanguape

Esse campesinato se fez presente desde o início do processo de colonização e aí continua até os dias atuais. Assim como a grande produção capitalista se manteve forte por mais de quatro séculos, o campesinato resiste às pressões exercidas pela economia canavieira também ao longo desse período, caracterizando o Território Canavieiro do Vale do Mamanguape como um território de luta e de resistência camponesa ao longo da história.

A análise desse tópico foi efetuada a partir da base de dados do censo agropecuário do IBGE do ano de 2017; do INCRA, com base no Sistema Nacional de Cadastro Rural (2018, 2024) e das informações colhidas na pesquisa de campo nos três assentamentos presentes no território.

A coleta de dados nos assentamentos foi realizada por meio de entrevistas com seis assentados dos três assentamentos, sendo uma liderança de cada que nos forneceu informações sobre a história e a organização do assentamento, e um trabalhador assentado de cada assentamento, não é liderança, que nos forneceu dados sobre o trabalho e a produção.

Iniciaremos nossa análise pela estrutura fundiária do território com informações do censo agropecuário de 2017 que traz os dados sobre o número de estabelecimentos e a área, agrupados por grupo de áreas.

Segundo os dados coletados, o território possuía na data referência do censo um total de 5.197 estabelecimentos agropecuários, com uma área de 96.715 hectares agrupados em 19 grupos de áreas, conforme Tabela 12.

Tabela 12- Território Canavieiro do Vale do Mamanguape: Estrutura fundiária em 2017

Grupos de área (ha)	N. de Estabelecimentos	Total de área (ha)
Total	5197	96.715
Mais de 0 a menos de 0,1	124	8
De 0,1 a menos de 0,2	568	84
De 0,2 a menos de 0,5	820	253
De 0,5 a menos de 1	426	262
De 1 a menos de 2	815	955
De 2 a menos de 3	606	1.269
De 3 a menos de 4	339	1.053
De 4 a menos de 5	227	942
De 5 a menos de 10	501	3.213
De 10 a menos de 20	280	3.603
De 20 a menos de 50	143	4.081
De 50 a menos de 100	43	2.591
De 100 a menos de 200	23	757
De 200 a menos de 500	33	8.437
De 500 a menos de 1.000	13	6.153
De 1.000 a menos de 2.500	5	6.696
De 2.500 a menos de 10.000	7	24.589
De 10.000 ha e mais	1	0
Produtor sem área	223	0

Fonte: Censo Agropecuário 2017. Adaptado pelo autor (2024).

Conforme os dados sobre a estrutura fundiária, fica evidente a concentração da terra. É possível observar que o maior número de estabelecimentos se encontra distribuído nos grupos de áreas menores de 100 hectares, ou seja, 4.890 estabelecimentos, que corresponde a 94,1% do total de estabelecimentos, enquanto a área de todos esses estabelecimentos é de 18.314 hectares, correspondendo a apenas 18,93% da área total.

Já a quantidade de estabelecimentos com área igual ou superior a 100 hectares corresponde a 305, o que representa apenas 5,86% do total, porém concentra mais 81% da área total. Vale ressaltar que nem todos os dados referentes à área dos estabelecimentos estão disponíveis. Por uma questão metodológica, para evitar a identificação dos estabelecimentos, o IBGE oculta as informações sobre área quando o número de estabelecimentos de um determinado grupo de área é inferior a três unidades, conforme já explicado no capítulo II, sessão 2.2. O que traz implicações no sentido de mascarar a realidade sobre o problema fundiário brasileiro, impedindo a identificação dos latifúndios, assim como dos latifundiários. Por esse motivo, a área do estabelecimento com mais de 10.000 hectares aparece com valor 0 (zero) no levantamento.

Chama atenção o grupo de área que apresenta estabelecimentos com área ente 2.500 hectares a menos de 10.000 hectares, que com apenas 7 estabelecimentos concentra uma área de 24.000 hectares, o equivalente a um quarto da área de todos os estabelecimentos, sem contar a área de 2 estabelecimentos em que a informação foi inibida.

Para trazer o tema para um debate mais próximo da nossa realidade, mais palpável, teceremos uma análise também com base na metodologia utilizada pelo Incra.

Enquanto o IBGE utiliza o termo “estabelecimento agropecuário”, que corresponde à unidade produtiva, independente da propriedade, o Incra utiliza o termo “Imóvel Rural”, que se refere aos imóveis relacionados à titularidade, ou seja, que tem o proprietário como responsável. Outros fatores importantes a considerar são: primeiro, os dados do IBGE são levantados com base na declaração do informante, sem a necessidade de comprovação, enquanto os dados do Incra são levantados com base em documentos; segundo, o Incra não inibe as informações com relação à área dos imóveis, possibilitando um conhecimento mais próximo da realidade.

Segundo a Lei n.º 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que “dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária” (Brasil, 1993), e que padroniza o tamanho máximo e o tamanho mínimo dos lotes do Programa Nacional de Reforma Agrária, alterada pela Lei n.º 13.465 de 2017, o Incra classifica os imóveis rurais em quatro categorias, conforme o tamanho.

Cada categoria é classificada mediante os Índices Básicos de Classificação dos Imóveis Rurais por meio da Instrução Especial n.º 5 de 2022 (INCRA, 2022). Em seu Art. 2º define que “Os índices básicos cadastrais fixam para cada município parâmetros que possibilitam caracterizar e classificar o imóvel rural segundo a sua dimensão e disposição regional” (Incra, 2022). São seis índices especiais e, entre eles, dois se referem ao dimensionamento dos lotes da reforma agrária, sendo “fração mínima de parcelamento”, que “corresponde a menor área, em hectares, em que um imóvel rural pode ser desmembrado ou dividido para constituição de novo imóvel rural” (Incra, 2022), e “módulo fiscal”, que corresponde ao padrão de imóvel que possibilite a sobrevivência da família pela exploração da terra, conforme as condições naturais e aspectos sociais da região.

Nesse sentido, em cada município a fração mínima de parcelamento e o módulo fiscal possuem tamanhos diferentes. No território em estudo, a fração mínima de parcelamento é de 4 hectares em seis dos sete municípios pesquisados, e de 2 hectares em um município. Já o módulo fiscal varia de 10 a 16 hectares, com três municípios com módulo fiscal equivalente a 10 hectares e quatro com módulo fiscal equivalente a 16 hectares, conforme tabela a seguir.

Tabela 13-Índices básicos de classificação dos imóveis rurais

Município	Módulo Fiscal (ha)	Fração mínima de parcelamento (ha)
Baía da Traição	16	4
Capim	10	4
Cuité de Mamanguape	10	2
Itapororoca	16	4
Mamanguape	10	4
Marcação	16	4
Rio Tinto	16	4

Fonte: Incra (2023). Adaptado pelo autor (2024).

Com base nessas normativas, o imóvel rural, em relação ao tamanho, pode ser classificado em:

Minifúndio: imóvel rural com área inferior à Fração Mínima de Parcelamento;

Pequena Propriedade: imóvel com área entre a Fração Mínima de Parcelamento e 4 módulos fiscais;

Média Propriedade: imóvel rural de área superior a 4, chegando até 15 módulos fiscais;

Grande Propriedade: imóvel rural de área superior a 15 módulos fiscais.

A Lei n.º 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, em seu Art. 18, também estabelece que “Os lotes a serem distribuídos pelo Programa Nacional de Reforma Agrária não poderão ter área superior a 2 (dois) módulos fiscais ou inferior à fração mínima de parcelamento” (Brasil, 1993). Assim sendo, os lotes de assentamentos no território em análise se enquadram na categoria de pequena propriedade, podendo chegar a no máximo 32 hectares (2 módulos fiscais, nos municípios de Baía da Traição, Itapororoca, Marcação e Rio Tinto) e no mínimo 2 hectares (fração mínima de parcelamento no município de Cuité de Mamanguape).

Conforme a metodologia utilizada pelo Incra, os dados da estrutura fundiária no Território Canavieiro do Vale do Mamanguape, referente ao último levantamento, no ano de 2018, são 2.711 imóveis rurais, classificados em 14 categorias segundo o tamanho, com variação entre menos de 1 hectare e menos de 20.000 hectares.

A situação não difere muito nas duas abordagens, podemos constatar que a realidade da estrutura fundiária da área em estudo é de concentração da terra, ou seja, a maioria dos imóveis está concentrada nos grupos de áreas de minifúndios e pequenas propriedades, enquanto a quantidade mínima de imóveis rurais possui grandes áreas e concentra a maior parte das terras, conforme mostrado na Tabela 14.

Tabela 14-TCVM: Estrutura fundiária segundo dados do Inca -2018

Categoria (Ha)	Imóveis (Unidades)	Área (Ha)
Mais de 0 a < 1	52	28,57
1 a < 2	231	303,63
2 a < 5	712	2.298,73
5 a < 10	689	4.934,35
10 a < 25	549	8.502,08
25 a < 50	248	8.003,97
50 a < 100	128	9.000,49
100 a < 250	105	16.631,84
250 a < 500	33	11.454,96
500 a < 1.000	10	6.584,98
1.000 a < 2.500	9	15.431,20
2.500 a < 5.000	2	3.805,71
5.000 a < 10.000	2	11.157,68
10.000 a < 20.000	1	14.238,39
TOTAL	2.771	112.376,5949

Fonte: Inca. Adaptado pelo autor (2024).

Ao analisar as categorias, com base nos parâmetros definidos pelo Inca que padroniza o tamanho máximo e o tamanho mínimo dos lotes do Programa Nacional de Reforma Agrária, constata-se que 283 imóveis rurais, o equivalente a 10,21% dos imóveis, são minifúndios por possuírem área menor do que a fração mínima de parcelamento, por exemplo, do município de Cuité de Mamanguape. O imóvel se constitui praticamente como local de morada, impossibilitando o sustento de uma família pela atividade exclusiva de exploração da terra. Todos esses imóveis concentram uma área de apenas 332 hectares e representam apenas 0,003% da área total.

Ao considerar que na região a área ideal para uma família tirar o sustento da terra, segundo as normativas abordadas acima, varia entre a fração mínima de parcelamento e dois módulos fiscais, que, na prática, corresponde a imóveis que variam entre 2 e 32 hectares, para essa região constatamos que separando as categorias entre 2 hectares a menos de 50 hectares, que caberiam todos os imóveis classificados como pequena propriedade, temos o número de 2.198 imóveis.

Ou seja, 79,32% de todos os imóveis do território são de pequenas propriedades e concentram uma área de 23.739,13 hectares, representando 21,12% da área total dos imóveis rurais.

Ao juntarmos as categorias que se classificam como minifúndios e pequenas propriedades, temos a grande maioria de 89,53% dos imóveis com apenas 21,42% da área total. Enquanto isso, as médias e grandes propriedades que agregam os imóveis com área superior a quatro módulos fiscais, que concentram os imóveis com área entre 50 hectares até menos de 20.000 hectares, somam todos 290 imóveis, o equivalente a 10,47%. No entanto, concentram uma área de 88.305,25 hectares, o que representa 78,58% da área total. Desse modo, chegamos ao resultado que mostra o quão profunda é a concentração de terra e que contribui para a desigualdade social no campo do Território Canavieiro do Vale do Mamanguape.

Analisamos agora sobre pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários do Território Canavieiro do Vale do Mamanguape. A Tabela 15 mostra o número de estabelecimentos agrupados por grupo de área e por tipologia dos estabelecimentos que declaram ser de agricultura familiar ou não e que possuem pessoal ocupado. Apesar da monocultura da cana predominar na economia do território em análise, constatamos que a agricultura familiar é o que mantém o maior número de pessoal ocupado em suas atividades.

Na primeira coluna podemos observar que de todos os 5.197 estabelecimentos que possuem pessoal ocupado, 3.793 são de agricultura familiar, correspondendo a 73% do total de estabelecimentos. À medida que aumenta o grupo de área, diminui a quantidade de estabelecimentos que possuem pessoal ocupado, de modo que majoritariamente os estabelecimentos que o possuem são aqueles com área de até 50 hectares. A partir de 100 hectares são poucos os estabelecimentos que possuem pessoal ocupado porque aí já estão os estabelecimentos que utilizam uma agricultura para o mercado, com maior grua de mecanização.

Sobre os estabelecimentos que possuem pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor, a maioria também declara ser de agricultura familiar, semelhante ao total de estabelecimentos. Já os estabelecimentos que possuem pessoal ocupado sem laços de parentesco com o produtor, que inclui a relação de trabalho assalariado, é bem menor do que a outra categoria. Mesmo assim, os pequenos identificados como sendo de agricultura familiar, com área de até 50 hectares, são os que concentram o maior número dos que possuem pessoal ocupado.

Esses dados contradizem a tese do agronegócio que procura a todo custo disseminar e consolidar na opinião pública a informação de que é o setor que mais emprega no Brasil, onde

na verdade a agricultura moderna de mercado, mecanizada mantêm um baixo índice de empregabilidade

Tabela 15-TCVM: Número de estabelecimentos com pessoal ocupado por grupo de área total e tipologia do estabelecimento (2017)

Grupo de área total (ha)	Estabel.	Tipo de agricultura		Com parentesco com o produtor		Sem parentesco com o produtor	
	Total	Não Fam	Fam	Não Fam	Fam	Não Fam	Fam
	5197	1404	3793	1386	3793	251	517
Mais de 0 a < 0,1	124	56	68	56	68	2	4
De 0,1 a < 0,2	568	209	359	209	359	7	4
De 0,2 a < 0,5	820	266	554	266	554	8	13
De 0,5 a < 1	426	135	291	135	291	5	29
De 1 a < 2	815	215	600	215	600	22	59
De 2 a < 3	606	123	483	123	483	16	59
De 3 a < 4	339	68	271	68	271	18	55
De 4 a < 5	227	36	191	35	191	11	46
De 5 a < 10	501	63	438	63	438	23	118
De 10 a < 20	280	37	243	37	243	16	78
De 20 a < 50	143	34	109	34	109	27	49
De 50 a < 100	43	34	9	33	9	25	3
De 100 a < 200	23	22	1	20	1	19	0
De 200 a < 500	33	33	0	29	0	28	0
De 500 a < 1.000	13	13	0	12	0	12	0
De 1.000 a < 2.500	5	5	0	2	0	5	0
De 2.500 a < 10.000	7	7	0	3	0	5	0
De 10.000 ha e mais	1	1	0	0	0	1	0
Produtor sem área	223	47	176	46	176	1	0

Fonte: Censo agropecuário 2017. Adaptado pelo autor (2024).

Na Tabela 15, mostramos o número de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários do território segundo os grupos de área, por tipologia do estabelecimento, se é de agricultura familiar ou não e com o laço de parentesco do pessoal ocupado com o produtor responsável pelo estabelecimento. Vale observar que o IBGE inibe a informação quando o número de estabelecimentos que possuem pessoal ocupado é igual ou inferior a três, e, nesse caso, o número de pessoal ocupado, considerando os dados inibidos, é menor do que o número total. Feitos os devidos esclarecimentos passamos à análise dos dados.

Sobre o total, no ano referência do censo, todos os estabelecimentos agropecuários do território possuíam 16.591 pessoas ocupadas em atividades agropecuárias. Sendo que a maior densidade de trabalhadores está nos estabelecimentos com área de até 50 hectares. À medida que aumenta o tamanho do estabelecimento, diminui o número de pessoal ocupado, de modo que, considerando os dados inibidos, os estabelecimentos com até 50 hectares concentram

11.350 pessoas com ocupação, correspondendo a 84,98% do total de pessoas ocupadas, enquanto os demais estabelecimentos acima de 50 hectares possuem apenas 2.006 pessoas ocupadas, equivalente a 15,02% do total.

Ao analisarmos os dados do pessoal ocupado, com laço de parentesco e com a tipologia do estabelecimento, fica evidente a importância da agricultura familiar na ocupação da população camponesa. O pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor, que caracteriza a agricultura camponesa, está majoritariamente nos estabelecimentos de agricultura familiar, com 7.769 pessoas ocupadas, enquanto nos estabelecimentos não familiar estão presentes apenas 2.664 pessoas, ou seja, menos da metade (Ver Tabela 16).

Tabela 16-Número de pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por grupo de áreas e tipologia dos estabelecimentos (2017)

Grupo de área total	Pessoal ocupado	Com parentesco com o produtor		Sem parentesco com o produtor	
		Total	Não Fam	Fam	Não Fam
TOTAL	16.591	2.814	8.117	4.390	1.270
Mais de 0 a < 0,1 ha	224	97	127	0	0
De 0,1 a < 0,2 ha	1.041	411	624	3	3
De 0,2 a < 0,5 ha	1.585	531	1054	0	0
De 0,5 a < 1 há	873	279	564	0	30
De 1 a < 2 há	1.854	486	1.252	53	63
De 2 a < 3 há	1.531	303	1.131	29	68
De 3 a < 4 há	939	157	639	21	122
De 4 a < 5 ha	380	66	286	10	18
De 5 a < 10 ha	1.591	142	1.093	84	272
De 10 a < 20 ha	862	60	614	51	137
De 20 a < 50 ha	470	30	215	110	115
De 50 a < 100 ha	83	26	0	57	0
De 100 a < 200 ha	108	9	0	99	0
De 200 a < 500 ha	412	28	0	384	0
De 500 a < 1.000 ha	159	0	0	159	0
De 1.000 a < 2.500 ha	645	0	0	645	0
De 2.500 a < 10.000 ha	393	3	0	390	0
De 10.000 ha e mais	0	0	0	0	0
Produtor sem área	206	36	170	0	0
Total com as inibições	13.356	2.664	7.769	2.095	828

Fonte: Censo Agropecuário 2017. Adaptado pelo autor (2024).

Já em relação ao pessoal ocupado sem laço de parentesco com o produtor, que inclui o pessoal ocupado nas relações de trabalho assalariado, o número de trabalhadores nos

estabelecimentos de agricultura não familiar é superior ao da agricultura familiar, porém com número pouco expressivo diante do volume de pessoas ocupadas na agricultura familiar. Mesmo nessa categoria, o pessoal ocupado na agricultura familiar nos estabelecimentos com até 50 hectares é bem superior aos trabalhadores que não são de agricultura familiar.

Fica constatado através dessa análise que a agricultura comercial, representada no Território Canavieiro do Vale do Mamanguape pela monocultura da cana-de-açúcar, comandada por quatro usinas, que concentram a terra e se apropriam da água, e que ao longo da história atuaram na expulsão da população do campo, não garante ocupação à população. Enquanto isso, a agricultura familiar camponesa que detém pequena porção de terra e tem acesso restrito a políticas públicas é o que garante ocupação a maior parcela da população do setor primário do território em foco.

Partimos agora para a análise da realidade dos três assentamentos pesquisados com base nas informações colhidas em campo com os sujeitos assentados, sobre o trabalho, a produção e a vida dos assentados.

No território existem três assentamentos (ver Tabela 17), sendo dois no município de Capim (Assentamentos Paulo Gomes e Manoel Bento) e um no município de Cuité de Mamanguape (Assentamento Fazenda Cuité).

Tabela 17-TCVM: área dos assentamentos, número de famílias assentadas e ano de criação

Assentamento	Município	Área (ha)	N.º de famílias	Ano de criação
Assentamento Paulo Gomes	Capim	186	21	1996
Assentamento Manoel Bento	Capim	193	25	1996
Assentamento Fazenda Cuité	Cuité de Mamanguape	213	42	2006

Fonte: Pesquisa de campo (2024).

Dos seis assentados entrevistados, quatro são homens e duas são mulheres, sendo uma das mulheres a liderança do assentamento Manoel Bento. Todos os entrevistados são responsáveis pelo lote. A idade dos entrevistados varia entre 35 e 73 anos. O entrevistado mais jovem é do Assentamento Paulo Gomes e é liderança, e o mais idoso é do Assentamento Fazenda Cuité. Quatro estão assentados desde o início e dois ingressaram depois, mas a maioria está no assentamento há mais de 10 anos. O mais recente reside desde 2015 no assentamento Paulo Gomes. Quanto à posição na família, todos os entrevistados são chefes de família, porém, devido à média de idade ser elevada, na maioria das famílias nem todos os membros moram no assentamento. Muitos filhos já saíram de casa, seja por matrimônio, seja por trabalho fora do assentamento.

Quanto às características dos lotes, a maioria, nos três assentamentos, possui área entre quatro e sete hectares. No Assentamento Fazenda Cuité, cada lote possui um total de 6 hectares, sendo cinco para agricultura e criação e um de reserva. No assentamento Paulo Gomes, o tamanho dos lotes é de 4,8 hectares, e no assentamento Manoel Bento os lotes variam de tamanho, mas a maioria possui 6,5 hectares. Sobre a terra, todos afirmaram que ela é boa para as práticas agrícolas e que é suficiente para produzir alimentos para a família. “Minha família é muito grande, só que agora por hora, só tem eu e minha veia” (A-3–Assentado da Fazenda Cuité, relato cedido ao autor em dezembro de 2023).

Sobre o trabalho e a produção nos lotes todos afirmaram que o trabalho é realizado pela família e, eventualmente, nos momentos de maior necessidade, é contratada uma pessoa para ajudar, principalmente nos momentos de plantio e de colheita. “Quando a demanda é grande para limpar a lavoura, eu quando não dou conta só, às vezes eu contrato uma pessoa, duas pessoas” (A-2–assentado do Assentamento Paulo Gomes, relato cedido ao autor em fevereiro de 2024).

A contratação de um trabalhador em ocasiões esporádicas não descaracteriza o trabalho familiar, visto que é o menor volume de trabalho realizado por pessoa que não é da família. “É só eu mermo, né? Que pra dizer assim, um cara me ajudar um dia de serviço, é mesmo que não contratar ninguém, né, só isso, só eu mermo” (A-3–Assentado da Fazenda Cuité, relato cedido ao autor em dezembro de 2023).

Sobre a produção, os principais tipos de produtos em todos os três assentamentos são as lavouras de subsistência, às vezes chamadas pelos agricultores de lavoura branca: feijão, milho, batata, inhame, fava, macaxeira e mandioca. “A produção daqui que nós planta é mais lavoura de subsistência, né, por exemplo, a macaxeira, a, mandioca para fazer a farinha, e o feijão, né?” (A-2–assentado do Assentamento Paulo Gomes, relato cedido ao autor em fevereiro de 2024).

A produção está diretamente relacionada às condições do tempo, com a plantação feita no período de chuvas. Todos os entrevistados relataram que a produção depende da chuva e nenhum assentamento dispõe de um sistema de irrigação que beneficie todos os assentados. Apenas no assentamento fazenda Cuité um assentado utiliza irrigação com mais frequência no período de estiagem. “Os outros assentados que não tem o barreiro, não tem água, eles só produz no tempo do inverno, ai, só dá pra ele fazer com que se alimentar nesse período” (LA-1–liderança do assentamento Cuité, relato cedido ao autor em dezembro de 2023).

A dependência das condições de tempo também é abordada por assentados dos assentamentos Manoel Bento e Paulo Gomes: “que a gente já trabalha nos invernos, no tempo

de trabalho quando chove é, a gente começa a plantar. E quando é o tempo a gente colhe” (A-1–Assentada do assentamento Manoel Bento, relato cedido ao autor em dezembro de 2023).

“Bom, a avaliação da gente, a gente se prepara para plantar quando chega o período de inverno, né? Não usa irrigação. Aí, então, assim, a gente planta a parte de um terreno de um ano, já prepara o outro para o próximo ano” (A-2–assentado do Assentamento Paulo Gomes, relato cedido ao autor em fevereiro de 2024). A mesma preocupação foi relatada pelas lideranças dos assentamentos Paulo Gomes e Manoel Bento, conforme segue: “E quando é no tempo que chega as invernações o povo planta o que pode” (LA-2–presidente da Associação do Assentamento Paulo Gomes, relato cedido ao autor em fevereiro de 2024). “Depois que passa o inverno, a gente vai criando uns bichos, vai vivendo de outras coisas, né?” (LA-3–Presidente da Associação do Assentamento Manoel Bento, relato cedido ao autor em dezembro de 2023).

O destino principal da produção é a alimentação da família, mas algum excedente é comercializado nas feiras livres da região. Sobre o destino da produção, um assentado do Assentamento Paulo Gomes afirma: “Bom, o principal, a gente vende muito aqui. Como não é grande produção, a gente vende por aqui, nas feiras livres, das cidades vizinha, né? Primeiro pra o consumo. A maioria é mais pra o consumo, entre a família” (A-2–assentado do Assentamento Paulo Gomes, relato cedido ao autor em fevereiro de 2024).

O assentamento que mais comercializa nas feiras é o Paulo Gomes. Já o assentamento Manoel Bento planeja a produção para repasse ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) do Governo Federal executado pela Prefeitura de Mamanguape, conforme informação fornecida pela liderança do Assentamento Paulo Gomes:

Olhe esses agricultores hoje aqui, eles veve da plantação que planta, né? Como eu falei, tem esse projeto da CONAB, graças a Deus que a gente somos bem assistido por Mamanguape, porque a gente somos assistidos pela Prefeitura de Mamanguape, né? Boto o produto pra lá, todo nosso alimento vai pra lá, a gente tem muito apoio de Mamanguape, que eles faz o projeto e a gente bota pra lá (LA-3–Presidente da Associação do Assentamento Manoel Bento, relato cedido ao autor em dezembro de 2023).

O assentamento Fazenda Cuité está localizado em uma área mais suscetível a problemas relacionados à seca, e, portanto, tem uma produção mais restrita ao consumo, mas mesmo assim nos anos de boa safra ainda produz excedente que comercializa, segundo relata A-3 (2023): “E o consumo mermo, só o milho é que a gente vende” (Assentado da Fazenda Cuité, relato cedido ao autor em dezembro de 2023). Nesse assentamento apenas um assentado participa do PNAE e de uma feira da agricultura familiar na cidade de Cuité de Mamanguape.

A renda adquirida com a comercialização dos alimentos proporciona aos assentados a compra de outros alimentos e de outros itens que eles não produzem. A renda anual informada

pelos agricultores é baixa, varia ente R\$ 8.000,00 e R\$ 20.000,00 por ano. No assentamento Manoel Bento, a produção já é planejada para repasse ao PAA e tem um valor contratado que pode variar a cada ano, conforme relato a seguir: “É que nem eu digo, tem só essa renda mesmo, do projeto [...] Não, projeto começou de 8.000,00, quando tinha ano que a gente se ajuntava tudo junto e tirava tudo” (A-1–Assentada do assentamento Manoel Bento, relato cedido ao autor em dezembro de 2023).

Em todos os assentamentos a renda principal de muitas famílias informada pelos entrevistados vem dos programas do governo como o Bolsa Família e a aposentadoria rural. “Assim professor, quando acaba a gente fica só com o Bolsa Família, né? Não tem outra renda, não tem outra renda” (LA-3–Presidente da Associação do Assentamento Manoel Bento, relato cedido ao autor em dezembro de 2023).

Sobre a condição de vida dos assentados, apesar da baixa renda oriunda do trabalho, todos os entrevistados demonstraram satisfação em morar no assentamento, de modo que no assentamento Paulo Gomes todas as famílias permanecem desde o início. “Aqui nesse assentamento aqui, todos que foram assentados aqui, sem ser por morte, né, porque teve uns que já morreram, é, continua todos aqui” (LA-2–presidente da Associação do Assentamento Paulo Gomes, relato cedido ao autor em fevereiro de 2024).

Nos assentamentos Manoel Bento e Fazenda Cuité existe uma baixa rotatividade das famílias. Perguntado se o tamanho do lote é suficiente para o sustento da família, todos responderam que sim, e sobre o assentamento, se proporciona uma boa qualidade de vida, a maioria respondeu que sim, conforme relato a seguir: “É, pra mim, sim. Que agricultura hoje em dia não é pra todo mundo não. E eu, foi onde eu vim encontrar mais sossego na vida, foi depois que eu parti praqui, pra esse assentamento” (A-3–Assentado da Fazenda Cuité, relato cedido ao autor em dezembro de 2023).

A sensação de que a vida no assentamento melhorou também é compartilhada pelas lideranças dos três assentamentos, conforme segue: “Com certeza melhorou muito, bastante mesmo, com esse produto que a gente escoo pra Mamanguape, muito bom, graças a Deus, muito bom mesmo” (LA-3–Presidente da Associação do Assentamento Manoel Bento, relato cedido ao autor em dezembro de 2023).

Sobre a qualidade de vida, LA-1 (2023) afirma: “Graças a Deus, a qualidade de vida é outra, né? Muito boa. [...] Alguns né, outros trabalhava em outras atividades já, e estão tudo por aí graças a Deus sempre almejando melhorar cada vez mais, né?” (LA-1–liderança do assentamento Cuité, relato cedido ao autor em dezembro de 2023).

O presidente do Assentamento Paulo Gomes relata alguns benefícios trazidos pelo assentamento.

A gente foi beneficiado com casas, é, teve uns investimentos que o governo trouxe, uma casa de farinha, tinha rede de água aqui. Isso praticamente foi o que teve benefício, a casa. Algumas vezes eles mandavam um, dinheiro sem, a fundo perdido, que a gente não pagava, pra investir em alguma coisa (LA-2-presidente da Associação do Assentamento Paulo Gomes, relato cedido ao autor em fevereiro de 2024).

Apesar de existir uma satisfação dos assentados em estar na terra, plantando e produzindo para o sustento da família, eles relatam dificuldades que impõem limitações a uma vida melhor. A principal dificuldade relatada por todos é a falta de assistência técnica e financeira aos assentados que possibilitasse maior conhecimento para a ampliação da produção e comercialização.

A gente veve desenvolvendo nossos projetos por conta da gente mermo, se a gente tivesse uma assistência técnica aqui, por parte do estado a gente ia adquirir mais conhecimento, com certeza o desenvolvimento do assentamento seria outro bem diferente do que está hoje. Eu agradei no início que tava, bom, claro que está melhor do que a gente estava ontem, mas a gente poderia estar muito melhor. Com certeza isso aí estaria muito melhor se tivesse uma assistência. Gente, gente com conhecimento técnico para passar pra gente ajudar a gente desenvolver em plantação. (LA-1-liderança do assentamento Cuité, relato cedido ao autor em dezembro de 2023).

Outra dificuldade que impede uma maior e melhor produção é a falta de água, que possibilite a produção durante o período de estiagem. Esse problema foi mencionado por todos os entrevistados dos três assentamentos. Embora existam reservatórios de água, os trabalhadores não têm condições financeiras para instalar irrigação.

As maiores dificuldades que a gente enfrenta é a água. Por quê? A água a gente tem ela, pra beber, pra beber e pra gastar. Agora pra você plantar nada a gente não tem. Porque a gente tem um açude aqui, mas a gente num usa esse açude porque a gente num tem condição de usar essa água, porque existe todo um processo, tem que ter uma irrigação. Pra gente ter isso como pra ajudar a gente, a gente tinha que ter um apoio, tinha que ter um apoio de um alguém. A gente dependemos de bomba, dependemos de energia, dependemos de cano, muita coisa. Irrigação é um custo muito alto, é um custo muito alto (LA-3-Presidente da Associação do Assentamento Manoel Bento, relato cedido ao autor em dezembro de 2023).

A falta de condições para irrigar a plantação no período de estiagem também é uma realidade do assentamento Paulo Gomes: “A Produção é mais no tempo do inverno porque quando chega a seca, praticamente não tem gente aqui quem tenha uma irrigação pra trabalhar” (LA-2-presidente da Associação do Assentamento Paulo Gomes, relato cedido ao autor em fevereiro de 2024).

Com relação à água o assentamento Paulo Gomes tem um curso d’água importante, o Riacho Pindoba. O assentamento Manoel Bento tem um grande açude, e o assentamento Fazenda Cuité tem um açude de médio porte e um relevo favorável à construção de outros

reservatórios, mas o que falta, na verdade, são condições financeiras que possibilitem o acesso à água pelos assentados. Nesse sentido, o que resolveria o problema seria uma política de apoio para garantir o acesso à água e assim aumentar a produção e proporcionar uma melhor qualidade de vida aos assentados.

Além dessas dificuldades estruturais, outro problema mencionado pelos entrevistados é a falta de titulação da terra. Conforme a liderança do assentamento Paulo Gomes, a não titulação dificulta o acesso dos agricultores ao crédito. E ainda outras dificuldades foram apontadas, como a falta de estrada no assentamento Fazenda Cuité, principalmente no período do inverno, pois a cheia do Riacho Cuité dificulta o transporte para o assentamento.

No assentamento Paulo Gomes a maior dificuldade está relacionada com o crescimento urbano. Como ele se localiza muito próximo à zona urbana do município de Capim, há uma forte pressão para incorporação de lotes à malha urbana. Com a emancipação do município, a cidade está crescendo horizontalmente. Devido à cidade ser cercada por terra de usinas e pelo assentamento, os usineiros não abrem mão de suas terras para possibilitar o crescimento da cidade, aí a válvula de escape para esse crescimento é o assentamento. Alguns lotes nos limites da cidade já se transformaram em loteamentos urbanos, com ruas pavimentadas e construção de comércios, igrejas e escolas.

Assim o campesinato no território vai subsistindo, enfrentando dificuldades e pressões de toda ordem, mas se reinventando para poder existir, confrontando a hegemonia do capital. Nos capítulos seguintes abordaremos a resistência indígena e camponesa ao longo da história e suas estratégias para permanecerem na terra.

CAPÍTULO 4. A RESISTÊNCIA INDÍGENA NO TERRITÓRIO CANAVIEIRO DO VALE DO MAMANGUAPE: DAS GUERRAS DA CONQUISTA À LUTA PELA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

Apesar da predominância dos interesses do capital ser a marca dominante da história econômica do território do Vale do Mamanguape, a produção agrícola baseada no trabalho familiar por diferentes grupos vem resistindo, seja pela luta do povo indígena, seja pela luta camponesa na abertura de novas frentes de batalha pela conquista de um pedaço de chão. Analisamos neste capítulo como se deu essa resistência indígena e como ela se manifesta no contexto atual desse território.

A partir do procedimento definido no percurso metodológico, privilegamos analisar a resistência indígena desde as guerras da conquista durante o processo de invasão do território pelas potências europeias até as lutas atuais pela demarcação das terras. Consideramos para a análise diferentes sujeitos que com interesses antagônicos determinaram diferentes forma de resistência nos diferentes momentos históricos, conforme evidenciaremos nos tópicos a seguir.

Para a realização deste capítulo foram utilizadas informações colhidas em revisão bibliográfica, em entrevistas com indígenas, e informações coletadas junto à Funai, ao Incra, e à CPT. Na sequência serão apresentados os resultados obtidos.

4.1 Resistência indígena Potiguara

A resistência dos habitantes originários das terras do Vale do Mamanguape se inicia quando o território de cooperação, habitado pelos primitivos Potiguara, foi ocupado com a finalidade de exploração pelo capital para que pudesse aqui resolver suas crises. Herchman (1886) afirma que os Potiguara se viram envolvidos em batalhas entre portugueses e franceses mesmo antes que os lusitanos se tornassem senhores dessa capitania.

Esta seção foi construída a partir da revisão da literatura, tendo como principais referências: Almeida (1966), que traz uma rica pesquisa histórica sobre a Paraíba e aborda com riqueza de detalhes as batalhas travadas pelos colonizadores contra os Potiguara na dura tarefa de conquista da Paraíba, e a resistência indígena pela defesa do seu território; Moonen e Maia (1996), que além do apanhado histórico, trazem um farto acervo de documentos de órgãos como o SPI e a Funai sobre a terra indígena e os processo de demarcação; Palitot (2005), que traz uma análise profunda sobre aspectos antropológicos e culturais, bem como a organização dos Potiguara pela preservação e reconquista do território; e ainda Gonçalves (2007), Costa (2014), Freire (2021), Grupioni (2006) e Maher (2006). Além dessas fontes bibliográficas foi realizada

uma entrevista com três indígenas Potiguara, sendo um cacique, uma liderança jovem, e um ancião e Pajé.

A abordagem sobre a resistência visa evidenciar as várias formas de reação dos Potiguara aos diferentes agentes externos que lhe fizeram face em diferentes momentos históricos.

O trabalho de Palitot (2005) visa compreender como são definidas as fronteiras étnicas desse povo em diferentes momentos históricos, através das disputas internas e do contato com agências oficiais e ainda com atores externos. Muitos desses atores são considerados oposição ao povo indígena por atuarem no sentido de supressão de sua cultura, do seu território e do seu povo.

Palitot (2005) e Moonen e Maia (1996) apontam como principais agentes externos o próprio colonizador, os fazendeiros, a Companhia de Tecidos Rio Tinto e as usinas, os arrendatários e a cidade de Baía da Traição. Contra esses agentes, os Potiguara empreenderam lutas pela reconquista da terra e restituição dos territórios usurpados dos seus antepassados. Costa (2014), ao analisar os conflitos socioambientais e fundiários nas terras indígenas, ainda define como atores sociais os sujeitos que de alguma forma estabeleceram contato com o índio no sentido de geração ou mediação dos conflitos.

Essa literatura possibilitou construir um roteiro de análise sobre a resistência indígena potiguara a partir de fatos marcantes em diferentes momentos que ressaltam as relações do povo Potiguara, seja de aliança, de cooperação ou de oposição com os agentes e as lutas travadas ao longo do tempo, principalmente no que se refere à luta pela preservação ou reconquista do território de cooperação.

Elencamos como momentos históricos para efeito de análise o período colonial, em seguida, analisamos a resistência a partir do contato com fazendeiros que atuaram de forma sistemática desde o período colonial até o momento atual para usurpar as terras indígenas. Nesse último contexto, destacamos a presença da Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT), grande ameaça ao povo Potiguara, com o roubo de suas terras, e a ação das usinas que também invadiram terras indígenas e permanecem até hoje disputando a posse dessas terras. Para tanto utilizam da espoliação ou do arrendamento para expansão dos cultivos de cana.

Face a essas agressões, a resistência se manifesta atualmente pelo resgate étnico e cultural, contra o marco temporal e pela educação escolar indígena.

4.1.1 Quem é o Potiguara

Quando da invasão portuguesa, o litoral norte da Paraíba estava ocupado pelos Potiguara, do grupo Tupy. Segundo Moonen (1986), sua presença se estendia por toda a costa nordestina entre as cidades de João Pessoa na Paraíba e São Luís no Maranhão. Existem algumas variantes de como os Potiguara são chamados. Moonen cita as principais como Potygoara, Potiuara, Pitiguara, Pitagoara, Pitigoar, Petigoar. O significado do seu nome remete a “Pescadores de camarão ou comedores de camarão” (Moonen, 1986, p. 83). O termo Potiguara está consolidado entre seu povo como se depreende do testemunho do Cacique da aldeia Forte:

O povo Potiguar é um povo indígena, né? É de família Tupinambá e do tronco tupi, é um dos, acho que o único, na Região Nordeste, no litoral que nunca abandonou o território desde a chegada da colonização aqui [...] Potiguara é uma palavra que é tupi também, que é *Poti e Guara* né, chama comedor de camarão” (I-1-Cacique da Aldeia Forte, relato cedido ao autor em março de 2024).

Os potiguara são descritos por vários escritores como povo guerreiro, que mesmo antes da chegada do europeu já haviam empreendido guerras contra grupos rivais pela disputa de espaço. A guerra é uma condição existencial para o povo Potiguara. Vencer uma guerra contra um inimigo alimentava o seu espírito lutador e fortalecia o grupo, seja pelo sentimento de poder e pelo aprimoramento das táticas de luta, seja pela antropofagia praticada que o alimentava espiritualmente para a guerra. “Costumam este Pitiguares não perdoarem a nenhum dos contrários que cativam, porque os matam e comem logo” (Gonçalves, 2007, p. 48).

Segundo Gonçalves (2007), esse povo vive em estado de guerra permanente na costa do Nordeste com outros grupos tupi em virtude de disputa pelas terras férteis e alimentos. Em razão do seu maior grau de organização e desenvolvimento como armamentos, técnicas agrícolas mais avançadas e também maior conhecimento na construção de habitações, produção de cerâmicas e embarcações como canoas, que eram usadas como estrutura defensiva, “estavam, afinal, em um estágio civilizatório mais complexo do que o de seus oponentes” (Gonçalves, 2007, p. 39).

Desse modo, esse povo se estabeleceu nesse território a partir da conquista proveniente da disputa com outros grupos e se vê em estado de guerra por todo o período colonial. “Desde o início, desde o início da colonização, os Potiguara não era pacífico. Um dos objetivos Potiguara era guerrear, pra defender o seu território” (I-1-cacique da Aldeia Forte, relato cedido ao autor em março de 2024).

O sentimento de ser guerreiro permeia a consciência do Potiguara e pode ser percebido na fala das lideranças, desde os jovens aos anciões, que reconhecem a guerra como ato de resistência determinante para a permanência no território.

Bom! O povo potiguara, eu sempre aprendi que no decorrer né da formação pessoal, formação cultural, que se trata de um povo que permaneceu no seu território mesmo diante da invasão dos portugueses, do europeu. É um povo guerreiro, que tem suas tradições, que tem suas lutas, as batalhas diárias. Ao longo do tempo vem resistindo. Mesmo diante de tanta, tanta pressão, é, que a gente vê no dia a dia contra os povos indígenas, e os potiguara é um deles, e, como eu falei, vem resistindo e lutando. O Potiguara é isso. O Potiguara é guerreiro. (I-2, liderança jovem da aldeia Forte, relato cedido ao autor em março de 2024).

O ser guerreiro também está presente na consciência do ancião:

Porque hoje o povo Potiguara é o povo lutador, o povo guerreiro que não saiu das suas Terra, não perdeu seus espaços, não é? Quinhentos e poucos anos lutando pela sua Terra em defesa do seu povo, não arredou seus pés pra ir pra outro canto (I-3-ancião e Pajé Potiguara da Aldeia Três Rios, relato cedido ao autor em abril de 2024).

Graças a essa força e ao espírito guerreiro, o Potiguara conseguiu preservar sua presença no território do Vale do Mamanguape mesmo diante de tantas pressões externas que se impuseram com o processo civilizatório.

4.1.2 A Colonização e a resistência indígena Potiguara

Podemos afirmar que a corrida dos países europeus em dominar a América inscreve-se num projeto de expansão do capital mercantil em integrar todo o mundo no processo de acumulação que ora se iniciava. Havia mesmo antes da conquista efetiva dos portugueses interesses entre esses países em dominar a costa nordestina pelo controle de bens naturais para a comercialização, como já mencionamos no Capítulo 2, e os franceses em aliança com os Potiguara atuavam na extração da madeira das matas do litoral paraibano.

Moonen e Maia (1992) destacam que “já no início do Século XVI os Potiguara tinham contato regular com os franceses. Estes tinham fundado um entreposto comercial em Baía da Traição, onde seus navios vinham buscar pau-Brasil e algodão” (Moonen e Maia, 1992, p. 93). Dessa relação comercial entre franceses e Potiguara se estabeleceram laços de amizade, movidos por interesses mútuos, e muitos franceses ficaram morando nas aldeias com os nativos. É claro que havia o interesse comercial, mas na literatura consultada não há sequer um só relato de maltrato praticado por franceses contra os indígenas.

Era uma relação de duplo interesse. Os franceses, motivados pelo lucro obtido na comercialização da madeira, praticavam o escambo com os indígenas, fornecendo-lhes instrumentos de trabalho e armamentos. Não se pode deixar de explicitar os interesses e as vantagens que o escambo com os franceses possibilitava aos indígenas.

Ao se referir a aliança com os franceses, I-1 (2024) afirma que “era um tipo de, de alienação, de fato que era, mas era um tipo de se comunicar, entre os Potiguara e os

colonizadores, pra barganhar mais espaço, barganhar, barganhar mais questão territorial” (I-1-cacique da Aldeia Forte, relato cedido ao autor em março de 2024).

Com os instrumentos de trabalho e armamentos, o povo guerreiro Potiguara se fortalecia e aprimorava suas práticas culturais e táticas de guerra, e se tornava um grupo primitivo com certo grau de desenvolvimento econômico e político, com poder de combate aos grupos rivais. Sobre a presença dos franceses na Paraíba, que controlava a exploração de madeira em aliança com o gentio, Gonçalves afirma:

ao norte, a Baía da Traição, localizada entre as barras dos rios Mamanguape e Camaratuba, era o principal ponto desse escambo, pois ali se localizavam as maiores aldeias, potiguara que permitiram, inclusive, a instalação de oficinas dos franceses para reparo das embarcações (Gonçalves, 2007, p. 44).

Com o auxílio dos franceses, instrumentalizados com equipamentos e táticas de guerra, os Potiguara se tornaram “o maior e mais bravo gentio do Brasil” (Gonçalves, 2007, p. 47).

Almeida (1966) afirma que ao firmar aliança com os Potiguara no ano de 1565 os franceses intensificaram a extração de madeira na costa paraibana, de modo que a “cada ano ancoravam na foz do Paraíba e na Baía da Traição vinte a trinta naus francesas. Traziam ferramentas e outras oferendas de resgate e saíam carregados de pau-brasil, algodão, óleos vegetais e muitos bichos da terra” (Almeida, 1966, p.42).

O autor afirma que a relação amistosa entre Potiguara e franceses dava a esses o privilégio de posse definitiva da terra, mas não o fizeram porque o plano era de exploração comercial das matas para comercialização da madeira. Para isso inflamava a rivalidade dos Potiguara contra os portugueses para obstaculizar o domínio português na nova terra. “Porque, na realidade, o que era que os franceses queriam? queriam o Pau Brasil e aí se aliou-se com o cacique Iniguaçu. Os portugueses queriam o quê? queriam a questão da terra” (I-1-cacique da Aldeia Forte, relato cedido ao autor em março de 2024).

Já os portugueses tinham interesses mais ambiciosos, de controle do território para exploração de todas as riquezas e estabelecimento de empreendimentos produtivos diversificados que proovessem lucro à economia da metrópole através da produção e comercialização, inserindo o novo mundo nas rotas comerciais que a Europa já havia estabelecido com a África e a Ásia.

A chegada dos colonizadores, segundo Plitot (2005), implantou a lógica comercial e as guerras de conquistas nos territórios invadidos.

As relações sociais neste período são marcadas pela confluência de interesses militares e comerciais entre índios e europeus, que se alinhavam a partir dos interesses da expansão colonial no Novo Mundo e das lógicas guerreiras das sociedades tupi (Plitot, 2005, p. 15).

No processo de disputa pelo controle do território, o Potiguara protagonizou a resistência aos ataques violentos dos invasores. Foram várias as tentativas de conquista da Paraíba pelo colonizador português. Almeida (1966) afirma ter havido o empreendimento de cinco expedições, mas quatro fracassaram por resistência do povo bravo Potiguara e só na quinta expedição foi possível a efetivação do domínio colonial, com a edificação de uma fortaleza à margem direita do Rio Paraíba, onde foi fundada a cidade de Nossa Senhora das Neves, atual cidade de João Pessoa.

Essa conquista se efetivou devido à colaboração do povo Tabajara em aliança firmada entre esses e os colonizadores através de sua liderança, o índio Piragibe.

A aliança com os Tabajara, segundo Gonçalves (2007), dá início a uma nova fase na guerra da conquista. A partir da fundação da Paraíba, a caça e o combate aos Potiguara se intensificam e contam com o apoio leal dos Tabajara em todas as incursões dos portugueses à Baía da Traição e à Serra da Copaoba, que eram os dois núcleos de resistência Potiguara que impediam o avanço da empresa colonial portuguesa para o norte.

Nas palavras de Gonçalves (2007), essa aliança “significou a virada da guerra para o lado dos portugueses”, pois só a partir de então a colonização portuguesa conseguiu avançar sua fronteira para o norte da cidade de Nossa Senhora das Neves. Para a autora, a presença do índio aliado no interior da empresa colonial foi estratégica, pois “a um só tempo” cumpre o papel de soldado nas guerras de conquista e de defesa; é povoador e produtor de riqueza.

A presença do índio nas expedições do exército colonial foi estratégica. Os índios conheciam o terreno, conheciam o inimigo, sabiam como ninguém transitar pelo mato, tinham domínio de ataque com flecha, uma arma que em silêncio atinge o inimigo sem esse saber de qual direção vinha o ataque, diferente da arma de fogo que o estampido do disparo indica a direção de onde está vindo o ataque e abre a possibilidade de refúgio e de defesa do grupo atacado.

Os Tabajara sabiam os passos de todo o processo dos Potiguara, que foi os Potiguara que ensinou os tabajara a guerrear, que, que os tabajara, na realidade não era daqui dessa região né? Era da região mais do vale do, do, do São Francisco, tal, daquela região, e, sabendo de toda, toda política, de toda, de toda trajetória, de todos, o que os Potiguara tinha né, como, como na questão de guerrear, eles se alia com os portugueses e aí eles, eles trai os Potiguara né, pra se aliar aos portugueses. (I-1-cacique da Aldeia Forte, relato cedido ao autor em março de 2024).

Segundo Almeida (1966), o conflito entre os Potiguara e os portugueses se acirrou quando estes passaram a explorar o trabalho cativo dos índios na capitania de Itamaracá, aproveitando da fragilidade pela qual passavam os índios em decorrência da grande seca que

ocorrera na Paraíba no ano de 1545, forçando a migração em massa dos índios da Serra da Copaoba para as terras úmidas do litoral de Pernambuco e Itamaracá.

A guerra da conquista ganhou relevância em 1574, com o episódio conhecido como “Tragédia de Tracunhaém”. Nessa guerra que Gonçalves (2007) denomina de “guerra dos 25 anos”, os Potiguara foram duramente atacados pelos portugueses e seus aliados Tabajara, mas também impuseram derrotas significativas aos invasores.

Salvador (1975) ao narrar sobre a fome na Paraíba e a busca de socorro dos índios da Paraíba em Itamaracá afirma: “não havia branco, por pobre que fosse, nesta capitania que não tivesse vinte ou trinta negros destes de que se serviam como de cativos, e os ricos tinham aldeias inteiras” (Salvador, 1975, p. 126).

A submissão ao trabalho cativo fez eclodir grande revolta dos gentios contra a exploração e os castigos que se abateram sobre os Potiguara, de modo que, segundo Almeida (1966), em 1548, os Potiguara sitiaram Igarassu e Olinda destruindo as lavouras dos colonos e encurralando os moradores na vila de Igarassu e na ilha de Itamaracá.

Outro fato que enfureceu os Potiguara foi o rapto de uma índia da Serra da Copaoba por um rico senhor de engenho de nome Diogo Dias da localidade de Tracunhaém, atualmente cidade de Goiana. Com o intuito de resgatar a moça índia do poder do senhor de engenho, os índios se deslocaram aos milhares da Copaoba e desferiram ataque ao engenho, matando todos que ali residiam, inclusive os animais da fazenda. Afirma Almeida (1966) que foram 600 pessoas mortas. Esse fato ficou conhecido na história como a tragédia de Tracunhaém. Tal episódio foi fundamental para a decisão de criar a Capitania Real da Paraíba.

Esses fatos despertaram a fúria dos portugueses que passaram a promover, a partir de Pernambuco, incursões com a finalidade de derrotar os Potiguara e efetivar o controle sobre as terras da Paraíba. Nessas incursões, batalhas foram travadas em que os portugueses tiveram derrotas significativas, como ocorreu em 1574, a expulsão dos portugueses que haviam se estabelecido em Cabedelo.

Anos depois, em 1582, nova derrota sofreram os portugueses, em nova expedição. Conforme Salvador (1975):

descuidados os nossos com esta vitória alcançada com tão pouco custo e nenhum sangue, saindo alguns deles em terra com um filho de Frutuoso Barbosa, rebentou um gentio de uma ilha em que estava e dando neles o foram matando até os batéis, aonde se iam recolhendo, sem das naus os socorrerem, que foi coisa lastimosa ver matar mais de quarenta portugueses, em que entrou o filho do capitão (Salvador, 1975, p. 220).

Numa terceira incursão dos colonizadores, no ano de 1584, os Potiguara desferiram um forte ataque que terminou com a perda de “mais de 50 homens brancos, 400 índios domésticos e cerca de 100 escravos da Guiné” (Almeida, 1966, p. 67).

Em Sumário das Armadas, Anônimo¹⁰ (2006) registra que nessa terceira expedição da conquista da Paraíba foi formado o “maior exército que, até aqueles tempos, se juntou no Brasil [...] que foi a mor perda, que estas capitânias até agora receberam” (Anônimo, 2006, p. 42).

Só na quinta expedição os portugueses efetivaram a conquista da Paraíba, após desavença dos Potiguara com os Tabajara por estes não terem conseguido impedir o avanço dos portugueses para o norte “dizendo que eram manemos, que quer dizer fracos” (Anônimo, 2006, p. 64).

Fato que levou os Tabajara a aceitarem uma proposta de acordo, no mês de julho de 1585: “chegaram dois índios do Braço de Peixe ao ouvidor-geral, pedindo-lhe socorro contra os potiguares” (Salvador, 1975, p. 235). E assim fizeram as pazes no dia 05 de agosto de 1585. No dia 25 de agosto deram início à construção do forte na povoação que recebeu o nome de Nossa Senhora das Neves, onde atualmente é a cidade de João Pessoa.

A partir de então, os Tabajara passaram a compor o exército colonial, recebendo honorarias e regalias, tornando-se colaborador fiel para combater os Potiguara no interior da Paraíba.

Em todas as investidas que os colonizadores efetuavam contra os Potiguara, seu exército era sempre composto por um número de índios aliados superior ao de homens brancos. O contingente indígena que compunha as comitivas era composto por índios que Almeida (1966) denominava “índio manso” e Salvador (1975) chamava de índio confederado por ser domesticado pela catequização católica realizada pelos jesuítas e se incorporado aos interesses dos colonizadores.

A política de aliança com os Tabajara interessava aos portugueses que careciam de força para os enfrentamentos aos grupos hostis à ocupação. Diante das dificuldades financeiras dos colonizadores em montarem uma estrutura de guerra, os tabajara, sem muito custos, cumpriram o papel de força beligerante.

Conforme Gonçalves (2007), eliminar o Potiguara e os franceses do fronte da expansão colonial se tornou o principal desafio da guerra da conquista. Para isso, fizeram várias entradas

¹⁰ Anônimo, 2006, p. 40. Trata-se da obra “Sumário das Armadas e guerras que se fizeram na conquista do Rio Paraíba”, escrita por um padre Jesuíta. Até o momento não foi identificado seu nome, mas que foi testemunha ocular dos conflitos.

na Baía da Traição e na Serra da Copaoba onde estavam os focos da resistência indígena Potiguara, que contavam com o apoio dos franceses. Almeida (1966) e Moonen e Maia (1992) afirmam que nos anos de 1585 e 1586 duas grandes expedições foram realizadas, deixando muita destruição e morte nas aldeias.

Sobre a entrada em Copaoba no ano de 1586, “os portugueses em número de 140, junto com 500 aliados Tabajara, atacaram a primeira aldeia, na qual mataram muitos e prenderam 70 a 80 pessoas” (Moonen e Maia, 1992, p. 96).

Mesmo depois de oficialmente estabelecido o domínio português, a resistência Potiguara persistiu. Moonen e Maia (1992) afirmam que: “No final da década de 80, estes cercaram a cidade de Nossa Senhora das Neves (João Pessoa), na qual chegaram a faltar alimentos e água”. Fato relatado por I-1 (2024): “Esse foi um dos pontos mais conflitante, até porque os potiguara sitiou a cidade de Nossa Senhora das Neves em João Pessoa, passando por mais de ano sitiada, só saiu porque faltou alimentação” (I-1-cacique da Aldeia Forte, relato cedido ao autor em março de 2024).

“A cidade só foi reconquistada em 1590, quando várias aldeias Potiguara foram queimadas e cerca de 900 deles presos” (Moonen e Maia, 1992, p. 97).

A fundação da Capitania da Paraíba foi a mais trabalhosa aos colonizadores. Deu-se à custa de muita luta e resistência e perda de muitas vidas dos dois grupos antagônicos, de um lado, os invasores portugueses, aliados aos Tabajara, querendo a todo custo ocupar a terra para implantar o empreendimento capitalista em expansão da Europa, e, do outro, os Potiguara, aliados aos franceses, resistiram para garantir território contra o poder do capital comandado pela coroa portuguesa.

Passada a fúria do movimento da conquista, a turbulência não cessa. Após vencida a batalha contra os franceses, nova adversidade enfrentaram os portugueses com a chegada dos holandeses que também estabeleceram uma boa relação com os Potiguara.

Em descrição sobre o rio Mamanguape e Baía da Traição, no período de domínio holandês sobre a Paraíba, Herckman (1886) afirma que:

Havia ali uma aldeia de índios que tomou partido pelo Genral Boudewyn Heyns e os seus enquanto ele se demorou nesta bahia, e mui bons serviços lhe prestaram, pelo que, depois da partida da armada, foram reduzidos à escravidão por ordem do rei da Hespanha, para sofrerem assim o castigo de sua rebelião, contra o mesmo rei; de modo que desde 1628 essa aldeia arruinou-se e foi abandonada (Herckman, 1886, p. 267).

Esse fato também está presente na obra de Almeida (1966). Em narrativa sobre a chegada dos holandeses ao Brasil, afirma que uma esquadra holandesa comandada pelo

Almirante Boudewijn Hendricksz (apesar da grafia diferente do que descreve Herckman, se trata da mesma pessoa) ancorou na Baía da Traição em 20 de junho de 1625.

A parada na Baía da Traição tinha por objetivo o abastecimento de água e tratamento dos doentes. A comitiva holandesa teve boa hospitalidade pelos Potiguara e permaneceu na localidade por quarenta dias, o que despertou a fúria dos portugueses contra os holandeses e os Potiguara, forçando a saída da esquadra da Baía da Traição. “Expulsos os holandeses, as forças expedicionárias ensoberbecidos com a fácil vitória, entraram a exercer cruel vingança contra os índios por terem prestado colaboração ao estrangeiro. Muitos foram mortos e grande número reduzido a cativo” (Almeida, 1966, p. 222).

A história do povo Potiguara “não é uma continuidade irrefutável (territorial e biológica) com seus antepassados, mas a de processos descontínuos de reorganização social e cultural ao longo do tempo por instituições diversas” (Palitot, 2005, p.10). O autor aponta ainda alguns elementos no decorrer do processo histórico que contribuíram para a definição da identidade Potiguara e das fronteiras étnicas desse povo, em diferentes momentos, além do período de colonização.

A chegada dos holandeses provoca a cisão do povo Potiguara. A estratégia para sobreviver à disputa entre as duas potências se deu num jogo de alianças. Sendo um grupo liderado por Pedro Poti, aliando-se aos holandeses, e outro grupo liderado por Felipe Camarão, primo de Pedro Poti, aliando-se aos portugueses, tendo como pano de fundo a oposição política ou religiosa, mas o que movia de fato a conquista de aliados era a disputa entre Portugal e Holanda pelo controle territorial e a hegemonia nas relações comerciais.

“Os holandeses, além de querer a questão da terra, queriam a questão do calvinismo, queria, mudar totalmente a religião indígena, assim como os portugueses também, era a questão do catolicismo” (I-1-cacique da Aldeia Forte, relato cedido ao autor em março de 2024).

Após a expulsão da Holanda, Portugal passou de imediato a estruturar os territórios em espaços produtivos por meio dos aldeamentos.

Na Paraíba, os índios de língua tupi, já profundamente transformados pelas guerras, começam a ser aldeados e recebem, através de cartas de sesmarias, terras ao redor de seus aldeamentos. Ao longo da costa da capitania, quatro missões vão ser instaladas para esses índios: Arataguí, Jacoca, Mamanguape e Baía da Traição (Palitot, 2005, p. 20).

Os aldeamentos organizados pelas ordens religiosas cumpriram o papel de esvaziamento das terras, assim como a criação de mão de obra para implementação da economia colonial portuguesa. A terra que era livre, de uso comum, passa agora a ter uma fronteira imposta por interesses alheios.

Mesmo no contexto dos aldeamentos, os povos indígenas construíram estratégias de recriação étnica e reconquista dos seus modos de vida e de resistência às ameaças dos engenhos com seus canaviais que cercavam as aldeias.

Segundo Moonen e Maia (1992) e Palitot (2005), quando o Imperador D. Pedro II, em viagem pela Paraíba no ano de 1859, visitou a Cidade de Mamanguape, concedeu ao povo indígena Potiguara cartas de sesmaria em Baía da Traição e Monte-Mór. Apesar da intervenção do Estado no sentido de determinar o modo como os índios deveriam viver ao juntar as populações indígenas em núcleos populacionais com a concessão das sesmarias, delimitou, mas não impediu o uso da terra, e de certo modo possibilitou o acesso e o uso comum da terra pela população das aldeias, mesmo dentro das fronteiras das sesmarias.

Nesse contexto, os índios recriaram sua existência como grupo e souberam construir estratégias de fortalecimento de grupo e de resistência, instituindo a aldeia como um território de vivência, de organização étnica e de luta política frente às adversidades já experienciadas pelo grupo.

4.1.3 A independência do Brasil, o loteamento das terras e a resistência Potiguara

A aldeia enquanto espaço designado para a sobrevivência da população indígena sofre mudanças profundas a partir do século XIX que impactam a vida dos Potiguara. Segundo Palitot (2005), com a independência do Brasil, visando estimular a atividade produtiva no campo, o governo monárquico, por meio de medidas oficiais, volta sua atenção para a regularização das terras, promovendo a dissolução dos aldeamentos através da demarcação dos lotes e individualização das propriedades.

Moonen e Maia (1992) afirmam que logo em seguida à concessão das sesmarias aos Potiguara (1862), o próprio imperador tratou de promover o loteamento da terra indígena, dividindo as aldeias em lotes particulares, com o pretexto de resolver os conflitos entre os índios e os brancos. Mas, na verdade, o efeito prático foi a regulamentação da invasão da terra indígena pelos fazendeiros, ao determinar que “cada família indígena receberia um lote em propriedade particular, e as terras restantes seriam distribuídas entre a população regional não-indígena” (Moonen e Maia, 1992, p. 99).

A terra indígena que mesmo na lógica dos aldeamentos tinha uso comum pela população residente nas aldeias, passa a ser individualizada por meio de título de propriedade, quebrando a lógica da unidade territorial. Costa (2014) corrobora com essa afirmação ao destacar que mesmo com a legislação imperial tratando de garantir algum direito à terra através dos

aldeamentos, não conseguiu assegurar a permanência do índio na terra e evitar que fossem gradativamente expulsos.

O processo de divisão das terras indígenas se consolidou com a Lei de Terras promulgada em 1850 que regularizou a forma de acesso à terra, determinando que a partir de então a aquisição seria através da compra, e restringindo o acesso livre das populações indígenas, negros livres e agricultores pobres que há muito já faziam uso da terra comum.

Por determinação do governo imperial, um emissário, engenheiro Antônio Gonçalves da Justa Araújo, foi enviado à Paraíba com a missão de fazer a demarcação das terras indígenas Potiguara dos aldeamentos de Monte-Mór e Baía da Traição. Segundo Palitot (2005), sua missão iniciou-se no ano de 1860 e concluiu a demarcação de todas as terras de Monte-Mór, mas não conseguiu fazer a demarcação das terras da Baía da Traição em decorrência de sua morte em 1868, preservando-se nesse espaço a estrutura das aldeias, enquanto “Monte-Mór teria sido incorporado à sociedade nacional pelo fracionamento de suas terras” (Palitot, 2005, p. 28).

Todo esse aparato jurídico contribuiu para a desorganização dos aldeamentos e estimulou a propriedade privada da terra indígena, surgindo a partir daí os arrendamentos, comercialização e usurpação da terra indígena por fazendeiros para a implantação de engenhos.

Esse primeiro processo demarcatório das terras indígenas conduzido pelo governo imperial foi uma forma deliberada de despojar da terra os índios que já haviam sido remanejados da terra livre para as aldeias, e serviu para legitimar as invasões por fazendeiros e regularizar o comércio e os arrendamentos regulamentados na lei de terras. “Desde 1862 havia ordens imperiais para a extinção dos aldeamentos, a distribuição de lotes e a regularização de situação dos ocupantes não indígenas com o arrendamento ou a venda das terras que pretendiam” (Palitot, 2005, p. 25–26).

Palitot (2005) destaca que os posseiros instalados nas aldeias São Miguel, na condição de foreiro da Câmara Municipal de Mamanguape, após uma Lei provincial de 1873 que declarou extinto o aldeamento de São Miguel tiveram suas terras apropriadas por terceiros; as famílias Dantas e Bessa se apropriaram de grandes extensões de terra, impedindo os índios de terem acesso a qualquer bem para a sobrevivência (mangues, rios e matas); a família Lundgren, com interesses escusos, mediou conflito entre os índios e outros fazendeiros e reivindicou a instalação do posto do Serviço de Proteção Indígena (SPI), na Baía da Traição, o que gerou desconfiança e resistência indígenas.

A política de restrição de acesso à terra promovida pelo governo monarca do Brasil já se estruturava no sentido de atender os interesses do capital internacional em expansão pelo

mundo. Era preciso criar espaços de reprodução do capital e assim garantir o processo de acumulação. Para tanto, era necessário incorporar à lógica capitalista aquilo que não foi criado pelo capital, no caso a terra.

Nesse momento, a demarcação das terras indígenas cumpriu a tarefa de separar o índio do seu meio de sobrevivência, “as terras de Monte-Mór teriam sido rapidamente usurpadas por estarem sendo ocupadas na forma de lotes individuais” (Palitot, 2005, p. 27). Nesse sistema, o índio é desalojado de sua terra para compor a força de trabalho requerida pela organização da produção capitalista dos engenhos daquele momento histórico, e, em seguida, da CTRT e das usinas.

4.1.4 O SPI e a resistência Potiguará

Moonen e Maia (1992) afirmam que o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) tinha como tarefa garantir o cumprimento dos direitos dos índios no que se refere à posse da terra, a sua organização interna, ao acesso aos serviços de saúde, justiça, restituição das terras usurpadas por invasores, ao fornecimento de instrumentos de trabalho e à instrução profissional aos filhos dos índios.

Conforme os autores, o posto do SPI foi instalado na Aldeia São Francisco “por volta” do ano de 1930 e transferido em 1939 para a Aldeia Forte.

A presença do SPI, reivindicada pelos índios, em princípio, seria para dar apoio à causa indígena, mas seguiu caminhos escusos, atuando com regime tutelar sobre a população indígena no sentido de prover mão de obra para os fazendeiros e para a CTRT, reforçando o sistema de patronagem, atendendo interesses dos proprietários, legitimando a posse de fazendeiros, e promovendo o arrendamento das terras. Palitot (2005) afirma que no ano de 1939 eram mais de 400 arrendatários pagando arrendamentos ao SPI.

Ao se referir às políticas indigenistas do governo nesse período e o papel do SPI, I-1 (2024) afirma que:

isso mexeu muito por, eu digo, eu trago isso muito forte com uma questão da própria estrutura do governo, a gestão governamental, das políticas indigenistas e na época foi mais, totalmente ante indígena, que eles queria é, que os índios se integrasse a comunhão nacional, o SPI, depois a Funai que é a questão do índio ser tutelado (I-1-cacique da Aldeia Forte, relato cedido ao autor em março de 2024).

Percebendo o desvio de finalidades do órgão que deveria assegurar aos índios a soberania sobre seus territórios, os índios da Baía da Traição empreenderam vários atos de resistência contra a atuação do SPI, dentre eles: desobediência às normas impostas pelo órgão; destruição das fontes de recurso do órgão como as matas e a apropriação dos recursos

arrecadados pelos arrendamentos; agressões contra os chefes do posto; alianças com pequenos produtores arrendatários, mesmo sem autorização do SPI, no sentido de demonstrar descontentamento pela atuação do órgão; extinção por conta própria da cobrança de taxas de arrendamentos; destruição de equipamentos de topógrafos do SPI utilizados em demarcação no ano de 1948 que pretendia reduzir a área da terra indígena.

...em fevereiro de 1948, um grupo de índios foi preso no posto indígena por estar cortando madeira e fazendo carvão. Fato que provocou a revolta dos cabocos do sítio, que desceram de São Francisco para o forte e espancaram o chefe de posto Leonel Carneiro de Moraes, libertando os presos. (Palitot, 2000, p. 54).

Foram múltiplas as formas de contato do não índio com o povo Potiguara, por meio de relações diversas: de invasão e violência; de aliança ou de confronto; de exploração ou de colaboração; e de tutela. Mediante arranjos engendrados por instituições exógenas presentes no território, os Potiguara conseguiram construir um processo de resistência diante das investidas de dominação e controle do seu território por agentes comandados pelo interesse do capital.

4.1.5 A CTRT, as usinas e a resistência Potiguara

O momento de maior perturbação ao povo Potiguara se deu a partir da instalação de uma fábrica de tecidos na cidade de Rio Tinto, empreendimento industrial de uma família sueca que teve seu planejamento para instalação no Vale do Mamanguape no ano de 1917.

A família Lundgren já atuava no ramo industrial na cidade de Paulista em Pernambuco, expandindo posteriormente seus negócios para a Paraíba. Aqui iniciou seus investimentos com a compra de terras de um engenho de fogo morto, o engenho Preguiça, localizado nas várzeas do Rio Vermelho em Rio Tinto.

Palitot (2020) relata que os Lundgren designaram o corretor Artur Barbosa de Góes e outros emissários para efetuarem a sondagem e a compra de terras no Vale do Mamanguape no ano de 1917. Esse corretor se estabeleceu em Salema¹¹ onde montou uma mercearia e iniciou a compra de terras, começando pelo engenho Preguiça, e, em seguida, transferindo-as para os Lundgren.

Antes mesmo dos primeiros intermediários da Companhia chegarem a região, um homem conhecido como Comendador Campelo, de grande prestígio e residente em Mamanguape, apossou-se a força de cerca de 30 títulos de terras dos índios. Vendendo-os depois para os Lundgren. Por volta de 1917, Artur de Góes e Ornilo

¹¹ Povoado localizado entre as cidades de Rio Tinto e Mamanguape. Atualmente é distrito do município de Rio Tinto

Costa, intermediários da CTRT, são enviados a região para comprar terras e preparar a instalação da fábrica (Palitot, 2005, p. 101).

Com a instalação da fábrica, assentada no terreno adquirido através de compra, a poderosa família passou a adquirir novas áreas através da invasão das terras indígenas nas aldeias de Jaraguá, Monte-Mór, Jacaré de São Domingos e Marcação.

Utilizando desses mecanismos, a família Lundgren conseguiu construir um dos maiores latifúndios da Paraíba. Segundo Palitot (2020), sua propriedade chegou a atingir a extensão de 66.000 hectares de terra, “confrontando-se com as posses indígenas ao longo dos rios Jacaré e Grupiúna, áreas atendidas pelo posto indigenista da Baía da Traição” (Palitot, 2020, p. 57).

Imagem 4-Foto aérea da Fábrica de tecidos Rio Tinto



Fonte: Freire (2021)

A empresa dos Lundgren atuava não apenas na produção industrial de tecidos, mas numa cadeia produtiva que controlava desde o modo de vida dos trabalhadores de sua fábrica ao que os camponeses deveriam plantar. O empreendimento se ramificou por várias outras atividades econômicas como “olarias, pedreiras, usinas de geração de energia, rede de transporte fluvial e ferroviário, oficinas de manutenção de maquinário e uma vasta área de exploração agrícola e madeireira” (Palitot, 2020, p. 57).

Além da ampla rede produtiva abarcada pelo empreendimento industrial, a CTRT também explorava os moradores através da cobrança de aluguel de todas as casas da cidade de Rio Tinto construídas pela Companhia, bem como através dos barracões onde vendiam os produtos alimentícios e instrumentos de trabalho e obrigavam os operários e todos os seus subordinados

a comprarem os bens em seus barracões. Com essa prática a família Lundgren construiu um verdadeiro império no Vale do Mamanguape.

O poder que a CTRT exerceu sobre a economia da região e sobre a vida das pessoas, principalmente dos indígenas, pode ser confirmado no relato a seguir.

eu tive a oportunidade de ouvir da minha avó, que ela sempre contava a história. Que ela dizia que, que, ela foi trabalhar na fábrica com 15 anos de idade, ela conseguiu trabalhar. E lá, ela via, é, de perto como era a questão do massacre de, da, das pessoas lá dentro, principalmente que, quem, quem trabalhava lá não poderia dizer que era indígena, né. E, quem, quem era funcionário, tinha que comprar lá dentro da fábrica, né, que tinha o seu próprio mercadinho, tinha que morar lá na, nos alojamentos pra, pra questão de aluguel de tudo. E, e aí ela teve um tempo, que não sustentou é, tamanha opressão que era lá, e foi o momento que ela, mãe era bem criança ainda, se mudou de lá para o Cumaru, pra aldeia Cumaru, é onde viveu muito tempo (I-2-liderança jovem da aldeia Forte, relato cedido ao autor em março de 2024).

Imagem 5-Palacete da família Lundgren



Fonte: Paraíba (2016)

A relação estabelecida pelos Lundgren com os Potiguara era de dominação e pilhagem das terras. Os proprietários da fábrica não reconheciam o índio Potiguara como usufrutuário natural das terras. Ao chegar, autodeclararam-se donos das terras das aldeias de Três Rios, Jaraguá e Monte-Mór. Na pesquisa de dissertação de Palitot (2005) há o relato de um cacique indígena da aldeia de Três Rios afirmando que os donos da fábrica chegavam guarnecidos por capangas nas aldeias e perguntavam aos índios quem eram os donos da terra. Ao responderem que pertencia aos índios, estes eram ameaçados de morte por disparo na cara de arma de fogo.

O relato a seguir corrobora o contexto de violência com que os industriais tratavam os índios e os estratagemas utilizados para saquearem a terra e assim construírem o seu latifúndio.

nós fizemos uma entrevista com um senhor chamado seu José Medeiros, lá de Jaraguá, e aí ele falou muito, muito sobre forma intensa, é o processo que foi sofrido lá dentro. Disse, “olhe, nós vimos famílias sendo queimada né, dentro das suas casas de palha” que naquela época o povo morava na casa de palha, justamente porque se dissesse que era indígena né, acontecia isso, o pessoal, pra não deixar o indígena tomar posse da terra, eles iam, queimavam, massacravam, era levado pra sala de julgamento que tem lá no casarão né, e, era feito dessa forma, as condenações né, dos próprios indígenas (I-2-liderança jovem da aldeia Forte, relato cedido ao autor em março de 2024).

Após a instalação da fábrica na parte baixa, a companhia expandiu as instalações para Monte-Mór, do outro lado do Rio Vermelho. Por meio de violência, expulsou os índios da aldeia e construiu uma tecelagem no local e uma vila operária para abrigar os trabalhadores de baixa patente. Denominou o local de Vila Regina e passou a cobrar o aluguel das casas de todos os moradores, inserindo a morada na lógica de acumulação. Costa (2014) afirma que a mudança do nome de Monte-Mór para Vila Regina teve a finalidade de apagar a memória indígena.

A resistência indígena contra os Lundgren não se deu pelo enfrentamento, pois o poder deles era muito forte, e nem mesmo os órgãos oficiais conseguiram debelar a violência contra os índios. A fúria e a avidez por terra impulsionavam o avanço desses empresários a fim de dizimar a vida e a cultura dos habitantes originais da terra.

Muitos índios se viram obrigados a negar sua cultura e abandonar suas terras. O simples fato de se afirmarem índios era motivo de desgraça para os Potiguara.

O terror instalado pelos Lundgren contra os índios ficou conhecido como o tempo da amorosa.

As torturas e mortes eram realizadas nas instalações da fábrica ou no meio do mato, em lugares ermos. Na fábrica, falam que os índios eram atirados dentro de uma das caldeiras. Havia um lugar na Mata do Burro D’água onde dentro de um buraco tinha umas garras de ferro, onde os *cabocos* eram atirados. Aqueles que ficaram negavam ou não expunham a identidade étnica, como uma forma de viver sob o jugo da Companhia (Palitot, 2005, p. 104).

Negar a identidade no contexto de violência não era um ato de covardia, mas de resistência, pois a violência se dava de forma generalizada sem poupar ninguém, de velho a criança. Para escapar do terror só existiam duas opções: permanecer na localidade negando a identidade, ou fugir para terras distantes. Muitos utilizavam a tática da fuga e depois retornavam como não índio para poder viver a sua história e a sua identidade de forma oculta.

Dessa forma, negando a identidade, fugindo do terror, o índio Potiguara resistiu ao poder do grupo empresarial, e em momento posterior, com a falência da fábrica, articularam-se e se organizaram pela retomada de seu território extirpado pelo capital industrial da CTRT.

A CTRT passou pelo processo de falência, e a fábrica encerrou as atividades na década de 1980, mas conservou o seu patrimônio da zona urbana do município, com a cobrança de aluguel das casas da cidade até o ano de 2022, assim como a cobrança de foro dos estabelecimentos rurais em várias partes que ainda pertencem ao empreendimento falido.

A companhia negociou parte das terras que possuía na Paraíba com as usinas Mirirí, Japungu, Agropastoril Rio vermelho S/A. Todas essas empresas pertencentes ao mesmo grupo familiar Cavalcante de Moraes, família de usineiros, oriunda de Pernambuco, que expandiu seus negócios na Paraíba com recursos obtidos por políticas de financiamentos governamentais como o Proálcool. Por meio dessas políticas, as usinas se capitalizaram e continuaram expandindo seus cultivos através do arrendamento e da compra de terras.

Avançaram com a cana sobre as terras indígenas, empurrando as populações para os pequenos povoados urbanos e impedindo o acesso do índio à terra e aos recursos naturais como rios, mangues e matas, e proibindo as atividades de sobrevivência como a agricultura, a caça e a pesca, conforme relata o ancião da aldeia Três Rios.

depois que passou para Japungu a gente ficou sem espaço, a gente foi, ele foi empurrando a agente com a barriga e fomos ficando. Então nós ficou aqui dentro de Três Rios sem espaço para trabalhar. Então é, é, quando passou para Japungu, foi, desmatou o mato todim daqui de dentro, a mata que aqui era eucalipto e mata branca, lavoura, é, como se diz né, nativa, e foi destruído, foi destruído né, foi destruído e a gente ficou sem espaço de trabalhar. Até para gente descer para o mangue já estava sendo proibido, já está sendo proibido. (I-3-ancião e Pajé Potiguara da Aldeia Três Rios, relato cedido ao autor em abril de 2024).

Expropriados da terra, o indígena se articula com movimentos sociais de luta pela terra e entidades de apoio como a CPT e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), instituições ligadas à igreja católica, a sindicatos rurais e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), e à UFPB, conforme relato a seguir: “fomos para procuradoria, a universidade deu apoio, o CIMI, a igreja né com irmã Gilvanete, o grande apoio da gente, o braço direito da gente aqui” (I-3-ancião e Pajé Potiguara da Aldeia Três Rios, relato cedido ao autor em abril de 2024).

O apoio dessas entidades, assim como o surgimento de novas lideranças indígenas como Caboquinho, com uma nova compreensão das causas indígenas, incorporou a luta pela terra como tema central, com a compreensão de que a luta não pode ser isolada.

Sob a liderança de Caboquinho, os Potiguara passaram a compor com articulações indígenas de todo o Brasil e de outros países. Esse contato com os povos indígenas de outras regiões levou os Potiguara a um novo olhar, em busca do resgate identitário do ser índio, o que Palitot (2005) chama de emergência étnica, passando “a reivindicar o seu reconhecimento

étnico e territorial e neste processo constituíram-se a si e as localidades em que moram como índios e aldeias” (Palitot, 2005, p. 111).

Essa nova consciência foi fundamental para a retomada da luta pela demarcação das aldeias de Jaraguá, Monte-Mór e Três Rios, que compõem a Terra Indígena Potiguara de Monte-Mór. Antes fora invadida pelos agentes do capital, e desde o período do governo imperial no Brasil trataram de dissolver as aldeias e tentaram implantar na consciência social de que no Vale do Mamanguape não existia índio, sob a égide de integrar o índio à sociedade nacional.

No movimento de retomada da terra e reconstrução dos territórios os índios incorporaram os rituais, como o Toré, que possuíam o significado de luta, com a proteção dos encantados, assumindo também sua identidade visual com os ornamentos e vestimentas produzidos pelos próprios índios.

Essa reafirmação étnica dos índios Potiguara foi fundamental para a demarcação dessas aldeias, oficializada no ano de 1988. “Afirmar a identidade indígena das pessoas e o seu vínculo com a terra, retira toda e qualquer legitimidade à presença e ao usufruto que os latifundiários fazem das terras que compraram da Companhia Rio Tinto” (Palitot, 2005, p. 119). Dessa forma, através da apropriação simbólica e reconstrução de sua memória que antes sofreu um processo de apagamento, os Potiguara foram reconquistando e reconstituindo seu território na Terra Monte-Mor.

4.1.6 A resistência Potiguara e a luta pela demarcação

Um dos atos mais simbólicos da resistência indígena foi a autodemarcação de suas terras em diferentes momentos. Segundo Moonen e Maia (1992), o estatuto do índio (Lei 6001/73), apesar de ter como principal objetivo a integração do índio à sociedade nacional, traz algumas garantias importantes no que se refere à posse da terra.

O Art. 2º, inciso IX, versa sobre “garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos da Constituição, a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes” (Brasil, 1973, p. 7). E no Art. 65 determina o prazo de cinco anos para ser realizada a demarcação das terras indígenas, ou seja, até o ano de 1978, pela Funai.

Diante da incapacidade política do órgão em cumprir sua tarefa, os próprios índios iniciaram em 1978, com o apoio da UFPB, um processo de autodemarcação. Por intervenção da Funai o trabalho foi interrompido. Mas no ano de 1981, baseado em relatório antigo do SPI, os índios recomeçaram o trabalho, concluindo no ano seguinte com a autodemarcação de uma área de 34.300 hectares encaminhada à Funai, mas o órgão não oficializou o ato.

Em março de 1983 um novo grupo de trabalho interministerial reduz novamente a área para 30.900 hectares e, por fim, em maio de 1983, mais um novo grupo de trabalho é constituído e a Funai, alegando falta de recursos para indenizar e executar a demarcação anterior, propõe a redução da área para 20.820 hectares, homologada pelo decreto 89.256 de 28 de dezembro de 1983, deixando de fora Monte-Mór e Jaraguá. A importância da autodemarcação na retomada da luta pela conquista da terra é evidenciada na fala de I-1:

A partir de 80, dos anos 80 que os Potiguara se une e parte pra uma autodemarcação, e aí é quando entra a FUNAI pra tentar fazer uma demarcação digna, que era de 57.600 hectares, aí demarca apenas 20.238 hectares, deixando as outras terras de fora, como Monte-Mór e São Domingos, e, depois, é, são domingos tem um levante também, e, e consegue demarcar a terra de São domingos. Depois, começa Monte-Mór também, e aí é demarcada. Mas tá ainda em processo de litígio né, pela questão jurídica e o processo continua parado (I-1-cacique da Aldeia Forte, relato cedido ao autor em março de 2024).

Essa demarcação deixou de fora as áreas ocupadas por invasores. A supressão da terra indígena atendeu aos interesses dos não índios, sobretudo dos grandes fazendeiros e usineiros, com a colaboração do órgão que deveria zelar pelo direito do território dos índios. Moonen e Maia (1992) satirizam que o decreto de demarcação “introduziu na Paraíba a reforma agrária ao contrário, porque tirou dos pequenos para dar aos grandes” (Moonen e Maia, 1992, p. 138).

Desse modo, a demarcação realizada pelos índios foi anulada pelo órgão indigenista, mas não há como negar a autodemarcação como “um ato heróico, um ato de resistência” (Moonen e Maia, 1992, p. 139), que também foi fundamental posteriormente no processo demarcatório em Jaraguá, Monte-Mór e Três Rios.

Após a fábrica encerrar suas atividades, as terras de Jaraguá e Monte-Mór foram vendidas para empresas do agronegócio. Sem ter mais o trabalho da fábrica e sem terra para trabalhar, a população indígena ficou sem qualquer meio de trabalho. Palitot (2005) afirma que a luta pela demarcação de Jaraguá inicia-se caracterizada com a bandeira de luta pela reforma agrária com o apoio da Fetag e da CPT, no início da década de 1980, e os indígenas identificando-se como trabalhadores rurais.

Logo, de forma estratégica, com o apoio de lideranças de outras aldeias, e com base em documentos históricos que constam que no passado essas terras estavam identificadas como Terra Indígena de Monte-Mór, eles passaram a reivindicar a identidade étnica e direcionaram a reivindicação para a Funai.

A diferença de um processo demarcatório e de uma luta pela reforma agrária consiste justamente na identidade dos trabalhadores. A reforma agrária teria como resultado a indenização das terras pelo órgão oficial às empresas que se intitulavam donas dos imóveis, e a

distribuição seria individualizada em forma de lotes, sem considerar a terra como um elemento base da unidade étnica e cultural dos povos indígenas. Enquanto a demarcação regulamenta não apenas a posse da terra, mas reconhece como sendo de uso comum de um grupo étnico com costumes e práticas de uso da terra diferenciados dos demais trabalhadores do campo.

O processo demarcatório se deu com o desencadeamento de conflito dos índios com as usinas. A demarcação pelo órgão oficial representa a oficialização da autodemarcação e da demarcação étnica e cultural forjada no processo de luta. Em Jaraguá, Monte-Mór e Três Rios o processo se desencadeou através do posicionamento político, com o índio assumindo publicamente a identidade e demarcando seu território com sua luta, seus símbolos e seu trabalho que para Costa (2014) é indissociável do território.

O que fortalece hoje a nossa cultura, como se diz, é nós cumprir com nosso dever, do jeito que eu tô aqui. Aonde eu for, de sapato social, calça social, isso aí, sem nada que eu tenha aqui, sem esse cocar, sem um colar desse, como é que eu tô, como é que eu vou me apresentar como índio? como é que eu vou, que o povo vai dizer que aquilo ali é um índio? Porque pra onde eu vou pra onde eu vou eu tô com meus colar [...] então a gente está culturado, tem que tá dentro dos torés, em defesa do seu povo, onde tiver, nas palestras, lutando e defendendo a nossa Terra (I-3-ancião e Pajé Potiguara da Aldeia Três Rios, relato cedido ao autor em abril de 2024).

Plantando e replantando os roçados destruídos pelas usinas, e embalando a luta com a dança do toré, maior expressão da cultura, da identidade e da espiritualidade indígena, o povo Potiguara da Terra de Monte-Mor forjou a autodemarcação das aldeias de Monte-Mór (Vila Regina), Jaraguá e Três Rios, reconhecidas pela Funai.

Antes, o então Ministro da Justiça Renan Calheiros, por meio do despacho nº 50, de 14 de julho de 1999, havia desaprovado a identificação da Terra Indígena de Monte-Mór alegando a presença de grande número de moradores não indígenas, atendendo deliberadamente aos interesses dos usineiros e fazendeiros.

A partir da decisão de Renan Calheiros, os indígenas de Monte-Mór intensificam seu processo de luta e de pressão sobre o órgão indigenista. “Um segundo grupo de trabalho é formado em 2000 sob a coordenação de Sidnei Clemente Peres, que identificou, num primeiro momento, uma área de 5.800 hectares, posteriormente ampliada para 7.487 ha, a qual foi declarada como indígena em 2004” (Palitot, 2005, p. 126).

O novo momento de organização se diferencia pelo protagonismo dos próprios índios, atuação das novas lideranças, a solidariedade no processo de mobilização, a luta, a autoafirmação étnica, a autodemarcação e encaminhamentos jurídicos para que o órgão oficial reconhecesse o direito dos índios sobre a terra. Nesse processo as lideranças das três aldeias se apoiavam mutuamente. “Nesse tempo Sandro ainda não era cacique, Capitão e Caboquinho

aqui dentro, Luís de Cumarú e a gente fomos fazendo a retomada” (I-3-ancião e Pajé Potiguara da Aldeia Três Rios, relato cedido ao autor em abril de 2024).

Palitot (2005) destaca o empenho e a solidariedade de lideranças como Seu Domingos, da aldeia São Domingos, e Seu Vicente, da aldeia Jaraguá, na demarcação das três aldeias.

A aldeia Três Rios foi a última a ser demarcada, graças a reocupação, no ano de 2003, das terras que antes haviam sido usurpadas dos seus antepassados pela CTRT e pela usina Japungu. De acordo com Palitot (2005), após acamparem na terra, os índios plantaram seus roçados e a usina Japungu destruiu plantando cana, o que deu origem a um conflito com a apreensão de maquinários da usina pelos índios.

Quando a gente fazia a retomada, a usina vinha e desmanchava. Como era que desmanchava? As nossas plantas, com veneno, água tóxica o veneno, o avião passando e matando as nossas plantas. A cada vez que ele fazia isso, nós se fortalecia em quê? De retomar, crescer mais a retomada e fomos, e fomos, aqui mesmo hoje onde nós estamos aqui foi plantado e foi destruído pelos trator. Aí foi, foi da vez que eu disse, pois agora eu vou plantar lá e vou, e vou ver quem vai destruir. Então tô aqui desde desse tempo, hoje já tenho esse sítio, tem outro sítio lá embaixo mais (I-3-ancião e Pajé Potiguara da Aldeia Três Rios, relato cedido ao autor em abril de 2024).

Após a retomada da aldeia Três Rios, assim como Jaraguá, houve um encaminhamento revolucionário que foi a proibição de plantar cana nas terras da aldeia. Perguntado ao ancião e pajé de Três Rios o porquê dessa decisão, ele afirmou que:

o índio que é índio ele é, ele é pescador e agricultor, ele não é canavieiro não [...] porque eu sempre, eu falo, e eu quero saber qual é o plantador de cana que leva de manhã para mesa rolo de cana, como se diz aquele Rolê de cana para seu filho ou seu neto chupar, pra encher a barriga ao meio-dia e à noite. Tem que ser batata, inhame, feijão, macaxeira, e como se diz, essa plantação de legume (I-3-ancião e Pajé Potiguara da Aldeia Três Rios, relato cedido ao autor em abril de 2024).

Perguntado como foi organizada essa resistência de não plantar cana na terra retomada, I-3 afirmou que:

A decisão foi do povo, do povo não plantar cana. Porque se a gente fosse plantar cana, usina não ia deixar, a usina não ia deixar porque a gente retomemos a terra para produzir lavoura branca não foi para plantar cana. Porque se fosse pra plantar cana, nós fazia que nem nas outras áreas, retoma, “tira tua cana, o toco tu não mexe mais” quer dizer, quer dizer que tava com um fim, a retomada dele foi para ficar com a cana e a gente aqui não (I-3-ancião e Pajé Potiguara da Aldeia Três Rios, relato cedido ao autor em abril de 2024).

A retomada da terra em Três Rios teve uma simbologia muito forte para o povo Potiguara com a mudança de paradigma, da produção da monocultura para a produção de alimentos de base familiar, de um território de exploração para um território de cooperação a partir da organização e da territorialização étnica.

Arrancamos a cepa, era, era a máquina cortando a cana esse ano na frente e antes dela nascer a gente metia a picareta, arrancamos de enxadeco, não podia botar o trator.

Porque mesmo aqui quando era cana, que eu morava ali do outro lado ali ó, quando botavam veneno, a gente só faltava morrer doido, dor de cabeça, até as crianças, e hoje não, hoje graças a Deus, se tem doença, tem porque o clima é, já sabe como é que é, mas o seguinte é esse, pelo veneno aqui nós não tá mais adoecendo (I-3-ancião e Pajé Potiguara da Aldeia Três Rios, relato cedido ao autor em abril de 2024).

A união das três aldeias, Monte-Mor, Jaraguá e Três Rios, foi fundamental no processo de demarcação, que teve como ponto culminante da luta pela demarcação o momento em que “os Potiguara das três aldeias resolveram ocupar a sede da Funai em João Pessoa (segunda-feira, 17/05/2024) e só sair de lá quando a portaria de identificação da terra indígena fosse publicada, fato que aconteceu após cinco dias de ocupação” (Palitot, 2005, p. 139–140).

A demarcação simultânea das três aldeias no ano de 2004 é um marco histórico da retomada do território Potiguara. Esse processo resultou do protagonismo indígena construído com base na autoafirmação étnica e na solidariedade dos povos oprimidos pelo poder do capital, sem a necessidade da intervenção de um órgão tutelar e de agentes externos, como ocorrera nos processos anteriores (Ver Quadro 1).

Quadro 1 - Total de Terras Indígenas Potiguara

Terra indígena	Etnia	Município	Superfície (ha)	Fase de procedimento demarcatório
Jacaré de São Domingos	Potiguara	Marcação Rio Tinto	5.032,2431	Regularizada
Potiguara	Potiguara	Baía da Traição Marcação Rio Tinto	21.238,4898	Regularizada
Potiguara Monte-Mor	Potiguara	Marcação Rio Tinto	7.530,5969	Declarada

Fonte: FUNAI (2023). Adaptado pelo autor (2024).

No quadro acima apresentamos a situação das terras Potiguara no território canavieiro do Vale do Mamanguape no que se refere ao processo demarcatório.

A demarcação conquistada com a luta do povo indígena foi significativa porque a luta pela terra em Jaraguá, Monte-Mór e Três Rios estava amalgamada com a luta pela reconstrução simbólica do ser índio, assim como a reconstrução dos territórios destruídos pelo poder do capital e reconquista da memória apagada pela repressão da CTRT.

Mesmo com as garantias da posse da terra indígena no arcabouço jurídico como o Estatuto do Índio e a Constituição Federal, o Estado brasileiro nunca cumpriu literalmente o

que determina a lei. Historicamente, os órgãos responsáveis pela execução da política pública indigenista nunca tiveram a capacidade de enfrentar o poder do capital e garantir aos indígenas a efetivação da posse de suas terras, sempre contemplando invasores nos processos demarcatórios.

Nesse sentido, pode-se concluir que a demarcação não deve estar vinculada apenas à legislação, mas deve ter origem na autoafirmação étnica no direito originário e ancestral, no enraizamento simbólico dos elementos da cultura indígena demarcando o território, e na luta e resistência para oficialização da demarcação.

4.1.7 A tese do marco temporal e a resistência indígena

Apesar dos avanços e das conquistas resultantes da resistência, uma nova ameaça se coloca e exigirá o enfrentamento não só do povo indígena, mas de toda a sociedade brasileira. Trata-se da tese do marco temporal, uma tese jurídica que delimita o direito de posse da terra apenas aos povos indígenas que ocupavam a terra até o dia 05 de outubro de 1988, ou seja, data da promulgação da Constituição Federal.

Segundo a Agência Câmara de Notícias (2023) e Cândido (2020), essa tese teve origem em 2009 em virtude do julgamento do STF sobre os conflitos entre indígenas e plantadores de arroz da região da reserva Raposa-Serra do Sol, em Roraima. O STF decidiu pelo direito de posse aos índios com base no argumento de “por lá estarem antes da promulgação da Constituição Federal” (Cândido, 2020), criando desse modo um marco de ocupação.

Outro conflito de terra, dessa vez em Santa Catarina, entre o povo indígena Xokleng e agricultores (Brasil, Câmara dos Deputados, 2023), no ano de 2003, em que foi criada a Terra Indígena Ibirama-Laklãnõ, e uma parte dela está sendo reivindicada no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo governo de Santa Catarina para implantação de uma reserva ambiental, sob o argumento de que a terra não estava ocupada na data da promulgação da Constituição Federal.

A Funai contesta afirmando que os indígenas não ocupavam a terra por terem sido expulsos em conflitos anteriores. Em 2019, o ministro do STF Alexandre de Moraes decidiu que o julgamento desse caso será jurisprudência para todos os casos semelhantes e, em 27 de setembro de 2023, o STF, por 9 votos contrários e 2 votos favoráveis, derrubou a tese e rejeitou a data da promulgação da Constituição Federal como marco temporal para definir direito de ocupação pelos povos indígenas.

Valendo-se da decisão sobre o caso Raposa-Serra do Sol e prevendo a derrota no STF, a bancada ruralista da Câmara dos Deputados encaminhou o projeto de lei 490/2007 que foi aprovado na Câmara com 283 votos favoráveis e 155 votos contrários, e encaminhado ao

Senado com o número 2903/2023 que também foi aprovado com 43 votos a favor e 21 votos contra.

Dessa forma, o projeto se transformou por maioria dos congressistas na Lei n.º 14.701/23 que teve o veto do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas o veto foi analisado pelo congresso no dia 14 de dezembro de 2023 e rejeitado em sessão conjunta do Senado e da Câmara sob o argumento de que a ausência de um marco de ocupação impõe insegurança jurídica no campo, voltando a valer a tese do marco temporal agora através de lei.

Diante da derrubada do veto, alguns partidos progressistas (PT, PCdoB, PV e PDT) entraram com nova ação no Supremo Tribunal Federal em janeiro de 2024 pedindo a inconstitucionalidade da lei 14.701/2023 por entender que o STF já havia consolidado o direito original das terras indígenas independente de marco temporal, visto que a decisão do STF havia reconhecido a ocupação histórica das terras pelos povos indígenas desde a colonização do Brasil.

Enquanto o STF não decide definitivamente, muitos povos indígenas estão sob a ameaça de perderem seus territórios. A bancada ruralista já se articula para pressionar o governo a cumprir a lei do marco temporal e promover as demarcações conforme os critérios da nova legislação.

Caso a lei do marco temporal vigore, haverá retrocessos irreparáveis aos povos indígenas. As terras que não foram homologadas até a data do marco temporal voltariam à esteira das disputas. No Vale do Mamanguape, só a Terra Potiguara homologada em 1983 prevaleceria. A Terra Indígena Jacaré de São Domingos, homologada depois de 1988, e a Terra Indígena Monte-Mor, que compreende as aldeias Monte-Mor, Jaraguá e Três Rios, ainda não homologada, voltariam a ser disputada pelo agronegócio da cana. Preocupação presente na fala de I-1.

O marco temporal sendo aprovado prejudica tanto Monte-Mór como São Domingos né, e São domingos é, foi homologada, tudo, registrada em 95, em 94 pra 95, é que foi homologada, e Monte-Mór não chegou a ser homologada até agora (I-1-cacique da Aldeia Forte, relato cedido ao autor em março de 2024).

A ameaça que se apresenta diante do novo contexto da articulação dos latifundiários através da lei do marco temporal será prejudicial não só para os povos indígenas, mas para toda a sociedade. Segundo o IPAM (2023), se a tese do marco temporal vigorar, o desmatamento pode atingir o índice de até 50% nas terras indígenas da Amazônia e de 70% no Cerrado e Pantanal. Especialistas alertam que será aumentado o risco do desequilíbrio climático.

Dessa vez a resistência não deve ser apenas dos povos indígenas, mas de toda a sociedade, pois as consequências do marco temporal serão nefastas com os impactos no clima, na economia e na vida das pessoas. O oponente dessa vez é difuso. Nas lutas anteriores cada povo indígena tinha um oponente explícito no local, de fácil identificação, era o usineiro, o industrial, o fazendeiro, mas a luta contra o marco temporal é uma luta que tem que ser ampliada porque o oponente articula categorias diversas que financiam a classe política e dão sustentação no congresso para que as pautas de interesse do capital tenham apoio da maioria dos congressistas.

O que está em jogo agora não é ameaça a um território, mas a ameaça da vida, de um sistema que abrange um país, uma nação. Por isso a luta deve se articular a partir das bases envolvendo todos os movimentos sociais do campo e da cidade.

4.1.8 A resistência Potiguara e a educação escolar indígena

Após a conquista de parte das terras que havia sido perdida para os latifundiários, os Potiguara seguem sua trajetória de luta e de resistência, agora no campo identitário e de resgate cultural, através do resgate do toré, da língua Tupi e da construção da escola indígena. Vamos nos deter nesta seção ao movimento pela implantação da educação escolar indígena como ato de resistência.

No contexto da colonização, os povos indígenas brasileiros foram submetidos aos interesses do projeto imposto por Portugal que negou ao índio o direito à terra, à cultura e à educação escolar. Foram considerados seres selvagens, desprovidos de alma. Nesse contexto, construiu-se a concepção do índio brasileiro, que “oscila entre uma visão satanizada e uma visão idílica de indianidade” (Maher, 2006, p. 20).

A primeira concepção corresponde ao ser irracional, como se o índio não fosse gente, e se não é gente não tem direitos. Já a segunda idealiza uma característica irreal do ser índio, como um ser mitológico e, sendo assim, um ser que não necessita de bens materiais. Para a autora, as duas formas de ver o índio disseminadas na sociedade brasileira são “nocivas” porque desumanizam, tiram dele a “condição de ser humano”.

Segundo Freire (2021), o primeiro projeto de educação para os índios Potiguara, implementado no contexto da colonização, foi executado por missões religiosas da ordem dos jesuítas e franciscanos. Ele tinha como objetivo a catequização e a expansão da fé cristã, sobretudo os dogmas da igreja católica que legitimavam o projeto de colonização conduzido por Portugal.

Sobre a educação das populações indígenas, Maher (2006) classifica-a em dois tipos: educação indígena e educação escolar indígena. A educação indígena está centrada na aprendizagem do dia a dia, resultante da convivência com a família, com o grupo onde habita, no conhecimento ancestral transferido oralmente, e através da prática cotidiana. Já a educação escolar indígena corresponde ao aprendizado para a instrução, exercida no espaço escolar.

A educação escolar indígena, historicamente, compreende dois paradigmas. O paradigma assimilacionista que tem como finalidade a integração do índio ao projeto de nação brasileira, e, para tanto, era imperioso o “índio deixar de ser índio” e se tornar gente.

Esse paradigma caracterizou-se pelo “assimilacionismo de submersão”, que era a separação da criança do convívio de sua família para ser educada em internatos ou em escolas religiosas e assim passar por um processo de “humanização”, torná-la gente.

Posteriormente, esse paradigma sofreu uma adaptação para facilitar o processo de aculturação. A língua materna era utilizada para facilitar a assimilação do português e a imposição da cultura dos brancos. A criança permanecia no convívio com a aldeia, tinha o processo de alfabetização na língua materna que depois era substituída pelo português e a língua materna ia gradualmente sendo excluída do currículo, o que a autora chama de “bilinguismo subtrativo”.

Nesse paradigma se enquadra o projeto de educação implementado pelo SPI que para Freire (2021) cumpriu o papel de pacificação, fixação e acomodação dos índios nos espaços das aldeias, e de civilização para integração à sociedade nacional através da instrução para a preparação de mão de obra a ser explorada no campo e na fábrica.

A partir da década de 1970, com o surgimento e fortalecimento político das associações indígenas, segundo Maher (2006), surge o “paradigma emancipatório” com a finalidade de fortalecer a cultura através da língua materna. Nesse novo contexto, Silva (2019, p. 6) considera que a educação escolar indígena “encontra-se alicerçada em um novo paradigma educacional de respeito e valorização à interculturalidade, ao multilinguismo e à etnicidade”.

Esse processo é denominado de “bilinguismo aditivo” que admite a adição da língua portuguesa, porém priorizando o uso da língua materna inclusive para finalidade de instrução.

O estatuto do índio já trazia algumas garantias para os povos indígenas, inclusive no tocante à educação. Os artigos 47 ao 54 do estatuto tratam da política educacional para as comunidades indígenas, estendendo a essas o direito à educação, garantido o respeito aos valores, à adaptação dos sistemas de ensino e à alfabetização bilíngue, salvaguardando o uso da língua materna e prezando pelo convívio do índio na aldeia, sem o “afastamento do convívio familiar ou tribal” (Brasil, 1983, p. 17).

Já o art. 50 da mesma lei versa que a “a educação do índio será orientada para a integração na comunhão nacional” (Brasil, 1983, p. 17). Fica claro que, apesar dos avanços no que diz respeito à extensão do direito à educação, a finalidade do estatuto foi dar continuidade ao processo civilizatório das populações indígenas através da educação e da incorporação dos valores da economia de mercado e da cultura dos brancos.

Segundo Freire (2021), a criação da Funai, no ano de 1967, propôs um projeto de educação diferenciado para as populações indígenas. Uma das ações foi o estímulo ao ensino da língua materna através da formação de professores nos cursos de monitor bicultural no período 1969–1972 para as populações indígenas que haviam perdido a língua materna, do qual participaram dois indígenas Potiguara.

Na retomada da identidade cultural dos povos indígenas a educação escolar indígena passou a ser o instrumento de resgate e de assimilação dos seus anseios e um espaço de propagação e manifestação cultural, com o objetivo de evitar a repetição das experiências anteriores, de uma educação tutelar, e de implementar uma educação emancipatória, planejada e executada pelos próprios índios.

Freire (2021) aponta como principal desafio para a implementação dessa política a dificuldade de reconhecimento da pedagogia dos índios pelos órgãos oficiais envolvidos na execução da política pública de Educação Escolar Indígena, e que o enfrentamento a esse desafio deve ser feito com a formação e a contratação dos professores indígenas para atuarem nas escolas indígenas, imprimindo legitimidade ao processo.

Nesse mesmo caminho de legitimação do protagonismo indígena no processo de elaboração e execução do currículo da escola indígena, Santos e Silva (2017) enfatizam que é crucial a formação de professores, o funcionamento das escolas em terras indígenas e a produção e consumo de materiais didáticos próprios elaborados de forma bilíngue (língua nativa e língua portuguesa).

Na perspectiva de uma Educação Escolar Indígena que promova o processo formativo buscando o resgate cultural, é fundamental que ele seja conduzido por professores e gestores indígenas. “A escola precisa incorporar pedagogias indígenas no seu processo de ensino e aprendizagem” (Silva; Silva, 2019).

Nesse sentido, Grupioni afirma que:

formação de Índio como professores e gestores constitui o desafio para uma educação escolar indígena de qualidade. Pois essa formação não deve acontecer de qualquer forma, mas pautada pelos “princípios da diferença, da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade. (2006, p. 51).

Neste contexto do resgate cultural do índio brasileiro e de sua autoafirmação, resultado de sua organização e resistência, é que se começa a fomentar as políticas públicas visando à garantia dos direitos dos povos indígenas. Segundo Grupioni (2006, p. 41), “a proposta de valorização das diferenças culturais de que os povos indígenas são portadores é muito recente, e tem na Constituição de 1988 o seu grande momento”.

O artigo 210 do parágrafo segundo da Constituição Federal determina que “o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (Brasil, 2016, p. 124). Já o artigo 231 assegura aos indígenas, além do direito à terra, o direito à organização social, aos costumes e à língua.

Nesse caminho, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, no art. 78, define que na educação escolar indígena o ensino será ministrado em língua portuguesa, mas também será assegurado a esses povos a utilização de suas línguas maternas e o livre processo de aprendizagem.

Garantido o direito à educação escolar na legislação vigente, Silva e Silva (2019) afirmam que a centralidade do debate agora se dá em torno do modelo de escola e do tipo de educação ofertada e não apenas no direito de ter uma escola na aldeia. A partir das garantias dos marcos legais, os indígenas de todo Brasil se mobilizaram para reivindicar a execução da educação diferenciada nas aldeias.

Conforme Palitot (2005), foi fundamental a atuação da Funai, da Universidade Federal da Paraíba e do antigo Centro Federal de Tecnologia, e da Secretaria de Educação do Estado, que passaram a oferecer formação para os professores indígenas, assim como estimular a organização desses professores.

No Vale do Mamanguape foi fundada a Organização dos Professores Indígenas Potiguara (OPIP) para articulação dos profissionais de educação indígena com o objetivo de reivindicar a implementação da Educação Escolar Indígena nas escolas das aldeias, constituindo uma frente de resistência pela educação indígena na região.

Além da luta pela educação diferenciada, a organização também fez o enfrentamento pela valorização dos profissionais de educação indígena e pela criação da categoria de professor indígena, garantindo a legitimidade da modalidade em seu território. “A luta por uma educação indígena específica e diferenciada é uma luta do povo Potiguara e de todos os povos indígenas no Brasil” (Brasil de Fato, 2023, p.1).

Imagem 6-Ato indígena na Secretaria de Educação do Estado da Paraíba reivindicando valorização da Educação Escolar Indígena



Fonte: Brasil de Fato Paraíba (08 de maio de 2023)

Com o novo paradigma da Educação Escolar Indígena, o tupi passou a compor o currículo das escolas indígenas das aldeias Potiguara logo no ensino fundamental, cultivando e consolidando desde cedo a sua identidade étnica que por muito tempo foi suprimida pela imposição de uma educação estranha à sua cultura. Além do tupi, o toré também foi incorporado nas práticas pedagógicas, compondo as celebrações e comemorações de datas festivas das escolas, bem como fazendo parte do ritual de formatura dos alunos.

Em uma atividade de campo de um encontro sobre educação da UFPB, tivemos a oportunidade de conhecer o espaço do terreiro sagrado da aldeia de São Francisco, acompanhados da professora indígena Nilda Faustino. Dona Nilda explicou que é nesse local que a aldeia realiza as celebrações, e os índios fazem o ritual do toré. É lá também que eles se recolhem nos momentos de dificuldades e buscam o fortalecimento espiritual, preparando-se para o enfrentamento das adversidades.

Nos últimos anos também se tornou um espaço de educação para o estudo da história, da cultura, dos conteúdos relacionados ao ambiente, e onde se realiza a cerimônia de formatura dos concluintes do Ensino Fundamental e Médio da Escola Estadual Indígena Pedro Poti, localizada na Aldeia São Francisco. Na cerimônia todos os alunos usam os ornamentos característicos da cultura indígena e realizam todo o ritual, valorizando e fortalecendo a sua

cultura. Esse é um momento diferencial da resistência indígena porque inclui o jovem no processo de emergência étnica, o que possibilita o protagonismo juvenil na cultura indígena e a renovação e qualificação das forças de resistência para novos enfrentamentos, conforme podemos ver na imagem 7.

Imagem 7-Formatura indígena 2023



Fonte: Escola Indígena Pedro Poti (2023)

Com o toré e a língua tupi, a formação de professores e a articulação para a criação de uma organização de professores indígenas no processo de formação, a educação escolar indígena ganha um novo sentido, constituindo um instrumento de resistência étnica e cultural dos Potiguara no território canavieiro do Vale do Mamanguape.

Diante do exposto, podemos confirmar que o Potiguara é guerreiro e a sua luta garantiu a sua existência e a sua permanência em seu território. E que, diante da conjuntura que se apresenta, a luta deve ser permanente.

Eu diria, que eu não sou o mais novo. São os meus, que me antecederam, lutaram muito pela questão da autodemarcação, lutaram por várias retomadas também aqui dentro da área né. A luta pela questão da educação diferenciada, a luta pela saúde indígena né, então foi assim, foram verdadeiras batalhas que nós enfrentamos e que hoje nós temos contando vitória, positivas, claro (I-1-cacique da Aldeia Forte, relato cedido ao autor em março de 2024).

Preservar o território significa lutar não apenas pela terra, mas também pela cultura, pela saúde, pela educação e pela natureza, pois tudo isso compõe o território.

4.1.9 Estratégias de resistência dos indígenas para permanecerem na terra

Os indígenas residentes no Território Canavieiro do Vale do Mamanguape resistiram de diferentes formas, dependendo do momento histórico vivenciado. Em alguns momentos a resistência assumiu caráter de confrontos pela preservação, retomada ou conquista dos territórios de cooperação, e em outros ela está consubstanciada na ocupação efetiva da terra com a produção de base no trabalho familiar, e ainda pela luta para a demarcação das suas terras.

Essa luta de resistência permitiu algumas conquistas importantes como a demarcação e a homologação de terras indígenas. Apesar das conquistas obtidas, não é possível conformar-se com elas, pois permanecem ameaças importantes sobre os territórios indígenas. Na verdade, as tentativas do capital em se apropriar dessas porções do espaço não desapareceram. Elas permanecem vivas enquanto não tiver se apropriado de todas as terras que não estejam submetidas à sua lógica de valorização.

Com efeito, no que se refere às terras indígenas, por exemplo, apesar de toda a luta dos Potiguara, é importante ressaltar que a Terra Indígena Monte-Mor, demarcada desde o ano de 2004, até o momento não foi homologada, e essa terra é toda circundada por áreas já conquistadas por usinas. Os Potiguara enfrentaram duras batalhas para não permitir que se apropriassem ilegalmente do seu bem maior. Essas empresas até hoje buscam, via ações judiciais que se arrastam nos tribunais, apropriarem-se dessas terras para plantar cana.

Um fato preocupante ocorreu no dia 18 de abril de 2024, véspera da comemoração do dia dos povos indígenas. Segundo a Agência Brasil (2024), o Presidente da República havia anunciado que homologaria nesse dia seis terras indígenas no Brasil, entre elas estava a Terra Indígena Monte-Mor, porém foi homologada apenas duas terras, Aldeia Velha, na Bahia, e Cacique Fontoura, em Mato Grosso.

O Presidente justificou a não homologação alegando a presença de não indígenas nessas terras e ainda admitiu ter atendido pedido dos governadores para que não homologasse. “Temos algumas terras ocupadas por fazendeiros, outras por gente comum, possivelmente tão pobres quanto nós. Tem umas que têm 800 pessoas que não são indígenas. Tem outras com mais gente. E tem alguns governadores que pediram mais tempo” (Lula, 2024, p.1).

Isso causou indignação de entidades representativas dos povos indígenas como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). “O que gera maior surpresa é o Presidente afirmar que consultou os governadores, e o rito previsto no texto constitucional e no decreto 1.775 não prevê consulta a governadores. Então, cumpra-se o rito. Sem sombra de dúvidas, vamos continuar vigilantes e atuantes para a demarcação do maior número de terras aptas” (Dinamã Tuxá, 2024).

Estamos em um contexto preocupante, com a lei do marco temporal aprovada no congresso, inclusive com a derrubada do veto do presidente e avançando no campo político, com articulação dos ruralistas que já estão promovendo debates, cooptando setores e pressionando os órgãos públicos pelo cumprimento da lei. A preocupação é que se repita o que ocorreu em 1993, quando a Funai fez a demarcação da terra indígena Potiguara e deixou de fora as demais, alegando incapacidade financeira de fazer a extrusão e de resolver os problemas dos não indígenas que ocupavam as terras indígenas ilegalmente.

Face às pressões sofridas pelo grande capital, procurou-se verificar quais as estratégias de resistência que têm sido adotadas. Entre os indígenas as estratégias de resistência se constroem principalmente com o cultivo da terra. “A gente para estar na nossa terra e viver na terra aqui, a gente tem que lutar por ela pra defender, pra que o não índio tome a posse. E a gente estando aqui dentro nós não vai deixar, está entendendo?” (I-3-ancião e Pajé Potiguara da Aldeia Três Rios, relato cedido ao autor em abril de 2024).

A luta pela permanência na terra também se dá pela disseminação da cultura através do resgate identitário e da transmissão dos saberes dos anciãos para as gerações mais novas, resistindo ao cultivo da lavoura de mercado. Exemplo disso foi o ocorrido na Aldeia Três Rios, priorizando a produção de alimentos, organizando coletivamente a população indígena, e, por meio de projetos, objetivando ensinamentos sobre o cuidado com a natureza e com a saúde, assim como através da educação escolar indígena que vem fortalecendo a identidade indígena nas aldeias.

É, com relação a preservar em si. Tem grupos hoje que tá na batalha, né? A exemplo, “águas potiguara”. A gente tem um projeto que a gente tá na abertura do Rio aí, de forma manual. Todo fim de semana a gente tá nessa, tá nessa batalha aí. Temos, um viveiro de mudas também, produzindo bastante muda. A ideia é reflorestar o máximo

possível e também aproveitar aí, reflorestar as margens do Rio para que haja proteção desse, né? Assim como o projeto CURICA, é que agora em Três Rios estão, estão se organizando lá também um projeto muito bonito, que eu acredito que são importantes ações que vão fazer uma diferença lá na frente. (I-2-liderança jovem da aldeia Forte, relato cedido ao autor em março de 2024).

Os projetos mencionados têm como objetivo a preservação das matas e dos rios das aldeias, e têm mobilizado grande número de indígenas, tanto adultos como crianças.

No “Águas Potiguara” tem criança, é. Tem jovens, tem os mais velhos que são os anciãos. Teve um trajeto do Rio que a água ela só escorria por cima do mato, espalhada, e aí a gente não saberia, é, os mais jovens não saberiam qual seria o trajeto dele, e aí foram justamente os mais velhos que ó, “o rio vai por aqui tá”. E aí a gente foi seguindo, aí conseguindo abrir grande parte, tava totalmente fechado justamente através do conhecimento deles. E aí é, tem as criancinhas que nos acompanha no projeto, né? Estão bem empolgadas também, participando e a Juventude aí, então, é importante demais. (I-2-liderança jovem da aldeia Forte, relato cedido ao autor em março de 2024).

Outro aspecto importante entre os indígenas é a mobilização da juventude por meio de organizações representativas e a união dessas organizações para debater sobre os problemas que afetam o território e lutar para solucionar esses problemas.

Com relação à Juventude. Hoje nós temos o grupo OJIP, Organização dos Jovens Indígena Potiguara. Temos o grupo APAÉ também, que é formado por um coletivo de jovens aí. Tem outros. Eu tenho percebido que nós temos unificado mais essa força. Em vez de tá se organizando isoladamente a OJIP né, no seu canto a gente tá unindo. A gente precisa estar preocupado com várias situações, e uma delas é o nosso território. Sempre a gente fala, a gente tem que pensar não só o território enquanto terra, mas o território enquanto vida, né, o território enquanto pessoa, enquanto, enquanto árvore, enquanto animal, enquanto tudo. Então tudo isso faz parte do território. E a juventude que precisa tá à frente dessa luta hoje (I-2-liderança jovem da aldeia Forte, relato cedido ao autor em março de 2024).

A Educação Escolar Indígena, sem dúvida, tem sido um diferencial na vida dos Potiguara, visto que, conforme já mencionado em seção anterior, essa educação tem contribuído para reforçar a identidade étnica e cultural e o vínculo do povo com a terra. Tem sobretudo elevado o grau de conhecimento sobre o mundo, o que faz com que a luta do indígena no contexto atual não seja apenas a luta física, mas principalmente a ideológica. A disputa hoje é política. Continua a luta por terra, mas sem o conhecimento da estrutura política, jurídica e ideológica não há como ir para o enfrentamento sem ser trucidado pelo poder econômico do agronegócio.

Sabemos que hoje é, vamos dizer, a luta não é só braçal, a batalha não é mais de flecha, de porrada. A luta é mais conhecimento, ideológica. Então, se eu não me preparo pra dialogar diretamente com alguém que, ah, tem um curso né, de direito, um juiz, um promotor. Se eu não tiver um argumento, de expressar conhecimento, aí fica complicado. Então o caminho hoje é, a gente está apto para tudo. Ah, vai ter briga? Vai, então vamos, mas se a briga for de, de conhecimento, você tá, tá preparado (I-2-liderança jovem da aldeia Forte, relato cedido ao autor em março de 2024).

Além da resistência indígena, os agricultores do Vale do Mamanguape também protagonizaram experiências de lutas contra o avanço do capital no campo. Essas experiências no território canavieiro do Vale do Mamanguape tiveram relevância política através do movimento das ligas camponesas e da luta pela reforma agrária com a conquista de alguns assentamentos, tema que abordaremos na seção seguinte.

CAPÍTULO 5. A RESISTÊNCIA CAMPONESA NO TERRITÓRIO CANAVIEIRO DO VALE DO MAMANGUAPE: DAS LIGAS CAMPONESAS AOS ASSENTAMENTOS RURAIS.

Após a análise da resistência Potiguara ao avanço do capital no Território Canavieiro do Vale do Mamanguape, este capítulo tem como objetivo discutir as diferentes formas de resistência vivenciadas pelos moradores, arrendatários e pequenos proprietários nesse mesmo espaço. Sobre a resistência camponesa, estabelecemos analisar a partir da década de 1960, período em que emergiu o maior movimento de luta camponesa da história do Nordeste, as Ligas Camponesas, até o momento atual, em que novas formas de resistência se articulam no território.

O capítulo está dividido em 4 seções, a saber: a primeira analisa a formação e a importância da Liga Camponesa de Mamanguape; a segunda trata da implantação do Projeto de Colonização Integrada de Rio Tinto (PIC-Rio Tinto); a terceira se detém sobre as formas de resistência em torno do acesso à terra, visando à instalação de projetos de assentamento; e a quarta procura resumir as formas de resistência ao longo do tempo.

5.1 A Liga Camponesa de Mamanguape: formação, conquistas e repressão

No momento de transição para a fase mais moderna de produção das usinas, o trabalhador, elemento central na produção da mais-valia, é excluído dos ganhos do capital por meio de: pagamento de baixos salários ou mesmo a ausência dele, uma vez que coexistiam relações de trabalho remanescentes dos antigos engenhos; más condições de trabalho, como ausência de direitos trabalhistas, falta de assistência previdenciária e à saúde do trabalhador; e expulsão do morador das terras para ceder espaço para a cana.

Os moradores já não podiam mais plantar, pois o acesso à terra se tornava cada vez mais restrito e as exigências sobre o camponês só aumentavam. No maior latifúndio da região pertencente à família Lundgren o agricultor era obrigado a pagar o cambão e pagar foro de todos os animais que criasse. Todas as pessoas da família que tivessem acima de 18 anos eram obrigadas a trabalhar um dia de graça para o proprietário e o agricultor era proibido de cultivar qualquer tipo de lavoura permanente. Só era permitido plantar lavoura de subsistência, de colheita rápida como milho, feijão e mandioca, até o inhame não era permitido. Pessoas que vivenciaram o período relatam que:

Nenhum morador podia plantar uma toceira de cana, meu pai plantou, eles vieram e arrancaram, só plantava coisas que saía logo. Só depois da revolução é que pai plantou bananeira, coqueiro, laranjeira. E tinha uma coisa, morava em casa de paia, da porta

de vara, de dia o home trabaiava de noite, ficava atucaiano o gado pra não cumer a paia da casa, porque ninguém podia cercar a casa. Panhar capim ninguém podia, pai panhou um mói de capim, o vigia mandou deixar o capim, a navaia, deixar tudo. Trabaia o dia todim e não podia cortar uma cana pra chupar. Se o freguêi chupasse uma cana, trabaia um dia todim pra pagar a cana que chupou. E não trabaia perto de casa mão, trabaia longe. Meio mundo de minino e num tinha direito de chupar uma laranja. (LC-6-agricultor remanescente da liga camponesa de Itapicirica, relato cedido ao autor em 26 de janeiro de 2003).

A prática do cambão imposta aos camponeses levava a população do campo a uma situação de muita pobreza, pois grande parte da vida dedicada ao trabalho era revertida em benesse aos proprietários. Os dias que sobravam para o agricultor trabalhar para si não eram suficientes para produzir o necessário para a sua reprodução, conforme relato a seguir:

Tinha fazendeiro que tinha um tal dum cambão, era três dias por semana, pagando barato, cada morador, três dias por semana, segunda, terça e quarta. Ai, esses, esses 3 dias que ficava pro povo, já estava cansado, não podia nem fazer um roçado. É só sujeito, quase só a ele, somente. Ele não podia nem trabalhar quase pra ele, era só esse cambão. Chamava-se o cambão, é, sujeição (LC-2-poeta popular remanescentes das ligas camponesas, relato cedido ao autor em fevereiro de 2024).

Nessas condições, o trabalhador camponês não tinha possibilidade sequer de adquirir com o esforço do seu trabalho o suficiente para alimentar a família. A condição de vida “era fraca, era muito fraca, naquele tempo, era fraquinha. Só esses mais melhorado de vida que tinha direito de comer um quilinho de carne, o sofredor do campo mermo, só de ano em ano que via um quilinho de carne” (LC-3-remanescente da liga camponesa de Mirirí, relato cedido ao autor em novembro de 2023).

Nesse contexto de exploração da força de trabalho no campo, mesmo numa relação de trabalho não tipicamente capitalista, mas movida pelo capital, o Brasil enfrentava uma realidade de muita pobreza na década de 1960, sobretudo entre a população do campo.

De acordo com informações do censo demográfico de 1960, 55% da população brasileira morava no campo. Em relação à ocupação da população acima de 10 anos, conforme o ramo de atividade econômica, 24,21% das pessoas trabalhavam na agricultura, pecuária e silvicultura, enquanto 53,4% viviam em condições inativas. Sobre a escolaridade, 80,7% da população de 5 a 9 anos era analfabeta.

No Nordeste a situação era mais grave, com 66,34% da população morando no campo, 30,95% da população acima de 10 anos ocupada na agricultura, pecuária e silvicultura, e 55,62% de inatividade. A taxa de analfabetismo era de 66% entre as crianças de 5 a 9 anos.

Sobre o rendimento médio da população ocupada no Brasil por ramo de atividade, constatamos que a maioria dos trabalhadores da agricultura, pecuária e silvicultura estava concentrada na faixa de rendimento médio mais baixa, que correspondia a Cr\$ 2.100,00 (dois mil e cem cruzeiros), com um total de 3.046.088 trabalhadores, somando homens e mulheres,

enquanto na indústria, nessa faixa de renda, trabalhavam apenas pouco mais de 269 mil trabalhadores.

Em relação às mesmas variáveis do censo de 1960 para o estado da Paraíba, o quadro é mais grave. O estado concentrava 65% da sua população no campo e o analfabetismo era quase absoluto. A taxa de analfabetos em todo o estado entre a população de 5 a 9 anos era de 90,62%, e de 64,5% na faixa etária de 10 a 14 anos. Fazendo o recorte pela situação de domicílio, o abismo do analfabetismo era bem mais profundo. Entre as crianças de 5 anos ou mais residentes na zona rural, 94,20% não sabiam ler nem escrever. A Paraíba vivia uma situação em que tudo conspirava para a precarização e degradação da vida no campo.

No tocante à renda média mensal da população economicamente ativa da Paraíba, conforme o ramo da economia, a situação dos trabalhadores era degradante. A maioria absoluta dos trabalhadores da agricultura, pecuária e silvicultura se concentrava na mais baixa faixa média de renda, que era de Cr\$ 2.100,00 (dois mil e cem cruzeiros), com 194.732 trabalhadores, o equivalente a mais de 45% de todos os trabalhadores acima de 10 anos do ramo da agricultura, pecuária e silvicultura. Já na outra ponta dos trabalhadores do ramo com maior rendimento mensal, acima de Cr\$ 50.001,00 (cinquenta mil e um cruzeiros), havia 217 trabalhadores, representando menos de 0,03%.

Considerando o valor do salário mínimo no ano de 1960 que era de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) até o mês de outubro, e de Cr\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos cruzeiros) a partir de outubro, a maioria dos trabalhadores do campo recebia renda média de menos de um quarto do salário mínimo vigente no país. Mesmo depois de já haver a política do salário mínimo, com a vigência da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) desde a década de 1940, aos trabalhadores do campo esse direito ainda não era posto em execução.

Como vimos, o ramo de atividade que mais demandava mão de obra era o setor agrícola, no entanto, era o que oferecia os menores rendimentos e as condições de vida mais precárias, devido à relação de trabalho já anteriormente discutida.

A realidade posta de alta concentração populacional no campo, sem direito à educação, ao trabalho e à renda e, conseqüentemente, sem acesso aos bens que garantissem o mínimo de sobrevivência, acrescida da forte exploração dos trabalhadores por parte dos fazendeiros por meio de mecanismos como sistema de arrendamento, compra no barracão e sujeição ao cambão, acrescida de todo tipo de ameaça e violência, resultou no sentimento de indignação por parte dos camponeses: “tal situação de exclusão e de pobreza suscitou em diferentes momentos formas de reação da população trabalhadora, consubstanciadas nas chamadas lutas sociais” (Moreira e Targino, 2011, p. 149).

Eu conto o que os fazendeiros
 Fazia antigamente
 Espancava forasteiro
 As vezes arrancava os dentes
 De quem chupasse uma cana
 Sofria barbaramente
 (Damião Soares Santos-Poeta Popular remanescente das Ligas Camponesas, 2021).

No contexto de aprofundamento das pressões sobre o trabalhador, seja pelo aumento da exploração, seja pela ameaça e violência que se abatia no sentido de expulsão dos camponeses da terra, surgiram os movimentos de resistência ao avanço do capitalismo no campo, pela conquista dos direitos e da cidadania, contra a expulsão dos camponeses da terra, da “sujeição” e do “cambão”.

Proprietário carrasco
 Que já existiu otrora
 Espancando moradores
 De suas casas pra fora
 Depois que essas leis chegaram
 Já tamos vendo melhora...
 (Damião Soares Santos — Poeta Popular remanescente das Ligas Camponesas, 2021)

O cambão era uma condição imposta pelos proprietários aos trabalhadores para que esses pudessem usufruir de um pedaço de terra para construir um casebre e produzir alimentos para o sustento de sua família¹². Lemos (1996) compara o cambão à corveia do feudalismo europeu. O autor afirma ainda que “no entendimento dos camponeses tinha o significado de canga”, que é um instrumento colocado no lombo do animal de carga no qual era engatado o carro de boi ou o arado para ser puxado pelo animal.

Com essa compreensão, os camponeses tinham ciência de que as obrigações às quais eram submetidos tiravam deles qualquer possibilidade de autonomia e de apropriação da renda do trabalho. Sobre o trabalhador existia forte controle para o atendimento das necessidades dos proprietários e não das suas necessidades.

Nesse sistema, o trabalho gratuito do morador “podia ser de um dia por semana, como dois, três e até quatro dias” (Lemos, 1996. p. 22). Dessa forma, a eliminação do cambão foi o principal motivo pelo qual os camponeses se organizaram. Pediam a substituição da forma de pagamento do aluguel da terra para ser em dinheiro, assim como o recebimento em dinheiro pelo trabalho gratuito realizado em favor dos proprietários.

¹² Para uma análise mais acurada do sistema de cambão, ver Julião (2013). A luta contra o cambão foi uma das bandeiras das Ligas Camponesas que resultou vitoriosa com a eliminação desse sistema (Lemos, 1996; Targino et al., 2024).

Os fazendeiros queriam
 Ver os pobrezinhos sujeito
 A trabalhar só a eles
 No cambão bem satisfeito
 Enganando com conversa
 Sem ter nada de direito
 (Damião Soares Santos — Poeta Popular remanescente das Ligas Camponesas, 2021)

Essa tomada de consciência do camponês se deu graças à formação levada aos trabalhadores pelas lideranças nos locais de trabalho, assim como a articulação das Ligas Camponesas com os movimentos de educação popular inspirados na pedagogia do educador Paulo Freire, implementada no campo pelo Movimento de Educação de Base (MEB) e por setores do movimento estudantil (Freire, 1963; Porto e Lage, 1994).

Em relato sobre as lideranças das Ligas Camponesas na Paraíba, Expedito Maurício da Costa (2002) afirma:

Eu conheci Pedro Fazendeiro, no início da criação das Ligas Camponesas, aqui em Sapé. Para poder o movimento chegar ao conhecimento [dos trabalhadores] nos canaviais dos usineiros, Pedro Fazendeiro se encarregava de levar um tabuleirinho de cocada para vender aos cortadores de cana. Nesse ínterim, ele pregava o movimento das Ligas aos camponeses. Daí surgiu o movimento, porque era proibido entrar nos canaviais dos usineiros, por medo das Ligas Camponesas (Consulta Popular, 2002, p. 30).

A situação de exploração e de sujeição dos trabalhadores canavieiros é também exposta pelo poeta popular nos seguintes termos:

A sujeição era dura
 Para os moradores coitados
 Não tinha dia de chuva
 Nem havia feriado
 Hoje com as leis camponesas
 Os pobres são libertados
 (Damião Soares Santos — Poeta Popular remanescente das Ligas Camponesas, 2021).

Além do cambão, outras formas de exploração dos camponeses eram as práticas generalizadas nas fazendas. Exemplo disso é a proibição de plantio de lavouras permanentes como as fruteiras a fim de evitar indenização quando o morador fosse retirado da terra. Havia também o pagamento do trabalho com um vale para que o camponês, ao receber o pagamento por algum trabalho remunerado, fosse obrigado a comprar os bens que necessitasse nos barracões das propriedades.

Com essa prática havia a exploração com a comercialização dos alimentos que eram vendidos a preços elevados e mantinham o trabalhador sujeitos a permanecer na fazenda sendo explorado ao extremo pelo fazendeiro. No Vale do Mamanguape, “o grupo Lundgren era useiro e vezeiro nesse processo, no município de Rio Tinto” (Lemos, 1996, p. 23).

Essa leis chegaram primeiro
 Nas terras da companhia
 Foi quem inventou a diária
 Que no Brasil não existia
 Mas em tudo que ela inventou
 Ninguém se sujeitaria
 (Damião Soares Santos — Poeta Popular remanescente das Ligas Camponesas, 2021)

As Ligas Camponesas foram organizadas em muitas fazendas, tendo sido Sapé o foco de irradiação do movimento. O primeiro conflito envolvendo a questão agrária na região que precedeu a fundação da Liga Camponesa de Mamanguape ocorreu na fazenda Mirirí (Vicente, 2003, p.39).

Essa fazenda pertencia à família Ribeiro Coutinho, proprietária de grandes latifúndios nas várzeas do Rio Paraíba e do Rio Mirirí. Suas propriedades ocupavam grandes extensões de terra no Litoral, Agreste e Brejo. A fazenda Mirirí era uma propriedade de “quatro mil hectares” (Consulta Popular, 2002, p. 33) que se estendia pelos municípios de Sapé e Mamanguape, e nela havia em torno de “mil e quinhentos moradores” (Lemos, 1996, p. 33).

Segundo a Consulta Popular (2002), o primeiro conflito de maior expressão se desencadeou após a compra da propriedade Mirirí, que pertencia ao doutor Ademar Londres, por Pedro Ramos Coutinho. Ao assumir o comando da fazenda, este determinou que os moradores retirassem os animais das várzeas e arrancassem os sítios de fruteiras e de lavouras. Pedro Fazendeiro reagiu buscando seu direito na justiça e conseguiu indenização das lavouras. Em seguida, Pedro Ramos ordenou a abertura de estrada por dentro da lavoura destruindo o roçado de Pedro Fazendeiro.

Outro conflito de maior gravidade ocorreu em Mirirí, destacando a atuação de Alfredo Nascimento. Segundo Lemos (1996), Alfredo Nascimento era possuidor de uma liderança nata, tendo arregimentado todos os moradores da Fazenda Mirirí para as Ligas Camponesas de Sapé. Daí as ameaças que passou a sofrer por parte do dono da fazenda e de seu capataz, o Peito de Aço, sargento da política militar do Estado.

No dia do seu assassinato, as lideranças das Ligas acompanharam Alfredo Nascimento em uma audiência com o governador do Estado, pedindo garantias de vida para ele. O governador chamou o secretário de segurança e ordenou que fosse providenciada a garantia de vida solicitada. Porém, na volta da audiência, Peito de Aço, comandando um grupo de capangas, atirou em Alfredo Nascimento, matando-o. Isso provocou a ira dos camponeses que partiram para cima do sargento capataz, matando-o “a golpes de enxada, faca e foice” (Lemos, 1996, p. 48). Alfredo Nascimento foi o primeiro camponês a tombar na Liga Camponesa de Sapé. Nesse conflito foi morto também um capanga conhecido como Mala Velha.

Apesar da tragédia, o movimento se expandiu. A resistência de Mirirí influenciou a organização de núcleos das ligas por todas as fazendas do Vale do Mamanguape.

Em cima na Maria Antônia, o dono disso aqui, Pedro Ramos, Dr. João, ainda trouxe um, um pistolerim de João Pessoa, aí botou na casa grande, pra, pra ver se aquietava com esse negócio, sabe? mas não pode aquietar, ele não aquietou não. Foi daí onde surgiu uma morte, daí desse cabra mermo, foi matar em Maria Antônia, lá em riba, em riba, numa chã, no carrasco (LC-3-Remanescente da Liga camponesa de Mirirí. relato cedido ao autor em novembro de 2023).

A Liga Camponesa de Mamanguape foi fundada no ano de 1963 pelo líder Manoel de Deus, conhecido como Manoel do Sabão, e tornou-se “uma das mais importantes da Paraíba, com cerca de dez mil associados” (Vicente, 2003, p. 32). Foi registrada no cartório de 1º ofício da Comarca de Mamanguape como Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Mamanguape e Rio Tinto. Tinha como objetivo registrado em seu estatuto “unir fraternalmente a família rural desde o simples trabalhador ao pequeno proprietário agrícola, prestando-lhes assistência social, jurídica, educativa, médica e dentária, de acordo com as possibilidades da sociedade”¹³.

Os objetivos contidos no estatuto da associação tinham um caráter mais assistencial característico das associações de camponeses da época que surgiram para prestar assistência aos agricultores que viviam em condições de vida muito precárias. Com esses objetivos também foi fundada a Liga Camponesa do engenho Galileia em Pernambuco, no município de Vitória de Santo Antão, que tinha como principal objetivo a “assistência funerária” (Julião, 1969; Vicente, 2003, p. 21) porque os agricultores não tinham condições de enterrar seus mortos.

Além de Manoel de Deus, outras lideranças se destacaram na organização do movimento na região. Em Mamanguape tinha Pedro Dionísio que era o vice-presidente. Em cada fazenda tinha uma liderança que buscava mobilizar os trabalhadores e que atuava como delegada do movimento na fazenda.

Eu me lembro muito bem. Era, o meu pai era um deles né, João Paulo Celestino, meu pai. Quem era o outro? João Daniel, um senhor que tinha, morava no sítio Palmeira. Tinha vários por aqui. Nicolau e tinha outros viu que fazia parte de tudo isso aí, aqueles mais desenvolvido né, que chamava os outros pra reunião. (LC-4-remanescente das ligas camponesas em Itapicirica, relato cedido ao autor em janeiro de 2024)

Outra liderança foi o José de Oliveira Ramos (Vigarinho). Ele era dirigente e fazia a articulação da Liga de Mamanguape com a Federação das Ligas, em João Pessoa, e com as outras ligas, como a de Sapé. Foi vereador por cinco mandatos em Mamanguape. Foi preso

¹³ Cartório Silva Ramos de Mamanguape. **Certidão de Registro da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Mamanguape e Rio Tinto**. Registro em: 23 jan. 1963.

quatro vezes, conduzido para o 15º Regimento de Infantaria, onde estava servindo o major Cordeiro que encabeçou a repressão na Paraíba após o golpe de 1964.

De fato, o quartel situado em João Pessoa ficou a serviço dos latifundiários sob o pretexto de combater atos subversivos. O vereador vinha ocupando uma cadeira na câmara municipal de Mamanguape desde o final da década de 1940. Por várias ocasiões ele manifestou apoio às Ligas Camponesas, a exemplo do pronunciamento feito em 29 de dezembro de 1961 de apoio a Pedro Fazendeiro após ter sofrido um atentado em Sapé:

(...) foi facultada o uso da palavra, fazendo uso o vereador José de Oliveira Ramos, (...) levantando veemente protesto contra o atentado ocorrido em Sapé na pessoa de Pedro Fazendeiro, representante da liga camponesa daquele município, citou textos bíblicos consoantes aos sofrimentos de Cristo levados a efeito pelos judeus em épocas remotas. (...) Fêz referência ao deputado Julião quando disse que os filhos dos pobres morrerem de inanição faminta, asseverando que o dito deputado nunca foi nem é comunista como propalam alguns desavisados. Surgiu em Sapé Pedro Fazendeiro em defesa dos camponeses e em Mamanguape um funcionário do Serviço Ferroviário, dirigindo a organização local. (...) O orador requereu ao Sr. Presidente fosse encaminhado o seu protesto a Liga Camponesa de Sapé (Ata da Câmara Municipal, 1961, folha 05-06, *apud* Silva, 2017, p. 106).

Segundo Vicente (2023), outras lideranças importantes se destacaram na luta da Liga Camponesa de Mamanguape como Pedro Dantas das Chagas, Inácio da Costa Farias, Manoel Barreto Diniz, Durval de Assis e Antônio de Melo, sendo todos presos e interrogados pelo IPM (Inquérito Policial Militar), instalado no 15º RI em João Pessoa, para investigar os atos praticados pelos que subvertessem a “ordem”.

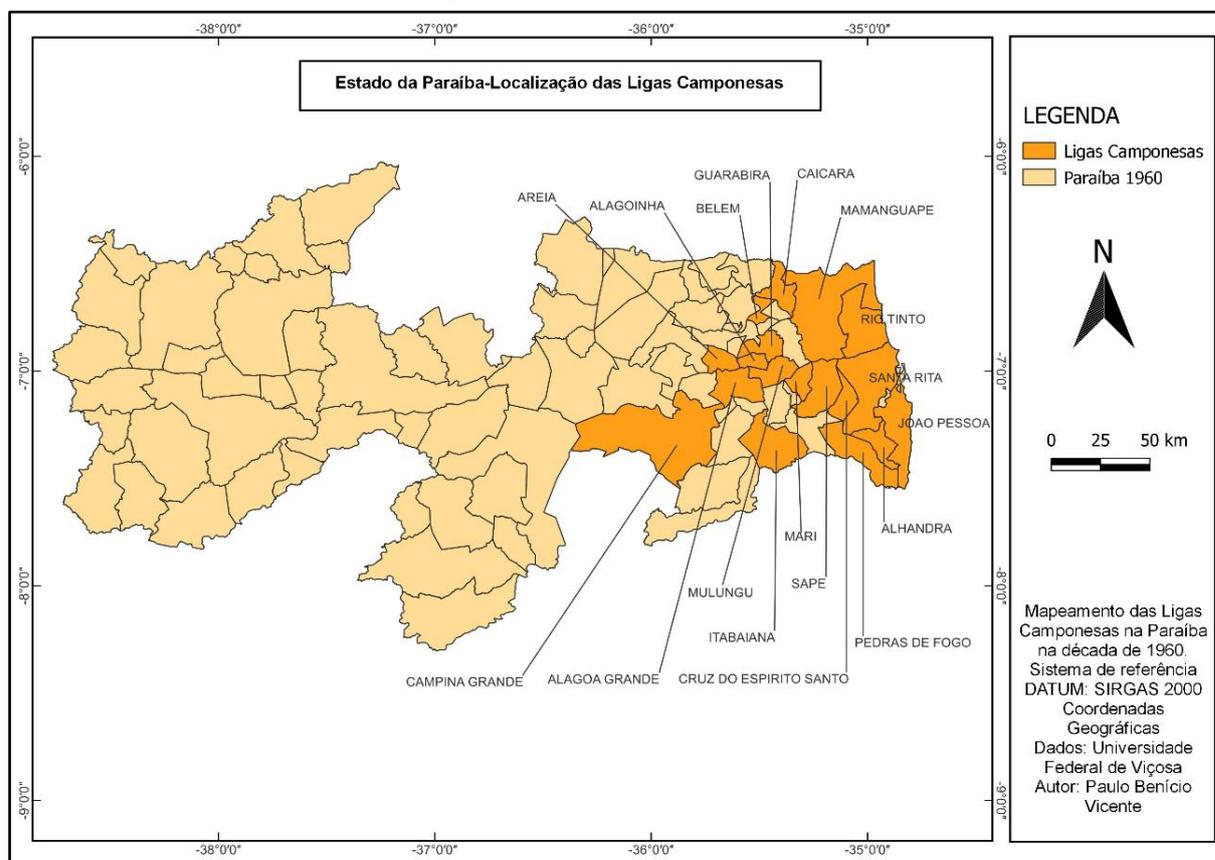
Com o acirramento da ofensiva dos latifundiários e dos conflitos, essas entidades assumiram o protagonismo da luta política, de contestação da realidade, por mudanças nas relações de trabalho e, sobretudo, da luta pela reforma agrária. A atuação das Ligas Camponesas transcendeu as determinações assistenciais presentes em seus estatutos e qualificou a organização para luta revolucionária, forjando mudanças na estrutura social e política brasileira cravada no seio do coronelismo pela classe trabalhadora camponesa.

5.1.1 Avanços e conquistas da Liga Camponesa

À medida que a organização dos camponeses conseguia uma vitória em uma fazenda e avançava na luta política, contagiava os trabalhadores de outras localidades, e assim se disseminou a consciência de que as mudanças que eles tanto almejavam só seriam possíveis com organização e luta.

Motivado pelas primeiras conquistas, o movimento se ramificou por extensas áreas da Zona da Mata e do Agreste da Paraíba. “Após a fundação da liga de Sapé, outras se organizaram tais como: Alhandra, Areia, Mamanguape, Rio Tinto, Guarabira, Oitizeiro (João Pessoa), Espírito Santo, Mulungu, Alagoinha, Belém, Caiçara, Pedras de Fogo, Campina Grande e Santa Rita” (Lemos, 1996, p. 57).

Mapa 8-Ligas Camponesas da Paraíba



Fonte: Base cartográfica - Universidade Federal de Viçosa (1960). Adaptado pelo autor.

Ainda sobre o movimento das Ligas Camponesas na Paraíba, no Vale do Mamanguape os trabalhadores se organizaram em praticamente todas as fazendas, conforme enuncia Damião Soares Santos:

Tem dado tanta questão
De patrão com morador
Deu-se em Itapecirica
Boa vista e Mercador
Deu também em Japungu
Renascença e Salvador

Deu-se mais em Pindobeira
Cicupira e Mirirí
Torrões, Capela e Mendonça
Em Cordeiro e Pirpirí
Cabaceira e Mogeiro
Tassima e Umari

(Damião Soares Santos — Poeta Popular remanescente das Ligas Camponesas, 2021)

As conquistas das ligas camponesas situam-se também no campo da consciência coletiva dos camponeses. Até então nenhum movimento popular havia tido tanta expressão do ponto de vista de sua abrangência espacial e organizativa que expusesse os problemas reais do campo. Havia um sentimento de solidariedade muito forte entre os camponeses. Quando um roçado era destruído, os camponeses se organizavam em mutirão e replantavam para que nenhuma família passasse fome. Quando uma casa era derrubada por um fazendeiro, os camponeses se organizavam em mutirão e a reconstruíam para que nenhuma família ficasse desabrigada.

As Ligas Camponesas também alcançaram um feito importante que foi a construção da consciência do camponês de que o processo de exploração da força de trabalho estabelecido nas fazendas nada mais era do que a apropriação pelos proprietários da renda do trabalho.

Se os dias de cambão - trabalho gratuito - fossem pagos com base no salário-mínimo, em um ano, o camponês poderia comprar as áreas utilizadas para o plantio do roçado, como também o casebre que morava. Portanto, mesmo que não fosse intencional, aquele processo era uma forma disfarçada de roubar o camponês. Ele que era culturalmente um homem honesto, se recusava a tocar no que fosse alheio, que lutava pelo que considerava lhe pertencer (pouca coisa, aliás), descobriu que estavam roubando o que era seu, a força de trabalho (Lemos, 1996, p. 67).

Na luta pela terra os camponeses conquistaram o apoio de amplos setores da sociedade. As ligas conseguiram unir os camponeses sem terra, os pequenos proprietários, os estudantes através da UNE (União Nacional dos Estudantes), que davam apoio aos camponeses e participavam das manifestações urbanas, setores da imprensa, assim como parte da classe política que se engajou na luta camponesa pela reforma agrária.

Além da abrangência política e organizativa, o avanço mais importante do movimento, do ponto de vista de conquista material que afetava diretamente a vida dos trabalhadores, foi a extinção da relação de exploração do trabalho gratuito dos moradores (cambão). Outras conquistas são apontadas por Lemos, como a instalação de um posto do Samdu em Mamanguape que prestava assistência médica à população¹⁴.

A eliminação do cambão não se deu por meio de decreto, mas da ação direta dos camponeses organizados que, segundo Lemos (1996), planejavam a ação e no dia combinado se reuniam em grandes grupos que em algumas ocasiões chegavam a cinco mil pessoas. Eles cercavam a fazenda e negociavam com o fazendeiro a extinção da relação de trabalho gratuito (ver Imagem 8). “A partir daquele dia o camponês passaria a pagar o foro, em dinheiro,

¹⁴ Para uma análise do significado da criação do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência ver o depoimento do doutor Malaquias Batista no Seminário Memória Camponesa (Targino et al., 2024).

passando a receber, também em dinheiro, os dias que trabalhassem na propriedade” (Lemos, 1996, p. 66).

O fim do cambão representou mudanças importantes na relação de trabalho, com o recebimento em salário pelo trabalho realizado aos proprietários. “O que foi de bom, foi que ele teve a liberdade de receber salário” (LC-1–filha de Manoel de Deus, relato cedido ao autor em novembro de 2023).

Imagem 8-Caminhada dos camponeses de Sapé na luta contra o cambão



Fonte: Lemos, 1996.

Sobre o fim do cambão nas terras da Companhia de Tecidos Rio Tinto, Damião Soares Santos se expressa:

Nas terras da companhia
Diária ninguém dá mais
Todo ano paga um foro
Mas o juiz é quem faz
Se precisar de dinheiro
Vai na caixa federais

Portanto a lei camponesa
Pra todo mundo é acima
Que a liga em geral
Tem toda força e esgrima
Acabando o caboco
A bondade se aproxima

(Damião Soares Santos - Poeta Popular remanescente das Ligas Camponesas, 2021).

Conforme Lemos (1996), a luta política dos camponeses alcançou importância sem precedente na história do Brasil, ao ponto de o Nordeste brasileiro ser temido pelos Estados

Unidos de se tornar o novo Vietnã no continente americano devido ao poder que a organização do movimento alcançou, inspirado nos ideais comunistas da revolução cubana. A possibilidade de que se constituísse uma nova Cuba na América Latina causou um grande temor às classes dominantes do país e de outros países, principalmente dos Estados Unidos.

À medida que crescia a organização dos camponeses, os latifundiários se enfureciam. A cada roçado replantado, a cada mutirão organizado para possibilitar ao agricultor pobre o plantio de uma roça para prover o sustento da família, a cada atrocidade praticada pelos fazendeiros levada ao conhecimento público pela organização camponesa, os latifundiários agiam de forma mais severa contra os agricultores, “passaram a derrubar seus casebres, como forma de expulsá-los das fazendas e a usar a polícia para intimidá-los. Muitos policiais eram antigos, capangas ou pistoleiros colocados na polícia através de apadrinhamento político” (Lemos, 1996, p. 35) e serviam apenas aos interesses dos latifundiários.

Mas a ofensiva dos latifundiários não abateu o movimento e diante das dificuldades, segundo Lemos (1996), a organização debatia e planejava novas táticas de luta como a instituição do delegado de propriedade que representava o braço da organização dentro da propriedade e servia para que as orientações das ligas chegassem na base, assim como os problemas nos locais de trabalho pudessem ser levados ao movimento para o conhecimento de todos e encaminhadas as ações necessárias para combater os abusos.

5.1.2 Repressão à luta camponesa

Lemos (1996) e Vicente (2003) afirmam que as ligas sofreram uma forte repressão com o golpe militar de 1964. Houve a institucionalização da violência contra os movimentos sociais, principalmente do campo. Estruturou-se uma política repressiva de Estado contra o movimento. Nesse contexto muitas lideranças foram duramente perseguidas, presas e assassinadas.

No território do Vale do Mamanguape várias lideranças foram presas. O presidente da Liga de Mamanguape, Manoel de Deus, ficou preso por noventa dias em Sapé.

Aí eu sei, aí teve um dia que o meu pai foi e levou o meu irmão, aí quando foi de 8 horas da manhã, de 8 pras 9 horas da manhã chegaram, chegou a polícia e levou meu pai preso, pra Sapé. Aí o menino pequeno disse: “que eu vou preso também?” Aí o policial falou: “não, só é, só é seu pai”. Aí, veio, deixou o menino aqui, nessa casa mesmo e levou meu pai para Sapé. Lá, meu pai passou mais de 90 dias, preso, inocente, sem saber, entendeu? (LC-1 – filha de Manoel de Deus, relato cedido ao autor em novembro de 2023).

A repressão foi muito forte, a polícia passou a fazer varredura nas casas dos camponeses a procura de armas e da carteira da liga, o agricultor que fosse identificado com a posse de um desses instrumentos era preso ou torturado por policiais ou por capangas das fazendas. Relatos

afirmam que era comum os camponeses manterem a carteira da liga ou alguma arma fora das dependências da casa por medo de serem identificados pela polícia. Na maioria das vezes a carteira era enterrada no quintal para dificultar que a polícia a encontrasse.

Foi muito perseguido demais. A perseguição foi grande. Meu pai sofreu muito. Eu só me lembro mesmo do meu pai. Agora muitos apanharam demais. Sofriam demais, que, só não foi meu pai, foi vários. Apanhava demais, apanhava da polícia, era, da polícia. Apanhava demais. E muitos morreram, eles mataram. (LC-1 – filha de Manoel de Deus, relato cedido ao autor em novembro de 2023).

Em Mirirí a repressão foi muito forte contra os agricultores, praticada pela polícia a mando dos proprietários, conforme relato de remanescente da liga camponesa de Mirirí:

Quando ela acabou. Mas a força foi, foi a federal, Luiz de Barros, que veio. Nós soubemos, todos, quando um sabia, é que nem quando morre um, estabelece a história toda, nós soubemos, que Luiz de Barros vinha entrar aqui com doze soldado, tudo com metralhadora e foi assim. Entrar aqui, daqui pra Alagamar por aqui, por um setor aqui dentro. O que, o que o que abrisse a boca e dissesse que é camponês ia queimado. Quem é que abria? Quem era que ia falar nisso aí? Home, antes desse negócio, antes disso aí, que nós soubemos que ele tava em Mamanguape, tava lá em Mamanguape já, porque, ele era da polícia federal, era, e ele andava com uma caminhoneta com essa polícia dentro. (LC-3-remanescente da liga camponesa de Mirirí, relato cedido ao autor em novembro de 2023).

Luiz de Barros, segundo Alves (2014) e Melo (2021), era coronel da polícia da Paraíba durante o governo de Pedro Gondim e recebeu do governador a incumbência de apurar os conflitos entre camponeses e latifundiários. Na verdade, essa missão lhe foi confiada após pressão dos latifundiários sobre o governador por causa do fortalecimento do movimento das ligas camponesas e suas ações que passaram a incomodar os grandes proprietários. O coronel Luiz de Barros era prestigiado pelos latifundiários e cumpriu a tarefa de perseguir e destruir a organização dos camponeses.

No Vale do Mamanguape e em Sapé as forças repressoras contra o movimento camponês eram comandadas por Luiz de Barros. Está presente na memória tanto o seu nome como o seu modo de agir contra a organização dos camponeses e suas lideranças.

Foi, apanharo que só a mulesta, foi um carro lotadim pra Sapé. Foi no tempo do coroné Luiz de Barros. Joventino levou uma pisa, mas ainda tá vivo, outros desertaram pro Rio de Janeiro. Mané Severo ainda tá vivo, ele veio escondido mais eu pra num apanhar. Foram tudim botar um roçado, telefonaro pra puliça, quem veio pela estrada foi preso tudim, quem entrou dentro do mato, escapou”. (LC-7-ex-agricultor na Fazenda Itapicirica, relato cedido ao autor em 25 de janeiro de 2003).

O coronel Luiz de Barros era temido pelo movimento camponês pela atrocidade com que tratava principalmente as lideranças. Ao se referir à saída de Elizabeth Teixeira da prisão e o seu temor de cair nas mãos do coronel Luiz de Barros, Alves afirma que: “ao ser libertada e outra vez convocada para se apresentar ao exército, já sabendo do desaparecimento de Nêgo

Fuba e de Pedro Fazendeiro, e por temer cair nas mãos do Coronel de Polícia Luiz de Barros, Elizabeth decidiu fugir levando apenas um filho” (Alves, 2014, p. 142).

A violência praticada por Luiz de Barros também é mencionada por Lemos (1996) ao se referir a uma denúncia feita por Eudes Nunes, então prefeito de Teixeira, publicada no jornal O Momento, no dia 13 de janeiro de 1980, afirmando que ao tratar das Ligas Camponesas o coronel Luiz de Barros costumava dizer:

Aqui o trunfo é pau: a gente espanca camponês, obriga-o a ingerir um litro de óleo queimado e encaminha o doente para casa, para curar suas feridas [...] espancavam agricultores indefesos, quebravam-lhes braços e pernas a mando de alguns proprietários da região e ficava por isso mesmo (Nunes, 1980, *apud* Lemos, 1996, p. 262).

Dessa forma, a polícia atuava no sentido de destruição do movimento, atacando as lideranças, visando deixar o movimento sem comando, estabelecer o medo e suplantar a organização pela violência e pelo terror.

Sobre Pedro Fazendeiro e Nego Fuba, Lemos (1996) afirma que após libertados da prisão em setembro de 1964 os dois nunca chegaram em casa e até hoje são dados como desaparecidos. O autor afirma ainda que segundo informações publicadas em jornais da época, dois corpos foram encontrados às margens de uma estrada que liga Caruru, em Pernambuco, a Campina Grande, na Paraíba, no dia 09 de setembro de 1964, e que o pai de Nego Fuba afirmou ser dos dois líderes camponeses, mas as autoridades policiais afirmaram ser de bandidos de Pernambuco.

Ainda segundo Lemos (1996), o Deputado Federal Otacílio Queiroz, ao discursar na Câmara, afirmou que após a soltura de Nego Fuba e Pedro Fazendeiro uma testemunha ocular informou que os dois foram “conduzidos numa caminhonete Chevrolet da polícia e por esta assassinado às margens de uma rodovia próximo à capital” (Queiroz, *apud* Lemos, 1996, p. 262).

O fato é que nunca ficou comprovado que os corpos encontrados próximos a Campina Grande eram dos dois camponeses, assim como há informações divergentes sobre o local onde foram encontrados os corpos e o local onde uma testemunha afirma que os dois foram mortos, numa estrada perto da capital. Nesse sentido, sabendo que os dois agricultores eram lideranças e atuavam na fazenda Mirirí organizando os moradores dessa fazenda, onde a força repressora estava sob o comando de Luiz de Barros que tinha grande prestígio junto aos usineiros proprietários dessa fazenda, teriam esses agricultores sido mortos nas terras de Mirirí?

Segundo informações colhidas em campo, eles podem ter sido enterrados vivos nas terras da fazenda Mirirí pertencentes ao latifundiário Pedro Ramos Coutinho:

a história ninguém viu não, mas a história que correu e deu um sumiço nele que ele aqui não apareceu mais nunca nem ninguém viu. Que pegaram ele, a polícia, ninguém sabe se foi Luiz de Barros que foi que pegou, pegou ele e o tal do João Fuba e levaram lá para um tabuleiro, chegaram lá mandaram cavar um buraco fundo, buraco fundo, que nem um cacimbão, cavando, eles dois, cavando e a poliça da banda de fora, eles cavaram esse buraco. Quando eles cavaram o buraco que não alcançava com a mão mais, no aceiro, viu? Nem a mão alcançava mais. A ordem era essa, dos soldados, “pede a pá, sacode a pá pra riba”, sacudiro a pá pra cima, e eles pegaro, os soldados, a pá, e acunharo terra de mundo abaixo, e foram morto vivo. Foi aí essa história, essa história se não puder sair apaga. (LC-3-remanescente da Liga camponesa de Mirirí, relato cedido ao autor em 2023).

Sobre esse episódio, outro contemporâneo da liga camponesa de Mirirí afirma que:

Esse, esse Pedro Fazendeiro, disseram que ele, ele, mataram ele, enterraram ele, enterraram em pé, ele, pra não fazer cova, pra ninguém dá por ele. Disse que enterraram ele em pé, foi em pé. Ele era o chefe da Liga Camponesa. Esse que eu tô dizendo que era dali da usina pra lá, a gente ia a reunião lá. (LC-5 – contemporâneo da liga camponesa em Mirirí, relato cedido ao autor em abril de 2024).

Esses relatos de memória, apesar de serem consistentes com a forma bruta como a polícia a serviço do latifúndio agia contra a organização da classe camponesa, não trazem evidências de que de fato os líderes Pedro Fazendeiro e Nego Fuba foram mortos na fazenda Mirirí. Na afirmação de Lemos, as evidências são mais consistentes no sentido de que o próprio pai de Nego Fuba tenha reconhecido através de peça de roupa que um dos corpos se tratava de seu filho¹⁵.

A repressão pós-golpe militar também se fez presente com a cassação de representantes ou aliados dos camponeses na Câmara Municipal. Em decorrência da sua atuação em favor das Ligas Camponesas e da reforma agrária, o vereador José de Oliveira Ramos foi cassado pela Câmara de Vereadores de Mamanguape no dia 23 de abril de 1964. Nessa mesma sessão foram cassados também o vereador João Germano da Silva e os suplentes de vereadores José Duarte Figueiredo, Salvador Gomes da Silva e Manuel Trajano Maciel. Todos foram cassados pelo mesmo motivo: apoio à Liga Camponesa e à reforma agrária (Silva, 2017; Nunes, 2014). Chama atenção o fato de a Câmara Municipal ter se antecipado a qualquer medida de repressão por parte do aparato militar.¹⁶

¹⁵ Essa versão também é confirmada por Marina Dias, irmã do Nego Fuba, em depoimento no “Seminário Memória Camponesa: as Ligas Camponesas na Paraíba”, realizado em 2006 no auditório da Assembleia Legislativa da Paraíba, cujas notas taquigráficas foram publicadas por Targino *et al.* (2024).

¹⁶ A repressão contra as lideranças camponesas também ocorreu em Rio Tinto, tendo a Câmara Municipal cassado o mandato dos vereadores Alcides Pereira da Silva e Manoel Pereira Gomes, do suplente de vereador Paulo Francisco de Assis, além do prefeito Antônio Fernandes de Andrade, o Bolinha. Todos envolvidos com a luta dos trabalhadores da Companhia de Tecidos Rio Tinto e das Ligas Camponesas (Nunes, 2014).

Com a repressão, prisões, perseguições e mortes o governo militar conseguiu desmobilizar as ligas camponesas, e através da política de apoio ao agronegócio com o lema de modernização do campo garantiu a instalação definitiva da produção capitalista no campo.

Os defeitos da Paraíba
Era não ter onde trabalhar
Sem que não fosse na usina
Sem nenhum dia faltar
Era lei do tira couro
Mas a liga fez mudar

A questão de Itapecirica
Os moradores venceram
Pedro jangue e Tiodomiro
São ricos, porém perderam
Viva a liga camponesa
E aqueles que neles creram

(Damião Soares Santos - Poeta Popular remanescente das Ligas Camponesas, 2021).

5.2 O PIC Rio Tinto: política agrária para subsidiar o capital

A organização das Ligas Camponesas conseguiu em várias partes do Nordeste ultrapassar as reivindicações no campo assistencial e penetrar na luta por mudanças estruturais, principalmente pela reforma agrária. Apesar da intensa luta pela reforma agrária encabeçada pelas Ligas Camponesas, os resultados imediatos em termos de desapropriação de terras foram praticamente insignificantes¹⁷. Na Paraíba, por exemplo, não foi efetivada nenhuma desapropriação durante o período das Ligas. No entanto, não obstante toda a repressão pós-golpe de 1964, a luta pela reforma agrária continuava presente, mesmo que sob uma resistência oculta¹⁸.

Esse sentimento de revolta latente vai ser utilizado pelo Estado no processo de desapropriação das terras da Companhia de Tecidos Rio Tinto. No início da década de 1960, intensifica-se o processo de integração do mercado nacional (Guimarães, 1989), aumentando a concorrência entre determinados setores industriais do Sudeste face aos similares do Nordeste.

Dentre estes tem especial destaque o têxtil o que implicou em uma forte crise do segmento. A saída defendida para a crise foi a modernização do parque têxtil regional, mas para

¹⁷ A desapropriação mais chamativa foi a do Engenho Galileia, projeto do Deputado Carlos Luís de Andrade que foi aprovado em primeiro turno pela Assembleia Legislativa de Pernambuco em 1º de dezembro de 1959, e em segundo e terceiro turnos no dia 7 de dezembro. Para um conhecimento minucioso da “batalha” pela aprovação do projeto, ver Porfírio (2007). Sobre o significado dessa desapropriação, ver Azevedo (1982).

¹⁸ Para uma discussão sobre a resistência oculta, ver Scott (1992).

seguir o caminho apontado deveria incorrer em investimentos substanciais. A família Lundgren tinha um duplo desafio: modernizar a fábrica de Rio Tinto e a fábrica de Paulista.

Para obter os recursos necessários, negocia com o governo militar o seu patrimônio fundiário de Rio Tinto, no marco estabelecido pela Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra. Foram 19,5 mil hectares negociados para a implantação do Projeto Integrado de Colonização de Rio Tinto (PIC-Rio Tinto) conforme o Decreto n.º 58.160 de 06 de abril de 1966.

No Vale do Mamanguape, foram desapropriadas propriedades pertencentes:

(...) à Companhia de Tecidos Rio Tinto, e outras a Frederico João Lundgren, Arthur Hermann Lundgren, Anna Louise Lundgren Groschke e Guilherme Alberto Lundgren, com limites e confrontações conhecidos e descritos sumariamente nos respectivos Registros Imobiliários, totalizando a área de aproximadamente, 19.500 ha (Brasil, 1966).

As propriedades desapropriadas se estendiam pelos municípios de Rio Tinto, Mamanguape, Itapororoca e Jacaraú. Elas pertenciam a apenas um clã familiar que era proprietário da fábrica de tecidos instalada na cidade de Rio Tinto desde o ano de 1918.

Essa negociação, de um lado, disponibilizou os recursos necessários à continuidade da acumulação de capital da Companhia Têxtil, e por outro lado também serviu para amortecer a insatisfação da população após a frustração da luta camponesa e promover a legitimação do regime militar¹⁹. Segundo Silva (1995), no ano de 1966, houve a desapropriação das terras em que residiam mais de 6.000 pessoas, desse contingente 90,1% eram foreiros da CTRT.

Segundo Silva (1995), a organização e a luta dos camponeses desse território resultaram em mudança temporária na estrutura fundiária com o processo de desapropriação de 13 imóveis.

A percepção de muitos agricultores é que de alguma forma o PIC-Rio Tinto guarda alguma relação com as ligas camponesas que deixaram conquistas importantes para os trabalhadores camponeses do Vale do Mamanguape.

As principais conquistas foram: a desapropriação. O único objetivo era esse, terra pra trabalhar, acabar o cambão e a diária. As propriedades que foram desapropriadas no tempo, já tava nesse regime, ninguém pagava direito, nem cambão, morava na terra, de graça, já tava no domínio do INCRA, mas não tinha dividido ainda. A desapropriação foi em 73 ou 74, foi quando cada um soube onde ia ficar. (LC-4-remanescente das ligas camponesas em Itapicirica, relato cedido ao autor em 26 de janeiro de 2003).

¹⁹ Esse fato ilustra claramente a afirmação de Pasukanis de que a ação do Estado tem uma dupla função: de um lado, objetiva favorecer a acumulação de capital e, de outro lado, se legitimar diante das classes subordinadas (Pasukanis, 1989)

A desapropriação proporcionou mudanças importantes na realidade econômica da região do Vale do Mamanguape.

Ai o INCRA chegou, a gente era cativo, pegava de três horas da madrugada, até no domingo, o INCRA chegou, trouxe liberdade, trouxe semente de arroz, de feijão, milho, dava máquinas, herbicidas pra combater pragas, lagarta, formiga, só tinha retorno, as sementes. Trouxe motor de irrigação, ninguém pagava nada, eles davam até o óleo. Tinha assistência técnica, todo dia o agrônomo passava no roçado. Tinha dia que um camponês tirava carrada de mercadorias pra vender em Natal ou Recife, do que apurava pagava 5% para a cooperativa e 17% de imposto, só do arroz. Agora quem trouxe isso tudim foi a revolução de 64, fale quem quiser, porque tem gente que não agradece. (LC-6-agricultor remanescente da liga camponesa de Itapicirica, relato cedido ao autor em 26 de janeiro de 2003).

A experiência da reforma agrária no Vale do Mamanguape proporcionou aos camponeses melhoria nas condições de alimentação, saúde e educação, graças à organização e à luta para conseguir um pedaço de terra para dele tirar seu sustento. Em Itapicirica se instalou um escritório do Incra para prestar assistência aos agricultores contemplados com lotes do PIC-Rio Tinto.

Além da terra, os agricultores receberam assistência e equipamentos como: tratores de pneu e de esteira para o cultivo da terra e abertura de estradas, caminhões e caminhonetes para o transporte da produção, ônibus para o transporte das pessoas, postos de assistência médica e odontológica, assistência técnica, sementes, crédito motor para irrigação, e até linha telefônica comunitária.

No entanto, as dificuldades enfrentadas pela gestão da cooperativa e o processo de endividamento dos agricultores junto ao Banco do Brasil implicaram em intenso abandono/venda dos lotes, de modo que presenciou-se uma tendência a reconcentração da propriedade fundiária (Silva, 1995).

5.3 A luta por reforma agrária e os projetos de assentamentos instalados

Na década de 1980 houve um ressurgimento das lutas camponesas no Vale do Mamanguape organizadas pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) com a ocupação de latifúndios. Essas iniciativas resultaram na conquista de vários projetos de assentamentos, e assim a luta camponesa vem se territorializando. “Em meio a um oceano de dificuldades, aqui, acolá, a resistência camponesa segue presente na longa marcha da história” (Pereira, 2008, p. 88). Entre 1987 e 2008, oito projetos de assentamentos foram instalados no litoral norte da Paraíba, beneficiando 395 famílias, sendo três no Vale do Mamanguape.

A política do Proálcool produziu efeitos na estrutura produtiva do setor canavieiro. Muitas usinas que só produziam açúcar passaram a produzir álcool. No caso da Usina Monte Alegre,

que só produzia açúcar na década de 1990, quando foi transferida da família Fernandes e adquirida pelo grupo Soares de Oliveira obteve a ampliação de suas instalações e passou a produzir álcool.

No contexto de reestruturação produtiva do capital, o governo garantiu o financiamento que possibilitou o investimento dos grandes proprietários através da política de crédito de programas como o PROTERRA, “que tratou de impulsionar, através de muitos incentivos, o cultivo da cana” (Silva, 1995, p. 143). O resultado dessa política foi o aumento exponencial do poder econômico dos usineiros no sentido de expansão das propriedades com a compra de terras, expansão do cultivo de cana, assim como da mecanização no campo, tendo como consequência o aumento do êxodo rural, a diminuição da oferta de trabalho e a geração de pobreza no campo.

A disponibilização de crédito com o programa de estímulo à compra de terra subordinou definitivamente a terra às leis do mercado porque a nova forma de produção para abastecer o mercado demandava a terra “livre de roçados e moradias de agricultores” (Moreira, 1997, p. 32) para que ocorresse a expansão das lavouras comerciais. No Vale do Mamanguape o que predomina é a cana-de-açúcar. Outro fator importante é que, com a expansão dos direitos trabalhistas no campo, os compradores não tinham a intenção de adquirir a terra com moradores, portanto toda compra deveria ser feita de forma que o novo dono não assumisse nenhum encargo trabalhista e por isso exigia a terra livre.

Em Mamanguape, na usina Monte Alegre, esse processo se intensificou a partir de 1970, de modo que na década de 1990, com a transferência de propriedade para outro grupo empresarial, todas as famílias ainda moradoras foram obrigadas a sair da terra. Atualmente a usina já não possui mais moradores.

Muitas famílias que eram moradoras das fazendas de propriedade da usina Monte Alegre migraram para a cidade de Mamanguape e residem em bairros periféricos como Gurgurí, Areial, Piçarreira e Planalto. No bairro do Gurgurí, por exemplo, quase todos os primeiros moradores são oriundos das fazendas Leitão, Almécega, Linhares (propriedades da usina Monte Alegre) e Itapicirica (antiga propriedade da CTRT).

O período a partir da década de 1970 marcou a mudança definitiva das relações de trabalho com o estabelecimento da relação tipicamente capitalista, porém as condições de trabalho dos canavieiros eram muito precárias.

A Lei 4.214 de 02 de março de 1963 (Estatuto do Trabalhador Rural) estendeu os direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, como o contrato de trabalho com carteira assinada, jornada de trabalho, pagamento do salário mínimo aos trabalhadores, férias remuneradas, segurança do

trabalho, estabilidade, recolhimento de contribuição previdenciária e direito de sindicalização. Porém, mesmo diante das obrigações previstas em lei, muitas usinas não cumpriam com o que determina o Art. 11, em que “é instituída em todo o território nacional, para as pessoas maiores de quatorze anos, sem distinção de sexo ou nacionalidade, a Carteira Profissional de Trabalhador Rural, obrigatória para o exercício de trabalho rural” (Brasil, 1963, p. 2). Sem cumprir o direito do contrato com carteira assinada, os demais direitos também eram desrespeitados.

De acordo com Silva (1995), quando o governo atua em ações pontuais em alguns projetos de reforma agrária, ele tem como finalidade primeira o atendimento do capital e a contenção da organização política dos excluídos da terra. Moreira (1997, p. 35) corrobora essa assertiva ao afirmar que “a ação do Estado tem-se limitado a um mero apagar incêndios”, em vez de uma reforma agrária ampla que possibilite o acesso à terra pela grande massa de trabalhadores sem-terra. Ao mesmo tempo, ele distribui crédito para os médios e grandes proprietários, favorecendo a concentração da terra e a modernização da produção agrícola com a implementação do uso de máquinas que sucessivamente foi dispensando a mão de obra dos trabalhadores, criando as condições de aprofundamento da exploração do trabalho através da relação de trabalho assalariado.

Não queremos minimizar a importância dos projetos de assentamentos executados, mas evidenciar que essas pequenas experiências só se concretizaram devido à mobilização e à força dos movimentos e não pela determinação do Estado em resolver o problema da estrutura agrária extremamente concentrada. Enquanto o Estado implementa robustas políticas de incentivo ao capital e de subsídio aos grandes projetos agropecuários, relega os produtores camponeses a pequenas parcelas do orçamento público.

As pressões exercidas pelo capital sobre os camponeses no sentido de expulsá-los do campo, e a exclusão dos trabalhadores dos produtos do trabalho materializada no descumprimento dos direitos trabalhistas rurais, levaram os trabalhadores a se organizarem, a partir dos anos de 1980, em movimentos de luta pela terra. No Vale do Mamanguape esses movimentos foram articulados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), assumiu um caráter político de contestação da realidade e passou a reivindicar mudanças na injusta estrutura fundiária que privilegiava a concentração da terra nas mãos de poucos proprietários enquanto a grande massa de trabalhadores não tem acesso.

Segundo Moreira (1997), os trabalhadores envolvidos nos conflitos de terra nesse contexto de disseminação das relações capitalistas e de modernização do campo são de categorias diversas. As principais categorias que compunham a força do movimento social de

luta por terra na Paraíba a partir de 1970 eram: os arrendatários, isto é, os trabalhadores que pagavam o aluguel da terra em dinheiro; os moradores de condição ou cambãozeiro, que representam os que moravam e plantavam na terra mediante o pagamento com trabalho gratuito ao proprietário; os parceiros, que correspondem aos agricultores que pagavam em produto ao proprietário para usufruir de uma morada e de um pedaço de terra para trabalhar; os posseiros, representados pelos agricultores que moravam e trabalhavam na terra de particulares ou do Estado e que detinham o acesso precário à terra e não pagavam nada a ninguém; os sem-terra, caracterizados pelos trabalhadores que em algum momento tiveram acesso à terra e posteriormente se tornaram assalariados do campo, morando em vilarejos ou periferias das cidades; e, por fim, os assalariados, que são os trabalhadores desprovidos de qualquer meio de produção e que vendem sua força de trabalho.

De acordo com Moreira (1997), na obra “Por um pedaço de chão”, que fez um amplo levantamento dos conflitos agrários na Paraíba a partir do ano de 1970, no litoral norte da Paraíba foram identificados 13 conflitos de terra. Depois da publicação da obra, outros conflitos ocorreram, como o acampamento e posterior assentamento da Fazenda Jardim no município de Curral de Cima, e o assentamento da Fazenda Cuité no município de Cuité de Mamanguape, que apesar de não ter havido conflito, constituiu um projeto de assentamento em uma fazenda que estava improdutiva, sem cumprir a função social da terra. Por fim, houve também o conflito na Aldeia Três Rios no município de Marcação.

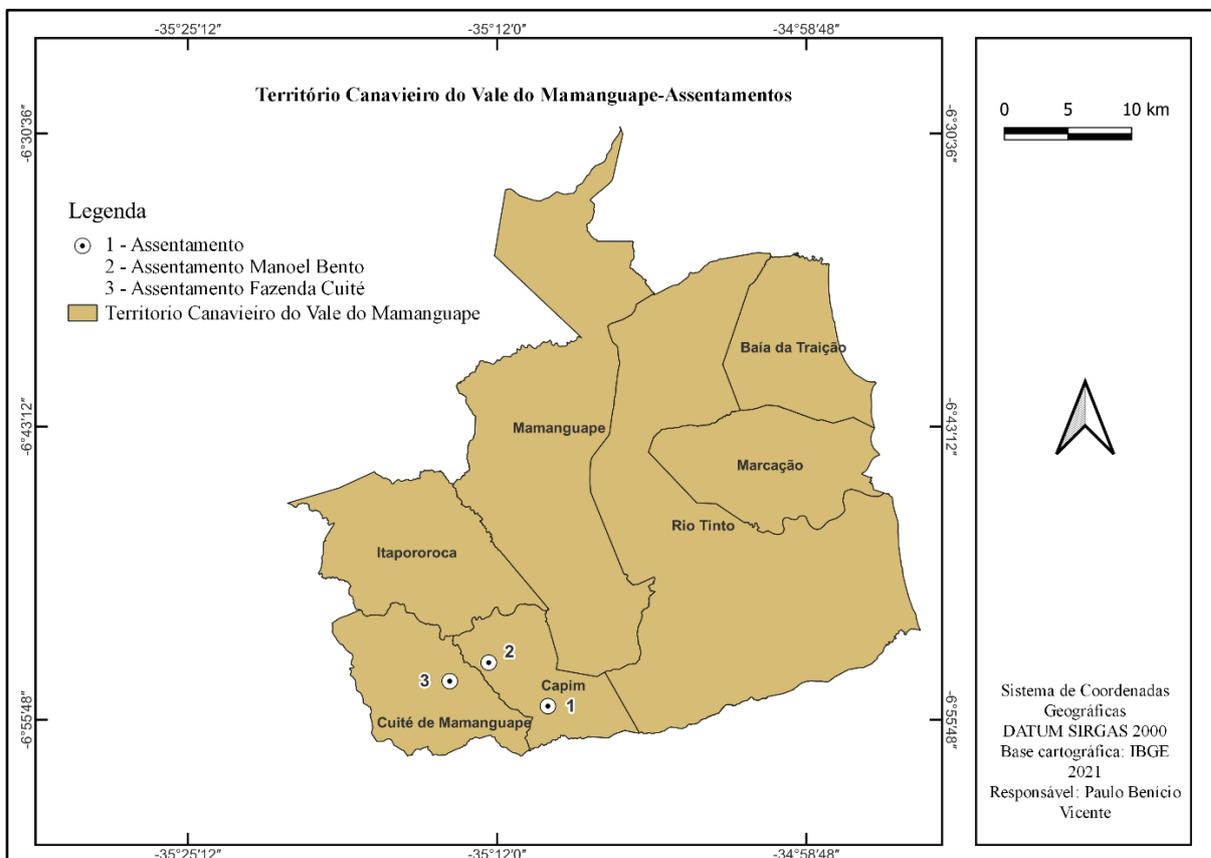
Os conflitos agrários na região do litoral norte da Paraíba foram os seguintes: Aldeia Jacaré de São Domingos em Baía da Traição; Fazendas Jaracrateá, Salvador Gomes e Paulista em Jacaraú; Loteamento Boa Vista, Fazenda Pindoba, Sítio Catolé e Canto e Fazenda Santa Rita em Mamanguape; e Fazendas Tatupeba, Pacaré, Rio Vermelho, Tavares e Jaraguá em Rio Tinto. É importante esclarecer que o conflito na Fazenda Pindoba resultou em dois assentamentos, o Paulo Gomes e o Manoel Bento, e que devido à criação dos novos municípios na década de 1990, esses assentamentos se localizam atualmente no município de Capim.

Por uma questão metodológica, os conflitos em Jaraguá, Jacaré de São Domingos e Aldeia Três Rios, por se tratar de Terra indígena, nós abordamos na seção sobre a resistência indígena, e em relação aos demais conflitos limitaremos nossa abordagem aos que se localizam na nossa área de estudo denominada de Território Canavieiro do Vale do Mamanguape, conforme explicado no capítulo metodológico.

Também por limitações que este trabalho possui, privilegiamos as lutas que se concretizaram em projetos de assentamentos, tendo em vista que um dos objetivos da nossa pesquisa é analisar a resistência camponesa no território em estudo. Nesse sentido, trazemos a

seguir uma explanação sobre os assentamentos Paulo Gomes e Manoel Bento no município de Capim, e sobre o assentamento Fazenda Cuité no município de Cuité de Mamanguape (ver mapa 9).

Mapa 9-TCVM-Assentamentos



Fonte: Base cartográfica IBGE, 2021. Adaptado pelo autor.

5.3.1 Assentamento Paulo Gomes

O assentamento Paulo Gomes resultou de um conflito agrário na Fazenda Pindoba. Segundo Moreira (1997) e informações colhidas em campo, no período do conflito essa fazenda estava localizada no município de Mamanguape²⁰, com uma área de 186 hectares (CPT, 2006, p. 8). Pertencia ao senhor Manoel Bento Batista e nela moravam mais de 100 agricultores que pagavam foro ao proprietário. “É, porque o dono era meu avô, só que dentro tinha uns posseiros que pagavam foro naquele tempo, era tempo de pagar foro e ele pagava o foro, que era uma

²⁰ Com o desmembramento do distrito de Capim e a sua emancipação, atualmente pertence ao município de Capim.

pequena taxa, simbólica para estar aqui” (LA-2–presidente da associação do assentamento Paulo Gomes, relato cedido ao autor em fevereiro de 2024).

Todas as famílias moradoras da terra, inclusive a de seu Manoel Bento, trabalhavam e cultivavam lavouras para a produção de alimentos em parte da terra. A outra parte o senhor Manoel Bento arrendou ao “Sr. Abel Carneiro da Cunha, para ali plantar mamão. Terminando o contrato de arrendamento, em 1981, ele recusou-se a efetuar o pagamento do foro ou a devolver a parte arrendada da propriedade, passando nela a plantar abacaxi e cana” (Moreira, 1997, p. 378).

Esse fato deu origem a um violento conflito na fazenda que começou numa confusão praticamente entre o meu bisavô que era o dono da terra e tinha arrumado um, um sócio, confiando nele. Aí quando foi, passou um tempo ele viu que o sócio queria passar a perna nele, queria tomar a terra dele (LA-2–presidente da associação do assentamento Paulo Gomes, relato cedido ao autor em fevereiro de 2024).

Além de não pagar o foro da parte arrendada, Abel Cunha ainda apresentou uma escritura “lavrada no cartório de outro município, o de Santa Rita, e registrada no 1º Cartório de Mamanguape” (Moreira, 1997, p. 378) afirmando ser proprietário de toda a terra, num processo claro de grilagem. Segundo informações colhidas em campo, “ele tinha costume de fazer isso já em outras, em outras fazendas que tinha por aí, em outras terras” (LA-2–presidente da associação do assentamento Paulo Gomes, relato cedido ao autor em fevereiro de 2024). Essa era uma prática corriqueira dos fazendeiros poderosos da Zona da Mata paraibana: aumentar seus latifúndios com base no esbulho da terra alheia.

Ao tentar se apropriar da terra através da grilagem, Abel Cunha começou a ameaçar e a expulsar os moradores da terra, e a cobrar elevadas taxas de arrendamento. “Só que quando foi depois que o seu Abel Cunha começou a querer tomar a terra pra ele toda, ele começou a botar o valor, a amedrontar os moradores, os posseiros que tinha aqui e os posseiros começou a sair” (LA-2–presidente da associação do assentamento Paulo Gomes, relato cedido ao autor em fevereiro de 2024).

Sob a ameaça de expulsão e de violência praticada contra os agricultores, destruição das lavouras e derrubada das casas, o proprietário legítimo e os demais agricultores denunciaram aos órgãos do Estado e procuraram ajuda da CPT.

Diante da organização dos agricultores, Abel Cunha intensificou a ofensiva contra Manoel Bento e os posseiros, praticando um atentado contra Manoel Bento que culminou com a morte do posseiro Aureliano Joaquim da Silva, no ano de 1986. Além da violência contra os agricultores, o grileiro iniciou a construção de uma barragem no riacho Pindoba que, ao encher,

inundaria grande parte da propriedade, o que impediria os agricultores de plantar as lavouras nas terras úmidas próximas ao riacho, principalmente no período de seca.

Após o acampamento dos agricultores na sede da Superintendência de Meio Ambiente (Sudema), a obra foi embargada, mas mesmo assim Abel Cunha deu continuidade à construção da barragem, destruindo os plantios de batata localizados na várzea do riacho Pindoba. Enquanto isso, o juiz da comarca de Mamanguape reconhecia Abel Cunha como proprietário da terra, o que foi contestado pelo advogado dos trabalhadores.

A cada sinal de resistência dos agricultores, o grileiro lançava novas investidas no sentido de ameaça, violência, destruição de lavouras e cercamento das terras para impedir o acesso dos agricultores que, diante das ameaças, fortaleciam-se e buscavam apoio entre as entidades e outros agricultores de outras áreas de assentamentos, mobilizados pela CPT e por Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

A solidariedade entre os camponeses foi muito forte diante das ameaças. Outra vez ele passou uma cerca de arame e botou o gado dentro para comer a lavoura do pessoal. Foi quando houve um mutirão e vieram muitos camponeses de outras comunidades. Neste dia derrubaram a cerca, foi animal pra todo lado. E o Abel Cunha presenciou tudo de longe (Araújo, *apud* Pereira, 2014, p. 31).

Fato também presente em Moreira:

Cerca de 300 agricultores chegaram em Pindoba na manhã do dia 08 de junho de 1993 para, num gesto de solidariedade aos companheiros, plantarem um grande roçado. Lá chegando, a multidão deparou-se com dois capangas armados de espingarda 12 e resolveu não só desarmá-lo, para evitar que um confronto acabasse em tragédia, como arrancar uma cerca de arame com aproximadamente um quilômetro de extensão, que havia sido construída na semana anterior em torno da área de aproximadamente 6 hectares, na qual os posseiros plantavam batata doce, macaxeira e feijão (Moreira, 1997, p. 282).

Por esse ato de solidariedade, os camponeses foram denunciados na imprensa por Abel Cunha como invasores. Outros episódios de mutirão e de confrontos com capangas e com a polícia ocorreram entre junho e agosto de 1993, até que, por mediação do Arcebispo Dom José Maria Pires, foi firmado um acordo de permanência das duas partes na área de conflito, mediante o desarmamento total dos seguranças de Abel Cunha. Porém, uma semana após firmado o acordo, no dia 07 de agosto, um capanga da propriedade de nome Severino Freire, conhecido como Maradona, “assassinou a tiros o posseiro Paulo Gomes do Nascimento de 74 anos, com dois tiros de espingarda 12 e feriu outros três: Maria Justino da Silva (61 anos), José Bento Batista (33 anos), e Severino do Ramo dos Santos (30 anos)” (Moreira, 1997, p. 282).

Sobre esse episódio, Rejane relata que:

O tal Maradona (Severino Freire), que morava na casa grande, alvejou os posseiros. O senhor Paulo Gomes, que já tinha mais de 60 anos foi alvejado com um tiro fatal. A minha mãe, Maria Justino conhecida por Bilica, tomou uns tiros no rosto. Meu

irmão Zito Bento levou um tiro na perna e outro no peito. E outro trabalhador chamado Severino do Ramo conhecido por Preá tomou um tiro de raspão nas costas (Araújo, *apud* Pereira, 2014, p. 31).

Após o assassinato, houve grande comoção da população local e mobilização de camponeses. No dia 08 de agosto, foi celebrada uma missa na área e o INCRA determinou a realização de uma vistoria na propriedade. Mesmo diante do ocorrido, Abel Cunha insistiu em se apropriar da terra e continuou com a ofensiva, arrancando com trator os roçados e pulverizando as lavouras com veneno, ficando os camponeses sem poder colher suas lavouras, enfrentando a escassez de alimentos e sobrevivendo das ajudas fornecidas pela CPT. Segundo Moreira (1997), só três anos depois, em 1996, é que a terra foi desapropriada e instalado o projeto de assentamento Paulo Gomes do Nascimento, beneficiando 21 famílias, segundo relatório da CPT (2006, p. 8).

Conforme levantamento dos assentamentos disponíveis no INCRA (2024), os assentamentos Paulo Gomes e Manoel Bento foram criados pelas portarias de nº 46 e 47, respectivamente, no dia 19 de dezembro de 1996.

O tamanho da área dessa fazenda não foi suficiente para absorver todas as famílias envolvidas na luta. Para resolver o problema e poder contemplar todos os camponeses, no processo de desapropriação foi identificado que o senhor Abel Cunha era proprietário de outra fazenda denominada de Fazenda Ribeiro, com área de 193 hectares, também localizada no mesmo município, e que era devedor de impostos ao governo. A área foi confiscada e nela foi instalado o projeto de assentamento Manoel Bento para acolher as famílias excedentes do assentamento Paulo Gomes.

5.3.2 Assentamento Manoel Bento

O assentamento Manoel Bento teve origem a partir da luta pela terra na fazenda Pindoba. Ao ser desapropriada essa fazenda, viu-se que ela não comportava todas as pessoas envolvidas no conflito como referenciado acima. Identificou-se que Abel Cunha, que tentou se apropriar da fazenda Pindoba, pertencente a Manoel Bento, por meio de um processo de grilagem, também era proprietário da Fazenda Ribeiro, com 193 hectares, localizada na face oeste do atual município de Capim, já na divisa com o município de Cuité de Mamanguape. Houve, então, a desapropriação da fazenda Ribeiro que beneficiou, segundo a CPT (2006), 25 famílias. Em depoimento, Maria Rejane Batista de Araújo, na obra de Pereira (2014), afirma como surgiu o assentamento Manoel Bento:

Como a área não comportava todo mundo, pois eram mais de 60 famílias, foi preciso desapropriar outra terra aqui próximo ao Distrito de Olho D'Água que estava no nome

de Abel Cunha chamada Fazenda Ribeiro. Que recebeu o nome de Assentamento Manoel Bento em homenagem ao meu avô. (Araújo, *apud* Pereira, 2014, p. 31).

Segundo informações colhidas em campo, o proprietário não pagava ao governo os impostos dessa propriedade, por isso ela foi destinada ao projeto de assentamento para absorver o excesso de camponeses existente na fazenda Pindoba.

Segundo os mais velhos, esse assentamento, ele veio de Paulo Gomes, ele começou de Paulo Gomes, que é o de Capim, aí veio aqui para Manoel Bento. Como eles deviam para o governo, né, então, eles ficaram, vieram acampar aqui, desapropriaram e botaram esses assentados (LA-3–presidente da associação do assentamento Manoel Bento, relato cedido ao autor em dezembro de 2023).

Apesar desse assentamento ter sido originado como uma extensão do assentamento Paulo Gomes, nessa área também houve resistência pela posse da terra.

Houve, houve, começou de Paulo Gomes né, começou de Paulo Gomes com muito conflito. Aqui também, nesse assentamento também já houve morte, morreu gente também. A história que os mais velhos contava né [...] era Antônio Juvino, galego Juvino, faz muito tempo. **Ele era liderança?** Ele era liderança na época, ele se juntou, o pessoal e vieram acampar aqui. Tiraram gente daqui, entrou muitas, muitas brigas, muito conflito, aí... e ficou né, mas depois se acalmou mais, aí hoje é tranquilo sabe, o assentamento hoje é tranquilo. (LA-3–presidente da associação do assentamento Manoel Bento, relato cedido ao autor em dezembro de 2023).

A fazenda Ribeiro tinha sua área ocupada com cultivo “de cana, ele era todo, todo cana, isso aqui era um canavial” (LA-3–presidente da associação do assentamento Manoel Bento, relato cedido ao autor em dezembro de 2023). Ao ser desapropriada, a dinâmica mudou, com o cultivo de lavouras pelas famílias beneficiadas para a produção de alimentos como “batata, maniva de macaxeira, feijão mesmo que a gente planta a gente colhe” (A-1–assentada do assentamento Manoel Bento, relato cedido ao autor em dezembro de 2023). Parte dos alimentos é consumida pela família e parte é vendida para o Programa de Aquisição de Alimento (PAA).

5.3.3 Assentamento Fazenda Cuité

A fazenda Cuité está localizada no município de Cuité de Mamanguape, a cerca de 1 km da zona urbana do município. Segundo informações coletadas em campo, o imóvel pertencia ao fazendeiro doutor Eraldo Marinho com uma área de 213 hectares. A fazenda se encontrava em processo de falência, sem produção, e o seu dono havia colocado o imóvel à venda.

O assentamento Fazenda Cuité foi instalado em dezembro de 2006 por um grupo de trabalhadores de diferentes origens. Alguns viviam do trabalho assalariado nas usinas como cortador de cana, outros eram agricultores que cultivavam a terra em sistema de arrendamento. Entre esses trabalhadores, alguns moravam no campo, outros na cidade. O assentamento foi conquistado pela compra da terra, não houve conflito, conforme relato a seguir:

Assentou-se um grupo de 42 pessoas procurando terra para comprar, né, o início de toda a história. Era o senhor que tinha, muito decente, muito, de muito conhecimento na reforma agrária, se chamava Cazuza, muito amigo de Zé João, presidente do sindicato de Mamanguape. Porque Zé não pode passar despercebido na sua história, que isso praticamente foi por ele que a gente estamos aqui hoje. Aí Zé João juntou grupo dele com o grupo de Cazuza que era um senhor lá no Valentina Figueiredo, formemos um grupo de 42 pessoas e compramos essa Fazenda Cuité (LA-1–liderança do assentamento Cuité, relato cedido ao autor em setembro de 2018).

Os trabalhadores se organizaram, criaram uma associação e fizeram empréstimo no Banco do Brasil, recurso disponibilizado pela política de crédito fundiário do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e compraram a propriedade pelo valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) cada lote, com prazo de 10 anos para pagamento e parcela anual de pouco mais de mil reais por ano.

O grupo que se organizou para comprar a terra era composto por 42 trabalhadores com suas famílias. Multiplicando o valor de onze mil por 42 trabalhadores dá um montante de R\$ 462.000,00 (quatrocentos e sessenta e dois mil reais).

Muitos trabalhadores viviam na cidade, trabalhando como canavieiro para as usinas da região ou desempregados, sem um meio de sustento da família.

Rapaz, a vida deles era a minha. Eu vou falar, por exemplo, por mim, né? A minha mermo, eu vivia na cidade, na periferia da cidade de Mamanguape, trabalhando no corte da cana, né, das empresas de cana-de-açúcar. Foi quando eu fui convidado a fazer parte do grupo que ia comprar a propriedade né. Foram me buscar. O presidente do sindicato de Mamanguape foi me buscar na paia da cana. Eu estava na paia da cana cortando cana. Aí me convidou, me trouxe, ainda eu todo sujo de cana mermo, assinei a papelada. Nem eu sequer acreditei nisso não é. Que você sabe, que o homem que veve trabalhando pros outros, ele não acredita em muita coisa. Foi, o que aconteceu, mas graças a Deus foi se caminhando, foi dando certo e hoje vai fazer 17 anos que eu estou aqui como assentado né, e como liderança do assentamento também né. (LA-1–liderança do assentamento Cuité, relato cedido ao autor em dezembro de 2023).

As precárias condições de vida que os trabalhadores viviam na cidade influenciaram na decisão de buscar um meio que pudesse possibilitar uma qualidade de vida melhor para a sua família. Além das condições materiais precárias resultantes do trabalho assalariado, os trabalhadores sentiam o sistema de exploração a que estavam submetidos. O trabalhador assalariado não tem liberdade e não tem possibilidade de melhoria de vida. Ele percebe que a sua vida e o seu trabalho eram decididos por vontades alheias. Isso deixa claro que a liberdade pregada pelo capitalismo não passa de um engodo para manter o trabalhador sujeito às engrenagens jurídicas que garantem a exploração. Perguntado sobre o que motivou os agricultores a se organizarem para a conquista da terra, LA-1 afirma que:

O que levou foi a vontade de ser liberto, né? A vontade de ser independente dos outros né, digamos assim, o camarada viver só trabalhando pros outros. Foi a vontade de de pessoa ser próprio dono do seu nariz foi que levou a gente se unir em grupo e comprar essa propriedade para a gente tocar. Cada um tocar sua vida independentemente

daquela situação que cada um se encontrava, né? Que tinha que trabalhar pra uma segunda pessoa pra poder se manter vivo como se diz, né, pra poder se manter. Com que se alimentar e manter a família, né? Mas graças a Deus, aqui no assentamento a gente tem de tudo. É difícil a coisa como em todo mundo é, mais graças a Deus, mas, tá muito mais fácil de que quando a gente se unimos para comprar a propriedade né. (LA-1–liderança do assentamento Cuité, relato cedido ao autor em dezembro de 2023).

Ao afirmar que “viver só trabalhando pros outros” o trabalhador já tem a consciência de que parte do seu trabalho é apropriado pelo outro e que ele não tem poder de gerência sobre esse trabalho. A renda desse trabalho não lhe traz benefício, mas beneficia quem o explora. Com a posse da terra, onde o camponês realiza todas as tarefas, ele tem ciência de tudo o que ele produz, tem o controle sobre o que produz e sabe que o pouco que produz será revertido em seu benefício e de sua família.

É a família se organiza da maneira melhor possível, né, se organiza é, uns, nas plantações de feijão, nas plantações de mandioca, a plantação de milho, de batata, macaxeira, inhame, né? Cada um vai se organizando como pode e vai tocando a sua vida e, e mantendo a sua família no nível que deve ser, né? Um nível bem elevado do que mais ou menos eles viviam antes, né?. (LA-1–liderança do assentamento Cuité, relato cedido ao autor em dezembro de 2023).

A luta pela terra vem de longe, desde os primórdios da colonização. No Vale do Mamanguape se concretizou nas guerras da conquista com os indígenas e, posteriormente, com os agricultores que despojados da terra abriram frentes de luta para o enfrentamento do capital, como no caso do PIC Rio Tinto e das lutas pelos projetos de assentamentos. Após algumas conquistas, muitos agricultores deixaram a terra e muitos ainda resistem diante de muitas dificuldades. Na seção seguinte, abordaremos sobre as estratégias de resistência para permanecer na terra.

5.4 Estratégias de resistência dos camponeses para permanecerem na terra

A resistência camponesa no Território Canavieiro do Vale do Mamanguape protagonizada pelos camponeses assumiu formas distintas nos diferentes momentos históricos. Em alguns momentos a resistência assumiu caráter de subordinação aparentemente “passiva” (Scott, 2003) dos camponeses moradores, parceiros e arrendatários tendo em vista a produção com base no trabalho familiar e, em outros momentos, a resistência se dá a partir da luta pela posse e permanência na terra.

Essa resistência resultou em algumas conquistas importantes como a instalação de alguns assentamentos da reforma agrária e a mudança de vida de uma parcela significativa de trabalhadores que viviam tendo sua força de trabalho explorada pelo capital e passaram a ser autônomos, produzindo alimentos no sistema de agricultura familiar. É importante mencionar

que a mudança não afetou apenas os sujeitos diretamente envolvidos como produtores, mas também como consumidores, bem como as populações urbanas que passaram a ter uma maior oferta de alimentos naturais e saudáveis, sem o uso de agrotóxicos e com preservação dos recursos naturais como as matas e os rios.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos assentados, é evidente a satisfação que esses agricultores manifestam em estar na terra, produzindo seu alimento e comercializando o excedente para conseguir alguma renda que garanta o mínimo de consumo de outros produtos que não são produzidos pela família.

Perguntado às lideranças dos assentamentos quais os benefícios que a conquista da terra trouxe para a vida dos assentados, todos os entrevistados responderam que houve melhora. Seguem a falas das lideranças dos três assentamentos.

Com certeza, melhorou muito. Pra mim mesmo, melhorou eu digo assim, que 100%, né? Graças a Deus fui adquirindo mais conhecimento e hoje eu tô como vice-presidente do sindicato de Mamanguape e assentado do assentamento fazenda Cuité. Tenho a minha propriedade, adquiri mais um terreno né, que um cidadão vizinho adoeceu aí não tinha como tocar mais a terra, aí eu adquiri, uma filha minha teve assentada hoje no próprio terreno que era do vizinho. Graças a Deus, a qualidade de vida é outra, né, muito boa (LA-1—liderança do assentamento Cuité, relato cedido ao autor em dezembro de 2023).

Essa percepção é compartilhada com todos os sujeitos dos três assentamentos pesquisados, conforme relata o presidente do assentamento Paulo Gomes:

O primeiro benefício que teve foi o sossego, né? Porque aqui todo mundo era amedrontado. Vendo a hora perder a terra que, que era da família, que era do meu avô. Que era dos posseiros que ajudaram o meu avô na luta. E quando foi depois, é, do longo decorrer que virou assentamento, a gente foi beneficiado com casas, teve uns investimentos que o governo trouxe, uma casa de farinha, tinha rede d'água aqui. Isso praticamente foi o que teve benefício, a casa. Algumas vezes eles mandavam um dinheiro, a fundo perdido, que a gente não pagava, pra investir em alguma coisa. Isso algumas pessoas, é, melhoraram de vida. (LA-2—presidente da associação do assentamento Paulo Gomes, relato cedido ao autor em fevereiro de 2024).

“Professor, muitos benefícios que a gente tem pra esses assentados, é como eu falei, é o nosso produto sendo escoado pra Mamanguape [...] olhe esses agricultores hoje aqui, eles veve da plantação que planta, né? Como eu falei, tem esse projeto da CONAB” (LA-3—presidente da associação do assentamento Manoel Bento, relato cedido ao autor em dezembro de 2023).

Entre os assentados que não são lideranças, a percepção de que a vida melhorou foi relatada por alguns sujeitos entrevistados. “É, pra mim, sim. Que agricultura hoje em dia não é pra todo mundo não. E eu, foi onde eu vim encontrar mais sossego na vida, foi depois que parti praqui, pra esse assentamento” (A-3—assentado da Fazenda Cuité, relato cedido ao autor em dezembro de 2023).

As conquistas apresentadas ao longo deste capítulo são importantes, mas não dá para baixar a guarda, pois ameaças de todos os lados rondam os territórios camponeses. O capital

não se conformará enquanto houver qualquer espaço que ainda não tenha sido incorporado à sua lógica produtiva.

A principal ameaça sofrida pelos assentados é o mercado de compra de terra pelos fazendeiros e usineiros. Sobre o PIC Rio Tinto, Silva (1995) afirma que no período de emancipação do projeto de colonização, de 1979 a 1995, 462 lotes do projeto, o equivalente a 65% aproximadamente, por razões diversas, já havia sido vendido, e os agricultores em sua maioria haviam migrado para as cidades da região. A autora aponta como sendo a principal causa de venda dos lotes da reforma agrária o endividamento dos agricultores com a aquisição de empréstimos, principalmente para o cultivo de lavouras comerciais como a cana e o abacaxi.

Há também outros fatores como: a falta de políticas públicas de apoio aos assentados; os baixos rendimentos da produção agrícola; fatores de ordem natural como a seca e a falta de água para garantir uma boa produção, principalmente nos períodos de estiagem; e também a falta de crédito com juros baixos para o pequeno produtor.

Diante das pressões e adversidades para permanecer na terra conquistada, foi perguntado a todos os sujeitos quais estratégias eles têm adotado para permanecer na terra e preservar seus territórios. Os camponeses vêm utilizando algumas táticas de resistência para garantir a sua permanência nos territórios conquistados.

Entre os camponeses assentados, cultivar a terra e viver dela também é uma condição fundamental para permanecer nela. “A gente permanece na Terra plantando, quando chove, começa botar os roçados, é plantar o milho, o feijão, a fava, macaxeira, abóbora. Tudo isso a gente vai plantando, a batata, tem deles que planta o inhame, e assim a gente vai” (LA-3-presidente da associação do assentamento Manoel Bento, relato cedido ao autor em dezembro de 2023).

O cultivo da terra também é mencionado como estratégia de permanência por um assentado do assentamento Paulo Gomes. “A principal, para permanecer aqui, que a gente é produzi no lote, né? Explorar e se beneficia dele. E, certamente, tirar alguma renda dele também para nós sobreviver” (A-2—assentado do assentamento Paulo Gomes, relato cedido ao autor em fevereiro de 2024).

Além do trabalho que fortalece o vínculo do trabalhador com a terra, os camponeses dos assentamentos pesquisados buscam também apoio nos programas sociais do governo federal como o PAA, o PNAE, o Bolsa família, e ajuda das prefeituras de Capim e de Cuité de Mamanguape, principalmente no que se refere ao fornecimento de trator para o corte da terra e o abastecimento de água com carro pipa. “Eles vivem assim da reforma agraria, vive do roçado, né, que bota pra Conab como eu já falei. São muitos recursos que a gente tem aqui da reforma

agrária” (Vânia Borges Ribeiro—presidente da associação do assentamento Manoel Bento, relato cedido ao autor em dezembro de 2023).

O assentamento Cuité fornece alimentos para o PNAE e participa da feira da agricultura familiar na cidade de Cuité de Mamanguape, conforme relato da liderança do assentamento. “Hoje a mulher vende para o PNAE, tem a Feira do Agricultor familiar aqui em Cuité, na sexta-feira, minha mulher é uma das feirantes do projeto” (LA-1—liderança do assentamento Cuité, relato cedido ao autor em dezembro de 2023).

Além do PAA e PNAE, o programa Bolsa Família constitui uma importante fonte de renda para os camponeses dos assentamentos pesquisados, conforme relato a seguir:

Professor, o que a gente tem permanecido na Terra, é quando chove a gente vai plantar, recolher e vender a nossa mercadoria para CONAB, entendeu? Depois que passa o inverno, a gente vai criando uns bicho, vai vivendo de outras coisas, né, da bolsa família e fazendo alguma coisa, que a gente não pode parar, né? (LA-3—presidente da associação do assentamento Manoel Bento, relato cedido ao autor em dezembro de 2023).

Outra fonte de renda que tem mantido grande contingente de trabalhadores nos assentamentos é a aposentadoria rural, conforme afirma a liderança do assentamento Paulo Gomes:

É porque tem muita gente agora que tem um aposento, tem o, tem o programa do governo. É, eu acho assim, que a maioria aqui, sobrevive mais da aposentadoria. E quando é no tempo que chega as invernadas o povo planta o que pode. Enquanto tiver chovendo eles estão plantando (LA-2—presidente da associação do assentamento Paulo Gomes, relato cedido ao autor em fevereiro de 2024).

A resistência dos camponeses no território canavieiro do Vale do Mamanguape, apesar de não ter conseguido transformar a realidade no que se refere à concentração da terra e à exploração do trabalho pelo capital, alimenta a esperança da justiça social, do acesso à terra para quem nela quer trabalhar e dela tirar seu sustento.

Num território no qual o capital expulsou os moradores da terra, empurrando a população para a periferia das cidades, é preciso cultivar a indignação diante de uma realidade em que apenas 52 proprietários de terra com propriedades acima de 200 hectares se apropriam de uma área de quase 57 mil hectares. Entre estes, quatro grandes empresas sucroalcooleira, enquanto milhares de famílias não têm acesso à terra. É preciso também cultivar a esperança através das experiências de lutas que não permitiram a extinção do campesinato nesse recanto do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Território Canavieiro do Vale do Mamanguape nasceu com a invasão portuguesa ao Brasil, como resultado da expansão capitalista europeia a fim de constituir no novo mundo o espaço de reprodução do capital para superar suas crises, estabelecendo no novo território relações de apropriação privada dos bens naturais e controle e exploração da força de trabalho na exploração das matas, na implantação dos currais e no cultivo da cana-de-açúcar.

No jogo de interesses pelo controle do território, guerras foram travadas. Os invasores com a força da cruz, da espada, do arcabuz e do canhão fundaram a Paraíba e avançaram para o norte, mas encontraram os Potiguara, povo forte, guerreiro que com o arco e flecha resistiu e conseguiu preservar parte do seu território e de sua gente, que se mantém até hoje no seu lugar de origem.

Historicamente, o Território Canavieiro do Vale do Mamanguape se constituiu na luta entre classes antagônicas: na resistência do indígena que em diferentes momentos enfrentou inimigos diversos e estabeleceu diferentes formas de resistência; do negro trazido da África e escravizado nos engenhos; e do camponês que desde os primeiros tempos resiste para poder da terra tirar seu sustento e de sua família.

Nesses momentos de organização e resistência, o Vale do Mamanguape se constituiu como um território de luta por direitos, por terra e por cidadania, porém combatida violentamente pelo poder dos proprietários de terras, amparados pelo Estado.

O aprofundamento das relações de produção capitalista no campo levou ao acirramento da luta a partir da segunda metade de 1950 com o surgimento do movimento de maior expressão política no campo do Nordeste brasileiro capaz de abalar a estrutura da oligarquia rural local, as Ligas Camponesas, que no território do Vale do Mamanguape alcançaram conquistas importantes como a extinção do cambão, a desapropriação de terras e a assistência aos agricultores.

Portanto, as Ligas camponesas foram combatidas pelos latifundiários e pelos governos militares que estabeleceram a violência como tática institucional de combate ao movimento, amparando e protegendo os interesses dos latifundiários. Segundo Souza (2000), a violência resulta sempre da reafirmação do poder pelo grupo que exerce influência no território face à pressão dos grupos dominados. A ameaça de perda do poder dos latifundiários mediante a organização dos camponeses levou à reação violenta da classe dominante contra qualquer forma de organização que contestasse a ordem estabelecida pelo capital.

O campesinato no Território Canavieiro do Vale do Mamanguape se materializou historicamente na figura do camponês sem-terra, subordinado aos grandes proprietários. Além das necessidades do autoconsumo, esse camponês teve que produzir para suprir as demandas externas às suas necessidades principalmente pelo uso da terra. A sua reprodução esteve o tempo todo numa relação de dependência mais à demanda externa, ou seja, ao atendimento das necessidades dos proprietários, do que da necessidade de reprodução da família, mediante formas diversas de exploração.

Com a instituição definitiva das relações tipicamente capitalista no campo, grande parte dos camponeses foram expulsos da terra e passaram a ocupar as periferias das cidades, compondo o exército de reserva necessário ao capital para manter a sua reprodução.

As usinas Monte Alegre, Japungu, Mirirí e D'Pádua surfaram nos recursos do Proálcool e procuram tirar proveito da onda do discurso ambiental, produzindo etanol com selos de energia limpa. Elas operam a degradação do ambiente, promovendo o desmatamento, assoreamento dos rios, queimadas, contaminação das águas, do ar e do solo com agrotóxicos, e a degradação humana dos trabalhadores por meio da concentração da terra e da riqueza, da apropriação privada da água e da exploração do trabalho, submetendo a classe trabalhadora a condições de vida precária.

Desse contexto surge uma contradição que é originária do capital, o estabelecimento de um território produtor de riqueza através da produção de açúcar e álcool, com uma população empobrecida resultante do processo de exploração imposta pelo modelo de produção. Os trabalhadores são tolhidos na sua reprodução visto as restrições de acesso aos bens necessários para a sua sobrevivência. Como visto, os ganhos dos trabalhadores canavieiros possibilitam no máximo a moradia e a alimentação precárias.

A resistência do indígena Potiguara, do negro e do camponês foi fundamental para a permanência dos territórios de cooperação presentes nas aldeias, nos assentamentos e nas lutas travadas contra o poder destruidor do capital e para contrapor outras experiências de sociedade com base na cooperação e não apenas na obtenção do lucro oriundo da exploração do homem pelo homem.

Apesar de algumas conquistas resultantes das resistências diversas, pouco se mudou na estrutura de poder do capital. A concentração da terra, a exploração do trabalho e a degradação ambiental continuam em escalada, com os trabalhadores tendo que trabalhar cada vez mais para ganhar o mesmo. Diante disso, novas formas de resistência se fazem necessárias. A educação precisa cumprir um papel libertador, construir novas consciências. A consciência de classe para o camponês entender o mundo que o cerca e defender a reforma agrária como instrumento de

sobrevivência do homem do campo. O indígena luta contra o marco temporal para que não seja tomado o pouco que lhe resta.

É preciso formar coletivamente a consciência de classe desde a infância, nas escolas do campo e escolas indígenas. Experiências como as desenvolvidas pelos Potiguara com os projetos “águas potiguara” e “CURICA” que trabalham os problemas ambientais promovendo o reflorestamento, a preservação e desassoreamento dos rios, assim como a decisão das aldeias Três Rios e Jaraguá de abolir o cultivo de cana nas terras das aldeias, representam avanços importantes que precisam ser disseminados para outros espaços.

Por fim, acreditamos que na lógica capitalista não será possível a justiça social e a eliminação da desigualdade, mas mesmo nos limites impostos pelo capital é possível forjar alguma mudança, como fizeram os camponeses através da luta pela terra, conquistando nove assentamentos no litoral norte da Paraíba, sendo três no território em análise.

Além da luta pela terra, a resistência dos camponeses também se faz pela permanência na terra através da sua qualificação e participação na elaboração e reivindicação das políticas públicas de apoio à agricultura familiar, como ocorre nos assentamentos Fazenda Cuité e Manoel Bento. O território canavieiro constituiu-se num espaço de exploração e acumulação pelo capital, mas também um território de luta e resistência indígena e camponesa.

Pesquisar sobre esse tema foi importante para mim como pesquisador. Possibilitou um aprofundamento para a compreensão da realidade do campo no Território Canavieiro do Vale do Mamanguape. Acredito que resultou em um trabalho que contribuirá para outros pesquisadores que tiverem interesse nessa temática de aprofundar ainda mais a abordagem sobre a produção capitalista no campo e elucidar questionamentos que não foi possível neste trabalho, visto a complexidade do tema.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**: Tomo I. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966.

ALVES, Euzivan Lemos. **Análise Geoambiental e Organização do Espaço do Vale Médio Inferior do Rio Mamanguape-PB**. 2005. Dissertação (mestrado em Geografia) - PRODEMA UFPB/UEPB, João Pessoa, 2005.

ALVES, Janicleide Martins de Moraes. **Memorial das Ligas Camponesas**: preservação da memória e promoção dos direitos humanos. 2014. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas?) - Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas - PPGDH/UFPB, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7887/2/arquivototal.pdf> . Acesso em: 11 dez. 2023.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem do Nordeste**: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6. ed. Recife: Editora universitária da UFPE, 1998.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Rio Mamanguape**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

ANÔNIMO. **História da Conquista da Paraíba**. Brasília: [s. n.], 2006. 120 p.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Página inicial. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 02 mai. 2024.

AZEVEDO, Fernando Antonio de. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.

BRASIL. Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. **Estatuto do Trabalhador Rural**, Brasília: Senado Federal, 1963. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/546056/publicacao/15666223>. Acesso em: 16 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 58.160, de 6 de Abril de 1966**. Declara de interêsse social para fins de desapropriação, imóveis rurais situados nos Municípios de Rio Tinto e Mamanguape, no Estado da Paraíba. Brasília: Câmara dos Deputados, 1966. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58160-6-abril-1966-399097-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL - CÂMARA DOS DEPUTADOS. O que é marco temporal e quais são os argumentos favoráveis e contrários: Julgamento do STF sobre demarcação de terras indígenas foi suspenso em 2021 e será retomado em 7 de junho. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 2023. Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/966618-o-que-e-marco-temporal-e-quais-os-argumentos-favoraveis-e-contrarios/>. Acesso em: 2 dez. 2023.

BRASIL. CAR – **Cadastro Ambiental Rural**. Brasília: SISCAR, 2024) Disponível em: <https://www.car.gov.br/publico/imoveis/index>. Acesso em: 06 jul. 2023.

BRASIL. CNS – CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução 466/12**. Institui diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: CNS, 2012. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2013/06_jun_14_publicada_resolucao.html. Acesso em: 22 set. 2023.

BRASIL. CNS – CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 304 de 2000**. Institui normas para Pesquisas Envolvendo Seres Humanos – Área de Povos Indígenas. Brasília: CNS, 2000. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/NORMAS-RESOLUCOES/06_Resolu%C3%A7%C3%A3o_304_2000_Povos_Ind%C3%ADgenas.PDF. Acesso em: 22 set. 2023.

BRASIL. CNS – CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 510 de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes. Brasília: CNS, 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 22 set. 2023.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Livro EC 91 2016. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária, previsto no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13465.htm. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. **Instrução Especial nº 5, de 29 de julho de 2022**. Dispõe sobre os índices básicos cadastrais e os parâmetros para o cálculo do módulo rural. Brasília: Diário Oficial da União, 2022. Disponível em: <https://in.gov.br/web/dou/-/instrucao-especial-n-5-de-29-de-julho-de-2022-418986404>. Acesso em: 24 abr. 2024

BRASIL. Despacho nº 50, de 14 de julho de 1999. Identificação da Terra Indígena Potiguará de Monte-Mor. **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF: Jusbrasil, 1999. 134-E, n. 8, p. 2-2, 15 jul. 1999. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1305255/pg-2-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-15-07-1999/pdfView>. Acesso em: 1 dez. 2023.

BRASIL. FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Geoprocessamento e mapas**. Brasília: FUNAI, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas>. Acesso em: 06 jul. 2023.

BRASIL. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/territorio>. Acesso em: 28 jan. 2023.

BRASIL. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9719#resultado> . Acesso em: 19 out. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional**. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em 08 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 6.001/73, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o estatuto do índio. **Legislação, indígenas, Jurisprudência**, Brasília: FUNAI, 1983, p. 6-20, 1 dez. 2023. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/LIVROS/MFN-1313.PDF>. Acesso em: 24 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Brasília: Presidência da República, 1854. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm>. Acesso em: 04 ago. 2023.

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Malhas municipais do Brasil (1940-1985). Viçosa/MG: UFV. Disponível em: [Malhas municipais do Brasil \(1940-1985\) :: Grupo de Pesquisa em Interação Atmosfera-Biosfera - UFV - Coodenador: Professor Marcos Heil Costa](#). Acesso em: 14 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 89.256, de 28 de dezembro de 1983**. Declara a ocupação de terras por silvícolas nos municípios de Baía da Traição e Rio Tinto, no estado da Paraíba, e dá outras Providências. Brasília: Presidência da República, ano 162, 28 dez.1983. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1983/D89256.html#. Acesso em: 1 dez. 2023.

BRASIL. **Plataforma de governança territorial**. Lista de índices básicos. Brasília, 2024. Disponível em: <https://pro-pgt-incra.estaleiro.serpro.gov.br/pgt/indices-basicos>. Acesso em: 20 mai. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Bases estatísticas RAIS e CAGED. *In*: BRASIL. **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho**. Brasília, 2022. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/acesso-online-as-bases-de-dados>. Acesso em: 30 jul. 2024.

CABRAL, P. E. T. A constituição do mercado de trabalho semi-assalariado na lavoura canavieira de Pernambuco. *In*: SAMPAIO, Y. (org). **Nordeste rural: a transição para o capitalismo**. Recife: Ed. Universitária, 1987.

CAMPO, Lucas. Combustível considerado "limpo", etanol vira aposta das montadoras no Brasil. **A União**, João Pessoa, 8 jul. 2017. Disponível em:

https://auniaio.pb.gov.br/noticias/caderno_diversidade/combustivel-considerado-limpo-etanol-vira-aposta-das-montadoras-no-br. Acesso em: 23 mai. 2023.

CÂNDIDO, Marcos. O que é o Marco Temporal e como ele impacta os povos indígenas: A Câmara dos Deputados aprovou o requerimento de urgência para votar o Marco Temporal das terras indígenas. **ECOIA UOL**, São Paulo: 2023. Política. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoia/ultimas-noticias/2020/06/02/o-que-e-o-marco-temporal-e-como-ele-impacta-indigenas-brasileiros.htm> . Acesso em: 2 dez. 2023.

CHAYANOV, A.V. Teoria dos sistemas económicos não-capitalistas (1924). *In: Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XII, tomo II, n. 46, 1976, p. 477-502. Disponível em: <https://issuu.com/ricardo2p/docs/tchayanov/17>. Acesso em: 20 de nov. 2022.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. Áreas em conflitos 2006. *In: Conflitos no campo Brasil*. João Pessoa: CPT, 2010. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/4-areas-em-conflito?start=10>. Acesso em: 18 abr. 2024.

CONSULTA POPULAR/PB. **João Pedro Teixeira, vivo na memória e nas lutas dos trabalhadores**. João Pessoa: Idéia, 2002.

COSTA, Adailton Coelho. **Mamanguape, A Fênix Paraibana**. Campina grande: Grafset, 1986.

COSTA, Ivys Medeiros da. **Terra indígena x terra de usina: Legislação socioambiental e fundiária e os conflitos na TI Potiguara Monte Mor PB**. 2014. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento em meio ambiente) - PRODEMA UFPB, João Pessoa, 2014.

CRUZ NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*, 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

DICIONÁRIO ILUSTRADO TUPI GUARANI. Disponível em: <https://www.dicionariotupiguarani.com.br>. Acesso em: 11 jul. 2023.

ESCOLA INDÍGENA PEDRO POTI. **Formatura Indígena 2023**. Baía da Traição, 20 dez. 2023. Instagram: @indigenapedropoti. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C1F0vyrgb2C/?img_index=1. Acesso em: 12 ago. 2024

FETAG - PB. FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS, AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO ESTADO DA PARAÍBA. 1º de janeiro de 2024. **Tabela de tarefas para regime de produção da convenção coletiva 2023-2024 - categoria canavieiro na Paraíba**, João Pessoa, 2024. Disponível em: <https://www.fetagpb.org.br/downloads/>. Acesso em: 21 maio 2024.

FREIRE, Arthur Ramalho. **Escola em projeto: Trajetórias e construções da tutela educacional entre os Potiguaras da Paraíba**. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFPB, João Pessoa, 2021.

FREIRE, Paulo. **Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo**. Brasília: Comissão Nacional de Cultura Popular: Comissão Regional de Cultura Popular de Brasília, 1963.

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Terras indígenas. *In: Sistema Indigenista de Informação*. Brasília, 2023. Disponível em: <http://sii.funai.gov.br>. Acesso em: 2 dez. 2023.

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Terras indígenas do Brasil**. Dados Geoespaciais e mapas. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas>. Acesso em: 2 dez. 2023

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares: Política e economia na capitania da Paraíba - 1585-1630**. Bauru: EDUSC, 2007. 319 p. ISBN 9788574602929.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil. *In: BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org). Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*. Brasília, 2006.

GUIMARÃES, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: Ed. Massangana, 1989.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HERCKMAN, Elias. 1886. Descrição geral da Capitania da Parahyba. *In: Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, tomo V, n. 31, p. 239-288, 1886. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/herckman_1886_parahyba. Acesso em: 15 out. 2022.

HEREDIA, Beatriz. **A morada da vida**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Estrutura fundiária**. Brasília: 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em: 5 mar. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. Brasília: 1960 Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=768>. Acesso em: 5 mar. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Brasília. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=periodico&campo=titulo¬qry=&opeqry=&texto=Censo%20agropecuario&digital=false&fraseexata=> . Acesso em: 5 mar. 2024.

IPAM. Combinação nefasta: PL 490 e Marco Temporal ameaçam direitos indígenas. **IPAM AMAZÔNIA**, [S. l.], 6 jun. 2023. Notícia. Disponível em: https://ipam.org.br/combinacao-nefasta-pl-490-e-marco-temporal-ameacam-direitos-indigenas/?gclid=Cj0KCQiAyKurBhD5ARIsALamXaFK98-1vPcP7k5AuMVtk36wWdwez1nATO7mfGvuR5RUVy0J0D4CmewaAtyOEALw_wcB. Acesso em: 2 dez. 2023.

JOFFILY, I. **Synopsis das sesmarias da Capitania da Parahyba**: Compreendendo o territorio de todo o estado de mesmo nome e parte do Rio Grande do Norte. Campina Grande: Typ e Lith a vapor - Manoel Henriques, 1893. 214 p. v. I. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

JOFFILY, I. **Notas sobre a Parahyba**. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1892. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Notas_sobre_a_Parahyba.html?id=Qhx_mqgti1cC&printsec=frontcover&source=kp_read_button&hl=pt-BR&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 22 de abr. 2023.

JULIÃO, Francisco. **Cambão**: a face oculta do Brasil. Recife: Ed. Bagaço, 2009.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Cap. VI Grande e pequena exploração. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Laemmert S. A, 1968.

LEMOS, Francisco de Assis. **Nordeste o Vietnã Que Não Houve**: Ligas Camponesas e o Golpe de 64. Londrina: Editora da UEL, 1996.

LINDOLFO, Benes. Caminhada em defesa das águas nos Rio Curralinho e Itapecirica conta com nomes importantes. *In*: **Vale notícias**. Mamanguape, 21 dez. 2021. Disponível em: <https://www.valenoticiapb.com.br/caminhada-em-defesa-das-aguas-nos-rio-curralinho-e-itapecirica-conta-com-nomes-importantes/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

MACÊDO, Maria Bernardete Ferreira de. **Inovações Tecnológicas e Vivência Operária – O caso de Rio Tinto 1950-1970**. 1986. Dissertação Mestrado em Economia - Programa de Mestrado em Economia da UFPB, João Pessoa, 1986.

MAHER, Terezinha Machado. Formação de Professores Indígenas: uma discussão introdutória. *In*: BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org). **Formação de professores indígenas**: repensando trajetórias. Brasília, 2006.

MAMANGUAPE. Cartório Silva Ramos. **Certidão de Registro da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Mamanguape e Rio Tinto**. Registro em: 23 jan. 1963.

MAPBIOMAS (Brasil). Coleções mapbiomas: cobertura e uso da terra coleção 8. *In*: **MAPBIOMAS (Brasil)**. 2024. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas/>. Acesso em: 4 mar. 2024.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **O Capital**: Livro primeiro, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1968.

MARX, Karl. **O capital**. Livro primeiro, volume I. Cap IV, Como o dinheiro se transforma em capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 2006.

MELO, Mário Lacerda de. **O açúcar e o homem**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1975.

MELO, Zênia Chaves Araújo de. Dossiê Grupo da Várzea Parte IV: Ligas Camponesas e Golpe Civil-Militar (1959-1964). **BRASIL DE FATO Paraíba**, João Pessoa, 8 mai. 2021. Política. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2021/05/08/dossie-grupo-da-varzea-parte-iv-ligas-camponesas-e-golpe-civil-militar-1959-1964>. Acesso em: 11 dez. 2023.

MENEZES, Marilda Aparecida de. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. **Revista Raízes**, V. 21, n. 01, jan.-jun. 2002. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/177>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1992. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/o-desafio-do-conhecimento-minayo-pdf-free.html>. Acesso em: 30 set. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *In*: **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017.

MOONEN, Fran. História da conquista do território Potiguara: 1500 a 1985. *In*: FRANS, Moonen. **Cadernos paraibanos de antropologia**. 6. ed. João Pessoa: UFPB, 1986. cap. 2, p. 83-101.

MOONEN, Frans; MAIA, Luciano Mariz (Orgs). **Etnohistória dos índios Potiguara**: ensaios, relatórios, documentos. João Pessoa: Procuradoria da República – Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1992.

MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 1997. 401 p., v. 1. Disponível em: <http://www.ligascamponesas.org.br/wp-content/uploads/2015/POR-UM-PEDACO%20-DE-%20CHAO-VOL-I-Emilia-Moreira.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2024.

MOREIRA, E. R.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária**. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB, 1997.

MOREIRA, E. R.; TARGINO, I. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista NERA**, ano 10, n. 10, p. 72-93, Presidente Prudente, 2007. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/228617888_De_territorio_de_exploracao_a_territorio_de_esperanca_organizacao_agraria_e_resistencia_camponesa_no_semi-arido_paraibano?enrichId=rgreq-f4fbd09b185b88c6ba585ef3a2d273fb-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzIyODYxNzg4ODtBUzozMjI0Nzk0MzQ3MzE1MjBAMTQ1Mzg5NjQ5Njk5Nw%3D%3D&el=1_x_2&_esc=publicationCoverPdf. Acesso em: 15 out. 2022.

MOREIRA, E. R.; TARGINO, I. Espaço, Capital e Trabalho no Campo Paraibano. **Revista da ANPEG**, v.7, n. 1, número especial, p. 147-160, Dourados/MS: 2011. Disponível em: <http://anpege.org.br>. Acesso em: 05 set. 2015.

NUNES, Matheus Vila Nova. “**Ordinário pão da terra**”: os editais da farinha de mandioca no governo de João Maurício de Nassau-Siegen (1637-1644). Recife: TCC do Curso de História da UFPE, 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

PALITOT, Estevão Martins, et al. História do Vale do Mamanguape. *In*: PEREIRA, Antônio Alberto; et al (Orgs). **História, Cultura e Sustentabilidade do Vale do Mamanguape**: Livro paradidático para educação básica. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

PALITOT, Estevão Martins. **Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór**: história, etnicidade e cultura. 2005. Dissertação (mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB/UFCG, João Pessoa, 2005.

PARAÍBA. **Jornal A UNIÃO**. João Pessoa: Editora A União, 2023. Disponível em: https://auniaio.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/populacao-indigena-cresce-20-35#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20ind%C3%ADgena%20na%20Para%C3%ADba,seja%2C%205.097%20pessoas%20a%20mais . Acesso em: 19 out. 2023.

PARAÍBA. **Jornal A UNIÃO**. João Pessoa: Editora A União, 2023. Disponível em: <https://auniaio.pb.gov.br/servicos/doi/2022/marco/diario-oficial-25-03-2022.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024.

PARAÍBA. **Os invasores do século XX**: Trilha dos Potiguaras. João Pessoa, Governo da Paraíba, 2016. Disponível em: <https://trilhasdospotiguaras.pb.gov.br/pt-br/historia/os-invasores-do-seculo-xx/>. Acesso em: 4 mar. 2024.

PASUKANIS, E. B. **A Teoria Geral do Direito e o Marxismo**. São Paulo: Ed. Renovar, 1989.

PEREIRA, Antônio Alberto. **Pedagogia do movimento camponês na Paraíba**: das Ligas Camponesas Aos Assentamentos Rurais. 2008. Tese (doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação da UFPB, João Pessoa, 2008.

PEREIRA, Antônio Alberto; LEITE, Ivonaldo. **Educação do Campo, Agroecologia e a Luta pela Terra no Vale do Mamanguape/PB**. João Pessoa: Ideia, 2014. 222 p.

PIRES, A. P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. *In*: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. Narrativas sobre o perigo: a desapropriação do Engenho Galiléia e as ligas camponesas. *In*: **Perseu**, n. 1, local?, 2007.

PORTO, Maria da Dores Paiva de Oliveira; LAGE, Ivelyne Lucena da Costa. **CEPLAR: história de um sonho coletivo**. João Pessoa: SEC, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SALVADOR, Frei Vicente. **História do Brasil: 1500-1627**. 6. ed. rev. São Paulo: Melhoramentos-MEC, 1975. 437 p.

SANTOS, Damião Soares. **História da queda do fazendeiro e a força do camponês**. Mamanguape: Gráfica Central, 2021.

SANTOS, Pedro Lôbo dos; SILVA, Eduardo Dias da. Além do arco e flecha: a construção étnico-identitária a partir da educação bilingue indígena Potiguara-PB. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 199, página 49-58, local?, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/37842>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SAWAYA, Rubens R. **Subordinação Consentida: Capital multinacional no processo de acumulação da América Latina e Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2006.

SCOTT, James C. **Armas dos fracos: Formas cotidianas de resistência camponesa**. Tradução: Machine Translated by Google. Londres: Yale University Press, 1985. 62 p. Disponível em: https://dl1.cuni.cz/pluginfile.php/463085/mod_resource/content/1/Scott%20-%20Weapons%20of%20the%20Weak.pdf. Acesso em: 15 out. 2022.

SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência**. Lisboa: Editora Letra Livre, 1992.

SILVA, Aline Marques da. **Poder local na Paraíba durante a experiência democrática: política e relações de poder no município de Mamanguape (1947-1964)**. 2007. Dissertação Mestrado em História - Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11904/1/Arquivototal.pdf>. Acesso em 11 jun. 2024.

SILVA, Maria Alda Tranquelino da; SILVA, Eduardo Jorge Lopes da. Os saberes docentes de professores da educação de jovens e adultos indígenas. **Roteiro**, Joaçaba, v. 44, n. 2, p. 1-20, Joaçaba/SC, maio/ago./2019. DOI <https://doi.org/10.18593/r.v44i2.17496>. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/17496>. Acesso em: 29 nov. 2023.

SILVA, Maria da Glória Galvão. **O destino dos assentados: dimensão educacional de uma experiência de Reforma Agrária na Paraíba.** 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação da UFPB, João Pessoa, 1995.

SOUSA, Heloisa de. Indígenas potiguaras exigem educação específica para os povos originários na Paraíba: Professores potiguaras reivindicam criação da categoria na Paraíba. **BRASIL DE FATO Paraíba**, João Pessoa, 10 maio 2023. Direitos humanos. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/10/indigenas-potiguaras-exigem-educacao-especifica-para-os-povos-originarios-na-paraiba>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Geografia: conceitos e temas.** São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.

TARGINO, I.; MOREIRA, E. Proálcool, meio ambiente e emprego rural na Paraíba. *In*: **Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Brasília, 1992. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/607/587>. Acesso em: 24 nov. 2022.

TARGINO, I. **Conquista da Paraíba e o processo de povoamento.** João Pessoa: Mimeo, UFPB, 2014.

TARGINO, I. *et al.* **Memória camponesa: as Ligas Camponesas na Paraíba.** João Pessoa: Ed. CCTA, 2024.

TAVARES, Alexsandra. Paraíba só tem 9% de Mata Atlântica. **A União**, João Pessoa,, 25 maio 2023. Disponível em: https://auniaio.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/paraiba-so-tem-9-de-mata-atlantica#:~:text=Considerado%20um%20dos%20biomas%20mais,mil%20campos%20de%20futebol%20destru%C3%ADdos. Acesso em: 23 maio 2024.

UNICA (BRASIL). Vai de etanol: É bom pra você, é bom pro carro, é bom pro Brasil, é bom pro planeta. *In*: UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR E BIOENERGIA, UNICA. **Vai de etanol.** [S. l.], 2024. Disponível em: <https://unica.com.br/>. Acesso em: 27 maio 2024.

UNICADATA (Brasil). Painel de frota e licenciamento de autoveículos leves e motocicletas. *In*: UNICADATA (Brasil). **Observatório da cana e bioenergia.** [S. l.], 25 maio 2024. Disponível em: <https://unicadata.com.br/>. Acesso em: 24 maio 2024.

VICENTE, Paulo Benício. **Cuité de Mamanguape, Geografia e memória.** Sapé: Instituto Sou Assis, 2020.

VICENTE, Paulo Benício. **Ligas camponesas em Mamanguape-PB.** Guarabira: Monografia de graduação em Geografia, UEPB, 2003.

VILELA, Pedro Rafael. **Lula homologa terras indígenas na Bahia e em mato Grosso.** Brasília: Agência Brasil, 18 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-04/lula-homologa-terras-indigenas-na-bahia-e-em-mato-grosso>. Acesso em: 19 abr. 2024.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970.

APÊNDICE A
Roteiros das entrevistas

Roteiro para entrevista com participantes e descendentes das Ligas camponesas

Dados de identificação			
Sexo:	Idade:	Estado civil:	Grau de formação:
Endereço:			
Profissão:			
Papel que desempenhou no movimento das ligas camponesas:			

Perguntas

- 1- Como viviam os agricultores no período de origem das ligas camponesas?
- 2- O que levou os agricultores a se organizarem nesse movimento?
- 3- Quais eram as pautas (reivindicações) do movimento?
- 4- Quais as pessoas envolvidas na fundação da Liga de Mamanguape?
- 5- Como era a organização da liga camponesa de Mamanguape?
- 6- Qual o número de sócios da Liga?
- 7- De que forma o movimento atuava para alcançar os benefícios pelos quais reivindicavam?
- 8- Que contribuições as ligas camponesas deixaram para o povo do campo do Vale do Mamanguape?
- 9- Quais as limitações do movimento das ligas camponesas no Vale do Mamanguape? (Fatores que contribuíram para o enfraquecimento do movimento)
- 10- Qual a sua participação na Liga de Mamanguape?
- 11- Quem combatia a Liga de Mamanguape?
- 12- Quem dava apoio à Liga?
- 13- Houve repressão aos membros da Liga depois do golpe de 1964?

Roteiro para entrevista Liderança de assentamento e entidades de apoio

Dados de identificação			
Sexo:	Idade:	Estado civil:	Grau de formação:
Endereço:			
Profissão:			
Papel que desempenha no Assentamento			

Perguntas

- 1- Nome do assentamento?
- 2- Quantas famílias beneficiadas no assentamento?
- 3- Como se deu o processo pela conquista do assentamento?
- 4- Como viviam os agricultores no período de organização e luta pela terra?
- 5- O que levou os agricultores a se organizarem pela conquista dessa terra?
- 6- Atualmente como vivem e como se organizam os assentados?
- 7- Que benefícios a conquista da terra trouxe para a vida dos assentados?
- 8- Quem deu apoio durante a luta de desapropriação?
- 9- Quem dá apoio atualmente?
- 10- Quais as políticas públicas de apoio a produção?
- 11- Que as limitações o assentamento enfrenta para proporcionar maior desenvolvimento econômico e social para as famílias? (Fatores que dificultam a vida das famílias)
- 12- Que estratégias os assentados têm adotado para permanecer na terra e preservar seu território?

Roteiro de entrevista para trabalhadores assentados

Dados de identificação			
Sexo:	Idade:	Estado civil:	Grau de formação:
Endereço:			
Profissão:			
Papel que desempenha no Assentamento			

- 1- Desde quando está assentado?
- 2- Qual o tamanho do seu lote?
- 3- A sua terra é de boa qualidade para a agricultura?
- 4- O tamanho do lote é suficiente?
- 5- Quem trabalha no lote?
- 6- Contrata trabalhadores de fora? Por quê?
- 7- O que produz de lavoura e de criação?
- 8- Como organiza a produção?
- 9- Qual o rendimento que obtém do trabalho no lote?
- 10- Algum membro da família trabalha fora do lote? Quem? Em que?
- 11- É beneficiário de alguma política do governo? (Bolsa Família, PAA, PNAE, orientação técnica)
- 12- Qual o destino da produção?
- 13- Como se realiza a comercialização da produção?
- 14- Que estratégias os assentados têm adotado para permanecer na terra e preservar seu território?

Roteiro para entrevista com Trabalhador Rural assalariado

Dados de identificação			
Sexo:	Idade:	Estado civil:	Grau de formação:
Endereço:			
Profissão:			

Perguntas

- 1- Como é a rotina de trabalho?
- 2- Trabalha quantas horas por dia?
- 3- Qual a forma de contrato?
- 4- Qual o rendimento do trabalho por mês?
- 5- O rendimento é suficiente para manter as condições básicas de sobrevivência da família?
- 6- Na sua opinião você é bem remunerado pelo trabalho que você realiza?
- 7- Além do rendimento, existe algum outro benefício ofertado pela empresa?
- 8- A empresa cumpre com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias?
- 9- O trabalhador é exposto a alguma situação de risco? (Perigo de acidente no trabalho, no transporte, uso de agrotóxico) Quais?
- 10- Como é feita a fiscalização e monitoramento do trabalho?
- 11- Qual a sua percepção com relação a quantidade de trabalho que você realiza e a remuneração que você recebe?
- 12- Recebe alguma ajuda de familiares? Qual o valor da ajuda?
- 13- Recebe alguma ajuda de programas governamentais?
- 14- É sindicalizado? Como tem sido a atuação do sindicato?

Roteiro para entrevista com Indígena Potiguara

Dados de identificação			
Sexo:	Idade:	Estado civil:	Grau de formação:
Endereço:			
Profissão:			
Papel que desempenha na aldeia			

Perguntas

- 1- Quem é o povo Potiguara?
- 2- Como se deu o contato do povo potiguara com os invasores europeus?
- 3- Quais os principais conflitos o povo potiguara tem enfrentado em sua história?
- 4- Como o capitalismo afeta a vida dos povos Potiguara?
- 5- Como a cultura da cana-de-açúcar afeta o modo de vida dos povos potiguara?
- 6- Há resistência ao cultivo da cana nos territórios Potiguara? Se sim, de que forma é organizada e executada essa resistência?
- 7- Como a instalação do empreendimento empresarial da família Lundgren afetou a vida do povo Potiguara?
- 8- Quais as dificuldades enfrentadas pelo povo Potiguara atualmente (fatores que representam ameaça)
- 9- Que fatores contribuíram ou contribuem para a preservação da cultura, costumes e dos territórios?
- 10- Que estratégias os indígenas Potiguara tem adotado para permanecer na terra e preservar seus territórios?

APÊNDICE B

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (RCLE)

Prezado Senhor(a)

O(A) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: **Território Canavieiro do Vale do Mamanguape: Exploração, acumulação e lutas camponesas**, desenvolvida por **PAULO BENÍCIO VICENTE**, aluno regularmente matriculado no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – Nível Mestrado, do CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA, da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, sob a orientação do Prof^o. Dr. IVAN TARGINO MOREIRA.

O presente estudo tem como objetivo geral: analisar a formação do território canavieiro do Vale do Mamanguape, identificando a dinâmica da subordinação desse espaço à exploração do capital e a resistência camponesa em oposição a esse processo

A realização desta pesquisa se justifica pela relevância teórica, possibilitando aprofundar o conhecimento sobre a realidade do Vale do Mamanguape e produzir subsídios que possibilitem maior conhecimento sobre essa realidade, visando reconhecer a importância da organização e da luta dos camponeses diante do avanço da produção capitalista no campo.

() Autorizo a gravação e a divulgação da minha imagem e/ou voz, conforme a Portaria nº 177/PRES/2006, Art. 6º, quando se tratar de participante indígena.

() Não autorizo a gravação e divulgação da minha imagem e/ou voz, conforme a Portaria nº 177/PRES/2006, Art. 6º, quando se tratar de participante indígena.

A participação do(a) senhor(a) na presente pesquisa é de fundamental importância, mas será voluntária, não lhe cabendo qualquer obrigação de fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores se não concordar com isso, bem como, participando ou não, nenhum valor lhe será cobrado, como também não lhe será devido qualquer valor. Porém, qualquer gasto que venha ocorrer em virtude da sua participação, o pesquisador garante o ressarcimento desses gastos, e será feito em espécie, mediante comprovação dos mesmos. Conforme resolução CNS nº 510, Art. 2º, Inciso XXIV.

Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento dele desistir, nenhum prejuízo lhe será atribuído, sendo importante o esclarecimento de que os riscos da sua participação se relaciona à possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente, se por acaso acontecer cansaço ou aborrecimento ao responder questões apresentadas no questionário; desconforto ou constrangimento de comportamento durante fotografias, gravações de áudio, ou visita ou em qualquer momento, o pesquisador se responsabilizará de buscar/prestar atendimento psicológico ou médico. A fim de evitar danos ou atenuar os efeitos de possíveis desconfortos, será escolhido um local privado, sem a interferência de pessoas alheias ao estudo para que o participante tenha a liberdade e o conforto de sua participação, assim como será garantido o sigilo das informações prestadas pelo participante. Mesmo assim, se houver algum dano decorrente da pesquisa, o participante terá direito a solicitar indenização através das vias judiciais ou extrajudiciais, conforme Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 119.

Em todas as etapas da pesquisa serão fielmente obedecidos os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resoluções nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que disciplinam as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil e suas complementares, além da Resolução nº 304/2000, que trata de pesquisa com populações indígenas e da Portaria nº 177/PRES/2006 da FUNAI em seu Art. 6º que trata sobre o uso de som e imagem de população indígena.

Solicita-se, ainda, a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos ou divulgá-los em revistas científicas, assegurando-se que o seu nome será mantido no mais absoluto sigilo por ocasião da publicação dos resultados. Além disso, em conformidade com o art. 3º, inciso IV da Resolução CNS 510/16, os pesquisadores se comprometem em divulgar os resultados do presente estudo de forma acessível e democratizante a todos os entrevistados.

Os pesquisadores responsáveis estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente.

Eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido (a) quanto aos objetivos, justificativa, riscos e benefícios da pesquisa, e dou o meu consentimento para dela participar e para a publicação dos resultados, assim como o uso de minha imagem nos slides destinados à apresentação do trabalho final. Estou ciente de que receberei uma via deste documento, assinada por mim e pelo pesquisador responsável, como se trata de um documento em duas páginas, a primeira deverá ser rubricada tanto pelo pesquisador responsável quanto por mim.

Mamanguape-PB, ___de _____de 2023.

PAULO BENÍCIO VICENTE

Participante da Pesquisa

Endereço do Pesquisador Responsável: Rua Vereador Sebastião Antônio da Silva, nº 356 – CEP 58.280-000 – Mamanguape/PB. Telefone – (83)99374 -7537. Email – niciovicente@hotmail.com

Endereço (Centro de Ciências Exatas e da Natureza - Pós-Graduação em Geografia – PPGG - UFPB) Campus Universitário I - Cidade Universitária - CEP. 58051-085 - João Pessoa/PB. E-mail: sec.ppgg.ufpb@gmail.com

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar o CEP e a CONEP:

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB - (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com. Horário de Funcionamento: 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Bairro Asa Norte, Brasília-DF – CEP: 70.719-040 – Fone: (61) 3315-5877 – E-mail: conep@saude.gov.br

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (**CONEP**) é uma comissão do Conselho Nacional de Saúde - CNS, criada através da Resolução 196/96 e com constituição designada pela Resolução 246/97, com a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho.

O **Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)** é um colegiado interdisciplinar e independente, com “munus público”, que deve existir nas instituições que realizam **pesquisas** envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa.

APÊNDICE C
Cartas de anuência

**CARTA DE ANUÊNCIA PRESIDENTE DE ASSENTAMENTO E DO SINDICATO
DOS TRABALHADORES RURAIS**

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitamos o pesquisador Paulo Benício Vicente, a desenvolver seu projeto de pesquisa **Território canavieiro do Vale do Mamanguape: Exploração, acumulação e lutas camponesas**, que está sob orientação do Prof. Dr. Ivan Targino Moreira, cujos objetivos são **analisar a formação do território canavieiro do Vale do Mamanguape, identificando a dinâmica da subordinação desse espaço à exploração do capital e a resistência camponesa em oposição a esse processo.**

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e suas complementares, e a **Resolução CNS nº 304 de 2000. Institui** normas para pesquisas envolvendo Povos Indígenas, comprometendo-se o/a mesmo/a a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades. Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta instituição o parecer consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Local, data.

Nome
Presidente

CARTA DE ANUÊNCIA INDÍGENA CACIQUE GERAL



Fundação Nacional do Povos Indígenas

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitamos o pesquisador **Paulo Benício Vicente**, a desenvolver seu projeto de pesquisa **Território canavieiro do Vale do Mamanguape: Exploração, acumulação e lutas camponesas**, que está sob orientação do Prof. Dr. Ivan Targino Moreira, cujos objetivos são **analisar a formação do território canavieiro do Vale do Mamanguape, identificando a dinâmica da subordinação desse espaço à exploração do capital e a resistência camponesa em oposição a esse processo**, na terra indígena potiguara.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e suas complementares, e a **Resolução CNS nº 304 de 2000**, que institui normas para pesquisas envolvendo Povos Indígenas, comprometendo-se o/a mesmo/a a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades. Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta instituição o parecer consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Local, data.

Nome
Cacique Geral

CARTA DE ANUÊNCIA INDÍGENA CACIQUE DA ALDEIA



Fundação Nacional do Povos Indígenas

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitamos o pesquisador **Paulo Benício Vicente**, a desenvolver seu projeto de pesquisa **Território canavieiro do Vale do Mamanguape: Exploração, acumulação e lutas camponesas**, que está sob orientação do Prof. Dr. Ivan Targino Moreira, cujos objetivos são **analisar a formação do território canavieiro do Vale do Mamanguape, identificando a dinâmica da subordinação desse espaço à exploração do capital e a resistência camponesa em oposição a esse processo**, na terra indígena potiguara.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e suas complementares, e a **Resolução CNS nº 304 de 2000**, que institui normas para pesquisas envolvendo Povos Indígenas, comprometendo-se o/a mesmo/a a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades. Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta instituição o parecer consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Local, data.

Nome
Cacique da Aldeia

APÊNDICE D
Documentos

Cópia do Registro da Liga Camponesa de Mamanguape, em seguida transcrição do termo de registro

888 Junho 23

Registro de uma entidade
(Mauel de Deus)

As vinte três dias de junho de mil novecentos e sessenta e três, nesta cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba, em meu cartório, à rua Duques de Goiás n.º 193, comparecer Mauel de Deus e me apresentarem com pedido de registro o documento que aparece no protocolo, cujo teor é o seguinte: "Cartório do 7.º Ofício Censitário: Heraldo Homenes - João Pessoa - Paraíba - Heraldo Homenes Oficial do Registro de Títulos e Documentos da Comarca desta Capital, em virtude da Lei de Certificação, a pedido meu, há, há, a pedido de Mauel de Deus que foram registrados no Livro A Número 441 do Registro Civil de Pessoas Físicas, a meu cargo, ao p.º quarenta e nove e sob número 499 mil quatrocentos e trinta e cinco, os Estatutos da Associação dos Lavadores e Trabalhadores Agrícolas de Mamanguape e Rio Tinto, com sede e fôro na Primeira Comarca, deste Estado, e tendo por objetivo - unir fraternalmente a família rural deste e simples trabalhadores os pequenos proprietários agrícolas, prestadores de assistência social, jurídica, educacional, médica e dentária, de acordo com as possibilidades da realidade. O referido é verdade: deu fé. Tabuleiro e assinou. Heraldo Homenes (data e assinatura sobre quatro conjuntos - 1.º, 2.º, 3.º e 4.º) de selos estaduais. H. Mauel de Deus o cartório

65

Registro integral de títulos, documentos e outros papéis

Ano / 1963 Livro B, n. _____

N.º de Ordem	Mês	Dia	Transcrição	Anotações
			do cartório. A firma está reconhecida por tabelião. Era o que continha dito documento que depois de conferido com o pedido de registro e copiado devolvi ao apresentante; deu fé. Eu, Joaquim de Brito Ramos, oficial do registro, o escrevi e assinou. <i>J. Oficial</i> Joaquim de Brito Ramos	





CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR



Flavio Henrique Silva Pozzobon, Interino do Registro de Imóveis da cidade de Mamanguape, Estado Paraíba, na forma da Lei, **CERTIFICA**, a pedido verbal de pessoa interessada, que pesquisando nos Livros de Registro desta Serventia, encontrou:

REGISTRO: 888

DATA: 23 DE JANEIRO DE 1963

(MANOEL DE DEUS)

AOS VINTE TRÊS DIAS DE JANEIRO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E TRÊS, NESTA CIDADE DE MAMANGUAPE, ESTADO DA PARAÍBA, EM MEU CARTÓRIO, À RUA DUQUE DE CAXIAS Nº 193, COMPARECEU MANOEL DE DEUS E ME APRESENTOU COM PEDIDO DE REGISTRO O DOCUMENTO QUE APONTEI NO PROTOCOLO, CUJO TEOR É O SEGUINTE: "CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO. ESCRIVÃO: HERALDO MONTEIRO – JOÃO PESSOA – PARAÍBA – HERALDO MONTEIRO, OFICIAL DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DESTA CAPITAL, EM VIRTUDE DA LEI, ETC. CERTIFICO, A PEDIDO VERBAL, DIGO A PEDIDO DE MANOEL DE DEUS, QUE FORAM REGISTRADOS NO LIVRO A, NÚMERO SETE DO REGISTRO CÍVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, A MEU CARGO, ÀS FLS. QUARENTA E NOVE E SOB NÚMERO TREZE MIL QUATROCENTOS E TRINTA E CINCO, OS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS DE MAMANGUAPE E RIO TINTO, COM SEDE E FORO NA PRIMEIRA COMARCA, DESTE ESTADO, E TENDO POR OBJETIVO – UNIR FRATERNALMENTE A FAMÍLIA RURAL DESDE O SIMPLES TRABALHADOR AO PEQUENO PROPRIETÁRIO AGRÍCOLA, PRESTANDO-LHES ASSISTÊNCIA SOCIAL, JURÍDICA, EDUCATIVA, MÉDICA E DENTÁRIA, DE ACORDO, DE ACORDO COM AS POSSIBILIDADES DA SOCIEDADE. O REFERIDO É VERDADE: DOU FÉ, SUBSCREVO E ASSINO. J. PESSOA, 23 DE NOVEMBRO DE 1962. O OFICIAL DO REGISTRO HERALDO MONTEIRO" – (DATA E ASSINATURA QUATRO CRUZEIROS (CR\$ 4,00) DE SÊLOS ESTADUAIS, A MARGEM ESTÁ O CARIMBO. A FIRMA ESTÁ RECONHECIDA POR TABELIÃO. ERAO QUE CONTINHA DITO DOCUMENTO QUE DEPOIS DE CONFERIDO COM O PRESENTE REGISTRO E CONSERTADO, DEVOLVI AO APRESENTANTE; DOU FÉ. EU, JOAQUIM DA SILVA RAMOS, OFICIAL DO REGISTRO, O ESCREVI E ASSINO. O OFICIAL JOAQUIM DA SILVA RAMOS. ERA O QUE TINHA REGISTRO, AQUI FIELMENTE TRANSCRITO; DOU FÉ. EU JOAQUIM DA SILVA RAMOS, OFICIAL DO REGISTRO, DATILOGRAFEI A PRESENTE CERTIDÃO, DATO E ASSINO

TERMO DE RESPONSABILIDADE – OS DADOS CONSTANTES NESTA CERTIDÃO FORAM CERTIFICADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 17 DA LEI N. 17 DA LEI Nº 6.015/73(LEI DOS REGISTROS PÚBLICOS), E DEVEM SER UTILIZADOS EXCLUSIVAMENTE PARA OS FINS QUE SE DESTINAM VEZ QUE SÃO PROTEGIDOS PELA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI 13.709/18). O USO EM FINALIDADE DIVERSA SUJEITA O DETENTOR DESTA CERTIDÃO A RESPONDER POR EVENTUAIS DANOS CAUSADOS AS PARTES E/OU TERCEIROS.



Selo Digital: APQ65785-4LMJ
Confira a autenticidade em
<https://selodigital.tjpb.jus.br>

Este documento foi assinado digitalmente por
LUCIENE BEZERRA DA COSTA DE OLIVEIRA
073.736.527-78
Mamanguape - PB, 31 de Maio de 2024

NOVO CARTÓRIO DE REGISTROS DE MAMANGUAPE-PB
CNS 068.718
Av. Coronel Batista Carneiro, Nº 299
Centro - Mamanguape-PB
CNPJ: 50.526.923/0001-50
FLAVIO HENRIQUE SILVA POZZOBON
Oficial Registrador
CESAR AUGUSTO SEABRA MATOS
Oficial Registrador Substituto

Parecer de mérito 1 CNPQ



Folha de Parecer sobre Solicitação de Entrada em Área Indígena

PROCESSO: 01300.011768/2023-91

SOLICITANTE: Paulo Benício Vicente

PROJETO: "Território canavieiro do Vale do Mamanguape: exploração, acumulação e lutas camponesas".

ÁREA: Geografia

PARECERISTA:

PARECER: (X) Recomendado () Não Recomendado

JUSTIFICATIVA:

O projeto de mestrado "Território canavieiro do Vale do Mamanguape: exploração, acumulação e lutas camponesas", de autoria de Paulo Benício Vicente, propõe uma análise comparativa das estratégias produtivas utilizadas por grupos camponeses na região do Vale do Mamanguape -PB. Os sujeitos da pesquisa são trabalhadores rurais residentes em bairros periféricos da cidade de Mamanguape, agricultores remanescentes ou descendentes das Ligas Camponesas, lideranças de movimentos sociais e sindicais do campo, trabalhadores assentados da Reforma Agrária e indígenas Potiguara da Aldeia Forte, localizada no município de Baía da Traição. A pesquisa está amparada em bibliografia pertinente, propõe abordagem metodológica que combina análise documental, dados censitários e entrevistas com os sujeitos acima mencionados, indicando-se que serão realizadas duas entrevistas para obtenção de amostra referente às comunidades indígenas da região (coletada em janeiro de 2024), sempre precedidas de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Reconheço o mérito e a relevância da pesquisa proposta e recomendo a entrada do pesquisador Paulo Benício Vicente na Terra Indígena.

Parecer de mérito 2 CNPQ



Folha de Parecer sobre Solicitação de Entrada em Área Indígena

PROCESSO: 01300.011768/2023-91

SOLICITANTE: Paulo Benício Vicente

PROJETO: "Território canavieiro do Vale do Mamanguape: exploração, acumulação e lutas camponesas".

ÁREA: Geografia

PARECERISTA:

PARECER: Recomendado Não Recomendado

JUSTIFICATIVA:

O projeto possui mérito e consistência nos objetivos, está bem fundamentado do ponto de vista teórico-metodológico e com possibilidades de alcance social podendo trazer contribuições relevantes também para a área de conhecimento.

O Orientador da dissertação, Prof. Dr. Ivan Targino Moreira, do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba, na "Carta de Apresentação", reforça a urgência e a relevância da manifestação do órgão de fomento (CNPq) para reconhecimento de mérito e autorização para que o estudante ingresse na área de pesquisa potiguara compreendida pela comunidade indígena de Aldeia Forte, localizada no município de Baía da Traição no Estado da Paraíba. Ressalta, ainda, o nível de responsabilidade e de comprometimento do aluno de mestrado sob sua orientação.

Conforme exposto no projeto de mestrado, os sujeitos da pesquisa serão trabalhadores rurais residentes em bairros periféricos da cidade de Mamanguape, agricultores remanescentes ou descendentes das Ligas Camponesas, lideranças de movimentos sociais e sindicais do campo, trabalhadores assentados da Reforma Agrária e indígenas Potiguara da Aldeia Forte, localizada no município de Baía da Traição, estado da Paraíba. Sobre este último grupo, composto por membros das comunidades indígenas presentes na área de estudo, é que se baseia a presente solicitação de ingresso para a realização das pesquisas de campo. Nesse aspecto, constam nos Apêndices do projeto do candidato as Cartas de Anuência de cada grupo de entrevistados.

Conforme descrito no Cronograma de Pesquisa no projeto do candidato, no momento atual (dezembro/2023), julgamos que o projeto submetido em outubro p.p. já foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Foram considerados no pedido os seguintes requisitos: I - Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, a Resolução CNS n° 510 de 2016 (Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais) e à Resolução CNS n° 304 de 2000 (Pesquisa com População Indígena), a pesquisa só será realizada após a anuência das instituições que representam os sujeitos participantes. Para os agricultores assentados, a anuência da associação do assentamento. Para os trabalhadores da usina, a anuência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mamanguape e para os Indígenas Potiguara, a anuência da FUNAI; II -Anuência Caciques e, conforme preconiza a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, a Resolução CNS n° 510 de 2016 (Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais) e à Resolução CNS n° 304 de 2000 (Pesquisa com População Indígena), especificados nos itens I, II e II.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Diretoria Científica - DCTI
Coordenação Geral de Ciências Humanas e Sociais- CGCHS
Coordenação dos Programas de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas - COSAE
Setor de Autarquias Sul (SAUS) Quadra 01 lote 1 e 6 Bloco H Edifício Telemundi II - 10o. andar - Asa Sul
70.070-010 Brasília - DF



O início das entrevistas dar-se-á após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e os entrevistados receberão uma cópia assinada pelo pesquisador, conforme modelo constante no Apêndice A. De acordo com o Cronograma de Pesquisa, o Levantamento de Dados em campo está previsto para o período de 01/01 a 30/01/2024.

Assim, respaldado em documentos normativos do Ministério da Saúde, FUNAI e Comitê de Ética em Pesquisa, julgamos que os procedimentos legais vêm sendo cumpridos, SMJ, em caso de recusa de algumas instâncias supracitadas.

Outrossim, a preocupação e o comprometimento do pesquisador estão demonstrados nos itens específicos, ou seja, no referido projeto constam os “Riscos” e os “Benefícios” com a realização da pesquisa, demonstrando absoluta preocupação e controle por parte do mestrando e do orientador com relação aos procedimentos e tratamento com os diversos tipos de entrevistados. Em linhas gerais, conforme exposto no projeto, os resultados do presente estudo permitirão que os pesquisadores envolvidos possam investigar a formação do Território Canavieiro do Vale do Mamanguape e, ao final da pesquisa, ter uma caracterização desse Território.

Por fim, diante dos pontos anteriormente destacados sobre a qualidade do projeto e o rigor dos procedimentos adotados pelo estudante de mestrado Paulo Benício Vicente, tanto em termos metodológicos como no cumprimento de procedimentos de Ética em Pesquisa, RECOMENDAMOS A EXECUÇÃO DA PESQUISA.

Autorização da FUNAI – Ingresso em terra Indígena

1/08/2024, 18:44

SEI/FUNAI - 6309650 - Autorização de Ingresso em TI Pessoa Física



6309650

08765.000999/2023-51



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

ASSESSORIA DE ACOMPANHAMENTO AOS ESTUDOS E PESQUISA

Autorização de Ingresso em Terra Indígena nº 12/AAEP/2024

IDENTIFICAÇÃO			
NOME:	Paulo Benicio Vicente	PROCESSO Nº:	08765.000999/2023-51
NACIONALIDADE:	Brasileira	IDENTIDADE:	RG nº 1987257 SSP/PB
INSTITUIÇÃO/ENTIDADE:	Universidade Federal da Paraíba/PB		
PATROCINADOR:			
OBJETIVO DO INGRESSO			
Realizar projeto de pesquisa científica intitulado “Território canavieiro do Vale do Mamanguape: Exploração, acumulação e lutas camponesas”.			
EQUIPE DE TRABALHO			
NOME	NACIONALIDADE	DOCUMENTO	
*****	*****	*****	
LOCALIZAÇÃO			
TERRA INDÍGENA:	Potiguara	POVO INDÍGENA:	Potiguara
COORDENAÇÃO REGIONAL:	João Pessoa (CR-JPA)	CTL:	
VIGÊNCIA DA AUTORIZAÇÃO			
INÍCIO:	1º de março de 2024	TÉRMINO:	31 de julho de 2024.
Autorizo.			



Documento assinado eletronicamente por **Lucia Alberta Andrade de Oliveira, Presidente substituto(a)**, em 21/02/2024, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:
http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6309650** e o código CRC **E4751217**.